

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "Julho de Mesquita Filho" (UNESP)
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – ÁREA DE LINGÜÍSTICA E
LÍNGUA PORTUGUESA

Nível: Doutorado

A Nádia, in memoriam, pelo amor, a paixão e a coragem.

DESLOCANDO A PROXIMIDADE

Discursividade no contato português - espanhol



Tese apresentada em 12 de março de
2002 com vistas à obtenção do título de
Doutor em Letras (Área de Lingüística
e Língua Portuguesa)

0300047162



Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin

RETOMBADO

pl 1979

Orientando: Adrián Pablo Fanjul

Sumário

Agradecimentos

Introdução

Capítulo I. O atual contato linguístico - cultural no Brasil e no Argentina: características político - linguísticas
antecedentes

À Nádia, in memoriam, pelo amor, a paixão e a coragem.

1. O que há de novo com o Mercosul?

2. As ações oficiais para a difusão das línguas vizinhas

3. Que idiomas são esses?

A Fernando, el mejor hijo del mundo.

Capítulo II. O "próprio", o "alheio" e a proximidade no
contato linguístico - cultural. Pontos de partida e propostas
para uma abordagem

1ª parte: Identidade cultural, línguas, discursividade: como as
articularemos neste trabalho

1. Identidade e representações sociais

2. Identidade, discurso, língua e línguas: a necessidade de uma
dimensão histórico - social

3. A delimitação dentro de um vasto campo de possibilidades

4. As tendências enunciativas como campo de reflexão sobre a
discursividade

5. Discursividades "brasileiras" e "argentina"?

6. Reordenando os pontos de partida. A hipótese deste trabalho

2ª parte: Enfoques da proximidade

1. Proximidade: drama ou problema científico?

2. Olhares da Sociolinguística

Sumário

Agradecimentos	1
Introdução	2
Capítulo I. O atual contato lingüístico – cultural no Brasil e na Argentina: características político – lingüísticas e antecedentes.	4
1. O que há de novo com o Mercosul?	4
2. As ações oficiais para a difusão das línguas vizinhas	6
3. Que idiomas são esses?	9
Capítulo II. O “próprio”, o “alheio” e a proximidade no contato lingüístico – cultural. Pontos de partida e propostas para uma abordagem.	19
1ª parte: Identidade cultural, línguas, discursividade: como as articularemos neste trabalho.	19
1. Identidade e representações sociais	19
2. Identidade, discurso, língua e línguas: a necessidade de uma dimensão histórico – social	22
3. A delimitação dentro de um vasto campo de possibilidades	27
4. As tendências enunciativas como campo de reflexão sobre a discursividade	28
5. Discursividades “brasileira” e “argentina”?	32
6. Reordenando os pontos de partida. A hipótese deste trabalho	34
2ª parte: Enfoques da proximidade	38
1. Proximidade: drama ou problema científico?	39
2. Olhares da Sociolingüística	41

3. Onde questionaremos a proximidade	42
Capítulo III. Prática discursiva e metodologia geral adotada	44
1. Algumas definições da reformulação e da paráfrase	44
2. A atividade discursiva em nossa experimentação. A reformulação parafrástica	46
3. Níveis de interpretação. Explicação e imitação em relação às instâncias subjetivas	48
4. A pertinência da prática e do corpus	50
5. Síntese dos procedimentos	52
Capítulo IV: Desenvolvimento da metodologia. A experimentação realizada: amostras, provas, respostas e estabelecimento das variáveis.	57
1. Amostras	57
2. Aplicação das provas	58
3. Provas aplicadas	58
3.1 Textos em português	59
3.2 Textos em espanhol	60
4 Resultados obtidos. Variáveis e índices	62
4.1 Resultados para o texto 1 em português	62
4.2 Resultados para o texto 2 em português	68
4.3 Resultados para o texto 3 em português	69
4.4 Resultados para o texto 1 em espanhol	75
4.5 Resultados para o texto 2 em espanhol	78
4.6 Resultados para o texto 3 em espanhol	81
4.7 Resultados para o texto 4 em espanhol	85
Capítulo V. Observando a discursividade	92
Introdução	92

1. O óbvio e seus matizes. A História consagrada e o conhecimento enciclopédico	93
2. <i>Claroscuros</i> da certeza. Processos discursivos e materialidade lingüística.	94
2.1 Avaliações de restrições possíveis	97
2.2 Extremos de um <i>continuum</i>	100
2.3 O efeito de sentido no “próprio” e no “alheio”	102
2.4 Funcionamentos de “certo” / “ <i>cierto</i> ” na amostra	105
3. Horizontes da certeza. O “bem antecipado”	107
3.1 Um pouco da história desta pesquisa	107
3.2 Certeza, desejo e pessoa	111
4. Os espaços da pessoa	116
4.1 O “modelo existencial”. Da percepção à procura	116
4.2 A pessoa na enunciação e na sintaxe. Exemplos diferenciadores	122
4.3 Chamar-se ou ser chamado? Duas perspectivas do mascaramento	127
4.4 A centralidade da pessoa e as outras categorias	134
5. As representações do tempo	136
5.1 Lembrança e transcendência	136
5.2 Causalidade e centralidade presente	138
5.3 “ <i>La confianza en el futuro</i> ” Certeza ou possibilidade?	143
5.4 O passado cativo e a transcendência presente	145
6. <i>Tanto tenés, tanto valés</i>	147
6.1 Decência e carência	148
6.2 Não há direito	153
7. Conclusões e derivações	157
7.1 Tendências observadas nas discursividades em aspectos específicos pesquisados nas reformulações	157
7.2 Proximidade e distância: movimentos sobre uma zona instável	159

Capítulo VI. As nossas falas e as falas sobre nós	166
1. Os alcances deste trabalho e o que fica pela frente	166
2. “Viver nos outros” e “centralidade pessoal”: duas estratégias de ocultamento	168
2.1 Nossos labirintos	174
2.2 Estereótipos: silêncios que não se escutam	180
3. Cordialidade, centralidade e desigualdade social	182
3.1 Pessoa, indivíduo e sociedade hierárquica	182
3.2 Pobreza, autoritarismo e privatização do público	185
3.3 Globalização, exclusão e ficções	191
4. Um reconhecimento indispensável e grato	194
5. Encerramento	198
Bibliografia	199

Aos ex-alunos e, hoje, colegas atuantes, Zaqueli de Machado, Marcos Maurício, David Melo, Izilda Araújo, Edileidi Cañete, Tânia Oliveira Chaves, Roberto Alves, Rochelle Mateyka, Jorge Cáceres Fernández, Adriana Fort Sara, Carolina Roberto Ramos, Daniella Cordeiro Rosa, Andrea Vitela, Mirna Pracek, Raquel Mendes Aguiar, Marcia Maria Soares, por tudo que aprendi lecionando para vocês e convivendo com vocês.

Aos meus amigos amados: Carmen Lucia Ortiz, Fátima Carvalho, Gislene Lopes Bosnich, José Walber Costa Cruz, Luis Arthur Zampieri e Maria Inês de Oliveira, por serem, desde há cinco anos, minha terra nesta terra. Nesta ocasião, muito especialmente, à Oi, incansável interlocutora-docente em muitas reflexões sobre a fala do Brasil.

A Regina Célis Pagliucci da Silveira, coordenadora da NUPPALE – PUC-SP, amiga, mestre, e minha “tia” brasileira.

A Pithié, Gutzi, Silvana y Magá, porque, aún dispersos por el mundo, somos nosotros y siempre estamos.

A mi padre, Roberto, a mi hermana, Patricia Irene, y a la memoria de mi madre, Alba, porque, cada uno a su manera, siempre creyeron y creen en mí.

Al pueblo de mi país y a su lucha, porque todo cambia.

Agradecimentos

A Maria do Rosário Gregolin, minha orientadora, um exemplo de integridade profissional, pessoal e ideológica. Com grande respeito e imenso carinho por ti; agradeço, também, ao acaso objetivo da vida, por ter te encontrado neste caminho.

Ao professor Antônio Esteves, pelo grande estímulo e ajuda em ocasião do exame de qualificação, à professora Mônica Zoppi Fontana, pela importantíssima observação crítica no Forum de Pesquisa de novembro de 2001.

Aos companheiros pós-graduandos do GEADA, pelo muito já compartilhado e por gerarem esse espaço maravilhoso do qual sempre continuarei participando.

A mis colegas de Lengua Española en la USP: Alicia, Heloísa, Maite, Mirta, Neide y Zulma, por el entusiasmo y la socialización del saber en un óptimo clima de trabajo.

A Claudia Jacobi, Enrique Melone y Juan Luis Figueroa García, colegas de profesión y amigos queridos que compartieron, con estímulo, interés y crítica, mi pasión por este trabajo.

Aos ex-alunos e, hoje, colegas atuantes, Zaquieu de Machado, Marcos Maurício, David Melo, Izilda Araujo, Edileidi Cañete, Tanânia Oliveira Chaves, Roberto Alves, Rochelle Mateyka, Jorge Cáceres Fernández, Adriana Font Sans, Carolina Roberto Ramos, Daniella Cordeiro Rosa, Andrea Vilela, Mirna Pracek, Raquel Mendes Aguiar, Márcia Maria Soares, por tudo que aprendi lecionando para vocês e convivendo com vocês.

Aos meus amigos amados: Carmen Lucia Ortiz, Fátima Carvalho, Gislene Lópes Bosnich, José Wálber Costa Cruz, Luis Arthur Zampieri e Maria Inês de Oliveira, por serem, desde há cinco anos, minha terra nesta terra. Nesta ocasião, muito especialmente, à Gi, incansável interlocutora-docente em muitas reflexões sobre a fala do Brasil.

A Regina Célia Pagliucci da Silveira, coordenadora do NUPP/LE – PUC-SP, amiga, mestre, e minha “tia” brasileira.

A Pihüé, Guti, Silvana y Magú, porque, aún dispersos por el mundo, somos nosotros y siempre estamos.

A mi padre, Roberto, a mi hermana, Patricia Irene, y a la memoria de mi madre, Alba, porque, cada uno a su manera, siempre creyeron y creen en mí.

Al pueblo de mi país y a su lucha, porque todo cambia.

Introdução

O objetivo desta tese é abordar a proximidade / distância entre as línguas portuguesa e espanhola deslocando-a do contraste léxico-gramatical, para a produção de sentido em determinadas condições históricas. Essas condições são as atuais situações de contato, no Cone Sul da América, entre os espaços lingüístico-culturais que as têm como “próprias”. Contato, é claro, que se materializa mediante sujeitos mais ou menos complexos, mais ou menos empíricos, mas que instala, por sua vez, novas instâncias subjetivas caracterizadas por uma oscilação entre o “próprio” e o “alheio” como representações de identidade social e de identidade lingüística.

O cenário em que trabalharemos é aquele que acreditamos ser, hoje, na ausência de grandes migrações entre os países, o mais relevante espaço de contato: o processo de ensino / aprendizagem institucional da respectiva língua vizinha. Entre os múltiplos sujeitos desse cenário, a pesquisa se centrará nos aprendizes que, nas duas metrópoles da região, São Paulo e Buenos Aires, se formam como professores e / ou tradutores da língua vizinha.

Dos inúmeros objetos que se poderia analisar quanto à produção de sentido, nossa escolha são *as regularidades enunciativas na configuração do espaço da pessoa, e nas modalizações de possibilidade e certeza e do tempo subjetivo*. Nosso corpus estará composto basicamente de práticas de “reformulação parafrástica” (Fuchs, 1982a e 1982b) de enunciados realizadas pelos aprendizes, mas a reflexão não se limitará a elas, já que as relacionaremos com outros elementos do interdiscurso.

Nosso propósito geral é mostrar a proximidade / distância entre nossas línguas, enxergadas em contato e a partir da sua discursividade, como um jogo de tensões entre alteridade e identidade, historicamente e socialmente determinado. Em particular, nos propomos a observar essa proximidade – distância hoje, nesta região do mundo, nas três problemáticas enunciativas propostas e demonstrar que existem, em torno a elas, regularidades que diferenciam nossas discursividades e que produzem efeito na proximidade / distância lingüística.

Por considerarmos essa proximidade – distância como historicamente determinada, acreditamos necessária, também, uma reflexão que comece a vincular essas regularidades

discursivas encontradas com problemáticas da sociabilidade e das identidades – alteridades culturais na região.

No Capítulo I, analisamos as características do atual contato lingüístico – cultural português – espanhol na Argentina e no Brasil, principalmente em Buenos Aires e em São Paulo, bem como alguns contrastes político-lingüísticos pertinentes entre os dois países.

No Capítulo II, apresentamos o marco teórico e é onde, assim esperamos, será enxergada a vinculação entre os diversos objetos da nossa reflexão. Ele consta de duas partes. Na primeira, expomos a relação proposta entre língua, discurso, história e identidade / alteridade lingüístico – cultural e explicamos a escolha das regularidades enunciativas a serem pesquisadas. Na segunda, discutimos o conceito de "línguas próximas" aplicado a nossa situação específica.

No Capítulo III, caracterizamos a prática discursiva escolhida para produzir o corpus e a metodologia da experimentação e da análise dos resultados.

No Capítulo IV; apresentamos o material escolhido para ser reformulado pelos aprendizes nos dois países; descrevemos a amostra e a experimentação, efetuada como trabalho de campo entre outubro e novembro de 2000; fundamentamos as variáveis utilizadas para a análise e apresentamos os índices obtidos.

No Capítulo V, desenvolvemos uma argumentação baseada nos dados do Capítulo anterior e direcionada a sustentar nossas propostas sobre o funcionamento das discursividades no contato lingüístico e sobre o predomínio de determinadas regularidades enunciativas em cada uma delas. No ponto 7 desse Capítulo, apresentamos as conclusões.

No Capítulo VI, tentamos a vinculação já mencionada com aspectos da sociabilidade e da identidade cultural em nossos países, e propomos aberturas para futuras pesquisas com esse propósito.

Não havendo ações oficiais e nuçias em educação, cultura e relações trabalhistas (mesmo existindo projetos), e, fundamentalmente, não se registrando migrações significativas entre os países, o contato lingüístico – cultural é, hoje, fragmentário, segmentado e com fins específicos. Pode não ser assim nas áreas de fronteira (Castello, 1997, Elizancin, 1996), que vivem um tipo de contato diferente desde muito antes da criação do Mercosul, mas não são elas nosso objeto de trabalho. Nos países como conjunto,

Capítulo I

O atual contato lingüístico – cultural no Brasil e na Argentina: características político - lingüísticas

1. O que há de novo com o Mercosul?

Como se sabe, o contato entre falantes das línguas castelhana e portuguesa na América acontece desde os inícios da colonização / conquista. E, mais precisamente, entre brasileiros e hispano – americanos há relações e interação desde o surgimento das nossas nações. No entanto, qualquer menção a atividades não pertencentes à vida privada nas quais participem brasileiros e argentinos é atualmente relacionada à idéia do “Mercosul”. Até a concorrência no futebol, que atravessa nossas paixões esportivas desde o início do século, é chamada hoje de “Copa Mercosul”.

É que a criação do Mercosul em 1991 (Tratado de Assunção) é tida como referência para o início de uma nova etapa nas relações entre nossos países. Inicialmente apresentado pelos governos como um mercado comum que visasse a uma integração global (Acuña, 1997) abrangendo meio ambiente, relações trabalhistas, segurança, cultura, saúde, educação, ciência, propriedade intelectual e migrações; o bloco, por enquanto, só tem atingido o caráter do que o mesmo autor chama de “união aduaneira imperfeita”. Não é nosso propósito analisar as causas do Mercosul estar limitado a um crescimento do comércio exterior, mas o fato de ele não incluir, por enquanto, ações nos outros aspectos da integração mencionados traz conseqüências para nossa caracterização do atual contato lingüístico – cultural.

Não havendo ações oficiais e maciças em educação, cultura e relações trabalhistas (mesmo existindo projetos), e, fundamentalmente, não se registrando migrações significativas entre os países, o contato lingüístico – cultural é, hoje, fragmentário, segmentado e com fins específicos. Pode não ser assim nas áreas de fronteira (Castello, 1997; Eliazancín, 1996), que vivem um tipo de contato diferente desde muito antes da criação do Mercosul, mas não são elas nosso objeto de trabalho. Nos países como conjunto,

e notadamente nas grandes metrópoles, onde nossa pesquisa se centra, o contato reúne as três características mencionadas, e que explicamos a seguir:

*fragmentário, porque na maioria dos casos não implica a necessidade de uma imersão na cultura do outro;

*socialmente segmentado, porque as atividades¹ relacionadas ao Mercosul são hoje de gerenciamento econômico, empresarial e institucional, como as que existiam previamente envolvendo pessoas dos dois países;

*com fins específicos, porque a própria natureza dessas atividades, como de outras tais como música, cinema, turismo, que, em épocas passadas e hoje, têm posto em contato enunciados e enunciadores da região, faz com que esse contato esteja subordinado à atividade mesma.

Isso não quer dizer, no entanto, que a situação seja a mesma de dez anos atrás. O Mercosul, que também se apresenta como estratégia diante da “globalização”, tem gerado, em amplos setores da população dos dois países, uma expectativa muito maior do que seu atual alcance efetivo. E ela é resultado, contraditoriamente, do caráter “socialmente segmentado” ao qual nos referimos no parágrafo anterior. Utilizaremos, para explicá-la, alguns conceitos de Bourdieu (1990). O “campo econômico” tem tendência a impor sua estrutura aos outros campos do “espaço social”, em consequência, não deve resultar estranho que as atividades hoje relacionadas ao Mercosul gerem adequações, por exemplo, no campo cultural. Mas, fundamentalmente, o fato de que agentes com alto “capital simbólico” na sociedade e, portanto, “visíveis”, comecem a aparecer envolvidos nas atividades e projetos do Mercosul e dêem a ele a nomeação de “integração regional”, põe em funcionamento um dos mecanismos básicos da “reprodução”: a mudança de visões e previsões. A “integração”, ainda mais quando relacionada à “globalização”, aparece como um campo promissor para as mais diversas atividades e como possibilidade de ascensão no espaço social. E, como não podia ser de outra maneira, a língua integradora adquire um capital simbólico maior, e seu “domínio” acrescenta o capital cultural.

Não casualmente, o ensino da língua vizinha nos dois países tem experimentado um grande crescimento e é, hoje, o principal veículo dessa expectativa. A respeito dele, a

¹ Nos referiremos, no texto todo, a atividades que envolvam algum tipo de contato, por qualquer meio, com pessoas de outros países do bloco. Não consideramos, portanto, a quantidade total de pessoas que tenham participado do processo produtivo de bens de exportação – importação.

evidência dispensa cifras: não há, praticamente, escola de idiomas que não ofereça, ou ao menos tente oferecer espanhol, no Brasil, e português, na Argentina. Há dez anos, eram raras as que os ofereciam. Depois do inglês, em cada país, a língua vizinha é a mais procurada. Essa procura é, ainda, maior que a disponibilidade de professores formados. E é nos projetos e avanços nessa formação onde as atuais políticas lingüísticas mostram sua relação com a estrutura das nossas sociedades e com o caráter do processo de integração.

2. As ações oficiais para a difusão das línguas vizinhas

A primeira Reunião de Ministros da Educação (deste ponto em diante, RME) dos países do Mercosul aconteceu em Assunção em 30 de junho de 1993². Na sua Ata (MCRA, 1993:2), o problema do ensino das línguas já aparece considerado no ponto 8º: *“Establecer un programa de formación de docentes para la enseñanza de las lenguas oficiales del Mercosur.”* O tema volta a aparecer só no sexto encontro, em dezembro de 1994. Entre ambos, porém, acontece a XI Reunião do Comitê Coordenador do Setor Educativo – CCR – (MCRA, 1994a). Nela, realizada em Buenos Aires de 19 a 21 de abril daquele ano, participaram, além de altos funcionários dos ministérios, personalidades cuja presença mostra o carácter “globalizador” do Mercosul: representantes da UNESCO, da OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos), do BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento) e da Embaixada da França na Argentina.

Essa reunião introduziu uma perspectiva que podemos chamar de “descentralizadora”. O “Relatório” propõe, para o português na Argentina, que:

“[...] En el sistema educativo, en séptimo, octavo y noveno –del tramo obligatorio– el portugués puede implementarse como actividad adaptada al medio, es decir, que el idioma sea solicitado por la comunidad y responda a las necesidades de ésta. Asimismo, para que un centro educativo ofrezca el portugués debe contar con un profesor en el lugar [...]” (pág. 2, ítem 3).

Quando passa a considerar o cronograma para a formação docente, o Comitê observa:

² A documentação a que nos referiremos neste apartado foi colhida na *Dirección de Cooperación Internacional del Ministerio de Cultura y Educación de la República Argentina* (MCRA). Na referência bibliográfica remeteremos a essa sigla e ao ano correspondente a cada documento.

Se han presentado los esfuerzos realizados al nivel del sistema formal; desconociendo los esfuerzos de organizaciones que actúan fuera del sistema formal. Surge la necesidad de ampliar y sistematizar la información que cada país tiene de su propia situación.

Se acuerda:

**Realizar en cada país un relevamiento de instituciones educativas o empresariales que enseñen portugués –o español en el caso de Brasil– y de instituciones que desarrollen acciones de capacitación y formación docente.”*

** Cada país se compromete a presentar un informe sobre el mencionado relevamiento en la próxima reunión del Comité Coordinador Regional. Asimismo la definición a nivel nacional del grupo de técnicos que trabajaría con esta temática a nivel regional y una propuesta de actividades y acciones a implementar sobre esta cuestión para el próximo semestre. (Pág. 2, ítem 3)*

Há, nessas resoluções, dois primeiros sinais de “delegar” parcialmente o papel do Estado na ação educativa: o recurso às “necessidades da comunidade” e o “levantamento de instituições educativas ou empresariais”. O fato dos governos levarem em conta a atividade do setor privado não significaria delegação nenhuma se não estivesse no marco do primeiro recurso. A tal “comunidade” não é, como os discursos que apagam o conflito costumam enunciar, igualitária, e muito menos nos nossos países. E as “necessidades” que, nela, em última instância, acabam se impondo são as daqueles que detêm o poder no campo econômico. Trata-se de um primeiro gesto de deixar para a regulação do mercado a implantação do idioma vizinho, o que se engaja com a segmentação social à que nos referimos em II.1. No mesmo “Relatório”, se recomenda aos países membros do Mercosul a participação num encontro que organizaria a OEI para analisar políticas educativas do Programa ALFA da União Européia. A relação “globalização” – vínculo com a União Européia continuará consolidando-se até hoje. Assim, lemos recentemente na “*Relatoria de los Ministros de Economía*” da IX Conferencia Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, realizada em Havana em novembro de 1999 (Fraerman, 1999:182):

En la actualidad la integración regional convive con la globalización mundial y constituye un medio para enfrentar los desafíos que impone la misma para dinamizar el desarrollo de la América Latina y el Caribe.

Se aprecia un fortalecimiento de la colaboración con otras regiones. De manera especial se valora el proceso de intensificación de los vínculos con la Unión Europea, con la cual tienen lugar distintos procesos de negociación, que constituyen una oportunidad para Iberoamérica en la ampliación y diversificación del comercio y los flujos de capitales y un acto valioso para ambas regiones.

Na VIª RME, em Ouro Preto, dezembro de 1994, se resolve “*Reconocer los avances obtenidos por el Comité Coordinador Regional en lo que se refiere a las estrategias para la enseñanza del español y del portugués en el ámbito del MERCOSUR.*” (MCRA, 1994b:3). Na VIII RME (Montevideu, 30/11/95), as anteriores menções a

“projetos” e “planos” se transformam em *“Promover la formación y capacitación de profesores de las lenguas oficiales del Mercosur; propender a la cooperación entre los países del Mercosur mediante el intercambio de material didáctico, experiencias educativas y pasantías”* (MCRA, 1995b:2, ítem 3). Na ocasião da IX RME (Buenos Aires, 21-6-96), o Ministro da Educação do Brasil, Dr. Paulo Renato Souza, em declarações ao jornal portenho *Página 12* de 22/6/96, reconheceu que o ensino de espanhol no Brasil *“es un problema. A pesar de que es inminente la aprobación de una ley que obliga a hacerlo, la dificultad es la gran demanda de profesores.”* A reunião decidiu, segundo confirmou ao mesmo jornal a Ministra argentina, a criação, como paliativo, de um “banco de palavras básicas” em português e espanhol, a ser ministrado no segundo grau, em cada país, pelos professores da respectiva língua nacional.

O Projeto de Lei ao qual se referia o ministro brasileiro é o 4004-D / 93, que prevê cinco anos para se concluir o processo de implantação no ensino médio, e faculta a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos do ensino fundamental da 5ª à 8ª séries. Na Argentina, não há projetos nesse sentido. A formação de professores, reconhecida pelas autoridades como principal problema nos dois países, tem ocupado novos espaços desde aquele tempo, mas ainda é insuficiente para uma introdução maciça no ensino público. Tomando como exemplos São Paulo e Buenos Aires, temos que, em 2000, a formação de professores por parte do estado continua nas mesmas instituições com praticamente a mesma quantidade de vagas, havendo abertura de novos cursos só em universidades particulares. Entretanto, em qualquer dos dois países, quem quer estudar o idioma vizinho pode fazê-lo desde que tenha condição econômica de pagar um curso particular ou pertença a algum setor da “comunidade” que conseguiu implantá-lo no colégio particular dos filhos. No Brasil, o mercado mais forte do bloco, o volume anual de venda de material e cursos de espanhol é, segundo *Clarín* de 28/8/2000, de 1 bilhão e meio de dólares. A competência no outro idioma tende a ser mais uma diferenciação no mercado. Reproduz-se, para este caso, a política educativa que Bertoni e Cano (1990:17) caracterizam como “segmentada”: *“circuitos y senderos educativos de mayor o menor prestigio o rentabilidad individual posterior, recorridos por grupos y sectores sociales diferentes e identificables”*. E isso, que parece óbvio porque assim acontece com qualquer saber nos nossos países, até com a própria alfabetização, é pertinente lembrar quando falamos em “contato” lingüístico e

“integração regional”; mais ainda quando, extra-oficialmente, se fala do “futuro bilingüe” dos nossos países.

No mesmo período que começa com a abertura do Mercosul, houve, tanto no Brasil quanto na Argentina, reformas nos currículos dos ensinos fundamental e médio. Em todas elas, a língua estrangeira prioritária foi o inglês (Arnoux e Bein, 2000), nos dois países. Isto é, a língua que antes da criação do bloco vinha sendo a mais demandada e a de maior tradição de ensino. A situação da língua vizinha nem sequer é sempre claramente a do “segundo lugar”. Segundo mostra, por exemplo, o *“Proyecto Piloto de la Secretaría de Educación del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires para la Creación de Escuelas Bilingües”*, citado pelos mesmos autores, de dez escolas onde esse projeto seria aplicado, a distribuição para cada idioma é a seguinte:

Inglês: 5 escolas

Francês: 2 escolas

Italiano: 2 escolas

Português: 1 escola.

Esse predomínio do inglês não deveria nos surpreender, já que se trata do idioma com maior “potência inata” (Mackey, 1976) do mundo. Mas também resulta difícil imaginar que, para seu ensino, os planejamentos dos governos levassem em conta fatores como o de “ser solicitado pela comunidade”, responder “às necessidades” da mesma ou “contar com um professor” no local, como os que propõe a citada Ata do CCR para o português na Argentina e acontece, de fato, com o espanhol no Brasil. Levando em conta que, segundo Calvet (1990), a política lingüística pode ser um sonho, mas o planejamento lingüístico implica o poder, cabe passarmos a considerar a situação de contato português-espanhol, no Cone Sul, bem como a de sua relação com outras línguas, à luz do cenário sociolingüístico de cada país.

3. Que idiomas são esses?

Aubert (1997:13), referindo-se à tradução nas relações comerciais no âmbito do Mercosul, observa que

Com certa frequência, as transações ocorrem entre filiais brasileiras e hispano-americanas de multinacionais do continente europeu ou da Velha e da Nova Inglaterra; nesses casos, a operação tradutória realiza-se tomando como ponto de partida o inglês (ainda que com sotaque teutônico, gaulês ou fiorentino). E, assim, será somente no fechamento das negociações, quando o “portunhol” de leitura já não se mostra suficiente (por exemplo, para o registro efetivo dos contratos de exportação, transferência tecnológica, arrendamento, licenciamento, etc.), que terá lugar um ato tradutório entre o brasileiro e o castelhano.

Efetivamente, uma boa parte da atividade econômica dos nossos países está nas mãos de transnacionais, o que tem a ver com o papel subsidiário que eles têm cumprido na economia mundial desde suas origens. E, além disso, mesmo em tempos de globalização, o peso do bloco na economia mundial é sensivelmente menor do que os do ALCA ou da União Européia. Por isso, o inglês foi e continua sendo a língua estrangeira com mais envolvimento nas atividades econômicas, e, em consequência, a mais demandada. Isto é, mesmo com o Mercosul e no Mercosul, o inglês é a língua de prestígio por excelência.

E qual o peso dos nossos idiomas no Cone Sul? Não é pouco, sendo que tanto o português quanto o espanhol, além de gozarem do estatuto íntegro de línguas nacionais e oficiais cada uma no seu país, ambos quase monolíngües, são línguas plenamente estandardizadas desde há vários séculos, com grande prestígio cultural, e originárias, como instituições políticas, do surgimento das nações européias na modernidade. Línguas “companheiras do Império”, parafraseando Antonio de Nebrija, são parte da representação histórica do “Ocidente” e de sua tarefa “civilizadora”. Das duas, é o castelhano a que tem atingido uma colocação mais alta nas estatísticas mundiais. É a quarta língua com mais falantes no mundo, enquanto o português é a oitava (Medina López, 1997:59). Como língua estrangeira, o espanhol tem penetrado mais que o português nos países do chamado “Primeiro Mundo”. Segundo dados de Hernández del Moral (1997: 74), nos Estados Unidos, 61,7% dos estudantes de línguas estrangeiras optam pelo espanhol, e o idioma ocupa o segundo lugar, depois do inglês, na Alemanha, na Áustria e na Suíça.

Além de serem em cada país as línguas oficiais, tanto o espanhol na Argentina quanto o português no Brasil fazem parte da representação do que cada um dos povos tem do que é “próprio” na atividade languageira, e nenhuma outra língua disputa nem disputou com elas esse terreno. Mas, como toda representação identitária na América Latina (no Capítulo VI nos referiremos a essa problemática da identidade / alteridade na região), ela é contraditória. São as línguas do nosso “nós” incompleto, da nossa endêmica dependência e

pobreza, da “falta” de uma língua para atingirmos o mundo. E além do mais, não são exclusivas. Heranças de um passado colonial, são divididas com outras nações, nenhuma delas “rica”³. Assim, às contradições derivadas de serem línguas “periféricas”, vem somar-se a de até que ponto são nossas, se há um português brasileiro ou um espanhol argentino, ou se são variedades da língua “mãe” ou “irmã”, a respeito da qual seriam “melhores” ou “piores” e deveriam ser “respeitosas” ou “infieis”, problemáticas que os setores dominantes no campo cultural têm (mal)resolvido de diversas maneiras ao longo da história dos nossos países.

A respeito dessa última problemática, há uma diferença muito sensível na percepção que, atualmente, cada uma das línguas tem na região. Acreditamos que há um reconhecimento político – lingüístico, no Brasil e no mundo, da existência de um “português brasileiro”, enquanto para o universo hispano-falante, é mantida a representação de uma língua muito heterogênea mas com uma “unidade” que ultrapassaria as diferenças entre variantes que, por sua vez, não aparecem polarizadas como no caso do “português do Brasil” e do “português de Portugal”. Não ignoramos que contribui para essa diferença o fato do Brasil ser uma só nação e os países hispano-americanos serem dezoito. Queremos esclarecer, neste ponto, que não compartilhamos qualquer idéia de homogeneidade nacional, regional nem social das línguas. Na vida atual dos nossos idiomas, se observada objetivamente, não há nenhum traço fonológico, nem sintático, nem lexical, que se mantenha, sequer numa província, autonomia ou Estado, imune às características socioculturais dos falantes.

Contudo, tão importante quanto o reconhecimento dessas heterogeneidades sociais, locais e genéricas entretecidas nos nossos falares é, na hora de pensar no ensino de uma língua como língua estrangeira, verificar a produção e reprodução das representações sociais e dos discursos que a delimitam. E, sem com isso desprezar o trabalho das centenas de pesquisadores que documentam sua heterogeneidade, cremos pertinente afirmar que há um “português do Brasil” representado e institucionalizado como “um” diante dos “outros”, fundamentalmente de Portugal.

³ O crescimento econômico da Espanha, que a está colocando entre uma das primeiras potências européias e é, como veremos, uma das principais causas da difusão do espanhol no Brasil, é ainda muito recente e não chega a modificar essa imagem da língua, por enquanto.

Vemos enunciado, com diferentes nomes, o “português brasileiro” em gramáticas normativas, que costumam distinguir, quando o consideram pertinente, em primeiro lugar, entre usos “portugueses” e “brasileiros”, independentemente das diferenças entre elas quanto à valorização desses usos, e de que reproduzam a representação de que o uso brasileiro “deforma” o “original” lusitano.

Ainda, o “Português brasileiro” não é somente uma representação do senso comum ou uma generalização do material escolar. É também uma denominação assumida por inúmeros lingüistas das mais variadas tendências nos trabalhos em que pesquisam e explicam os traços fonológicos e morfossintáticos que o delimitam do “Português europeu”. A leitura desses autores permite identificar traços que diferenciam com regularidade os dois “portugueses”: realizações plenas ou vazias de sujeitos e objetos (Tarallo, 1993; Duarte, 1989; Galves, 1988; Nunes, 1993), enfraquecimento da concordância (Galves, 1993; Castilho, 1999), ordem dos constituintes (Pontes, 1987; Ramos, 1998), por mencionar somente os traços mais nucleares. Em alguns desses trabalhos, são propostas inter-relações entre esses fenômenos, que determinariam um perfil do PB.

Mas onde aparece com maior nitidez a enunciação de um “português do Brasil” é no ensino de Português como Língua Estrangeira (deste ponto em diante, P/LE).

Não conhecemos um só livro de ensino para estrangeiros, produzido no Brasil ou no exterior por instituições relacionadas a este país, que não anuncie explicitamente seu propósito de ensinar o português brasileiro. Os mais utilizados deles antecipam a nação desde o nome: *Avenida Brasil, Fala Brasil, Via Brasil* (Iunes, 1990), *Um português bem brasileiro* (FUNCEB, 1998), bem como o recentemente apresentado na Argentina *Conhecendo o Brasil* (Souto, 2000), primeiro a incorporar o vídeo ao material. Outros, como o de longa tradição *Falando, lendo, escrevendo. Português: um curso para estrangeiros* (Lima e Lunes, 1991) começam, desde o primeiro diálogo, com referências explícitas de localização: um engenheiro de Ouro Preto que mora em São Paulo, na Avenida Paulista. Esses livros não negam a diversidade lingüístico-cultural do Brasil; em diferentes graus, ela é abordada ao longo das unidades, mas depois de efetuado esse primeiro recorte geral.

O pressuposto do português brasileiro como objeto de ensino também é visível na produção dos centros de pesquisa universitária para P/LE. Também nenhum desses núcleos

nega a diversidade, mas há essa primeira delimitação nacional. Trabalhamos desde 1997 em um deles (Núcleo de Pesquisa e Ensino "Português Língua Estrangeira", do Instituto de Pesquisa "Sedes Sapientiae" para Estudos de Português da PUC-SP), e temos tido grande intercâmbio e contato com os do IEL-UNICAMP, do Centro de Línguas da FFlyCH-USP, da UFF e, mais recentemente, da Universidade de Caxias do Sul. Nas publicações e compilações que damos como referência dos especialistas desses centros (Almeida Filho, 1996; Ricardi Scaramucci, 1996; Reis da Costa, 1996; Miyaki, 2000; Silveira, 1998; Júdice, 1994 e 2000; Azpiroz, 2000), pode ser observado o pressuposto ao qual nos referimos. Por outro lado, as discussões com os colegas do NUPP/LE na PUC-SP, bem como com os muitos professores de português que dele se aproximam nas oficinas sobre abordagens e metodologia que ministramos de 1997 a 2000, nos mostraram que a delimitação do nosso P/LE como, em primeiro lugar, brasileiro, faz parte de um senso comum. Nunca conseguimos, por exemplo, que os professores cogitassem a possibilidade de utilizar material didático feito em Portugal.

Talvez o reflexo mais claro do estatuto do "português brasileiro" como unidade específica seja o gesto político - lingüístico de criação do certificado de proficiência CELPE-BRÁS pelo Ministério da Educação do Brasil em Portaria nº 1787, de 26 de dezembro de 1994 (Ricardi Scaramucci, 1996), que aparece como alternativa ao Certificado de Língua Portuguesa que o governo de Portugal mantém desde 1985.

É a essa realidade, claramente visível no ensino de P/LE, à que nos referimos quando afirmamos que há um "português do Brasil" como unidade político - lingüística para dentro e para fora do país. Não acontece o mesmo com o idioma de nenhum país de fala hispânica, nem sequer a Espanha (e, muito menos, a Argentina). Tomando os mesmos parâmetros que consideramos para o português, podemos apreciar essa diferença.

As gramáticas normativas da língua espanhola, bem como os seus dicionários, incluindo o da "Real Academia", foram abandonando o adjetivo geral de "americanismo", em uma tentativa de atribuir cada traço fonológico, lexical ou sintático às regiões onde efetivamente se realiza, e de estabelecer uma norma "geral". Cabe salientar aqui que a existência, durante o século todo e fundamentalmente durante a segunda metade do mesmo, de um mercado editorial e de uma mídia bastante compartilhada por todos os países, foi criando uma necessidade de standardização em comum. Na procura dela, as instituições

educativas, e sobretudo as editoriais, abandonaram progressivamente, na América e na Espanha, a partir dos anos 60, o “casticismo” que valorava a expressão peninsular como modelo. Entre as causas dessa mudança convém levar em conta a decadência e posterior desaparecimento do regime franquista, o grande prestígio das literaturas hispano-americanas, e, já no final dos 70, a crise e queda dos regimes ditatoriais, afins a toda opção conservadora. O predomínio tem sido, desde então, para o critério de “variedade na unidade”, que Blanco de Margo (1991:136) define como de “standardização policêntrica”. É claro que isso não impede a existência de atitudes valorativas nacionalistas, de todo tipo, tanto na Espanha quanto em cada país da América Latina. Mas as condições descritas têm evitado a consolidação de representações político – lingüísticas tão afirmadas como o “Português do Brasil” e o “Português de Portugal”.

Já no terreno da pesquisa sociolingüística, a generalidade “espanhol da América” foi sendo progressivamente abandonada, e quando ainda se utiliza, é para ser refutada, para salientar sua imensa heterogeneidade ou para tratar as hipóteses sobre sua formação e dispersão (Fontanella de Weimberg, 1993; Junta de Castilla y León, 1991; Malmberg, 1966). E as referências ocasionais, nesses trabalhos e em muitos outros, a algum “espanhol” do México, da Argentina, da Colômbia, do Peru, como existem também referências a “espanhóis” de Buenos Aires, da costa colombiana, das regiões fronteiriças do México ou dos vales centrais do Equador, só para dar alguns exemplos, têm o único objetivo de delimitar o universo onde será estudado determinado traço. A própria organização desses dois textos, que estão entre os mais consultados, mostra a não delimitação nacional. Fontanella, ao apresentar os traços mais característicos, explica para cada um sua distribuição irregular pelo continente e desigual dentro dos países. A compilação, em três volumes, da Junta de Castilla y León, está organizada por níveis de descrição, e dentro de cada um apresenta estudos específicos sobre traços pontuais em regiões, populações ou gêneros determinados.

A diferença fundamental no terreno da pesquisa científica descritiva é que não há “espanhol de...” país nenhum como objeto científico diferenciado, como vimos que é o PB. Os estudos sobre o PB que mencionamos acima são, como descrevemos, sobre traços fonológicos e sintáticos de profunda incidência no sistema, tais que, de alguns modelos, podem levar à conclusão de que determinam uma outra língua. E se trata, como vimos, de

traços regulares no País todo e que o diferenciam de Portugal. Nenhum dos traços estudados para o espanhol tem essa profundidade estrutural, nem se apresenta regularmente em um país ou grupo de países diante dos outros. Observemos estas afirmações de Fontanella de Weimberg (1993: 119-120) contra a generalização de um “espanhol da América” frente a um “espanhol da Espanha”:

Baste observar que hay un solo rasgo peculiar en lo fonológico, el seseo, y otro en lo gramatical, la pérdida de la oposición entre “vosotros” y “ustedes” que son comunes a todo el español americano, los cuales, por otra parte, no son exclusivos, ya que parte del territorio peninsular los comparte. En el aspecto morfosintáctico, hay también un rasgo peculiar vastamente extendido, que afecta en forma central a la estructura verbal y pronominal: el voseo. Pero, por un lado, no es general, y por otro lado, presenta una amplísima variación en su realización, por lo que mal podría usarse como argumento en favor de la “homogeneidad”.

Esta presunta “homogeneidad” ha sido refutada reiteradamente con sólidos argumentos. Sin embargo, aún recientemente ha sido reiterada por Cotton y Sharp y es frecuente, sobre todo, en el mundo anglosajón, encontrar que se opone en bloque español castellano a español americano, como si se tratara este último de una entidad bien definida.

E é, também, muito difícil, encontrar algum traço ou um conjunto deles que diferencie claramente uma variedade local, na América, das outras, sem se repetir em latitudes distantes. Até na Espanha. O mesmo acontece, se observamos a totalidade dos países, com as valorações e representações sociais do uso desses traços.

Em síntese, nem no terreno da observação objetiva, nem no mais subjetivo das representações sociais, há, no mundo hispânico, “línguas espanholas” de um país.

Mas é no espaço do ensino da língua como estrangeira onde a diferença político – lingüística entre o PB e o E que consideramos se torna mais visível. Quase todo o material de ensino é feito na Espanha, circunstância que se explica por ter sido a inclusão desse país na UE o fato que impulsionou o ensino maciço do Espanhol como Língua Estrangeira (deste ponto em diante, E/LE). Mesmo assim, nenhum dos livros didáticos se apresenta como ensinando o “espanhol da Espanha”, mas a língua de todos os países hispano-falantes. Quase todos eles têm, de fato, uma forte ancoragem peninsular e tratam traços lingüísticos não peninsulares com bastante superficialidade, mas o objetivo que declaram almejar é o antes referido. Na incorporação de “material autêntico”, isto é, não produzido originalmente como material didático, o equilíbrio é maior.

A heterogeneidade é maior ainda no desenvolvimento dos cursos e aulas. No caso que nos ocupa, E/LE no Brasil, particularmente em São Paulo, a oferta de cursos em

nenhum caso estabelece uma nacionalidade para a língua que se ensina, mesmo em instituições muito relacionadas à Espanha, como o “Colégio Espanhol” (cursos livres do Colégio Miguel de Cervantes) ou o Instituto de Cultura Hispânica (do Centro Hispano-Brasileiro de Cultura). Nas “redes” de escolas de idiomas como FISK, CEL-LEP, CCAA, CNA, etc, que concentram o maior número de alunos, a indiferenciação é ainda maior. Quanto ao material didático, algumas utilizam os livros feitos na Espanha, e outras material produzido no Brasil. Em nenhuma delas se registra, atualmente, preferência por professores de alguma origem nacional determinada, e a regra geral é que, ao longo da sua aprendizagem, o aluno tem professores de diferentes nacionalidades. A respeito, Buguel (1999:84), que desenvolveu uma pesquisa observando, em diferentes escolas, a mistura de variedades resultante da não coincidência entre a origem dos professores e o material que majoritariamente utilizam, conclui:

Quem ensina qual variante a quem na cidade de São Paulo? Temos hoje em São Paulo um conjunto de falantes de espanhol dedicados à docência da língua, que ensinam uma variante que não é a de ninguém nem caracteriza lugar nenhum.

E poderíamos acrescentar que, nos últimos anos e, esperamos, cada vez mais, vêm somar-se a esses falantes de espanhol os brasileiros que se formam como professores. Também nesse processo de formação docente trabalhamos com falantes de espanhol de diversas origens, e professores brasileiros, combinando material muito heterogêneo quanto à nacionalidade e variante, só que com maior informação e conscientização quanto às diferenças com que lidamos. Essa situação de “mistura” tem gerado questionamentos de perspectivas preocupadas com a “autenticidade”, fundamentalmente oriundas da abordagem comunicativa do ensino de línguas, nas quais a autora citada se inclui explicitamente em outras partes do seu trabalho e implicitamente no excerto transcrito, ao manifestar que a “variante” ensinada “não caracteriza lugar nenhum”. Não vamos nos deter nisso neste ponto, porque do conjunto do trabalho surgirá que não acreditamos que o “lugar” na língua outra possa ser caracterizado a partir do *input*⁴ nela recebido.

Há, no entanto, uma inegável contradição entre, por uma parte, o Brasil ser um país da América Latina e a maioria dos que nele trabalhamos no ensino de espanhol sermos hispano-americanos ou brasileiros, e, por outra parte, o material de ensino, e nem só ele

⁴ *input*: categoria estabelecida por Krashen (1995) e que designa todo o ouvido e lido na língua alvo.

mas também a maior parte das bolsas no exterior, certificados de proficiência e de qualidade, ofertas de aperfeiçoamento, etc., que aqui são oferecidos, provirem da Espanha. Mas essa contradição não tem a ver com a “autenticidade”, senão com as políticas culturais dos países vizinhos, que preferem exportar mão de obra especializada a investir recursos por não ter, em verdade, um projeto de integração regional relativamente autônomo. A Argentina, por exemplo, se tivesse decisão de intervir na difusão do espanhol em São Paulo, não precisaria nem sequer arcar com deslocamento de profissionais: bastaria reunir as dezenas de professores argentinos que damos aula na cidade e, durante anos, fomos ao Consulado com propostas que, sem exceção, foram desconsideradas. O caso do “Instituto Cultural Brasil-Argentina”, aberto em 1989 e fechado em 1998 por falência diante da falta de apoio do Consulado, é uma das melhores demonstrações de tal falta de interesse. O espaço crescente da Espanha no ensino de castelhano no Brasil é coerente com seu volume de investimentos cada vez maior neste país, e com a vinculação, também crescente, entre o Mercosul e a União Européia. Vale considerar, também, que para os interesses espanhóis, o fato da difusão e reprodução da língua espanhola no Brasil ter características e “sotaque” latino-americano ou não “caracterizar lugar nenhum” não representa qualquer contradição, já que os mesmos capitais que se direcionam ao Brasil têm também como alvo os países da Hispano-América.

Chegamos, então, ao reflexo, no ensino das nossas línguas, do que o Mercosul parece ser: uma refração regional do processo mundial de globalização. Nossos dois países, os maiores da América do Sul, se reaproximam em ocasião de algo que, em boa medida, não provém deles; mas de um processo mundial ao qual se adaptam como subsidiários.

Sintetizemos, então, as particularidades desta situação de contato: fragmentário, socialmente segmentado, gerado por um processo que, embora crie expectativas nos dois países, faz parte de uma globalização na qual seus povos não estão entre os favorecidos. Contato lingüístico – cultural entre países que herdaram sua língua de processos coloniais e têm resolvido de diferentes maneiras sua relação língua-nação. Línguas tidas como “parecidas” e entrecruzadas desde suas origens, agora faladas nestas duas nações vizinhas com histórias paralelas. Impõe-se, pensamos, para nos aproximarmos da complexidade que

⁴ Imput: categoria estabelecida por Krashen (1995) e que denomina todo o ouvido e lido na língua alvo.

é, neste aqui-e-agora, o confronto do “um” com a língua do “outro”, um marco teórico para a abordagem dessas identidades lingüístico - culturais, dessa relação “próprio” / “alheio” que neste caso, mais do que sempre, não pode ser homogênea senão tensa e entremesclada. A essa tarefa está dedicado o Capítulo II.

1ª parte. Identidade cultural, língua, discursividade: como as articulamos neste trabalho

1. Identidade e representações sociais

Na produção e conservação das identidades sociais, uma de cujas dimensões é a identidade cultural, participam as chamadas *représentações* sociais. Autores que as abordam de diversas áreas das ciências humanas – Moscovici (1978), Bourdieu (1985 e 1995), Jodelet (1989), Zaraté (1993) – coincidem em considerá-las conhecimentos elaborados na interação social, com um fim prático nessa interação. Esse fim aparece relacionado, em geral, à criação e manutenção de uma “realidade”, de um recorte do mundo. Devido a essa gênese e a esse propósito, as representações são dinâmicas e conflituosas. Seu envolvimento na constituição e permanência das identidades sociais é explicado assim por Jodelet (1989, 45):

La position occupée par la représentation dans l'ajustement et le développement du sujet à son environnement, la fera qualifier par certains de concepts psychosociaux [...] L'expression identitaire déjà soulignée par Durkheim: "Ce que les représentations collectives traduisent c'est le façon dont le groupe se pense dans ses rapports avec les objets qui l'affectent" (1895, p. XXIII) [...] On conçoit, dès lors, que la représentation remplisse certaines fonctions dans le maintien de l'identité sociale et de l'équilibre métacognitif qui s'y trouve lié.

O caráter conflitivo das representações pode ser definido em relação a domínios diferentes e receber, em consequência, explicações diversas. Antecipamos aqui um problema de postura que vai percorrer o conjunto do nosso trabalho e que será retomado em vários momentos dele: a abordagem do caráter social da subjetividade. Com efeito, os diferentes marcos teóricos dos que nos utilizaremos (Sociolinguística, Teoria Social, Teoria

Capítulo II

O “próprio”, o “alheio” e a proximidade no contato lingüístico - cultural. Pontos de partida e propostas para uma abordagem

1ª parte. Identidade cultural, línguas, discursividade: como as articularemos neste trabalho

1. Identidade e representações sociais

Na produção e conservação das identidades sociais, uma de cujas dimensões é a identidade cultural, participam as chamadas *representações sociais*. Autores que as abordam de diversas áreas das ciências humanas – Moscovici (1978), Bourdieu (1985 e 1995), Jodelet (1989), Zarate (1993) – coincidem em considerá-las conhecimentos elaborados na interação social, com um fim prático nessa interação. Esse fim aparece relacionado, em geral, à criação e manutenção de uma “realidade”, de um recorte do mundo. Devido a essa gênese e a esse propósito, as representações são dinâmicas e conflituosas. Seu envolvimento na constituição e permanência das identidades sociais é explicado assim por Jodelet (1989: 45):

La position occupée par la représentation dans l'ajustement pratique du sujet à son environnement, la fera qualifier par certains de compromis psychosocial [...] Expression identitaire déjà soulignée par Durkheim: 'Ce que les représentations collectives traduisent c'est le façon dont le groupe se pense dans ses rapports avec les objets qui l'affectent' (1895, p. XVII) [...] On conçoit, dès lors, que la représentation remplisse certaines fonctions dans le maintien de l'identité sociale et de l'équilibre sociocognitif qui s'y trouve lié.

O caráter conflitivo das representações pode ser definido em relação a domínios diferentes e receber, em consequência, explicações diversas. Antecipamos aqui um problema de postura que vai percorrer o conjunto do nosso trabalho e que será retomado em vários momentos dele: a abordagem do caráter social da subjetividade. Com efeito, os diferentes marcos teóricos dos que nos utilizaremos (Sociolingüística, Teoria Social, Teoria

da Enunciação, Análise do Discurso) explicitam concepções da subjetividade na linguagem que, embora diferentes, coincidem no seu caráter social. O sujeito social é entendido como oposto ao indivíduo que escolhe e controla seu dizer e o utiliza para “expressar” até seu posicionamento social. Porém, essa dimensão social, se abordada da singularidade de um sujeito empírico ou das de vários, encontra determinações (algumas delas) muito diferentes das que acha na particularidade de um grupo social, mais ainda se, como na nossa pesquisa, o que delimita *a priori* os grupos que confrontamos são línguas e nações. Em conseqüência, mesmo sob o risco de parecermos reducionistas ao social, ou deterministas sociais, privilegiaremos a não singularidade no nosso escopo. No que tange às representações sociais, adotaremos a perspectiva de Bourdieu (1990 e 1995) para a explicação da sua gênese e de seu caráter conflituoso.

No capítulo “Espacio social y génesis de las clases” da primeira obra referida, Bourdieu propõe que o mundo social é construído pelos agentes que nele atuam por meio de um trabalho de representação. Os esquemas de percepção que permitem aos agentes enxergá-lo não são neutrais, mas o resultado de “lutas simbólicas” anteriores pela produção e imposição da visão “legítima” do mundo, e expressam a relação de forças nessas lutas. Assim, as categorias da percepção do mundo social são, essencialmente, “*el producto de la incorporación de las estructuras objetivas del espacio social*” (1990:289) e é sob a forma dessas categorias que as relações de força estão presentes nas consciências. O dispositivo de cognição social que, gerando classificações, permite a reprodução dessa percepção nos sujeitos é denominado *habitus*, assim explicado em 1995: 3:

El discernimiento que está en el principio tanto de los actos clasificatorios como de sus productos, es decir, de las prácticas, los discursos o las obras diferentes, y por lo tanto discernibles y clasificables, no es el acto intelectual de una conciencia capaz de plantear explícitamente sus fines en una elección deliberada entre posibles constituidos como tales mediante un proyecto, sino que es la operación práctica del *habitus*, es decir, de esquemas generadores de clasificaciones y de prácticas clasificables que funcionan en la práctica sin acceder a la representación explícita, y que son el producto de la incorporación, bajo la forma de disposiciones, de una posición diferencial en el espacio social –definido, precisamente, como lo hace Strawson, por la exterioridad recíproca de las posiciones. Porque el *habitus* está ligado genéticamente (y también estructuralmente) a una posición, siempre tiende a expresar, a través de los esquemas que constituyen su forma incorporada, tanto el espacio de las posiciones diferentes u opuestas (por ejemplo: alto/bajo) que son constitutivas del espacio social, como una toma de posición práctica sobre ese espacio (algo así como “yo estoy arriba o abajo y me debo a mi posición”). Su tendencia a perpetuarse según su determinación interna, su *conatus*, al afirmar su autonomía en relación con la situación (en lugar de someterse a la determinación externa del ambiente, como la materia),

constituye una tendencia a perpetuar una identidad que es una diferencia. También está en el origen de las estrategias de reproducción que tienden a mantener los intervalos, las distancias, las relaciones de orden, cooperando en forma práctica (y no de manera consciente y deliberada) a la reproducción de todo el sistema de las diferencias constitutivas del espacio social.

Neste trabalho recorreremos algumas vezes a hipotéticas semelhanças e dessemelhanças de *habitus* entre os espaços culturais argentinos e brasileiros cujo contato-confronto analisamos, decorrentes de outras quanto à estruturação objetiva dos espaços sociais que os contém. É pertinente, portanto, salientarmos que *habitus* não é “conjunto de representações” senão um princípio gerador (“lógico e axiológico”, segundo Bourdieu) muito mais abstrato, que as precede e participa da sua constituição. Não fazê-lo significaria desconhecer que “representação” é representação de um objeto (acontecimento, imagem, palavra, instituição, etc.) e que, necessariamente, a maioria desses existentes não está nem poderia estar da mesma maneira no meio físico dos dois grupos objetos da nossa pesquisa.

Voltemos agora para as identidades sociais, estabelecido já o caráter representacional das mesmas. Valenzuela Arce (1993) as define como construções semantizadas que assinalam limites do pertencer e da exclusão em relação com um âmbito determinado, no qual criam um laço comunitário. Para Moscovici & Vignaux (1994), as representações que as sustentam são de tipo argumentativo, opositivo, leis de distribuição do *si mesmo* em relação com os outros e com o mundo. Para Zarate (1986:23), sua principal expressão discursiva é o *implícito cultural* compartilhado na produção de sentido:

Qu'il s'agisse du partage alusif entre une communauté familiale, régionale, nationale, etc., l'enjeu reste le même: signifier l'appartenance à une groupe social et conjointement construire une ligne de démarcation entre ceux qui partagent le sens évoqué dans la communication en cours et ceux qui ne le partagent pas. Dans toute communauté culturelle, l'implicite joue un rôle décisif: il impose une frontière sociale efficace et discrète.

Porque se constróem em um espaço social heterogêneo e por seu caráter representacional, as identidades sociais são instáveis e dinâmicas. Muito especialmente as identidades culturais, que não se reproduzem, como a *nacional*, a través de mecanismos institucionalizados, mas nas diferentes praxes grupais do cotidiano. Além disso, dentro de cada espaço social, as identidades são múltiplas, porque se estabelecem diferentes laços comunitários.

O desenvolvimento do trabalho e a leitura deste marco teórico mostram por si mesmo que não assumimos previamente a concepção da subjetividade na linguagem que predomina nessa corrente de pensamento, especificamente quanto à integração de conceitos de Peirce e de Habermas e, é claro, as múltiplas consequências que

Assim, a diversidade e não a uniformidade é constitutiva da cultura. No jogo conflituoso de identificações, que acontece no contato e não na separação (Pratt:1989), *através* e não *dentro* dos limites dos grupos, são constituídos, na interação verbal, os núcleos de todo tipo de afinidade: geracional, política, religiosa, estética, socioeconômica, sexual, étnica, bem como aqueles atrelados a denominações relativamente mais instáveis e que combinam traços de diferentes ordens da vida social, como “os colegas”, “minha gente”, “a turma”, “os corpos docente e discente”, “a tribo”, “o povão”, “os *under*”, etc. Na medida em que essas identificações se conformam em relação conflituosa com seu exterior, a alteridade é constitutiva delas.

Em síntese; em virtude de seu dinamismo e conflitividade, abordaremos as representações identificatórias de qualquer grupo social como uma articulação particular de tensões entre identidade e alteridade.

2. Identidades, discurso, língua e línguas: a necessidade de uma dimensão histórico - social

Para as representações identitárias se reproduzirem e funcionarem, em conseqüência, como elo, necessitam materializar-se em signos de algum sistema semiótico. Aqui abordaremos sua materialização discursiva, isto é, com base no sistema lingüístico. É pertinente, então, especificar escolhas teóricas quanto a conceitos como “língua”, “línguas” e “discurso”.

Na avaliação das primeiras experimentações que fizemos com práticas de reformulação em língua estrangeira, antes da amostra que é base desta tese, vimos a necessidade de considerar uma dimensão interdiscursiva para explicarmos as regularidades encontradas nessas práticas. Foi essa necessidade que nos aproximou das reflexões da escola francesa de Análise do Discurso, em particular de trabalhos de Michel Pêcheux e Catherine Fuchs, e, mais recentes, de Dominique Maingueneau. É das concepções desses pesquisadores que tomaremos, em termos gerais, a relação língua – discurso; *especificamente* as relações entre “base lingüística”, “processos enunciativos” e “processos discursivos”.¹

¹ O desenvolvimento do trabalho e a leitura deste marco teórico mostrará por si mesmo que não assumimos plenamente a concepção da subjetividade na linguagem que predomina nessa corrente de pensamento, especificamente quanto à integração de conceitos da Psicanálise e, é claro, às múltiplas conseqüências que

Partiremos não de uma afirmação mas de um interrogação, proposta e deixada em aberto em 1983 por Michel Pêcheux (1997a:313) em um dos seus últimos escritos. Começar por esse tipo de modalidade enunciativa de uma “voz” amplamente autorizada é nossa maneira de reconhecer que não contamos com certezas consagradas em torno à relação língua - discurso:

O que faz com que textos e seqüências orais venham, em tal momento preciso, entrecruzar-se, reunir-se ou dissociar-se? Como reconstruir, através desses entrecruzamentos, conjunções e dissociações, o *espaço de memória* de um corpo sócio-histórico de traços discursivos, atravessado de divisões heterogêneas, de rupturas e de contradições? Como tal *corpo interdiscursivo de traços* se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela, mas também nela? (grifado no original)

Nessas perguntas aparecem as problemáticas tratadas pela AD que mais interessam em nosso trabalho. Começaremos por “uma língua”, sintagma que consideraremos, primeiro, na sua acepção mais indefinida (uma língua e não uma outra coisa). Nas primeiras formulações da AD (69), que Pêcheux caracteriza no mesmo texto como “AD-1”, há diversas críticas à concepção saussureana de língua. Elas se referem à oposição língua-fala e ao caráter institucional da língua, e têm a finalidade de questionar a suposta “liberdade” do sujeito falante e de dar para a língua um lugar do “a partir” nos processos discursivos (Pêcheux: 1997b). No texto de 83, fazendo uma revisão crítica da etapa 69, afirma que, naquela época, a língua era caracterizada como “base invariante” sobre a qual se justapõem os processos discursivos. O mesmo par “base lingüística” / “processos discursivos” aparece em 1975 (“AD-2”), com relações muito mais explicitadas. Com efeito, Pêcheux e Fuchs (1997: 179), definindo os limites de suas propostas em relação a outras posturas que teorizam o discurso, afirmam:

Diante destas duas deformações da realidade designada pelo termo “discurso”, achamos útil introduzir a distinção entre base (lingüística) e processo (discursivo) que se desenvolve sobre esta base, distinção que, achamos, somente ela pode autorizar a consideração das relações de contradição, antagonismo, aliança, absorção... entre formações discursivas que pertencem a formações ideológicas diferentes, sem implicar, para tanto, a existência mítica de uma pluralidade de “línguas” pertencendo a estas diferentes formações.

dessa integração derivam. Como nosso trabalho também não está direcionado a discutir essa concepção, limitamo-nos a esclarecer a decisão tomada.

Mesmo não se utilizando aqui, nem no resto do referido texto, o termo “invariante”, vemos que está implícito na rejeição à “existência mítica de uma pluralidade de línguas”. Como o contexto do trecho permite ver que a pluralidade a que se referem é aquela suposta por quem propõe línguas diferentes segundo a posição social, podemos compreender também o alcance da idéia de “invariante”. Ela não deve ser interpretada como uma negação da mudança lingüística nem da variação social ou regional. Pelo contrário, vê no sistema lingüístico uma plasticidade tal que lhe permite servir de base (ser lugar de efeito de sentido; um território de luta, em termos bakhtinianos) para a multiplicidade dos processos discursivos. A língua é definida como invariante só em relação a essa heterogeneidade.

O vínculo, para os mesmos autores, entre a base lingüística e os processos discursivos, são os processos de enunciação. Eles são vistos no referido texto como seleção que separa o dito do não dito, seleção determinada, por sua vez, pelo interdiscurso, naquela etapa da AD estreitamente relacionado aos conceitos de “ideologia” e “inconsciente”. A enunciação e as marcas relacionadas a ela são valorizadas como um “ponto central” para a análise, que traz conseqüências para a “concepção da língua”: o léxico será considerado um conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe, que é “o modo de organização (próprio a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas” (pág. 176).

Note-se que, neste “uma determinada língua”, o sintagma “uma língua” do qual partimos para esta reflexão já não pode ser visto como “(é) uma língua, não uma outra coisa”. Essa diferença, que poderia não merecer atenção em uma leitura da AD ou da obra de Pêcheux como teoria geral do discurso, é crucial para nosso trabalho, no qual confrontaremos aspectos da discursividade em duas “línguas determinadas”. Ainda podemos ver, no parêntese de Pêcheux e Fuchs, “(próprio a uma determinada língua)”, um grau de “determinação” menor ao que necessitamos. Com efeito, o que eles estão fazendo é explicar a relação que encontram entre base lingüística e processos enunciativos, para o qual se vêem na necessidade de articular esses últimos com o léxico e a sintaxe, e, conseqüentemente, há aí a referência a um modo próprio em cada língua. Mas o assunto continua sendo, para eles, “língua” e “discurso” em geral, a polêmica é contra outras

Rajagopalan (1998) desenvolve uma interessante reflexão sobre as conseqüências da diferenciação entre “a língua” / “uma língua”, concluindo que “uma língua” apenas faz sentido “quando entendido como sendo geopolítico” (25).

articulações teóricas de ambos os domínios, e não requer a problematização de como cada “(já) determinada língua” se “determinou”.

No nosso trabalho, mesmo sabendo que nossas línguas têm diferentes sintaxes que “organizam os traços das referências enunciativas”, é pertinente apontar que não é essa diferença o que faz que existam como “espanhol” e “português”. A determinação de uma língua como distinta das outras, seu fechamento sob um nome como começo de sua standardização, *é um ato político*, sustentado em representações sociais de identidade cultural, nacional, étnica, etc., representações que por sua vez reforça e reproduz. Ato de *violência simbólica* (Bourdieu e Passeron, 1992) efetuado de lugares de poder, eficiente sobre o léxico e a sintaxe, e nunca derivado deles, o contato entre os espaços que separa pode afirmá-lo ou questioná-lo². Esse contato só pode se verificar entre “discursos empíricos”, “superfícies lingüísticas”, se utilizarmos as denominações de Pêcheux e Fuchs. Sobre esses discursos, pesa a percepção do que já foi institucionalizado como “duas línguas”, embora os processos discursivos se entrelacem através deles. Mas se de percepções se trata, não podemos desconhecer outra: a sensação de “entender-se” entre falantes dos dois idiomas, à qual fazem referência quase todos os trabalhos sobre “proximidade” (ver segunda parte deste Capítulo), e que atualiza, em cada espaço “próprio”, a alteridade que os atos político – lingüísticos foram opacificando. E no uso que cada grupo faz da língua “alheia”, a própria materialidade lingüística se vê questionada como a de “uma (e não outra) língua”.

Trataríamos, então, o contato lingüístico português-espanhol como desenvolvido sobre uma só “invariante”? Também não consideramos essa uma solução pertinente. Os múltiplos atos políticos de diferenciação e standardização dos dois idiomas, bem como a vida das populações em nações diferentes, já tiveram suficiente eficácia e têm acumulado e ajudado a desenvolver, durante séculos, inúmeras diferenças lexicais e sintáticas. A fundamentação que desenvolveremos sobre a pertinência da discursividade ser observada, em seus conflitos e alianças, através dos idiomas e não em cada um deles não nos leva a negar a diferença entre as “bases lingüísticas”, senão a relocalizá-las em função do estudo da discursividade no contato. Afinal, não se pode pretender dar conta da discursividade em

² Rajagopalan (1998) desenvolve uma interessante reflexão sobre as conseqüências da diferente determinação em “a língua” / “uma língua”, concluindo que “uma língua” apenas faz sentido “quando entendido como sendo geopolítico” (25).

um processo de contato lingüístico - cultural decalcando a mesma articulação língua-discurso que se aplicou para comparar as discursividades da esquerda e da direita na França (por mencionar um tema “clássico” da AD) ou qualquer outro em que não estivesse em jogo a estrangeiridade lingüística. Queremos evitar homogeneizações arbitrárias do tipo “o brasileiro quando fala espanhol”. Não é possível pressupor que seu discurso vai construir sentido sobre uma base lingüística com o mesmo grau de invariância que no caso de Mitterrand falando, em francês, sobre economia, para os franceses. Nem desconhecer que esse “espanhol” resulta, ao ter nome na análise, de uma delimitação político-lingüística.

Preferimos propor, como base do contato, sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos que analisaremos, *uma materialidade complexa*, que contém *duas invariantes cuja diferenciação é inacabada*, e nela se desenvolvem os processos enunciativos.

Essa materialidade não deve ser confundida com o que nas teorias da aquisição (Krashen, 1995; Roberts, 1999) se chama “interlíngua”, o sistema instável que o aprendiz vai desenvolvendo à medida que avança sua aquisição da língua estrangeira. Ela é um fenômeno cognitivo e individual, que pode mudar dia após dia em cada aprendiz. Aqui se trata de um construto que propomos para explicar sobre qual materialidade se realizam os processos discursivos no contato lingüístico-cultural. Resulta da dupla necessidade de reconhecer o invariante da base lingüística em relação à heterogeneidade do discurso e de diferenciar essa base de outras em que o discurso não é “entre estrangeiros”. O inacabamento de suas invariantes é constitutivo do contato e não depende da maior ou menor aquisição.

Por outro lado, cada invariante da materialidade tem seu modelo em cada idioma, o que impede identificá-la com outras materialidades resultantes do contato, como os “pidgins”, dadas as características do contato lingüístico-cultural que descrevemos no Capítulo I: idiomas plenamente standardizados, contextos institucionais de aprendizagem, etc.

Estabelecida esta primeira relação discurso-línguas, voltemos para as interrogações de Pêcheux no começo deste tópico. A primeira delas, “*O que faz com que textos e seqüências orais venham, em tal momento preciso, entrecruzar-se, reunir-se ou dissociarse?*”, resume a visão do funcionamento e da produção social do discurso que adotaremos neste trabalho: um corpo interdiscursivo heterogêneo onde não é o sujeito “que

faz”, mas ele resulta do entrecruzamento. A segunda interrogação, sobre o “espaço de memória”, remete aos processos enunciativos enquanto seleção do “dito” e do “não dito” mas numa dimensão histórico-social, dimensão iniludível no nosso trabalho porque é nela, em última instância, que queremos questionar a “proximidade” das línguas. Sobre a relação discurso - história, consideramos a seguinte proposta de Gregolin (1998) uma síntese da articulação que terá neste trabalho:

Na medida em que os sentidos se constituem no movimento de materialização do exterior nas formas lingüísticas, é preponderante o papel da memória na produção de sentidos pois a determinação histórica faz com que a interpretação dependa do reconhecimento do interdiscurso que apaga (oculta) ou desvela (revela) significados.

E chegamos aqui à última interrogação que tomamos de Pêcheux: “*Como tal corpo interdiscursivo de traços se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela, mas também nela?*”, ao qual, para nossos propósitos, devemos acrescentar como “através de duas línguas em contato”. É, porém, pertinente postular um interdiscurso reconhecível através das fronteiras lingüísticas e nacionais? Não vemos motivo para dar uma resposta negativa, e acreditamos, ainda, que esse interdiscurso e seu reconhecimento se fazem mais complexos porque cobram uma nova dimensão de alteridade / identidade justamente na materialidade lingüística de sua realização.

3. A delimitação dentro de um vasto campo de possibilidades

O exposto nos pontos anteriores poderia abrir caminho a inúmeros desenvolvimentos práticos. Trata-se de inter-relacionar o lingüístico com processos discursivos, ambos com suas materializações em línguas estrangeiras ou em falas de estrangeiros em línguas, estrangeiros mais ou menos próximos por determinações histórico - sociais. Também, e como consequência de considerar essas determinações, aproximar-se das representações sociais que participam da conformação de identidades culturais, dos *habitus* que reproduzem as condições de existência e as relações de força nessas representações, por sua vez veiculadas pelo discurso.

Há muitas escolhas que podem ser feitas nesse território, e a nossa está determinada pelo propósito, enunciado na Introdução, de deslocar as considerações sobre “proximidade

lingüística” para sua observação no contato lingüístico e a partir da discursividade. Vemos esta tese e a pesquisa que a sustenta como nosso primeiro passo nessa tarefa. E decidimos começar no lugar onde a base lingüística e os processos discursivos se entrelaçam produtivamente: *os processos de enunciação*, em especial alguns de seus mecanismos. É claro que isso vai significar remeter-nos às bases lingüísticas e a outros discursos, coisa que faremos, mas a partir desse primeiro olhar.

Há outras possibilidades, é claro. Poderíamos, por exemplo, articular esses mesmos domínios de trabalho em torno a algum gênero discursivo ou a alguma área da atividade humana. Isso nos permitiria uma remissão muito mais nítida e direta ao interdiscurso e a recortes da ordem do ideológico, chamem-se “representações” ou “formações ideológicas”. No entanto, consideramos que essas articulações em torno a outros objetos, que, como explicamos no Capítulo VI, queremos desenvolver em próximas pesquisas, possam beneficiar-se muito das conclusões de uma observação mais sistemática e pontual de tendências enunciativas, não absolutas mas com algum grau de predomínio, nas discursividades que entram em contato, tendências que, acreditamos, mostram uma relativa independência dos gêneros e das situações empíricas em que o contato se desenvolve. Também consideramos que, por sua implantação nessa região onde língua e discursividade não se evidenciam, a análise dessas tendências enunciativas pode contribuir com estudos contrastivos entre PB e E que operam sobre outros níveis do funcionamento lingüístico.

4. As tendências enunciativas como campo de reflexão sobre a discursividade

Para introduzir o território onde localizaremos esta pesquisa, observaremos dois enunciados, coletados na pesquisa de campo que sustenta as análises desta tese³:

A039: tiene identidad, integral, es ésta.

B010: tiene dos nombres: el nombre personal, o el que todos conocen, y el nombre de la origen.

³ A descrição da metodologia empregada encontra-se nos capítulos III e IV.

Ambos correspondem a respostas ao pedido de “equivalências” para o segmento “*Tiene nombre y apellido*” del texto 2 em espanhol; isto é, orientadas por um propósito de explicar o sentido dessa formulação na propaganda de Movicom-Bellsouth. Podemos observar que ambas respondem satisfatoriamente à noção vaga de equivalência com que habitualmente lidamos no discurso pedagógico e que não há nada que impeça que sejam validadas como compreensão adequada em língua materna ou estrangeira, compreensão que também deu conta, nelas, de algum funcionamento retórico de “*nombre y apellido*” nessa propaganda.

Mas encontramos entre elas algumas diferenças que não têm a ver com esse tipo de avaliação, senão com a cena que constroem na enunciação⁴. Na primeira há, além do “eu” e o “tu” de toda enunciação, aqui não explicitados morfologicamente, somente um protagonista: aquele de quem se diz que tem identidade. Na segunda há, pelo menos, dois: aquele que tem nome e os “*todos*” que o conhecem. E se pode pensar num terceiro, embora sua referência seja incerta: “*la origen*”. Na primeira, o dêitico “*ésta*” reforça a exclusividade do protagonismo e remete à interação presente “eu” / “tu”. Na segunda, “*todos*” se localiza em um presente não atualizado. Vistas em relação com a formulação da propaganda de Movicom-Bellsouth, a primeira representa “*tener nombre y apellido*” a partir da identidade, da permanência do mesmo, e a segunda a partir do reconhecimento exterior⁵. Na análise que desenvolvemos nos capítulos IV e V chamamos respectivamente “endocêntrica” e “exocêntrica” a essas perspectivas de representação. Aqui, ainda não aprofundaremos esse aspecto da análise; apenas destacamos que houve, na produção de cada um dos enunciados, seleções diferentes do dito / não dito. E essa diferença nos processos enunciativos indica um posicionamento diferente no interdiscurso e em relação à sua historicidade:

La condition essentielle de la production et de l'interprétation d'une séquence n'est pas inscriptible dans la sphère individuelle du sujet psychologique: elle réside en fait dans l'existence d'un corpus socio-historique de traces discursives constituant l'espace de mémoire de la séquence. Le terme d'interdiscours caractérise ce corps de traces comme matérialité discursive, extérieure et antérieure à l'existence d'une séquence donnée, dans la mesure où cette matérialité intervient pour la constituer.

⁴ Maingueneau (2000) articula vários conceitos em torno da encenação que se produz em todo texto, à qual denomina “cena da enunciação”, em estreita relação com o ethos e com o emprego das pessoas.

⁵ A propaganda de Movicom – Bellsouth, como explicamos no Capítulo V, 4.3, constrói essas duas possibilidades para a leitura dessa frase.

Le non-dit de la séquence n'est donc pas reconstituable sur la base d'opérations logiques internes, il renvoie ici à du déjà dit, du dit ailleurs: ainsi, la notion discursive de pré construit doit-elle être distinguée de la notion logique de présupposition, de même que la notion discursive de discours transverse se distingue de la notion logique d'implication. (Pêcheux, 1990b: 289, grifo no original).

É claro que não é a que apontamos a única diferença entre essas duas frases quanto aos processos enunciativos que as constituíram, mas é uma delas e a que nos interessa enfocar. Ela tem a ver, como dissemos, com a representação do espaço imaginário dos protagonistas da cena. Em A039 vemos uma delimitação mais nítida do espaço da empresa – pessoa enunciada: que *ela* tem nome quer dizer que *ela é ela*. Em B010, o espaço de “ela” é dado a partir de outros.

Poderíamos observar essa mesma delimitação em outras reformulações de “*Tiene nombre y apellido*”. Poderíamos, também, encontrar outros enunciados em que essas diferentes configurações apareçam já não somente para delimitar 3as. pessoas, mas também 1as. e / ou 2as. E a que tipo de categoria estaríamos chegando por meio dessa generalização? A um parâmetro da estruturação enunciativa.

Como operar com uma categoria dessa ordem? Em primeiro lugar, pode ser efetivamente uma variável quando não existem restrições do gênero do discurso que a orientem de forma regrada. Em segundo lugar, já como exigência de rigor metodológico, deve traduzir-se, para cada aplicação, em indicadores bem delimitados e diferenciados do que poderia ser ocasionado por restrições sintáticas. Em terceiro lugar, seria muito pouco o que dissesse ela sozinha sem ser posta em relação com outras categorias da estruturação enunciativa e com o que na enunciação é representado.

Para que operar com categorias dessa ordem? Porque articulando-as na observação e análise de enunciados podemos determinar regularidades da ordem da discursividade. Há duas problemáticas que isso traz à tona. Uma é a especificação de que alcance damos à particularização da discursividade em grupos nacionais (falaremos muito nesta tese de “discursividade argentina / brasileira”), e dela trataremos no ponto seguinte. A segunda é a da relação problemática entre as configurações enunciativas⁶ e o sentido.

⁶ Kerbrat Orecchioni (1986:218) utiliza o termo “modalidades enunciativas” para referir-se a determinadas combinações de marcas lingüísticas que inscrevem a subjetividade na linguagem. Em outra parte do livro (42) usa a expressão “modalidades de existencia de lo que con Benveniste llamaremos ‘la subjetividad en el lenguaje’”. Os termos “parámetros enunciativos” e “parámetros lexológicos”, dos quais se utiliza repetidas

Lembremos a respeito que os processos enunciativos encontram organicidade na sintaxe mas que não são uma “forma” que pode preencher-se de “conteúdos” diversos. A combinação de unidades léxicas com variações aspectuais, modais, encenação de personagens, embreagem de interlocutores, é *ela mesma* investidora de sentido. É claro que esse sentido somente é significativo, *para o analista (o lingüista, o sociólogo, o antropólogo, etc.)*, na relação crítica com algo exterior ao enunciado: os temas, as situações, os comportamentos sociais, a interação; do nosso ponto de vista, a vinculação com outros enunciados, outros discursos e com a construção do mundo social no trabalho de representação, tanto no que já está dado no plano do *habitus* ou da ideologia quanto na re-representação desse mundo que os mecanismos enunciativos efetuam.

Praticamente qualquer trabalho que consideremos sobre “enunciação”, e qualquer que seja a dimensão ou localização dada ao “sujeito discurrente” no processo⁷, dá conta de orientações diferentes do enunciado para seu exterior relacionadas a mecanismos enunciativos diferentes. A idéia já está presente, cremos, em Bakhtin (1982: 272), nos “matizes dialógicos” conferidos pelo que ele chama “expressividade” no enunciado. Por dar só alguns outros exemplos em perspectivas muito afastadas quanto à concepção da subjetividade na linguagem, Trew (1983) desenvolve interessantes análises sobre o efeito ideológico de algumas seleções enunciativas. E podemos ler em Pêcheux, Léon, Bonnafus e Marandin (1997: 273) que as “modalidades enunciativas” podem apontar lugares de interferência entre formações discursivas, que, como se sabe são, para essa teoria, o lugar que confere sentido a uma seqüência e a relaciona a formações ideológicas⁸, e que o estudo da enunciação pode ser “um ângulo de ataque” para descrevê-las.

Em síntese, o estudo de regularidades em diferentes parâmetros da configuração enunciativa de diversos enunciados, se posto em uma relação pertinente com o interdiscurso e com fatores ideológicos, não é um estudo apenas da forma lingüística, senão da discursividade.

vezes, não equivalem ao anterior porque se referem a alguma ordem determinada de procedimentos. Manter o termo “modalidade enunciativa” para nos referirmos a uma combinação determinada de diferentes parâmetros traz o risco de confusão com categorias da modalidade, que é um tipo determinado de marcas da enunciação. Preferimos, então, usar “modo de enunciar” (Serrani, 2001:40, e com mais descrição em 48-49) ou “configuração enunciativa”.

⁷ Kerbrat – Orecchioni (op. cit., 220-239) desenvolve um percurso por esses deslocamentos em diferentes autores.

⁸ Uma explicação detalhada desse mecanismo pode ler-se no artigo já citado de Pêcheux e Fuchs, 164-171.

Mas o que é que nos autoriza a reunir esses “diversos enunciados”? Os critérios podem ser vários e dependem do que se queira estudar. No nosso caso, os enunciados que reunimos são de um corpus obtido em condições experimentais relativamente homogêneas e direcionadas a focalizar, de um modo que podemos chamar “molecular”, determinados aspectos dos processos enunciativos. Quanto à homogeneidade dessas condições e a uma precisão maior sobre esse “modo molecular”, remetemos ao Capítulo III, sobre a metodologia de trabalho e sobre a prática discursiva escolhida, que, como antecipamos na Introdução, foi a reformulação parafrástica dos mesmos segmentos de enunciados em ambas as línguas por estudantes de ambos os países. Queremos agora passar a explicar quais aspectos dos processos enunciativos nos interessa estudar em função de uma hipótese sobre regularidades em suas configurações. Isso impõe retomar, primeiro, o interrogante deixado quatro parágrafos atrás sobre que alcance damos a particularizações como “discursividade argentina” / “discursividade brasileira”, porque, não esqueçamos, é da problemática de “duas línguas” que é gerado este trabalho.

5. Discursividades “brasileira” e “argentina”?

Em primeiro lugar, esclareçamos que “discursividade” não é uma categoria de classificação afirmada nas teorias ou atrelada, nelas, a uma conceitualização mais ou menos precisa ou polêmica, como pode ser, por exemplo, “formação discursiva”, que é, precisamente, um tipo de “formação” diferente de outras. Quem diz “*formação discursiva*”, afirma que o que vai atribuir a esse domínio é algo mais ou menos consolidado e estável, formado em torno a algum ou a vários tipos de regularidade⁹. E que esse algo é da ordem do discurso, diferentemente do que é uma “formação econômica”, “social”, “ideológica”. Outros exemplos de categorias mais ou menos consolidadas em taxionomias são “universo” / campo / espaço discursivo” (Maingueneau, 1987: 85-87), “gêneros discursivos”, “tipos discursivos”.

“Discursividade” abrange o que é da ordem do discurso, apontando que não é de outras ordens. Dizer que um fenômeno é da discursividade, ou que está na discursividade

⁹ Estamos apenas explicando a título de exemplo, não é nossa intenção entrar aqui nas discussões que, sabemos, o termo “formação discursiva” gera nos estudiosos da AD sobre sua consideração mais rígida ou mais laxa.

indica que é no discurso (ou no seu funcionamento) que se enquadra esse fenômeno. Mas no uso de “discursividade” vemos que, como no par “a língua” / “uma língua”, a determinação joga um papel importante.

Quando se propõe “a discursividade X”, o que se faz é um recorte no imenso campo da produção discursiva, para referir-se aos enunciados produzidos por falantes empíricos de um setor da humanidade, especificamente *ao funcionamento discursivo neles* (não, por exemplo, à sintaxe ou ao vocabulário isoladamente).

Quando aqui dizemos “a discursividade brasileira” ou “a discursividade argentina”, estamos destacando o que é da ordem do funcionamento discursivo nos enunciados de brasileiros e argentinos, e não pressupondo homogeneidade argentina ou brasileira nessa ordem. Um recorte conceptual desse tipo é produtivo quando se quer estabelecer uma diferença de objeto com o estudo de algum nível determinado do lingüístico: sintaxe no espanhol da Argentina, fonologia do PB, etc. No entanto, ao utilizar-se “discursividade” com esses adjetivos, há também um sentido de regularidade. Não é uma formulação que anuncia regularidades, mas que as procura; está feita para procurá-las contrastivamente, sem que isso signifique pretender um “discurso argentino” ou um “discurso brasileiro”, homogeneidade lingüístico - nacional do discurso que é exatamente o oposto do que pretendemos.

Nessa Existem duas línguas ditas próximas e existem dois países vizinhos que têm, cada um deles, uma dessas línguas como língua “oficial” e de “uso generalizado”¹⁰. Não somos nós que criamos essa diferença, ela está dada *a priori* política e historicamente, e, ao tentarmos questioná-la, é mister estabelecermos um contraste inicial. Os grupos com que trabalhamos resultam de uma delimitação lingüístico - cultural e nacional e do que se trata é precisamente de problematizar e começar a analisar os três termos dessa alteridade (língua, cultura, nacionalidade) no lugar que pode apreendê-los na sua relação contraditória: as práticas discursivas. Acreditamos que integrar regularidades discursivas contrastáveis nessa análise e observar como se entrelaçam na materialidade lingüística “própria” e “alheia” desestabiliza o que se considera “sentido dado” em cada língua. Também que colocar essas regularidades não absolutas, mas desiguais, em relação com a história e as representações sociais desestabiliza estereótipos e propicia aberturas para estudos integrados da nossa vida

¹⁰ Categorias tomadas da tipologia que estabelece Fasold (1984).

lingüístico - cultural. Mas se nosso trabalho consegue isso, ou, pelo contrário, reforça a atual percepção de duas alteridades homogêneas, será confirmável na avaliação crítica de seus resultados, e não em declarações de princípios que fizéssemos.

Subsiste o problema da generalização no alcance desses adjetivos com que acompanhamos a denominação “discursividade”, o que se relaciona à representatividade das amostras. A respeito, não estamos contrapondo amostras representativas da imensa heterogeneidade sociocultural dos dois países, mas apenas de um segmento dela. Trata-se de estudantes majoritariamente jovens, da classe média culta das duas principais metrópoles da região do Cone Sul. Isso restringe o alcance das conclusões, mas permite enxergar regularidades que se estendem a outros segmentos sociais. As classes médias urbanas, ainda mais as de metrópoles que concentram importantes porções da atividade econômica de um país¹¹, são elos importantes da reprodução das ideologias e das representações sociais. Além disso, estes estudantes, por estarem se formando como profissionais na área, estão no eixo reprodutivo do contato, dadas as características do contato lingüístico que explicamos no Capítulo I. Cremos, então, que os resultados da experimentação devem entender-se como obtidos sobre um setor adulto – jovem, médio – urbano, inserido no sistema educativo (o qual o investe de considerável capital simbólico), de alta capacidade de incorporação e reprodução ideológica, e esses são os limites de sua representatividade. Nesses limites devem compreender-se, também, os adjetivos “brasileira” e “argentina” quando falamos de “discursividade”.

6. Reordenando os pontos de partida. A hipótese deste trabalho

Durante a convivência no Brasil, que já leva cinco anos, senti as belas e mobilizadoras conseqüências da “experiência do próprio estranhamento¹²”, já iniciada antes, quando comecei a estudar português em 1995, e que, espero, nunca *se me estabilicen*. Assumir um olhar de pesquisador diante de alguns fenômenos intuídos a partir dessa experiência não é necessariamente uma perda, já que a inserção desses fenômenos na

¹¹ Nesse aspecto, convém considerar a representatividade menor de São Paulo em relação a Buenos Aires, já que esta última concentra em muito maior proporção a atividade econômica e cultural nacional.

¹² Revuz (1998), de quem tomamos essa expressão, desenvolve uma brilhante explicação do processamento dessa experiência no sujeito singular diante da língua estrangeira.

sistematicidade do discurso científico os transfigura. Fica, então, o *anhelo de distancia* para novas rupturas e descobertas. E assumir que houve, primeiramente, intuição. Colocamo-nos, então, nesse olhar de pesquisador. Sintaxe, léxico, configurações enunciativas, efeitos de sentido, representações no senso comum, sociabilidade, memória social, determinações históricas, não são entidades que se apresentem delimitadas nem que se percebam nessa ordem no contato com a alteridade e com o que ela revela no estabilizado como “próprio”. A delimitação de umas contém já uma hipótese sobre as outras. Na verdade, elas já vem a nós “hipotetizadas” em lugares não científicos, ou, e esse é o risco maior, em campos da ciência que não assumem a linguagem como objeto científico com estatuto próprio, mas como mera forma que expressa um “conteúdo” descoberto em outros lugares.

Ao longo destes cinco anos desenvolvemos várias pesquisas das quais a mais reveladora foi a que difundimos, já parcialmente reavaliada, em Fanjul (2000). Ela foi inspirada inicialmente, na sua realização em 1998, no marco de nosso mestrado, na possibilidade de analisarmos relações entre línguas e determinações socioculturais em práticas discursivas de reformulação. A reavaliação feita em 2000, já no doutorado, nos levou a uma primeira conclusão, que é base para este trabalho, de que os mecanismos enunciativos se mostram como o lugar mais rico de observação, se efetivamente queremos abordar as determinações socioculturais como efeito de sentido que se produz *nas línguas*.

Decidimos, então, centrar nossa pesquisa em duas ordens desses mecanismos: a modalização de possibilidade / certeza e a delimitação dos espaços pessoais na construção das cenas enunciativas, por hipotetizarmos, a partir do já pesquisado e de sua vinculação com a observação não sistematizada em *corpora* que *nossas discursividades apresentam, para eles e também na articulação deles, tendências diferenciáveis*. Isso é que nesta tese pretendemos demonstrar com a conclusividade não fechada de uma pesquisa nas ciências da linguagem, sobretudo nas suas áreas menos formalizáveis, isto é, não fechamento mas também comprovação com algum grau de sistematicidade na materialidade lingüística.

No entanto, não acabaríamos aí, porque cremos também que essas tendências enunciativas são relacionáveis aos modos diferentes em que, em nossos espaços socioculturais, foi processada, historicamente, a reprodução das relações de força que os constituem. Mas com essa relação aqui apenas começaremos a trabalhar, e não lhe

outorgamos o estatuto de hipótese. Em primeiro lugar porque, assim enunciada, é óbvia: nada há na discursividade que não esteja assim determinado. Para não trabalhar sobre o óbvio, essa hipótese deveria ser particularizada em diversos recortes quanto a *estas* tendências enunciativas e a aspectos de *estas* relações de força, e operacionalizada em diversos tipos de *corpora*. Pensamos que essa particularização e operacionalização deve ser objeto de desenvolvimentos posteriores que também nos propomos, como antecipamos em 3, supra. Aqui, essa vinculação dará somente seus primeiros passos mediante um exercício intertextual, que desenvolveremos no Capítulo VI, como primeira aproximação à procura de *corpora* interdiscursivos para essa outra tarefa.

A necessidade dessa vinculação mais orgânica com o interdiscurso vai se expressar, no entanto, em vários aspectos do *corpus* utilizado. Não daríamos sequer um primeiro passo nela se não a antecipássemos na materialidade com que estamos trabalhando. Por isso não escolhemos, para a reformulação de segmentos pelos estudantes, qualquer texto nem qualquer unidade do texto. No Capítulo IV, em que se descreve e analisa a experimentação realizada, explicamos a escolha de cada texto e de cada unidade, mas aqui queremos antecipar os critérios de seleção.

Trabalharemos com textos de baixa evidência ideológica, que não explicitem antagonismos mas sim diferenças socioeconômicas; que se refiram à esfera pública e não à vida privada, incluindo o poder político em suas funções não declaradamente opressoras, que encenem personagens singulares e coletivos mas não atrelados à referência a um indivíduo.

Depois de um levantamento feito em 1999, escolhemos, dentre outros gêneros, a propaganda institucional de empresas públicas e privadas como gênero para as provas, fundamentalmente por três razões:

- a) Ela enuncia e constrói discursivamente identidades coletivas com um certo grau de indeterminação;
- b) Ela apela, para tanto, àquelas problemáticas que já estão colocadas na mídia como de "interesse público";
- c) Diferentemente de outros tipos de propaganda, ela não coloca os produtos ou serviços da empresa como foco da argumentação, senão a relação empresa / público.

Precisamente, para que as amostras também sejam comparáveis quanto ao “espaço de memória”¹³ das seqüências, não estamos pondo à prova aspectos dessa memória que tenham a ver com fatos e / ou objetos histórico-discursivos, presentes ou passados, exclusivos, no que sua denominação evidencia, de uma das duas nações. Não temos pedido nem pediríamos, por exemplo, que os argentinos reformulassem unidades como "ordem e progresso", "brava gente", "mostra a sua cara", "senzala", "saudosa maloca", "eu fico" nem outra nenhuma que exigisse, no espaço do chamado "saber enciclopédico" (Brown & Yule, 1993), uma informação - experiência que conduzisse, somente em um dos países, a estabelecer determinados elos intertextuais. Também não faremos o inverso com brasileiros. Fazê-lo, seria querer demonstrar o óbvio: a falta dessa experiência daria lugar a interpretações diferentes. Só incluiremos, como "contra-experimentação" e para evidenciar o que não estamos pondo à prova, um exercício desse tipo, o nº 2 da amostra em espanhol. Lembremos que estamos contrapondo espaços lingüístico - culturais nacionais querendo enxergar, em última instância, determinações ideológicas *através* deles. Daí que na escolha dos textos e unidades a reformular não exista, salvo a exceção já mencionada, nada que esteja evidentemente relacionado a algum objeto da memória que oriente sua interpretação de modo quase regrado em algum dos dois países. Em suma, *queremos ver o que nossas opacidades têm em comum e o que têm de distante quando nada as evidencia.*

Por que temos escolhido eixos de tensão identitária relacionados a categorias da enunciação, e não outros mais “temáticos” como as representações das raças, da violência política, da religião, da globalização, etc., às quais, de qualquer maneira, teremos que nos referir? Porque o tipo de conclusão que nos interessa é sobre línguas em contato, chamadas “próximas”. Queremos questionar essa proximidade na discursividade que nelas produz sentidos, e os processos enunciativos são o lugar de penetração da discursividade na língua.

A escolha desse lugar traz um outro risco que é oportuno lembrar aqui: estender indiscriminadamente a reflexão a categorias sintáticas. E a sintaxe tem um grau de

¹³ Pêcheux (1990b:289), explica que a construção de *corpora* é precisamente o meio “técnico” para uma análise que tem como objeto “uma memória socio - histórica de traços discursivos”. Mesmo não tendo esta pesquisa as formas e muitos dos pressupostos das pesquisas da AD, é pertinente salientar essa relação entre *corpus* e memória no caso que nos ocupa, em que a comparação se efetua entre enunciados produzidos em dois países diferentes. Também para sair de lugares comuns que reduzem a cultura estrangeira a uma soma de dados que o estrangeiro pode conhecer acumulativamente, problemática que retomaremos no Capítulo V, 1.

independência respeito das determinações históricas que, mesmo não sendo nosso objetivo defini-lo, é muito maior do que tem qualquer objeto discursivo. Desconhecê-lo seria cair num determinismo que, em termos de Authier-Revuz (1998: 183), nega à língua sua “ordem própria”, ou a dilui em um objeto outro.

Em consequência, mesmo que em algumas análises das superfícies discursivas utilizemos categorias sintáticas para sua necessária descrição, *não explicaremos* os processos enunciativos na sintaxe que os organiza, senão no que eles têm de seleção (não dada por restrições do sistema). Nessa escolha do dito e do não dito é que queremos observar a proximidade – distância entre nossas línguas – culturas.

2ª parte. Enfoques da proximidade

Últimamente en 1842, redactando “El Mercurio”, me familiaricé con el portugués, que no requiere aprenderse. En París me encerré quince días con una gramática y un diccionario, y traduje seis páginas de alemán, a satisfacción de un inteligente a quien di lección, dejándome desmontado aquel supremo esfuerzo, no obstante que creía haber cogido ya la estructura del rebelde idioma.

Domingo Faustino Sarmiento, *Recuerdos de Provincia*.

As palavras do *sanjuanino*, que reproduzimos no epígrafe mostram que a “sensação de entender-se” entre falantes de português e espanhol, bem como o pressuposto de que a aprendizagem não é necessária, não é nova. Hoje, quase ninguém envolvido no ensino / aprendizagem de nossas línguas nesta situação de contato que descrevemos no Capítulo I sustentaria uma afirmação como a que inicia o parágrafo: “*no requiere aprenderse*”. Mas a sensação / experiência de “entender-se” persiste, e sem dúvida, tem embasamento. Continuemos lendo Sarmiento. Seu segundo pressuposto, da gramática e o dicionário como meios seguros de acesso a algum “rebelde idioma”, e lugar de controle de suas diferenças na tradução, não está tão abandonado na atualidade. Mas o que resulta mais sugestivo nas palavras do escritor é a representação dos idiomas como uma entidade que interpela, que tem “atitudes”: *requiere, no requiere, no se deja “tomar”, se rebela*.

O PB e o E têm atualizado essas problemáticas de uma maneira particular, por apresentarem semelhanças e por sua condição de línguas de países vizinhos. Hoje, as maiores inquietações provêm do campo de ensino – aprendizagem de ambas as línguas. Por isso suas diferenças são abordadas muitas vezes em termos de “dificuldades”, o qual confunde problemáticas diferentes porque, como afirma González (2001:3), “*el concepto de diferencia es lingüístico y el de dificultad no lo es*”. Nesta seção, apresentaremos primeiro uma breve síntese em torno a denominações da proximidade entre PB e E em pesquisadores que, no nosso meio e nos últimos anos, abordaram essa problemática. Depois, nos referiremos a pontos de vista da Sociolingüística. O percurso servirá também para terminar de situar nossa pesquisa em torno da proximidade / distância.

1. Proximidade: drama ou problema científico?

Eu não ouvi-entendi muito bem todas as posições, mas não gostei mesmo da segunda. Se é que o fazendeiro propôs que deviamse desmatar as áreas altas para poder mandar o gado lá, quando os ingentes, acho isso ruim ele só está olhando por seus interesses, ainda bem que é comprensible que as pessoas defendam seu patrimônio, se deve tentar compatibilizar em casos como este, a visão individual com a dos organismos (oficiais ou não) que procuram uma solução integral. Me parece que a opinião mais equilibrado é a do terceiro expoente. Ainda que se fosse possível eu torceria pela primeira.

Produção de um candidato hispano-falante em exame de proficiência em P/LE. Transcrito em Ricardi Scaramucci (1996:85).

Almeida Filho (1996), a partir de uma preocupação pelas metodologias de ensino, propõe que existe “uma interface sui generis” nos aprendentes, dada pela “proximidade tipológica”. Fundamenta essa proximidade em dados lexicais com fontes estatísticas de vocabulário, em uma afirmação sobre a sintaxe: “a ordem canônica da oração nas duas línguas é altamente coincidente” (14), e em que “as bases culturais onde se assentam são em larga medida compartilhadas” (15). Também aponta que são “línguas de estoque comum no plano sistêmico” (15). Depois de considerar as dificuldades que essas semelhanças significam para o aprendiz, reformula a proximidade como “proximidade enganosa” (17) e considera a necessidade de que seja desenvolvida uma metodologia específica para falantes de línguas muito próximas.

Ricardi Scaramucci (1996), em uma análise sobre o "portunhol" como interlíngua, e no marco das abordagens comunicativas do ensino de línguas, propõe a necessidade de distinguir entre "comunicar-se" como "fazer-se entendido", e "comunicar-se adequadamente dentro de cada situação ou tarefa" (89). A distinção surge da avaliação da possível insuficiência de critérios comunicativos no CELP-BRAS tratando-se de candidatos hispano-falantes (88):

Não poderia um exame que apenas considerasse o critério *comunicação* como aceitável, ser criticado por incentivar a manutenção do Portunhol ou até mesmo institucionalizá-lo? Qual seria o papel desse exame se o Portunhol fosse inevitável? Seria o Portunhol suficiente para atender todas as necessidades comunicativas dos candidatos em potencial, principalmente considerando-se o contexto do Mercosul? Por outro lado, como não cair no outro extremo, fazendo da proficiência nativa o parâmetro para a proficiência estrangeira?

Vemos, nestes dois pesquisadores, como a "proximidade" ocasiona sempre um "porém" que mobiliza o já estabilizado, sobretudo quanto a critérios como "comunicação" ou "interface", que pressupõem transparência; ou como "estoque comum", que, no nosso entender, enxerga "o plano sistêmico" fora de seu funcionamento sintático no intradiscurso.

Kulikowski e González (1999), já no marco do estudo da aquisição a partir de um modelo cognitivo, denominam o português e o espanhol como "*lenguas moderadamente próximas*", fundamentando essa moderação na constatação de inadequações profundas na produção de referência pelo respectivo aprendiz de cada língua. A principal delas tem a ver com as "diferentes assimetrias" de cada uma das línguas para o preenchimento dos papéis temáticos de sujeito e objeto. O efeito dessas diferentes assimetrias na aquisição de E/LE por brasileiros é tema largamente estudado pela última das autoras na sua tese de doutoramento (González, 1994) e que ela continua pesquisando e difundindo em diversas publicações, às quais nos referiremos em diferentes seções do Capítulo V. No trabalho que aqui mencionamos, as autoras propõem que se leve em conta a "distância percebida" pelo aprendiz e os efeitos dessa percepção, como um dos modos de abandonar o lugar comum de uma "proximidade" sempre incerta. Há, nessa proposta, um produtivo deslocamento da "proximidade" para um lugar operacionalizável e não homogeneizador, neste caso, o processamento cognitivo da sintaxe. E observe-se a diferença com o "estoque comum" a que nos referimos antes: os fenômenos sistemáticos que as autoras apontam (preenchimento de lugares temáticos) estão necessariamente localizados no fio discursivo.

Celada (1999), na análise de um equívoco relacionado ao uso do termo "empregado" em determinada situação, faz duas observações que interessam aqui pelo olhar que depositam sobre um fato da "proximidade":

Sobre o fundo indo-europeu e, mais precisamente, latino, a ordem sistemática do espanhol e do português brasileiro, no processo de estabilização que ambas as línguas sofreram e sofrem, teria feito recortes não coincidentes do que é possível¹⁴ em cada uma delas. (311)

Talvez seja preciso explicitar neste ponto que em espanhol os significantes "proibidos" no âmbito das relações de trabalho existem e são outros, porque os processos históricos que determinam essa exclusão também divergem. (305)

Celada introduz aqui uma outra visão não homogeneizante da proximidade / distância. "Recortes não coincidentes", mas não do que elas "têm", senão do que em cada uma delas fica para algum lugar de efeito de sentido, e como determinação de processos históricos.

Franzoni (1999) põe entre aspas a qualificação de "línguas próximas", relacionando-a à ilusão de transparência. Propõe, de um modo muito geral, que essa ilusão se produz no intradiscurso, mas que sendo o interdiscurso o nível de constituição dos sentidos, é nele que se concentram os "mal-entendidos".

2. Olhares da Sociolingüística

Eliazancín, (1996) define nossas línguas como "*muy cercanas desde el punto de vista genético y estructural*" (417) e considera que seu contato ao longo da História é um caso ilustrativo para a construção de uma teoria. Relacionadas desde suas origens, as fronteiras delas são, para Eliazancín, pouco nítidas. "*Nunca, frente a un fenómeno concreto puede el hablante (ni el lingüista) saber si es lusitano o hispánico*" (417). Atribui sua delimitação como "português" e "castelhano / espanhol" à contingência histórica. Também introduz dois critérios diferenciadores que enriquecem a análise contrastiva: a frequência e a funcionalidade, em cada língua, de fenômenos estruturalmente similares (432).

Mesmo que sua pesquisa se centre em regiões de fronteira¹⁵, suas observações gerais sobre as duas línguas são pertinentes também para esta situação de contato que

¹⁴ Eliazancín estuda os chamados "DPU" ("dialetos portugueses do Uruguai") na fronteira norte desse país com o Brasil.

¹⁵ Fischman, 1979.

analisamos. Em primeiro lugar, os critérios de “frequência e funcionalidade”, como, de um marco teórico muito diferente, os “recortes não coincidentes” de Celada, permitem uma visão não homogeneizante da diferença, bem como da “proximidade – distância”. Daí a quase impossível delimitação dos fenômenos concretos como de “uma” (e não “outra”) língua. A conclusão similar chega Alvarez Martínez (1997). A autora realiza um minucioso levantamento de “portuguesismos” lexicais no espanhol, diferenciando a Península Ibérica, Ilhas Canárias e América, dando para esta última também alguns dados sobre portuguesismos sintáticos. Reconhece a mesma dificuldade de delimitação que Eliazancín, e a atribui também à longa história de contatos dessemelhantes que hoje continua.

Creemos que não é casual que seja na Sociolinguística, mais especificamente no estudo de línguas em contato, onde se chegue a um maior reconhecimento de algo que, no âmbito do ensino formal, às vezes nos parece “tabu”: a “diferenciação” que almejamos no aluno não está completamente fechada na vida heterogênea dos dois idiomas. E esse “inacabamento”, apesar de ter sido politicamente cancelado, subsiste na peculiar percepção de “entender-se”, devida, entre outras coisas, a que, de maneira irregular mas constante, os entrecruzamentos continuaram. A Sociolinguística se construiu no estudo da mistura e da heterogeneidade, de variações, pidgins, creoles, *code switching*; enfim, no pressuposto da determinação histórico – social nos enunciados em que há tensão entre línguas. A situação de contato que nos ocupa não é de bilingüismo social¹⁶, dadas as características do contato que definimos no Capítulo I, mas isso não a isenta de determinações históricas.

3. Onde questionaremos a proximidade

Abordaremos neste trabalho uma proximidade / distância linguístico – cultural a partir da discursividade, e ela não é generalizável à extensão mundial toda das línguas espanhola e portuguesa, dado que se enquadra em processos discursivos determinados por condições históricas de produção, isto é, envolve as representações sociais e a memória

¹⁴ Cabe esclarecer que a autora, que trabalha no marco teórico da AD francesa, usa aqui “possível” em um sentido próximo a “dizível”: o que pode ser dito em um espaço de legitimação, como a “formação discursiva” nessa teoria.

¹⁵ Eliazancín estuda os chamados “DPU” (“dialetos portugueses do Uruguai”) na fronteira norte desse país com o Brasil.

¹⁶ Fischman, 1979.

socio-histórica. Assim considerada, a proximidade / distância que nos ocupa não é a mesma que poderíamos medir, por exemplo, entre brasileiros e espanhóis, ou entre portugueses¹⁷ e argentinos. Também não é a mesma que resultaria do contato entre grupos das mesmas nações e cidades que estamos analisando, mas que ocupassem posições relativas muito diferentes nos diversos campos do espaço social.

Percorrido esse panorama sobre as valorizações e definições da "proximidade", pensemos no papel do interdiscurso nela. Com certeza é um lugar onde a aparente transparência entre nossas línguas fica questionada. Mas é bom lembrar que isso também acontece na língua "própria". E se alguém, por aprendizagem na outra língua - cultura, já conseguiu superar nela, até um determinado patamar, o obstáculo das inúmeras restrições sintáticas e léxicas do intradiscurso, está em condições de entrar em "opacidades" cuja diferença com as "próprias" é algo ainda por determinar. Precisamente porque a produção / apagamento de sentidos está atrelada a condições históricas, não necessariamente o fato de ser nativo de uma ou de outra língua permanece como diferença fundamental e estável, se essas línguas são faladas por povos cujos lugares no mundo, histórias e presentes mostram, também, traços substanciais compartilhados.

Para os objetivos de observação e demonstração que enunciamos neste Capítulo, escolhemos uma determinada prática discursiva, a reformulação parafrástica de segmentos de enunciados, e uma metodologia de trabalho. No Capítulo seguinte, caracterizamos essa atividade discursiva e apresentamos as bases metodológicas.

Quase todos os trabalhos do "Groupe de Linguistique de Strasbourg (GLS)" ali publicados tratam sobre marcadores como "c'est-à-dire", "à savoir", "signifier", "vouloir dire", e outros, cujo funcionamento é estudado, em todos os casos, com exemplos em que alguém reformula suas próprias palavras. Nesse marco, são contrapostas estratégias discursivas que orientam a escolha de tal ou qual marcador, e outras relações com aspectos da interação, mas sempre no interior da formulação. Assim apresentam os trabalhos Riegel e Tamba (1987:3):

¹⁷ Acrescentando a isso, no caso da língua portuguesa, as profundas diferenças sistemáticas entre PB e PE que, como já mencionamos no Capítulo I, são apontadas por muitos pesquisadores.

Capítulo III

Prática discursiva e metodologia geral adotada

1. Algumas definições da reformulação e da paráfrase

No nombrar las cosas por sus nombres. Las cosas tienen bordes dentados, vegetación lujuriosa. Pero quién habla en la habitación llena de ojos. Quién dentellea con una boca de papel. Nombres que vienen, sombras con máscaras.

Alejandra Pizarnik (“Continuidad”)

Para melhor definir o tipo de atividade discursiva com que construímos nosso *corpus*, faremos um percurso sobre algumas definições da reformulação e de noções afins como a paráfrase e a glosa.

Existe uma tradição de considerar a reformulação como operação explicativa que um falante realiza em e sobre *seu próprio* enunciado. Essa tradição é recolhida, por exemplo, no número 73 de *Langue Française*, titulado *La reformulation du sens dans le discours*. Quase todos os trabalhos do “*Groupe de Linguistique de Strasbourg (GLS)*” ali publicados tratam sobre marcadores como “*c’est-à-dire*”, “*à savoir*”, “*signifier*”, “*vouloir dire*”, e outros, cujo funcionamento é estudado, em todos os casos, com exemplos em que alguém reformula suas próprias palavras. Nesse marco, são contrapostas estratégias discursivas que orientam a escolha de tal ou qual marcador, e outras relações com aspectos da interação, mas sempre no interior da formulação. Assim apresentam os trabalhos Riegel e Tamba (1987:3):

Pour expliciter le sens d'un mot ou d'un énoncé, on recourt à des "reformulations" qui s'insèrent dans la trame du discours sans se confondre ni avec la première formulation, ni avec une répétition pure et simple.¹

O termo "paráfrase", pelo geral, denomina, com alcances diversos, uma relação entre enunciados diferentes.

Porém, essa oposição entre "reformulação" como intratextual e "paráfrase" como intertextual não é unânime nem constante na Lingüística. A própria leitura do número referido de *LF* mostra que seu critério não é tão rígido. Nem somente porque em nenhum dos trabalhos compilados se insiste em limitar o alcance de "reformulação" ao interior dos enunciados, mas também porque um deles ultrapassa esse limite: utiliza-se do termo "reformulação" para referir-se a uma operação aplicada, a partir de outro texto, sobre um "texto-objeto". Trata-se de "*Lucrece de main en main*", de Huguette Fugier (1987), onde são analisadas, entre outras operações, a "*reformulation pédagogique*" (91) aplicada a *De natura rerum*, do poeta latino Lucrécio, por três comentaristas modernos, nos aparelhos críticos que cada um deles elaborou para sua edição daquela obra.

A consulta em dicionários de lingüística mostra resultados ainda mais desiguais. O dicionário de Dubois et. al. (1978) define "reformulação" da seguinte maneira:

reformulação (ing., *rewording*)

Chama-se reformulação o comportamento verbal através do qual, numa língua dada, um falante pretende reproduzir sob outra forma exatamente o que foi expresso por outro falante, na mesma língua. A reformulação é também chamada de tradução intralingual, por oposição a interlingual.

O mesmo dicionário, ao definir "paráfrase", não especifica mudança de locutores e se limita a caracterizá-la como "desenvolvimento explicativo de uma unidade ou de um texto".

O dicionário de Ducrot e Todorov (1975) não tem verbete para "reformulação" em nenhum de seus capítulos, e o artigo sobre "paráfrase" (página 274) desenvolve uma definição baseada na proposta de "equivalência semântica" entre unidades.

Charaudeau (1983), em um trabalho em que tenta estabelecer a intervenção do saber sobre o mundo nos efeitos referenciais e significativos do signo, se utiliza do que denomina

¹ Grifo nosso. Vale esclarecer que, nos trabalhos desses lingüistas, "trama do discurso" faz referência ao que em outras teorias se denomina "fio do discurso".

“paráfrases interpretativas” para expor a formação, em torno ao signo -o exemplo é a palavra “intervir”-, de um “núcleo metadiscursivo” historicamente sedimentado, ao qual o enunciador se remete segundo a circunstância de discurso.

Serrani (1997a, 43-48) enfoca a paráfrase como “funcionamento parafrástico das unidades lingüísticas no discurso”, funcionamento que, entendemos, no marco da AD francesa em que a autora se inscreve, pode acontecer entre unidades de um mesmo texto (uma mesma seqüência discursiva, para ser rigorosos com a terminologia usada nesse trabalho) ou de vários². A paráfrase é, para a autora, da ordem do interdiscurso, e a reformulação, da ordem do intradiscurso.

2. A atividade discursiva em nossa experimentação. A reformulação parafrástica

No tipo do exercício com que trabalhamos na nossa amostra, que consta da pasta adjunta como “trabalho de campo”, o sujeito reformula as palavras de outro. De acordo com as definições de reformulação como atividade realizada pelo falante sobre o próprio enunciado, não seria uma reformulação. Dadas uma seqüência X e uma seqüência Y, uma seria reformulação da outra somente nessas condições. Mas encontramos em Fuchs (1982:150) a noção de “reformulação parafrástica”, que cremos que é a que melhor caracteriza o tipo de atividade que nossos respondentes desenvolvem, e foi a que adotamos nesta tese para denominá-la. Dadas uma seqüência X e uma seqüência Y, entre as quais um sujeito S identifica “semantismo” (voltaremos depois sobre esse termo), há duas possibilidades:

1. O sujeito S identifica o semantismo de X, que foi produzida por outro sujeito S', com o semantismo de Y, que foi produzida por um terceiro sujeito S''. Nesse caso, S reconheceu em Y uma paráfrase de X.
2. O sujeito S identifica o semantismo de X, produzida por S', com o semantismo de Y, produzida por ele mesmo (S). Nesse caso, S produziu Y como uma reformulação parafrástica de X.

² Ao caracterizar a paráfrase como “interdiscursiva”, o funcionamento parafrástico vai ser estabelecido, pelo analista, fundamentalmente em torno a vários textos. Mas também, na análise, intervêm as repetições da unidade (que pode ser ou não uma unidade léxica) no mesmo texto. Veja-se, por exemplo, a análise das

Cette sequence Y a été produite, quant à elle, dans une situation Sit'' par un sujet S'' qui peut être identique à S (dans le cas où S reformule paraphrastiquement X en Y), ou différente de S (dans le cas où S reconnaît simplement Y comme une variation paraphrastique de X)...(pp. 150)

No mesmo trabalho encontramos definida a “glosa”, que poderia assemelhar-se ao tipo de atividade que estamos tentando definir, mas preferimos optar, dentre as noções que a autora define, pelo termo “reformulação parafrástica” por várias razões que explicamos a seguir.

Em primeiro lugar, Fuchs introduz a categoria de “glosa” para diferenciar graus de consciência da atividade metalingüística envolvida na identificação da carga semântica de duas unidades, e não para diferenciar se essas unidades foram produzidas (uma ou as duas) pelo mesmo sujeito que desenvolve a atividade de identificação. Nessa gradação de consciência, há três níveis. A análise lingüística corresponde ao nível consciente de identificação, que procura observar criticamente todos os traços semânticos e não fazer reduções. A paráfrase corresponde a um nível pré-consciente, em que a identificação entre o semantismo³ das unidades se realiza operando, necessariamente, reduções desse semantismo aos aspectos que o sujeito julgou como comuns a ambas e o levaram a estabelecer a relação parafrástica. A glosa está no nível intermédio:

Il est intéressant de remarquer qu'entre les deux se situe l'activité de glose: très exactement là où l'activité de paraphrase devient consciente, c'est-à-dire où le sujet S prend conscience (à des degrés divers, bien entendu) qu'il pose une relation d'identification entre la séquence X et la séquence Y à l'aide de laquelle il reformule celle-ci. (pág. 170).

Veja-se que o final da definição (*il reformule celle-ci*) mostra que a glosa é vista pela autora também como um tipo de reformulação. Dos cinco traços que ela propõe para diferenciar a glosa da paráfrase, há pelo menos dois que a atividade discursiva que

“ressonâncias” da frase nominal “*nuestra lengua*” que a autora desenvolve nas páginas 91-97 da obra referida.

³ O “semantismo” de uma unidade é o termo utilizado por Fuchs para dar conta de todos os aspectos da significação envolvidos na interpretação que pode fazer com que um sujeito estabeleça um “julgamento de identificação semântica” entre unidades. O termo tem uma dupla vantagem: não atribui a possibilidade de paráfrase a uma característica intrínseca das unidades, mas a um julgamento do enunciador, e é o suficientemente amplo para abranger diferentes níveis de interpretação em que se produz a identificação, dos mais literais aos mais livremente interpretativos.

tentamos definir não apresenta, ou apresenta só algumas vezes: atrelar-se ao “semantismo gramatical” de X, e tentar explicar seu semantismo em lugar de tentar reproduzir seu efeito. Devido a essas diferenças preferimos manter, para a atividade que desenvolvemos, o nome de “reformulação parafrástica”. A explicação de sua especificidade nesses dois traços completará a caracterização dessa prática discursiva.

3. Níveis de interpretação. Explicação e imitação em relação às instâncias subjetivas

Quanto ao primeiro traço, as reformulações produzidas nos exercícios agem, na maior parte dos casos, sobre planos não literais do semantismo da unidade. Praticamente não houve casos em que a reformulação dada fosse uma mera transformação sintática da unidade original, como os exemplos que Fuchs dá na página 128 do mesmo texto (transformações passivas, relativas, coordenativas). Dado que os exercícios foram apresentados para os respondentes como possíveis explicações em uma aula de língua estrangeira, as reformulações afetaram, em todos os casos, planos superiores do semantismo, como definidos por Fuchs: plano das operações enunciativas, plano referencial, plano pragmático e plano simbólico, como surgirá das explicações dos capítulos IV e V.

Quanto ao segundo traço que caracteriza a glosa, ele nos leva a uma outra importante distinção, que a autora desenvolve em outro texto (Fuchs, 1994: 7-19), entre “reformulação explicativa” e “reformulação imitativa”, em que vale a pena nos determos.

Caracterizando a reformulação como prática pedagógica utilizada desde Antigüidade, Fuchs diferencia a reformulação com propósitos explicativos daquela com propósitos imitativos, relacionando a primeira à exegese de textos bíblicos e a segunda à preparação para a retórica. Ambas produzem um texto T' a partir de um texto – fonte T. Mas, enquanto que a primeira explica T, distanciando-se, para tanto, dele e de sua situação de enunciação; a segunda anula, em aparência, a distância com essa situação de enunciação, tomando o lugar do produtor de T. Assim, a reformulação imitativa carece, pelo geral, de introdutores de reformulação. Fuchs sintetiza a diferença desta maneira (pág. 12):

La reformulation imitative fonctionne non plus comme une relation syntagmatisable ordonnée (<< dans la situation d' énonciation de T', T veut dire “ ” >>), mais comme une relation

paradigmatique non orientée (<< dans la situation d' énonciation de T, une multiplicité d' autres formulations, parmi lesquelles T', auraient été possibles à la place de T >>) – à ceci près que le T-source conserve le statut privilégié de texte d' origine, modèle et original tout à la fois.

A própria Fuchs comenta, na mesma página, que a reformulação imitativa, pela sua procura da diversidade de formas de expressão, foi “resgatada” pelo ensino de línguas estrangeiras.

Os exercícios que propomos para os respondentes⁴ estão no limiar entre o explicativo e o imitativo, pelo qual não podemos caracterizá-los globalmente como “glosas”, que na definição de Fuchs, são explicativas. Somente em um deles (o exercício sobre o texto 4 em espanhol) fazemos um pedido de explicação explícito, mas que está seguido por uma indicação (sobre manter a menção dos três tempos) de tipo imitativo. São imitativos na medida em que pedimos que a unidade possa funcionar “no contexto, com sentido similar”, o que sugere uma reprodução imaginária da enunciação “original”. Mas eles se orientam também para o explicativo por duas razões:

- a) O “corte” que efetuam nos textos, por serem pedidos de reformulação de unidades dos mesmos e não do texto inteiro, o qual produz uma distância imaginária maior.
- b) A explicação com que são introduzidos e que mencionamos no Capítulo IV, ponto 2, item 3, trata sobre a reformulação como recurso explicativo no ensino de língua estrangeira.

Essa “tensão” explicativa / imitativa se relaciona a dois posicionamentos enunciativos e, cremos, está latente em qualquer reformulação parafrástica, que pode combinar alternativamente ambos posicionamentos (pense-se no discurso do professor quando explica um texto na aula). Nas respostas destes exercícios em particular, se manifestou de duas maneiras diferentes, cada uma delas requerendo um tratamento específico na relação com as variáveis que se considerem para a análise:

⁴ Vale esclarecer que não estamos defendendo aqui a aplicação de um ou de vários tipos de exercício como prática de aula. Não é esta uma tese com o objetivo de avaliar ou propôr metodologias, pelo qual nem formulamos opinião a respeito. As práticas aqui desenvolvidas para a geração do corpus são experimentais e desenhadas em função dos objetivos propostos, que não incluem sua avaliação didática. Que em determinados momentos as denominemos como “exercícios” responde somente à necessidade de remeter, no texto, a cada uma delas, e, sem dúvida, no que isso tem de “escolha” enunciativa, a nossa profissão de docente.

1) Entrando na “cena” enunciativa das respostas, na diferença, como heterogeneidade mostrada⁵, entre uma “voz” que reproduz a do enunciador e uma voz exterior. É o caso das reformulações do texto 4 em espanhol. Foi levada em conta, então, como parâmetro de validação dos índices da variável “(h) – 1ª pessoa pl.” (vide Tabela 11, Cap. IV) e como marco restritivo para a interpretação dessa variável na argumentação do Capítulo V, 4.2., e da variável (f) em algumas considerações do Capítulo VI.

2) Sem se manifestar na cena como heterogeneidade mostrada, mas envolvida em alguma das variáveis em que se assume, de fato, um posicionamento diferente daquele do enunciador. É o caso das reformulações de “tem direito a” e “digna” dos textos 2 e 3 em português, e, mais sutilmente, de “tenta a sorte”, no mesmo texto. Nesses casos, já forma parte de uma variável, e assim é considerada.

4. A pertinência da prática e do corpus

horto = bosque, jardim
orla – limite Ej.: “orla marítima” é a praia, o litoral
beira = os rios não têm litoral, têm beira
trepar = ter uma relação sexual
cauda = rabo
faminto = quem está com fome
na semã próxima >> incorrecto
na próxima semã >>> correto
cliente (nivel social alto) // freguês (nivel social baixo)
(Anotações em caderno de aluno inicial de P/LE do
Centro de Estudos Brasileiros, Buenos Aires)

Fuchs (1994:34) comenta no seu artigo as possibilidades de trabalho com reformulações na pesquisa em diversas áreas das ciências sociais e da linguagem.

Le parti pris de travailler sur l'activité de reformulation discursive se rencontre dans une diversité de courants actuels participant de la vaste mouvance pragmatique, depuis les théories du discours jusqu'aux études des interactions verbales, en passant par les travaux sur l'argumentation: en bref, chez tous ceux qui travaillent sur les productions langagières effectives des sujets en situation, manifestant le “langage en acte”, et qui cherchent à relier la nature de ces productions à un certain nombre de paramètres externes (sociologiques, idéologiques, psychologiques, etc.).

⁵ Authier – Revouz (1990:27)

E lembra, em 1982:172, que a seleção enunciativa que se produz na reformulação atualiza também o que *não* é selecionado:

Ce double choix est d'ordre linguistique (énonciatif, dirons-nous) et relève du préconscient: le sujet peut, par un retour sur son dire, pénétrer dans la zone de "tout ce à quoi s'oppose ce qu'il a dit" et de "tout ce qu'il aurait pu dire mais qu'il n'a pas dit"; à ce titre, la zone de tout ce qui a ainsi été laissé dans l'ombre s'oppose à une autre zone rejetée, elle, de façon nécessaire hors de la conscience (le refoulé psychanalytique et idéologique) que seul un autre énonciateur peut dire.

Nós privilegiaremos, pelas características de nosso trabalho, de nossas amostras e pelos objetivos gerais definidos na Introdução e no Capítulo II, os aspectos ideológicos na interpretação. É bom levar em conta, também, que precisamente pelos traços que nossos exercícios *têm* em comum com a glosa, no que eles têm de tentativa de explicação, o grau de "consciência" na seleção operada neles é possivelmente maior do que considera Fuchs. Pelo menos, nas regularidades no que um número de respondentes produziu, a partir das mesmas unidades dos mesmos textos, a seleção diz alguma coisa sobre o "senso comum" que, mesmo não sendo um conhecimento reflexivo, é uma forma de conhecimento, precisamente aquele que se atualiza nas representações sociais, das quais tratamos no Capítulo I. Ou, ao dizer de Bourdieu (1990:293-294):

La autoridad que funda la eficacia performativa del discurso sobre el mundo social, la fuerza simbólica de las visiones y previsiones que apuntan a imponer principios de visión y división de ese mundo, es una percepción, un ser conocido y reconocido (nobilis), que permite imponer un percipere. Los más visibles desde el punto de vista de las categorías en vigor son los más indicados para cambiar la visión cambiando las categorías de percepción. Pero también, salvo excepciones, son los menos inclinados a hacerlo.

Passemos agora a validade, em relação aos objetivos do trabalho, do modo específico de geração de reformulações que utilizamos. Em especial, a seu caráter fragmentário ou "molecular" em relação aos textos que contêm as unidades.

Por que não trabalhar a reformulação sobre textos inteiros? Cremos que nada o impede, e de fato, em um dos exercícios (Texto 4 em espanhol) foi praticamente isso que fizemos. Optamos aqui, na maioria dos casos, por um trabalho de reformulação de

segmentos para focalizar determinadas operações enunciativas, mas não porque pensemos que não seja válido o trabalho sobre a totalidade do texto. Ele significaria, é claro, na análise do material, a utilização de outras variáveis. Não cremos que esta modalidade de trabalho seja a única, mas queremos esclarecer que seu caráter fragmentário não a invalida porque na medida em que reformula; isto é, que “reduz semantismos” e seleciona; enuncia, produz sentido.

De qualquer modo, como a atividade se faz a partir da leitura da totalidade do texto, na análise das respostas levamos em conta essa totalidade e o que as respostas evidenciam quanto a que lugares do texto privilegiou a interpretação leitora. O que essa leitura focalizou dentro do que estava “disponível” é também de significado ideológico, e é parte da análise que desenvolvemos, como pode se ver ao longo do Capítulo V. Contudo, há cuidados que devem ser tomados, é claro, como não apontar as unidades em textos cuja extensão ou complexidade comecem a ser variáveis que não possamos, depois, ponderar nem minimamente. E sempre haverá aspectos do processo de leitura que ficarão “opacos” ao olhar do pesquisador; daí a necessidade, também, de trabalhar com amostras de número relativamente elevado e de dar aos índices menores uma interpretação em relação com outros índices, ou, no caso dos “plus” (veja-se Capítulo VI, 4.3.1 e 4.3.2 e suas diversas remissões no Capítulo V), em relação com sua não aparição na contra-amostra.

Enfim, todos esses condicionamentos se apresentariam, também, na reformulação de textos inteiros, e em última instância, o único “conjuro” contra eles é *o rigor descritivo dos indicadores*, que desenvolvemos no Capítulo IV, permitindo assim outras leituras críticas dos mesmos, outras avaliações, outras classificações. E, é claro, a honestidade expositiva.

A descrição minuciosa das provas e as variáveis obtidas se dará no próximo Capítulo, mas antes de passar a ele queremos apresentar um resumo dos passos metodológicos da pesquisa.

5. Síntese dos procedimentos

O primeiro passo é a seleção dos textos para as provas, seguindo os critérios que estabelecemos, para esta amostra, no Capítulo II, 1ª parte, ponto 6. A análise da

estruturação enunciativa dos textos é retomada nos passos seguintes, primeiro em relação com as hipóteses que levam à seleção das unidades a serem reformuladas, e depois com as respostas obtidas e sua avaliação. Na apresentação que fazemos nesta tese, no Capítulo IV, ponto 3, desenvolvemos uma explicação dos critérios que nos levaram à escolha de cada texto, que inclui primeiros elementos de análise, mas é no Capítulo V que aprofundamos a análise dos textos, em vinculação com a avaliação das respostas. Optamos por esse critério em função da clareza expositiva e para evitar a remissão constante.

Este quadro resume os passos posteriores à seleção dos textos, e a seguir explicamos o conteúdo de cada uma das colunas:

1. Determinação das unidades a serem reformuladas	2. Primeira leitura das respostas	3. Análise das respostas	4. Análise de dados	5. Argumentação
a) Vinculação com os mecanismos enunciativos pesquisados. b) Restrições da indicação de trabalho. c) Categorizações prévias.	a) Constatação de adequação geral à indicação de trabalho. b) Primeiras oposições simples	I. Estabelecimento de variáveis: a) Categorização por oposições simples ou por generalização. b) Questionamento exaustivo dos indicadores que levam a cada categoria (o que pode levar a categorias novas ou a re-categorizações).	a) Quantificação de variáveis. b) Articulação de índices. c) dimensionamento dos índices.	a) Explicação das categorizações e variáveis em relação aos processos enunciativos pesquisados. b) Integrações de índices, sub-quantificação, categorizações novas.

1. Determinação das unidades a serem reformuladas

Levamos em conta nem somente as possibilidades de transformação da unidade, mas também de suas relações intradiscursivas, sobretudo com os itens vizinhos. Em (b) nos referimos ao tipo de pedido que fazemos para o respondente (dar uma equivalência, produzir uma explicação), que vai determinar, em grande medida, a forma sintática das variáveis. Ela é mais previsível quanto mais restringida é a unidade. A indicação de

trabalho que demos prefigura, também, uma possível leitura do texto pelos respondentes, orienta até certo ponto a leitura.

Desenvolvemos hipóteses sobre possíveis respostas e tentamos generalizá-las em categorias que permitam sua classificação.

2. Primeira leitura das respostas:

Dizemos “primeira leitura” não porque não seja minuciosa, mas porque verdadeiramente é só a primeira. Cada uma das outras etapas requer múltiplas “voltas” sobre o *corpus* ou sobre partes dele.

A constatação a que nos referimos em (a) pode levar a eliminação de um caso inteiro (por exemplo, alguns que traduzem em vez de reformular) ou de algumas respostas nele (por ilegibilidade, incompreensão evidente do funcionamento do item, ou por não ter reformulado e só repetir o item).

Nessa leitura se estabelecem as primeiras “oposições simples”, que consistem em opor e quantificar ocorrências como literalmente aconteceram, sem produzir ainda categorias que as classifiquem por generalização.

3. Análise das respostas:

Nesta etapa se desenvolvem, constantemente e para todos os passos do estabelecimento e avaliação das variáveis, considerações sintáticas e léxicas sobre o PB e o E, ou pelo menos sobre o estabilizado nelas.

As variáveis podem ser estabelecidas ainda sob a forma de oposições simples (tais ou quais itens lexicais, aparição ou não de determinado traço enunciativo) ou por generalização desses itens ou desses traços sob a forma de uma categoria. Em todos os casos se questiona, ocorrência por ocorrência, quais são as manifestações materiais que agem como indicadores de cada traço enunciativo ou de cada generalização. Esse questionamento será exposto, com seus resultados, no passo prévio à argumentação, para permitir ao leitor examinar os critérios de determinação das variáveis. Aqui, no Capítulo IV, 4 e sub-pontos, acompanhamos a quantificação com esse detalhe. Para as variáveis em

que o indicador é menos formalmente definível, além da relação dos casos é examinada e explicada, caso por caso, sua atribuição a uma ou outra variável. Em algumas ocasiões, uma relação de números de casos apontada no Capítulo IV, é depois examinada no Capítulo V para sua melhor fundamentação.

Também efetuamos, para a determinação de variáveis e para sua avaliação, quando foi necessário, consultas com falantes nativos de ambas as línguas, e quanto ao PB, também consultas na orientação desta tese. A respeito de todas essas consultas, elas não têm aqui estatuto de *corpora*. Só daremos conta delas nos casos em que resultem interessantes para algum aspecto da análise, mas esclarecemos desde já que não as introduzimos como fundamentação empírica. Nosso *corpus* são as provas realizadas, e, como poderá ser observado nos capítulos IV e V, é de sua materialidade que partem as variáveis.

4. Análise de dados

Primeiramente, são quantificadas as variáveis estabelecidas e, eventualmente, seus cruzamentos, o que corresponde aos passos (a) e (b) dessa coluna.

O dimensionamento dos índices que indicamos em (c) tem a ver com que se trata de uma análise de procedimentos enunciativos, e, em conseqüência, não necessariamente um índice alto significa “muito” e um índice baixo “pouco”. Esse dimensionamento está em relação com as possibilidades que cada reformulação oferecia para a categoria em questão. Por exemplo, a reiteração de um item lexical na reformulação de um conjunto de frases que podia ser realizada com muitas estruturações textuais tem uma relevância maior do que o mesmo índice de reiteração nas reformulações de uma unidade que seja somente um item lexical. Da mesma maneira, tem mais peso um item ou uma estrutura enunciativa que não parece necessária para a “equivalência” do que uma mais previsível, sobretudo se a novidade aparece somente em uma das amostras (é o tipo de variável que chamamos de “plus” e que explicamos no Capítulo IV).

5. Argumentação

É desenvolvida no Capítulo V, já organizada tematicamente em relação com as tendências enunciativas que, no Capítulo 2, 1ª parte, 6, e na Introdução, propomos como objeto da pesquisa. Nela, como indicamos no quadro, desenvolvem-se, para algumas tabelas, quantificações internas às variáveis pesquisadas, integrando outros índices.

A experimentação realizada: amostras, provas, respostas e estabelecimento das variáveis

1. Amostras

Como já antecipamos, decidimos trabalhar nos espaços de formação docente e tradutoria de português, em Buenos Aires, e de espanhol, em São Paulo. Procuramos uma amostra de alunos que estivessem nos segundo e terceiro anos de formação de graduação. Em Buenos Aires realizamos 38 casos válidos. Na capital Argentina trabalhamos nos dois cursos superiores oficiais e públicos que funcionam atualmente: o *Profesorado Superior en Lengua Portuguesa do Instituto Superior del Profesorado en Lenguas Vivas* (Governo Autônomo da Cidade de Buenos Aires), 22 casos, e o *Traductorado Público en Lengua Portuguesa da Universidad de Buenos Aires* (entidade nacional autônoma), 16 casos. Há também, nessa cidade, dois cursos superiores em universidades particulares (*Universidad Argentina de la Empresa* e *Universidad del Salvador*), mas eram muito recentes e nenhum deles contava ainda com alunos desse nível.

Em São Paulo, alcançamos a mesma cifra de 38 casos válidos. Vinte e nove (29) deles correspondem a alunos da habilitação em Língua Espanhola do curso de Letras na FFLCH-USP, e nove (9), a alunos do curso de Letras - Tradução e interpretação do Centro Universitário Ibero - Americano. Na amostra da Argentina eliminamos um caso (A037) por se tratar de uma brasileira que estuda lá, e no Brasil eliminamos outro (B022), por não ter, evidentemente, compreendido as indicações de trabalho.

Começamos por Buenos Aires porque, havendo nela uma quantidade de cursos e alunos muito mais reduzida, seria essa cidade a que daria o limite para a extensão da amostra. Não houve seleção: trabalhamos com o universo completo dos alunos dos segundo e terceiro ciclo desses cursos. Em entrevistas, em julho, obtivemos a permissão das coordenações dos cursos, e depois combinamos os horários e datas de aplicação por meio

Capítulo IV

Desenvolvimento da metodologia

A experimentação realizada: amostras, provas, respostas e estabelecimento das variáveis

1. Amostras

Como já antecipamos, decidimos trabalhar nos espaços de formação docente e tradutória de português, em Buenos Aires, e de espanhol, em São Paulo. Procuramos uma amostra de alunos que estivessem nos segundo e terceiro ano da formação de graduação. Em Buenos Aires realizamos 38 casos válidos. Na capital Argentina trabalhamos nos dois cursos superiores oficiais e públicos que funcionam atualmente: o *Profesorado Superior en Lengua Portuguesa* do *Instituto Superior del Profesorado en Lenguas Vivas* (Governo Autônomo da Cidade de Buenos Aires), 22 casos, e o *Traductorado Público en Lengua Portuguesa* da *Universidad de Buenos Aires* (entidade nacional autônoma), 16 casos. Há também, nessa cidade, dois cursos superiores em universidades particulares (*Universidad Argentina de la Empresa* e *Universidad del Salvador*), mas eram muito recentes e nenhum deles contava ainda com alunos desse nível.

Em São Paulo, alcançamos a mesma cifra de 38 casos válidos. Vinte e nove (29) deles correspondem a alunos da habilitação em Língua Espanhola do curso de Letras na FFLCH-USP, e nove (9), a alunos do curso de Letras - Tradução e Interpretação do Centro Universitário Ibero - Americano. Na amostra da Argentina eliminamos um caso (A037) por se tratar de uma brasileira que estuda lá, e no Brasil eliminamos outro (B022), por não ter, evidentemente, compreendido as indicações de trabalho.

Começamos por Buenos Aires porque, havendo nela uma quantidade de cursos e alunos muito mais reduzida, seria essa cidade a que daria o limite para a extensão da amostra. Não houve seleção: trabalhamos com o universo completo dos alunos dos segundo e terceiro ciclo desses cursos. Em entrevistas, em julho, obtivemos a permissão das coordenações dos cursos, e depois combinamos os horários e datas de aplicação por meio

do correio eletrônico. As provas foram aplicadas no horário normal de aula, com os alunos que estavam presentes, que em todas as ocasiões foram mais de 65% dos inscritos em cada turma. Em nenhuma ocasião voltamos para a mesma turma. Em São Paulo também as provas se aplicaram em horários normais de aula, sem voltarmos para a mesma turma.

2. Aplicação das provas

Nas duas cidades, no momento da aplicação na sala, seguimos estes passos:

1. Apresentamo-nos como pós-graduando da UNESP fazendo uma pesquisa de campo, sem esclarecer o tema da pesquisa;
2. Explicamos que pediríamos que realizassem um exercício em português e um outro em espanhol, e que os mesmos não se relacionavam a qualquer tipo de avaliação na disciplina que estavam freqüentando;
3. Fornecemos uma breve introdução sobre a reformulação como recurso explicativo. Essa explicação guardou uniformidade em todas as ocasiões e foi dada em português (na Argentina) e em espanhol (no Brasil);
4. Aplicamos o exercício em português;
5. Dez minutos depois de terminado, aplicamos o exercício em espanhol.

Na Argentina, ao ser apresentado o Texto 1, se acrescento o esclarecimento de que ANATEL é a entidade governamental que regula as telecomunicações. No Brasil, ao ser apresentado o Texto 4, informamos que SOCMA é um dos principais grupos empresariais da Argentina. Ambas informações foram dadas, em todas as aplicações, sem acrescentar nenhum outro dado.

3. Provas aplicadas

A pasta adjunta a esta Tese com o nome de "Trabalho de Campo" contém os modelos e textos dessas provas, bem como fotocópias da totalidade da produção coletada em cada país. Apresentamos, a seguir, sinteticamente e para cada texto, a fundamentação para sua escolha. Os aspectos analíticos dos mesmos que interessam para a avaliação das

respostas serão dados juntamente com essa avaliação nas seções correspondentes do Capítulo V.

3.1 Textos em português

TEXTO 1 (ANATEL)

Seu eixo temático é o "bug do milênio", assunto que remete à globalização como "era da informação". O governo aparece nele como garantia de que a vida dos brasileiros não sofrerá alterações.

Escolhemos para a reformulação unidades que enunciam a tranqüilidade ou as que propõem a "certeza". Esta última noção, como já propusemos na hipótese do Capítulo II, 1ª parte, ponto 6, tem a ver com uma das tendências enunciativas que pesquisamos nas discursividades brasileira e argentina. A observação das respostas permitirá propor, também, a partir delas, uma análise do funcionamento de certo / *cierto* no contato lingüístico. Para ambos os propósitos, e como objetivo de máxima, nos propusemos a observação de regularidades conjuntamente nas respostas a este exercício e nas respostas ao exercício 1 da amostra em espanhol.

TEXTO 2 (e-mail grátis)

Esse texto interessou-nos porque enuncia uma totalidade nacional em relação, novamente, com tópicos da "globalização". Na TV brasileira, essa campanha da BOL explorou representações das diferenças sociais no país que interessam para nossa análise.

A unidade escolhida, "tem direito a", pela sua invocação do "direito" direciona o discurso para as representações do poder e da "cidadania" nesta região do mundo.

Como categorizações prévias propusemo-nos classificar as reformulações em duas ordens: "possibilidade" e "necessidade", representadas paradigmaticamente como "pode ter" e "deve ter". A aplicação de uma prova piloto mostrou a pertinência de analisarmos uma terceira ordem: a do "merecer", que, na amostra definitiva, como veremos no ponto seguinte, acabou manifestando-se profusamente.

TEXTO 3 (LOTERJ)

Como no texto 1, o governo (neste caso, de um estado) aparece em um lugar protetor, mas aqui não garantindo "normalidade", mas como agente de uma distribuição de riqueza. Nessa tarefa que o governo informa, "você" (que tenta a sorte) aparece no lugar da "posse" contraposto àqueles que nada possuem, "o povo de nosso Estado".

A escolha de "tenta a sorte" tem a ver com as modulações de "possibilidade - certeza" que propusemos no marco teórico, desta vez com a possibilidade de diferentes envolvimento da pessoa na ação de "tentar". "Tudo que for preciso" foi incluída, em princípio, com o intuito, colateral à linha de trabalho que estamos seguindo, de começar a pesquisar possíveis regularidades que diferenciem nossas discursividades quanto à expressão da modalidade de "necessidade", sendo que estamos operando com outras próximas dela como "possibilidade" e "certeza". Porém, a análise dos resultados para essa reformulação acabou sendo útil, como veremos na seção correspondente, para a fundamentação de outro dos traços que confrontamos nas nossas discursividades: a delimitação do espaço enunciativo da pessoa.

Por último, o adjetivo "digna", que convoca sentidos de ordem ora moral, ora econômica, nos interessou pela possível vinculação, em ambas as discursividades, com a delimitação de espaços pessoais na enunciação de sujeitos coletivos.

3.2 Textos em espanhol

TEXTO 1 (Software)

A propaganda da representante argentina da Microsoft instala, no início, uma cumplicidade com o leitor, dada pelo tratamento informal (*voseo*) e pelo léxico da primeira frase "no te dejes engañar". O passo para o tratamento formal se produz perto do final, na frase que acompanha a impressão digital "Asegúrese que sea legal".

Essa propaganda de um dos principais grupos econômicos da Argentina nos *Unidades a reformular:* a expressão do "progresso" que expõe e reforça. Nela encontramos um "Cuidáte de". Observaremos, nela, a permanência ou não da referência pessoal nas reformulações.

"*Asegúrese que sea legal*". O modo de representar a "segurança", como antecipamos, será analisado conjuntamente com as reformulações da "certeza" no texto 1 em português.

TEXTO 2 ("*Locales*" / "*visitantes*")

Como já antecipamos, no Capítulo II, ponto 6, a prova com esse texto é uma "*contra-experimentação*" deliberada, para diferenciar nossa procura de outras que enxergam a cultura estrangeira como um saber enciclopédico sobre o espaço cultural estrangeiro e seus fatos e objetos. No texto há muitas referências ao conflito argentino-britânico pelas Ilhas Malvinas, que, mesmo sendo conhecido por um brasileiro, dificilmente evocaria, nele, determinados sentidos e identificações.

Da mesma maneira, a oposição "*locales*" / "*visitantes*" remete imediatamente o argentino para o futebol, pois são as palavras com as quais, desde há décadas, mencionam-se os rivais na aposta para jogos.

TEXTO 3 ("*Movicom - Bellsouth*")

A escolha deste texto e da unidade "*tiene nombre y apellido*" foi dada pelo nosso propósito, enunciado na hipótese do Capítulo II, ponto 6, de observar diferentes tendências em ambas as discursividades para a delimitação de espaços pessoais na cena enunciativa. O texto, como explicaremos com mais detalhe no Capítulo V, 4.3., encena a entidade que "tem nome" tanto do ponto de vista do conhecimento público quanto da ênfase de uma identidade inconfundível.

Na seleção enunciativa que se opere na reformulação, o respondente pode assumir qualquer uma das duas perspectivas.

TEXTO 4 (SOCMA)

Essa propaganda de um dos principais grupos econômicos da Argentina nos interessou pela representação do "progresso" que expõe e reforça. Nela encontramos um percurso temporal no qual o "trabalho" é a constante; tempo, além disso, correlativo de causas e conseqüências.

Para este texto, pedimos que o respondente explicasse o paralelismo exposto no texto, que envolve a representação dos tempos na enunciação. Também abrange, de uma maneira diferente, o continuum possibilidade / certeza no seu último item: “*la confianza en el futuro*”. No texto original, os três componentes do paralelismo não mostram relações explícitas de causa – consequência, e são essas relações que queremos observar nas explicações pedidas aos sujeitos respondentes.

4. Resultados obtidos. Variáveis e índices

Nesta seção, apresentaremos, para as reformulações de cada texto, as categorizações definitivas resultantes da leitura de ambas as amostras, as variáveis que a partir delas estabelecemos, e a quantificação de índices para as mesmas. A seção corresponde, em consequência, aos passos metodológicos que, no quadro – resumo no Capítulo III, registramos nas colunas 3 e 4. O 5º passo, a argumentação, ocupará o conjunto do Capítulo V.

Desenvolveremos esta apresentação, de caráter predominantemente técnico, seguindo a mesma ordem de numeração dos textos que usamos na seção anterior. Em compensação, a argumentação do Capítulo V estará organizada por áreas temáticas, e a remissão aos índices será feita com a numeração das tabelas que incluímos a partir daqui.

Em todos os casos em que, neste Capítulo e nos próximos, transcrevemos produções dos respondentes, tivemos o critério de manter a ortografia, a sintaxe, a pontuação e o léxico que eles produziram, mesmo com as inadequações próprias de estudantes de língua estrangeira.

4.1 Resultados para o TEXTO 1 em português

4.1.1 Resultados para “não es quente a cabeça”

Em ambas as amostras, a reformulação predominante é “não se preocupe”. As diferenças mais significativas entre as amostras são:

-A aparição do sintagma “não pense” seguido de complemento (“nisso”, “nessas coisas”, etc.) em 9 casos de argentinos, que não apareceu em nenhum caso brasileiro.

-A aparição do sintagma “não se faça problemas” em 7 casos de argentinos e em nenhum caso brasileiro.

-As referências (raras, 3 casos em cada amostra) a perturbações mentais, como interpretação hiperbólica de “esquentar a cabeça” escolhem o item lexical “loucura” nas reformulações dos argentinos, e “estresse” nas reformulações dos brasileiros.

4.1.2 Resultados para “ter certeza”

Uma primeira oposição que chamamos de “foco no processo” / “foco no resultado”, e que explicamos detalhadamente em 4.4.2, supra, para as reformulações de “*asegúrese*” no texto 1 em espanhol, resultou nos seguintes índices quando aplicada a “ter certeza” (vários respondentes deram mais de uma opção, e contabilizamos para cada variável os casos em que apareceu, por isso o total supera 100%):

Tabela 1

	Argentinos	Brasileiros
Foco no processo	12 casos – 31,58%	25 casos – 65,79%
Foco no resultado	31 casos - 81,58%	15 casos – 39,47%

Os casos foram (ver explicação das variáveis em 4.4.2, supra)

Foco no processo: A003, A005, A009, A010, A011, A014, A017, A018, A019, A025, A029, A036 (argentinos), e B002, B003, B004, B005, B006, B008, B010, B012, B017, B018, B020, B021, B025, B026, B027, B028, B029, B032, B033, B034, B035, B036, B037, B038, B039.

Foco no resultado: A001, A002, A004, A006, A007, A008, A009, A010, A012, A013, A015, A016, A017, A018, A020, A021, A022, A023, A024, A026, A027, A028, A030, A031, A032, A033, A034, A035, A037, A038, A039 (argentinos), e B001, B005, B007, B009, B011, B013, B014, B015, B016, B019, B022, B023, B024, B030, B031, B034 (brasileiros).

Outros índices:

-Em 7 casos de argentinos e somente em 1 de brasileiros aparecem formas que fogem da modalização certeza / dúvida para uma perspectiva de conhecimento: “saber”, “ter razão” e “estar cientes”. Os casos foram: A007, A009, A016, A026, A027, A033 e A037 (argentinos), e B015 (brasileiro).

4.1.3 Resultados para “Fique sossegado”:

Predominaram em ambas as amostras e em proporções similares, as opções “fique tranquilo” e “não se preocupe”. A opção “esteja tranquilo” apareceu em 4 casos na amostra argentina e em 5 na brasileira. Não detalhamos esses índices porque não serão utilizados na argumentação mas que como marco geral. Transcrevemos no quadro a seguir os casos que serão retomados no Capítulo V, não pelo seu peso quantitativo mas pelas particulares inflexões que neles se manifestaram.

Quadro 1

Usos de “fazer (se) problemas / mal”

Argentinos: A011, A016, A021, A038

Referências a outros estados anímicos

A003: não entre em pânico

A034: não desespere, não morra de medo

A036: não se irrequiete

B002: não tenha medo

B004: não se desespere, não esquente a cabeça

B007: tenha paciência

4.1.4 Resultados para “está tudo certo”

A forma “(está) tudo bem” aparece em 11 casos de argentinos e 7 de brasileiros. Foram: A001, A004, A006, A007, A015, A016, A016, A022, A023, A024, A031, A034, B006, B013, B017, B021, B023, B028, B030.

Em geral, a palavra “bem” foi a mais freqüente em ambas as amostras para retomar “certo”, muitas vezes reformulada depois com formas como “correto”, “em ordem” e “sob controle” / “controlado”. Nas produções para este item foram essas *reformulações internas* que deram resultados mais interessantes. Consideramos, nelas, a forma “bem” como a menos marcada, devido a sua freqüência e uniformidade nas duas amostras. Explicamos a seguir os passos dados para a conformação das variáveis e para a análise das reformulações internas:

1) Diferenciamos primeiramente os casos em que somente se produziram reformulações pela negativa (como “nada está errado”, “não há problemas”, etc.), já que neles não havia a possibilidade de ser produzida uma “equivalência” para “certo”. Houve 9 casos desse tipo na amostra argentina e 10 na brasileira. Restam, então 29 casos de argentinos e 28 de brasileiros em que houve algum tipo de equivalência afirmativa para “certo”.

2) Sobre esses novos totais, calculamos os casos de aparição de “correto”, “em ordem” e “sob controle” / “controlado”. As percentagens são sobre esses totais e as cifras correspondem à quantidade de casos em que apareceu cada item. Como já dissemos, houve muitos casos de reformulação interna (várias opções), por isso a soma das percentagens é superior a 100%:

Tabela 2: Equivalências para “certo”

	Argentinos (29 casos)	Brasileiros (28 casos)
Correto / corretamente	11 casos – 37,93%	4 casos – 14,28%
Em ordem	7 casos – 24,13%	3 casos – 10,71%
Sob controle / controlado	1 caso – 3,45%	4 casos – 14,28%
Bem / OK	17 casos – 58,62%	16 casos – 57,14%
Outros	3 casos – 10,34%	4 casos – 14,28%

3) Descrevemos as reformulações internas, isto é, a seqüência dos itens dentro de um mesmo caso, com o objetivo de analisar as relações semânticas mais constantes para “correto”, “em ordem” e “sob controle” / “controlado”. Apresentamos no quadro a seguir as seqüências em que houve reformulação interna desses itens:

Quadro 2: reformulações internas de itens em seqüência:

A001: bem / correto / normal

A003: OK / em ordem

A004: bem / correto

A008: correto / controlado

A018: em ordem / correto

A021: correto / em ordem

A023: bem / em ordem

A034: bem / em ordem

A039: correto / em ordem

B007: OK / tranqüilo

B009: nada errado / correto

B031: em ordem / sob controle

4) Conformação de uma escala semântica:

Em primeiro lugar, pensamos que o fato dos itens “bem” / “OK”, “correto” / “corretamente”, “em ordem” e “sob controle” / “controlado” aparecerem nas duas amostras, como mostra a Tabela 2, evidencia que em ambas são considerados possíveis equivalências de “certo” no contexto dado. E que sua alternância nas reformulações internas que vemos no Quadro 2, evidencia também que os respondentes vêem, entre eles, diferenças de matiz. A respeito, partindo do pressuposto de que a reformulação tem um caráter explicativo, como consideramos no Capítulo III com base nas reflexões de Fuchs, temos que considerar que o item à direita nas seqüências do Quadro 2 é enunciado como uma versão mais precisa do item à esquerda. A observação dessas seqüências mostra que, com exceção do caso A018, uma escala do menos ao mais explicativo poderia ter a seguinte ordem, em quatro graus:

1. Bem – OK >> 2. correto – corretamente >> 3. em ordem >> 4. sob controle - controlado

No entanto, essa escala, que é basicamente válida, merece algumas considerações mais finas, já que há traços semânticos dos itens que produzem, nela, algumas rupturas e desproporções que convém considerarmos. Partamos, para isso, do objeto ao qual se aplica essa escala de atribuições: “tudo”. Uma totalidade que foi observada e da qual é apresentada uma avaliação que pretende ser descritiva.

Creemos que “em ordem”, devido à noção espacial (ou precisamente “ordinal”) que contém, é claramente mais descritiva do que “bem” / “OK”. Com efeito, “em ordem” descreve o estado estrutural de “tudo”. “Bem” não é contraditório com esse “estado ordenado”, mas o elide. Vemos “correto” como um ponto intermédio entre ambas, porque mesmo sendo, como “bem”, no seu funcionamento, um simples julgamento positivo, aproxima-se de uma descrição de estado pela sua relação com “reto” e com “corrigir”. Não é igual que “corrigido”, mas conserva a significação de “adequado a uma linha”, adequação que pressupõe constatada e que com ele se enuncia.

É o quarto item, “sob controle” / “controlado” que apresenta mais dificuldades para ser colocado nessa escala. Ele não descreve o estado estrutural ou interno de “tudo”, nem

Veja-se Kerbrat-Orecchioni (1986: 141-142) sobre o funcionamento axiológico de “merito”.

sequer sua aparência: introduz uma entidade exterior que controla. Descreve a relação desse “tudo” com uma outra instância: no contexto da propaganda da ANATEL, os técnicos que fazem “testes e mais testes”, ou a própria ANATEL, para a qual esses técnicos trabalham. Certamente, “sob controle” é mais descritivo que “bem”, mas ele descreve dessa maneira diferente dos outros dois pontos da “escala”: a posição de “tudo” em relação a algo exterior que controla, isto é, ele não realiza uma descrição de “tudo” do ponto de vista do enunciador.

Em síntese, veremos “correto” e “em ordem” como graus de uma crescente descrição de “certo” no contexto da propaganda da ANATEL, e a partir disso analisaremos, no Capítulo V, 2.4, sua maior aparição na amostra argentina.

4.2 Resultados para o TEXTO 2 em português

4.2.1 Resultados para “tem direito a”

Para a quantificação, estabelecemos três generalizações para as unidades produzidas pelos respondentes:

- a) “necessariamente”, em que incluímos “deve”, “deve poder”, “pode exigir”, “deveria”, “precisa” e “tem que”.
- b) “possivelmente”, em que incluímos “pode”, “tem a possibilidade de”, “está autorizado a”, “tem acesso a” e “tem a oportunidade”.
- c) “merecidamente”, em que incluímos “merece”, “é merecedor”, “faz jus”. Consideramos esta uma variável diferente por duas razões. Primeiro, porque mesmo sendo contingente em relação à variável “necessariamente”, não se opõe a ela da mesma forma que “possivelmente”. “Merecidamente” implica um julgamento, uma dimensão axiológica¹ que não está presente nos outros dois termos.

A contagem de casos em que apareceu pelo menos uma vez um item de cada variável mostra (levar em conta que cada respondente pode proporcionar várias respostas):

¹ Veja-se Kerbrat-Orecchioni (1986: 141-142) sobre o funcionamento axiológico de “merecer”.

Tabela 3

	Argentinos	Brasileiros
Necessariamente	17 casos 44,74%	11 casos 28,95%
Possivelmente	22 casos 57,89%	20 casos 52,63%
Merecidamente	9 casos 23,68%	13 casos 34,21%

Combinções de variáveis num mesmo respondente:

Argentinos que forneceram mais de uma variável: 13 casos (A001, 8, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 23, 32, 36, 37, 39)

Brasileiros que forneceram mais de uma variável: 9 casos (B002, 3, 6, 7, 8, 12, 33, 36, 39)

Argentinos, “merecidamente”: 1 caso com “possivelmente” (A008), 3 só (A014, 24, 27), 5 com “necessariamente” (A013,15,19,21,36).

Brasileiros, “merecidamente”: 2 com “possivelmente” (B002,6), 7 só (B004,9,27,29,34,35,37), 4 com “necessariamente” (B003,7,33,38).

4.3 Resultados para o TEXTO 3 em português

4.3.1 Resultados para “tenta a sorte”

Em primeiro lugar, mencionemos que em uma proporção importante de casos, em ambos os países, a frase “tenta a sorte” foi desprovida do ponto de vista do jogador mediante a simples menção da ação de jogar, enunciada de um posicionamento exterior, de observação e menção técnica do ato: “joga”, “aposta”, “participa”. Esse apagamento aconteceu de maneira total, sem coexistir com outras variantes, em 11 casos de argentinos e em 13 de brasileiros. Houve, ainda, 3 argentinos e 1 brasileiro que não produziram reformulação nenhuma, deixando o espaço em branco. Temos, então, para as variáveis que

vamos considerar, nas quais pensamos que a posição subjetiva do jogador é mantida, 24 casos para cada grupo nacional. É com base nesse total que fornecemos as seguintes percentagens:

Tabela 4 (percentagens sobre 24 casos que mantiveram a perspectiva do jogador)

	Argentinos	Brasileiros
Plus de explicitação da “melhoria”	12 casos – 50,00%	3 casos – 12,50%
Plus de transcendência	6 casos – 25,00%	0 casos – 0,00 %
Uso do termo “fezinha”	0 casos - 0,00 %	5 casos – 20,83%
Uso do termo “arrisca”	5 casos – 20,83 %	17 casos – 70,83%
Uso do possessivo “seu” / “sua”	6 casos – 25,00 %	0 casos – 0,00%
Uso das formas verbais “prova” ou “experimental”	10 casos – 41,67%	0 casos – 0,00%

Esclarecimento das variáveis:

Incluimos, na “explicitação da melhoria”, aquelas respostas que acrescentam, à idéia de fazer a tentativa, a enunciação de um resultado positivo (mudar de vida, boa sorte, ganhar dinheiro, etc.)

O “plus” de transcendência corresponde à aparição das palavras “destino” e “fortuna”, bem como de “cambiar a sua vida”, no caso A038, que, do nosso ponto de vista, acrescentam um sentido de transcendência não incluído necessariamente no item a reformular.

Vale esclarecer que, ao longo de todo o trabalho, usaremos o termo “plus” para todo fenômeno que apareça nas reformulações acrescentando um sentido que, mesmo sendo compatível com o item a reformular, não apareça como um aspecto necessário para o sentido desse item. Precisamente por essa “não necessidade”, os índices dos “plus” serão significativos na análise ainda quando, como neste caso, não sejam muito altos. Particularmente importante é sua aparição nas respostas de um grupo nacional e não nas do outro.

4.3.2 Resultados para “tudo que for preciso”

O resultado mais significativo nestas reformulações foi a aparição, na amostra de argentinos, de morfemas pessoais em lugares argumentais que, no enunciado original, já estavam cobertos pelo sujeito (“tudo”) e o complemento (“para fazer...”). Consideramos isso um “plus” porque nem somente era referencialmente desnecessário, mas também porque rompe a estrutura sintática do original, e não por restrições sintáticas da língua espanhola, na qual, um enunciado como “*todo lo que sea necesario*” é inquestionavelmente gramatical e freqüente.

Apresentamos na tabela os casos específicos:

Quadro 3

Plus de pessoa: Argentinos: 10 casos (26,31%) Brasileiros: 0 casos

Caso A002: “coisas das quais *se* necessitem”

Caso A009: “o que *você* precisar”

Caso A012: “tudo aquilo que *você* pensa que \emptyset necessita / \emptyset precisa para melhorar *sua* vida”

Caso A016: “tudo o que *se* precise, *se* necessite”

Caso A019: “o que *se* requer”

Caso A020: “tudo o que \emptyset necessite / o que \emptyset desejar”

Caso A026: “tudo o que \emptyset necessitar”

Caso A035: “o que \emptyset necessitar” / “o que \emptyset precisar”

Caso A038: “tudo o que *as pessoas* necessitam”

Caso A013: “mais outras coisas para *você*”

4.3.3 Resultados para “digna”

Estabelecemos a seguinte categorização para classificar os itens que apareceram nas reformulações:

O moral: respeitável, honorável, honrada, moral, decente, correta, civilizada, apropriada.

O justo: humana, eqüitativa, justa, merecedora, merecida.

O econômico: cômoda, de boa qualidade, confortável, com melhores condições, sem carências, com comodidade, não passar por dificuldades, próspera, saudável.

Fora de classificação (por poderem corresponder a “o moral “ ou a “o econômico”) satisfatória, valiosa, aceitável, fácil, viável, valorizada, elevada, aprazível, nobre. Nos casos em que não apareceram acompanhados por um outro item que orientasse sua interpretação para alguma das três variáveis propostas, consideramos o caso como “não classificado”.

Assim apareceram, caso por caso:

Tabela 5

M = o moral

J = o justo

E = o econômico

? não classificado

B 001 honrada	M
B 002 melhor, mais comodidade	E
B 003 nobre, humana, viável	J
B 004 melhor, justa	J
B 005 humana, civilizada	J/M
B 006 melhor	
B 007 cômoda, melhor, não passar por dificuldades	E
B 008 respeitável, mais valorizada	M
B 009 melhor, decente	M
B 010 justa, valorosa	J

B 011 decente	M
B 012 decente	M M
B 013 decente	M E
B 014 decente	M E
B 015 correta	M E
B 017 respeitável	M J
B 018 respeitável	M J E
B 019 apropriada	M M
B 020 próspera	E M
B021 fácil, melhor	?
B 023 aprazível	? J/E
B 024 melhor, mais decente	M E
B 026 decente, justa	M/J
B 027 decente	M E
B 028 decente	M M/J
B 029 humana, decente	J/M
B 030 humana	J J
B 031 decente, correta	M M
B 032 fácil	? E/J
B 033 respeitável, merecida	M/J
B 034 decente	M
B035 honrada, decente, apropriada	M M
B 037 honrada	M E
B 039 justa	J M

Consideramos não respondido B 006. Restaram 33 casos de brasileiros.

A 001 satisfatória, valiosa, cômoda	E
-------------------------------------	---

A002 boa	
A003 aceitável, respeitável	M
A 004 boa qualidade	E
A006 confortável	E
A007 confortável	E
A008 humana, eqüitativa, justa	J
A009 humana, com melhores condições, com maior qualidade de vida	J / E
A010 honorável, boa (melhor)	M
A011 respeitável	M
A012 melhor do que a atual	
A013 justa, confortável	J / E
A014 valiosa e saudável	E
A 015 com melhores condições	E
A016 confortável, sem carências	E
A 017 ... de moral, humana	M / J
A018 confortável, humana	E / J
A019 merecedora de...	J
A020 valiosa, honrada	M
A 021 confortável, bem merecida	E / J
A022 legal, boa	
A023 boa	
A024 respeitável	M
A025 confortável	E
A026 respeitável	M
A027 elevada	?
A028 confortável	E
A029 confortável	E
A 030 honrosa	M
A032 confortável	E
A 033 de qualidade superior	E

A034 valiosa	?
A035 nobre	?
A036 ter outra qualidade de vida	E
A038 confortável, fácil	E
A039 respeitável, valiosa	M

Consideramos não respondidos A002, A012, A022 e A023. Restaram 32 casos de argentinos.

4.4.2 Resultados para "cuidate de..."

Tabela 6 (resumo da tabela 5)

	Argentinos 32 casos	Brasileiros 33 casos
M	8,5 casos – 26,56%	20 casos – 60,61%
J	4,5 casos – 14,06%	7 casos – 21,21%
E	16 casos – 50,00%	4 casos – 12,12%
Não classificado	3 casos – 9,37%	2 casos – 6,06%

4.4 Resultados para o TEXTO 1 em espanhol

4.4.1 Resultados para "cuidate de..."

Casos válidos: Argentinos, 38. Brasileiros, 35. Excluimos, nos brasileiros, os casos 007 e 018, por não terem interpretado a acepção pronominal de "cuidarse", e o caso 024 por não ter seguido a indicação de trabalho. Os índices a seguir estão calculados sobre esses totais.

Tabela 7

Casos em que nenhuma das opções dadas pelo respondente apresenta morfemas pessoais:

Brasileiros: 8 casos – 22,86%

Argentinos: 1 caso – 2,63%

4.4.2 Resultados para “Asegúrese que sea legal”

Diferenciamos duas tendências na reformulação de “asegúrese”: uma que chamaremos de “foco no processo” e outra de “foco no resultado”. A primeira inclui, dentre as que apareceram, as formas “certifíquese”, “verifique”, “fijese” / “fijáte”, “cerciórese”, “corrobore”, “asesórese”, “tome cuidado de”, “exigi”, “solicite”, “mire”, “vea”, “cuide”, “confire”, “comprueba”, “procure”, “confirma”, “controle”, “tomá precauciones”, “tomá la precaución”, “revisá”. A segunda, as formas “tenga (la) certeza”, “esté seguro”, “esté cierto”, “tenga certidumbre”.

Diferenciamos-las porque acreditamos que existe, nos dois idiomas, uma diferença de valor aspectual entre, por um lado, “ter certeza”, “estar certo”, e por outro, “assegurar-se”, “verificar”, “certificar”, “confirmar”, “comprovar” etc. Nas primeiras, a certeza já foi atingida, enquanto que as outras descrevem o processo de adquirir essa certeza. “Ter certeza”, “estar seguro”, apresenta um aspecto terminativo frente ao aspecto cursivo de “assegurar-se”².

Enunciadas em imperativo, a diferença aspectual se neutraliza parcialmente, dado que o imperativo implica não realização (se pedimos algo é porque ainda não está realizado), e então “tenha certeza” / “esteja certo” (ou em espanhol *tenga certeza, esté seguro*) podem funcionar no lugar de “assegure-se”. Porém, como seleção enunciativa, a diferença não é inócua. Ao “optarmos” por “tenga certeza”, estamos focalizando o

resultado que esperamos, enxergando daqui a certeza já imaginariamente (como cena) obtida. Em compensação, ao “optarmos” pelas variantes do tipo “*certifíquese*”, “*verifique*”, “*corrobores*”, enfocamos o processo. Quer dizer, a diferença aspectual se neutraliza exclusivamente no que tem em comum com o valor modal, mas subsiste nos outros traços do sentido. Prova de que essa diferença aspectual se mantém, isto é, de que “tenha certeza”, “esteja certo” / “*tenga seguridad*”, “*esté seguro*” conservam valor terminativo, é que não é comum ouvir, por exemplo, “tenha a verificação” / “*tenga la verificación*”. “Verificação” / “*verificación*” são cursivos, e se resultam rejeitados por “tenha” / “*tenga*” é porque esse último conserva o valor terminativo, que lhe permite funcionar com os outros itens mencionados.

B003. Em síntese, considerando que houve, mesmo no imperativo, essa diferença aspectual, e que toda diferença, ainda mais se mostra a regularidade que veremos nos índices, significa alguma coisa, cremos pertinente levar em conta o que aconteceu nas amostras diante dessa seleção, cujos termos estão disponíveis nas duas línguas.

Houve 37 casos válidos em cada amostra, já que os respondentes A021 e B007 não reformularam “*asegúrese*”. Sobre esses totais damos os resultados:

4.5 Resultados para o TEXTO 2 em espanhol **Tabela 8**

(Alguns respondentes apresentaram mais de uma opção, as cifras indicam em quantos casos se manifestou cada uma das opções)

	Argentinos (37 casos)	Brasileiros (37 casos)
Foco no processo	34 casos – 91,89%	14 casos – 37,84%
Foco no resultado	1 caso – 2,70%	21 casos – 56,76%

Os casos foram:

Foco no processo: A001, A004, A005, A006, A007, A008, A008, A009, A010, A011, A012, A013, A014, A015, A016, A017, A018, A019, A020, A022, A023, A024, A025,

² No seu funcionamento no contexto dado, em que se pede ao interlocutor que se assegure da legalidade de um computador, formas como “exigir” e “solicitar” (que seja legal) se associam com esse aspecto cursivo e

A026, A027, A028, A029, A030, A031, A032, A034, A035, A036, A038 (argentinos), e B001, B002, B004, B006, B008, B017, B018, B019, B020, B028, B030, B032, B035, B036 (brasileiros).

Foco no resultado: A002 (argentino), e B003, B005, B009, B010, B011, B012, B013, B015, B016, B021, B023, B024, B025, B026, B027, B031, B033, B034, B037, B038, B039 (brasileiros).

Além disso, 7 dos 20 brasileiros que focalizaram o resultado trocaram o subjuntivo “*sea*” da frase pelo indicativo “*es*” (*tenga certeza de que es legal, esté cierto de que es auténtico*, etc.). Os casos são:

B003, B005, B021, B023, B024, B026 e B039.

Brasileiros: B003, B029 (7 casos)

-Em outros 7 casos de brasileiros (B005, B011, B012, B013, B016, B037 e B038), todos eles incluídos, é claro, na opção “foco no resultado” da Tabela 8, aparece a palavra “*cierto*” seguindo a forma verbal “*esté*”.

Brasileiros: B001, B002, B007, B008, B010, B012, B015, B016, B017, B018, B020, B024, B026, B031, B034, B035, B037 (17 casos)

4.5 Resultados para o TEXTO 2 em espanhol

4.5.1 Resultados para “*visitantes*” / “*locales*”

Brasileiros: B004, B005, B021, B029, B039 (5 casos)

Para “*visitantes*”, diferenciamos duas variantes, “o alheio marcado” e “o alheio amenizado”. A primeira é dada pelas formas “*extranjeros*”, “*extraños*”, “*rivales*”, “*ajenos*”, “*con miedo*”, “*de afuera*” e “*desconocidos*”. Justificamos a inclusão “*de afuera*”, forma aparentemente não marcada que apareceu em algumas respostas de argentinos, devido a sentidos de “união nacional” que invoca na discursividade argentina, sobretudo quando usada em contextos políticos ou na fala sobre assuntos políticos³.

Argentinos: A003, A008, A009, A012, A015, A018, A019, A020, A021, A024, A026,

não com o terminativo.

³ A denominação tem origem no *Martín Fierro*, de José Hernández, considerado “poema nacional” e de leitura tradicional nas escolas. Foi usada com propósitos retóricos, como outras frases do mesmo texto, por inúmeros setores políticos.

A segunda variante generaliza as formas “*huéspedes*”, “*turistas*”, “*de visita*”, “*invitados*”, “*la visita*”, “*convidados*”, “*a paseo*”, “*viajantes*”, “*personas que van a conocer un lugar*”, “*personas que se desplazan*”, “*los que llegan a un local o país*” e “*visitas*”.

“O alheio marcado” como única opção:

Argentinos: A003, A006, A008, A009, A010, A012, A013, A014, A015, A024, A026, A027, A028, A029, A031, A032, A034, A035, A036, A038, A039. (21 casos)

Brasileiros: B003, B006, B011, B013, B014, B019, B023, B025, B027, B028, B032, B033, B038. (13 casos)

“O alheio marcado”, junto com outras opções:

Argentinos: A011, A016, A017, A018, A019, A020, A022, A023. (8 casos)

Brasileiros: B021, B029 (2 casos)

“O alheio amenizado”, como única opção:

Argentinos: A001, A002, A004, A005, A007, A025, A027, A030, A033. (9 casos)

Brasileiros: B001, B002, B007, B008, B010, B012, B015, B016, B017, B018, B020, B024, B026, B031, B034, B036, B037. (17 casos)

“O alheio amenizado”, junto com outras opções:

Argentinos: A016, A017, A018, A019, A020, A021, A022, A023 (8 casos)

Brasileiros: B004, B005, B021, B029, B039. (5 casos)

Se excluirmos, dentre os itens que generalizamos em cada uma das variantes da oposição “*marcado / amenizado*”, aqueles menos carregados de sentidos negativos ou positivos, temos as seguintes variantes:

Formas fortes de marcação do alheio: “*extraños*”, “*rivales*”, “*ajenos*”, “*con miedo*”, “*de afuera*”.

Argentinos: A003, A008, A009, A012, A015, A018, A019, A020, A021, A024, A026, A035, A038. (13 casos)

Brasileiros: B003 (1 caso)

Formas fortes de amenização: “*huéspedes*”, “*invitados*”, “*convidados*”, “*visitas*”

Argentinos: A001, A022, A030. (3 casos)

Brasileiros: B001, B002, B009, B012, B036, B037, B039 (7 casos).

Por último, para a reformulação dos termos, levantamos a aparição de itens que mencionassem ou fizessem alusão à identidade nacional e / ou à soberania territorial sobre as ilhas, incluindo aqueles que a aludem por oposição (“*isleños*”, “*kelpers*”). Eles foram: “*nacionales*”, “*dueños de casa*”, “*realmente somos locales porque es tierra argentina*”, “*isleños*”, “*kelpers*”, “*argentinos*”, “*en nuestro país*”, “*dueños de la situación*”, “*paisanos*”, “*compatriotas*”, “*como de adentro*”, “*propios*”, “*nacionalizados*”, “*ciudadanos*”, “*ciudadanos de allá*”.

Apareceram em:

Argentinos: A005, A010, A012, A014, A016, A017, A019, A022, A023, A035, A038 (11 casos).

Brasileiros: B003, B017, B039. (3 casos)

Resumimos todos esses dados na tabela a seguir:

1.6 Resultados para o TEXTO 3 em espanhol

1.6.1 Resultados para “*tiene nombre y apellido*”

Dizer que alguém tem “*nombre y apellido*” (nome e sobrenome) é destacar a identidade – alteridade. É dizer que é um e não é outro. O que implica também ser isso para os outros. A reformulação do termo poderia acentuar a identidade ou assumir uma perspectiva exterior destacando o fato de ser muito conhecido. O texto, explicitamente orientado para o outro (“*tiene*”, no anunciado) fornecia e ativava as duas possibilidades. Classificamos as reformulações em duas variáveis segundo se orientassem para um ou para outro dos lugares da cena enunciativa. A primeira variável chamaremos de “perspectiva

Tabela 9

	Argentinos	Brasileiros
O alheio marcado		
(como única opção)	21 casos – 55,26%	13 casos – 34,21%
(junto com outras)	8 casos – 21,05%	2 casos – 5,26%
total	29 casos - 76,31%	15 casos - 39,47%
O alheio amenizado		
(como única opção)	9 casos – 23,68%	17 casos – 44,73%
(junto com outras)	8 casos – 21,05%	5 casos – 13,16%
total	17 casos - 44,73%	22 casos 57,89%
Formas fortes de marcação do alheio	13 casos – 34,21%	1 caso - 2,63%
Formas fortes de amenização	3 casos - 7,89%	7 casos 18,42%
Nação / território	11 casos- 28,94%	3 casos 7,89%

4.6 Resultados para o TEXTO 3 em espanhol

4.6.1 Resultados para “*tiene nombre y apellido*”

Dizer que alguém tem “*nombre y apellido*” (nome e sobrenome) é destacar a identidade – alteridade. É dizer que é um e não é outrem. O que implica também ser isso para os outros. A reformulação do termo poderia acentuar a identidade ou assumir uma perspectiva exterior destacando o fato de ser muito conhecido. O texto, explicitamente orientado para o outro (“*usted*”, no enunciado) fornecia e ativava as duas possibilidades. Classificamos as reformulações em duas variáveis segundo se orientassem para um ou para outro dos lugares da cena enunciativa. A primeira variável chamaremos de “perspectiva

endocêntrica”, e a segunda de “perspectiva exocêntrica”. Há, ainda, um tipo de reformulações que fazem referência a vínculos familiares, que trataremos, no Capítulo V, em relação a estas duas variáveis, mas que, por enquanto, não incluímos nos índices.

A001: Acreditamos que a perspectiva endocêntrica se apresenta, na amostra de argentinos, nos seguintes casos (acrescentamos fundamentação naqueles em que consideramos necessário):

A003: *está nominada*

A004: *tiene marca / identificación*

A005: *ya no es anónima y responde por usted*. Neste caso, como em A008 supra, ainda que o pronome “usted” introduza a alteridade, o centro de perspectiva é o “mesmo”, e o outro aparece posicionado num lugar de menor poder.

A008: *nos preocupamos por usted / crecemos para brindarle lo mejor*. Vale acrescentar à fundamentação acima, para este caso, o uso da primeira pessoa do plural.

A010: *posee nueva identificación*.

A013: *sólo puede llamarse de una manera / sólo responde a un nombre y apellido*.

A014: *se identifica*.

A017: *está identificada / posee identidad / está conformada*

A018: *identidad / su propia identidad*.

A019: *nació y fue bautizada / denominación propia*

A020: *está identificada*

A022: *completó su nombre / tiene nombre propio*

A023: *tiene una identidad*

A024: *tiene nombre propio*

A025: *tiene personalidad*

A028: *se llama Movicom*

A029: *tiene el nombre de siempre...*

A 030: *es conocida por su nombre completo*. Neste caso, pensamos que se manifesta também a variável “perspectiva exocêntrica”.

A039: *tiene identidad, integral, es ésta*.

Total: 19 casos

B005: *es garantía de buen atendimento*

Na amostra de respondentes brasileiros, pensamos que manifestam a mesma variável os seguintes casos:

- B001: *tiene identidad*
 - B003: *identidad y descendencia*
 - B013: *es la más completa*
 - B017: *tiene nombre completo*
 - B020: *debidamente identificada*
 - B028: *está completa / está más importante*
 - B033: *es completa*
 - B037: *tiene identidad*
- Total: 8 casos

Quanto à perspectiva exocêntrica, vemos, na amostra de argentinos, os seguintes casos que a manifestam:

- A001: *nombre ya conocido / renombre*
 - A008: *confiabilidad*
 - A011: *es renombre con respaldo*
 - A012: *reconocimiento de mercado*
 - A015: *historia y trayectoria que usted conoce*
 - A021: *prestigio*
 - A026: *es perfectamente conocida*
 - A027: *tiene reconocimiento y tradición*
 - A030: *Es conocida por su nombre completo*
 - A036: *es renombrada / es conocida por todos*
- Total: 10 casos

	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva endocêntrica	19 casos – 51,35%	8 casos – 22,86%
Na amostra brasileira:	10 casos – 27,03%	14 casos – 40,00%

- B002: *la marca tiene fuerza, conocida*
- B005: *es garantizada de buen atendimento*

B006: *ustedes ya la conocen de antes*

B007: *tiene cómo encontrar / tiene una referienza*

B008: *usted ya la conoce, ya sabe quién es, ahora la conoces mejor*

B009: *tiene nombramiento*. Incluímos este caso por interpretarmos que “*nombramiento*”, possivelmente vinculado a “*renombr*”, destaca a posição de quem conhece a empresa.

B010: *tiene dos nombres: el nombre personal, o el nombre que todos conocen, y el nombre de la origen*.

B019: *tiene tradición*. A referência à tradição, que apareceu em mais dois casos de brasileiros, parece-nos que pode ser incluída nesta variável pela sua relação com ser conhecido.

B025: *tiene tradición*

B026: *es confiable como una familia*

B027: *origen conocido* dos argentinos e somente em 11,23% dos brasileiros. Algure

B032: *es de confianza, que se puede confiar*

B036: *tiene tradición*

B039: *tiene dos nombres de confianza*

Total: 14 casos *mos el producto de nuestro trabajo, que significa que somos responsables y de garantías para el porvenir*

Caso A038: “*Ayer y hoy: construyendo el futuro*”

Resumo:

Os casos foram: A002, A003, A008, A010, A011, A012, A013, A014, A021, A022, A024,

Houve 37 casos válidos na amostra argentina e 35 na amostra brasileira. As percentagens estão calculadas sobre essas respectivas quantidades.

c) Superposição presente / futuro

Tabela 10

Aparece em 2,63% das reformulações de argentinos e em 21,05% dos brasileiros.

manifestada por diversos indios em exemplos:	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva endocêntrica	19 casos – 51,35%	8 casos – 22,86%
Perspectiva exocêntrica	10 casos – 27,03%	14 casos – 40,00%

Caso B010: “*En el futuro, se cree que todo continuara bueno...*”

4.7 Resultados para o TEXTO 4 em espanhol

a) O passado como “causa” do presente:

Essa relação se explicitou equilibradamente em ambas as amostras: em 42,10% dos argentinos e em 50,00% dos brasileiros. A maioria dos restantes não produziu outro tipo de conexão entre esses segmentos.

Os casos foram A002, A003, A007, A010, A011, A014, A021, A024, A026, A027, A029, A030, A032, A034, A036, A039 (argentinos), e B002, B004, B006, B008, B009, B011, B012, B015, B016, B020, B024, B026, B027, B029, B031, B033, B034, B038 (brasileiros).

b) O passado como causa (também) do futuro:

Apareceu em 44,74% dos argentinos e somente em 18,42% dos brasileiros. Alguns exemplos:

Caso A002: “*El empeño del pasado trae la firmeza del presente y traerá la tranquilidad en el futuro*”.

Caso A026: “*Somos el producto de nuestro trabajo, que significa que somos responsables y da garantías para el porvenir*”

Caso A038: “*Ayer y hoy, construyendo el futuro*”

Os casos foram: A002, A003, A008, A010, A011, A012, A013, A014, A021, A022, A024, A025, A026, A029, A032, A034, A038 (argentinos), e B009, B011, B016, B020, B029, B033, B034 (brasileiros).

c) Superposição presente / futuro:

Aparece em 2,63% das reformulações de argentinos e em 21,05% dos brasileiros, manifestada por diversos indicadores. Alguns exemplos:

Caso B001: “*...el futuro queda.*”

Caso B008: “*...le permite ahora venir a ganar la confianza...*”

Caso B010: “*...En el futuro, se cree que todo continuará bueno...*”

Os casos foram: A033 (argentino), e B001, B004, B006, B007, B008, B010, B024, B038 (brasileiros).

d) O presente como centro de perspectiva, do qual se observam (ou se dominam) as outras etapas enunciadas:

Aparece em 36,84% das respostas de argentinos e somente em 5,26% das respostas de brasileiros. Uma de suas marcas, mas não a única, é o uso do presente do indicativo para referir-se àquilo que se localiza no passado. Alguns exemplos:

Caso A006: “*El pasado nos sirve para reflexionar sobre nuestro presente y proyectarnos en nuestro futuro*”

Caso A007: “*...todo lo hecho en el pasado se trasluce...*”

Caso A025: “*...el presente es el momento de los objetivos claros...*”

Os casos foram: A002, A003, A005, A006, A007, A010, A011, A012, A013, A014, A018, A025, A026, A038 (argentinos) e B016, B017 (brasileiros).

e) expressões intensificadoras para “*el esfuerzo del pasado*”:

Consideramos nesta categoria formas como “*duro trabajo*”, “*sacrificio*”, “*lucha*”, “*pelea*”, “*tenacidad*” e outras similares, além do quantificador “*todo*” (“*todo el esfuerzo / trabajo...*”). Aparecem em 42,10% dos argentinos e em 18,42% dos brasileiros. Vale considerar que a mais extrema delas, “*sacrificio*”, somente apareceu na amostra argentina.

Os casos foram: A007, A009, A010, A011, A012, A013, A014, A016, A020, A022, A027, A029, A030, A032, A033, A034, A036 (argentinos), e B005, B011, B024, B030, B032, B034, B038 (brasileiros).

f) a reformulação de “*la solidez del presente*” com termos que conotam uma relação de autoridade ou de poder:

Incluimos dentro desta categoria unidades como “*fuerza*”, “*fuerte*”, “*firmeza*”, “*firme*”, “*pisar firme*”, “*forjar*”, “*irrompible*”, “*pilares*”. Também os segmentos “*las convicciones*

de hoy” (caso A009) e “el presente es el momento de los objetivos claros” (caso A025), pela relação parafrástica que vemos, neles, com enunciados do poder político argentino.

Apareceu em 36,84% dos argentinos e em 5,26% dos brasileiros.

A maioria dos brasileiros não reformulou “solidez” ou forneceu derivados como “base sólida”, “todo es sólido”, etc. Os que a reformularam optaram majoritariamente por “seguridad” e “garantía”.

Os casos foram: A001, A002, A007, A009, A010, A013, A014, A016, A021, A025, A027, A030, A031, A033 (argentinos), e B016, B027 (brasileiros).

g) A aparição do “bem antecipado” como reformulação de “la confianza en el futuro”. Incluímos nesta categoria termos como “nuestros sueños”, “muy bueno”, “bueno”, “brindar con éxito”, “suceso”, “coger todos los frutos”, “aún mejor” e outros. Aparecem em 26,31% dos brasileiros e em 5,26% dos argentinos. Vemos essas reformulações como diferentes daquelas que se limitam a um termo de expectativa positiva (“fe”, “esperanza”), já que explicitam ou em alguns casos substituem essa expectativa, mostrando-a “efetivada” ou “certa”.

Os casos foram: A008, A034 (argentinos), e B006, B007, B010, B011, B014, B018, B028, B030, B032, B033 (brasileiros).

h) A utilização da 1ª pessoa do plural na reformulação do texto:

Apareceu em 44,74% dos argentinos (17 casos) e em 15,79% dos brasileiros (6 casos).

Resumimos esses índices na tabela a seguir:

a) Perspectiva não determinada: corresponde às reformulações em que não há indicadores nítidos de uma ou de outra perspectiva. O modelo do texto original entraria nesta variável,

Tabela 11 Reformulações do texto 4 em espanhol

	Argentinos	Brasileiros
a) O passado como causa do presente	42,10% - 16 casos	50,00% - 19 casos
b) O passado como causa, também, do futuro	44,74% - 17 casos	18,42% - 7 casos
c) Superposição presente - futuro	2,63% - 1 caso	21,05% - 8 casos
d) O presente como centro de perspectiva	36,84% - 14 casos	5,26% - 2 casos
e) Expressões intensificadoras de "el esfuerzo del pasado"	42,10% - 16 casos	18,42% - 7 casos
f) Autoridade / poder em "la solidez del presente"	36,84% - 14 casos	5,26% - 2 casos
g) O "bem antecipado"	5,26% - 2 casos	26,31% - 10 casos
h) 1ª pessoa plural	44,74% - 17 casos	15,79% - 6 casos

4.7.1 Perspectiva pessoal para "la confianza en el futuro"

No texto, não está explicitamente marcado quem é que "confia". A enumeração conjunta com "esfuerzo" e "solidez" abre caminho para interpretar-se que quem "confia" é o mesmo que se esforçou e que hoje é sólido; isto é, SOCMA / "nosotros". Mas a frase "empresas para la gente", no final do texto, permite mudar a perspectiva: as pessoas confiam, SOCMA é confiável. Encontramos três variáveis para classificar as reformulações neste aspecto:

a) Perspectiva não determinada: corresponde às reformulações em que não há indicadores nítidos de uma ou de outra perspectiva. O modelo do texto original entraria nesta variável,

que foi a mais seguida pelos respondentes, aparecendo em 44,74% de argentinos e em 47,36% de brasileiros.

b) Perspectiva endocêntrica: corresponde aos casos em que a mesma instância pessoal que se esforçou ou é sólida é o sujeito da confiança (ou de suas reformulações) no futuro. Esse “mesmo” pode ser, segundo a estrutura enunciativa em cada caso, “nosotros”, “SOCMA”, “uno que trabajó...”, “la empresa”, etc. Isto é, não há mudança de perspectiva e há indicadores claros de que a mesma é mantida. Exemplos:

A003: *Sosteniendo el esfuerzo del pasado para consolidar el presente nos proyectamos con fe en el futuro.*

A023: *Se trata de una empresa que ha invertido su esfuerzo en el pasado, que apuesta a la solidez y a la estabilidad del presente y que confiará en lo que va a venir.*

A002: *El empeño del pasado trae la firmeza del presente y traerá la tranquilidad en el futuro.* Neste caso, é a palavra “tranquilidad” que nos indica que a perspectiva se mantém.

Enquanto “confianza” pode ser própria ou externa, “tranquilidad” é, muito mais freqüentemente, auto-referencial.

B014: *El esfuerzo hecho en el pasado trajo la solidez que tiene en el presente, por eso confiam en el suceso del futuro.*

B030: *En el pasado está nuestra pelea, en el presente está todo lo que fue construido y en el futuro está sólo nuestros sueños.*

B018: *En el pasado las cosas eran más difíciles, uno había que trabajar más, en presente hay más comodidad y en el futuro la esperanza de coger todos los frutos.* Neste caso, é “coger todos los frutos” o que nos marca que a perspectiva é a mesma. São frutos do próprio trabalho.

Esta variável apareceu em 42,10% de argentinos e em 26,31% de brasileiros.

Os casos foram:

A002, A003, A006, A007, A008, A010, A014, A019, A020, A022, A023, A024, A028, A034, A035, A039 (argentinos), e B006, B011, B014, B015, B018, B020, B028, B030, B032, B039 (brasileiros).

c) Perspectiva exocêntrica: corresponde aos casos opostos à variável anterior, em que aparece um indicador de mudança de perspectiva para “a confiança” ou para suas reformulações. Exemplos:

A011: *Hace años realizamos un gran esfuerzo que hoy nos depara una gran solidez por eso para el futuro confie en nosotros.*

B004: *Lo que se logró con mucho trabajo fue una gran seguridad, la cual nos convirtió en sinónimo de confiabilidad.* Em geral, consideramos as palavras “confiable” e “confiabilidad” como indicadoras de uma perspectiva exterior.

B012: *Se trata de una empresa que se ha esforzado para garantizar un nombre sólido en el mercado, y en quien las personas tendrán confianza.*

Esta variável apareceu em 13,16% de argentinos e em 26,31% de brasileiros.

Os casos foram: A011, A012, A030, A032, A033 (argentinos), e B002, B003, B004, B008, B012, B013, B023, B024, B026, B038 (brasileiros).

Resumo:

Tabela 12

Perspectiva pessoal nas reformulações de “la confianza en el futuro”

	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva não determinada	44,74 % - 17 casos	47,36 % - 18 casos
Perspectiva endocêntrica	42,10 % - 16 casos	26,31 % - 10 casos
Perspectiva exocêntrica	13,16 % - 5 casos	26,31 % - 10 casos

4.7.2 Certeza e possibilidade nas reformulações de “la confianza”

Nem todos os respondentes reformularam “confianza”. Muitos a mantiveram nas respostas, ou mantiveram sua base léxica em unidades como “confiar”, “confiable” ou “confiabilidad”. Encontramos 21 argentinos e 17 brasileiros em que uma parte da

reformulação se refere nitidamente a “confianza” com outras palavras. Dos 17 brasileiros, 11 reformularam com unidades que expressam certeza (“seguridad”, “saber”, “certitude”, “no preocupación”, “garantía”, “tranquilidad”). Nos argentinos, isso aconteceu somente em 7 dos 21 casos (33,33%)⁴. O resto, em cada amostra, reformulou “confianza” com unidades que expressam “possibilidade” (“esperanza”, “fe”, “creencia”, “credibilidad”, “sueños”, “promisorio”, “visión positiva”, “construcción”).

Resumo:

Tabela 13

Possibilidade e certeza nas reformulações de “confianza”

	Argentinos (21 casos)	Brasileiros (17 casos)
Possibilidade	66,67 % - 14 casos	35,29 % - 6 casos
Certeza	33,33 % - 7 casos	64,70 % - 11 casos

No Capítulo seguinte analisaremos, como base da argumentação, os índices aqui fornecidos. Como já informamos, ela será desenvolvida por áreas temáticas, fazendo a remissão aos índices pelo número de tabela ou de sub-capítulo.

Encontraremos contraposições, algumas delas de alta expressão quantitativa nas amostras, mas com efeitos sutis na produção de sentido, quase silenciosos, como as que

⁴ Os casos foram: A002, A004, A016, A022, A026, A027, A028 (argentinos), e B002, B005, B006, B011, B016, B026, B027, B028, B029, B033, B034 (brasileiros).

Capítulo V

Observando a discursividade

O comentário de Michel Pêcheux ao provérbio chinês lembrado no Colóquio “Historie et Linguistique” – “quando se mostra a lua, o tonto olha o dedo” – ilustra bem essa questão. Ele disse: “E por que não? Por que a Análise do Discurso não dirigiria seu olhar para os gestos de designação, para os procedimentos de montagem e as construções antes que para os *designata*?”

Silvana Serrani, de “Considerações finais” em *A linguagem na pesquisa sociocultural*, op. cit.

Introdução

Entraremos, a partir do ponto 2 deste Capítulo, na observação de variáveis que raramente afetam, pelo menos isoladamente, a compreensão geral entre falantes das duas línguas. E, sobretudo, elas contrapõem fenômenos que, de uma maneira ou de outra, existem nas duas discursividades, embora com uma frequência e uma funcionalidade muito díspar. Exporemos diferenças que, dentre outras que aqui não poderíamos abarcar nem temos pesquisado, dão “a cor e o som” dos nossos falares, que os modulam em tonalidades do sentido que não são nunca absolutas, mas que fazem com que *nos reconheçamos*. É precisamente por isso, consideramo-las mais comunicadoras do que a comunicação. Não se entenda, quando dissermos que determinada modulação enunciativa soaria estranha para o outro, que estamos afirmando que “não se entenderia” ou, muito menos, que deveria corrigir-se. Não estamos aqui no plano da comunicação informativa, não porque lhe restemos relevância, mas porque não é o que decidimos abordar nesta pesquisa. Nos casos em que um determinado fenômeno dos que vamos analisar atinge esse plano, assim o especificamos, o que significa, também, que quando não o afirmamos, é porque não pensamos que isso aconteça.

Encontraremos contraposições, algumas delas de alta expressão quantitativa nas amostras, mas com efeitos sutis na produção de sentido, quase silenciosos, como as que analisamos no ponto 2. Outras, como as que tratamos em 4.3, de menor expressão

quantitativa, mas cuja diferença na cena enunciativa é muito mais nítida; por momentos, estridente. Todas e cada uma delas significam alguma coisa. Os fios explicativos com que as articulamos, bem como sua própria “descoberta”, estão relacionados, é claro, com nossas hipóteses. Em última instância, ao expô-las na materialidade, permitimos outras montagens, outras explicações.

1. O óbvio e seus matizes. A História consagrada e o conhecimento “enciclopédico”

Como explicamos no Capítulo III, não é nossa intenção testar aspectos da memória histórica atrelados a uma das duas nações. O exercício 2 da amostra em espanhol tentou ser, nesse sentido, uma contra – prova do que vamos desenvolver. Com efeito, a previsível diferença entre respondentes argentinos e brasileiros quanto ao “saber enciclopédico” e a carga ideológica ativadas pelo texto do exercício deu lugar a orientações marcadamente diferentes em cada grupo nacional. O texto fazia referência ao conflito argentino – britânico pelas Ilhas Malvinas, e se utilizava, ainda, de uma denominação, “*locales / visitantes*”, que na Argentina é quase exclusiva dos jogos de futebol. Não podemos avaliar em que medida ou proporção os respondentes brasileiros tinham informação sobre a disputa territorial da Argentina nem sobre a guerra que a mesma ocasionou em 1982, mas podemos ter certeza de que essa informação é muito diferente do que a dos argentinos e, sobretudo, de que ela não remete da mesma maneira às representações da identidade nacional.

Assim, os índices da Tabela 9, com suas sensíveis diferenças entre os dois grupos nacionais, aparecem, em primeira instância, como um tipo de obviedade que, no entanto, é produtivo observar criticamente porque delimita uma fronteira da nossa pesquisa.

Em primeiro lugar, ao afirmarmos que não é esse o tipo de teste que consideramos pertinente, nos delimitamos de uma abordagem da cultura como o conhecimento enciclopédico necessário para realizar determinadas inferências. Não negamos que esse conhecimento possibilita ou impede o acesso a interpretações que um texto produz na cultura de origem. Mas acreditamos que o caminho para uma aproximação científica da identidade / alteridade cultural numa situação de contato não termina na constatação do reconhecimento / não reconhecimento de dados e denominações. Como propõe Valenzuela

Arce (1993), as identidades culturais profundas não se reproduzem, como a identidade nacional, por exemplo, através de signos standardizados (hino, bandeira, etc.), mas por meio das inúmeras praxes da vida diária da coletividade. Nos sentidos que se produzem nelas, em enunciados, sinais e gestos que não têm o estatuto de saber histórico, é onde circulam as delimitações e os reconhecimentos identitários. Relacionando esse modo de enxergar a cultura com os tipos de memória discursiva (Gregolin, 2000: 21-22), podemos dizer que nossa pesquisa se situa na *memória social*, que se constrói “no meio termo entre a atemporalidade do mítico e a forte cronologia do histórico; isto porque, apesar de determinada pela ordem do histórico não chega a ser, como esta, uma memória construída, ordenada e sistematizada”. O conflito pelas Ilhas Malvinas é, sem dúvida, objeto sumamente “construído” pelo historiador, construção esta muito mais disponível para um argentino do que para um brasileiro. Daí a primeira delimitação da nossa pesquisa: propomo-nos confrontar as discursividades dos grupos nacionais face a objetos que não estejam afetados, unilateralmente em um dos dois países, por um interdiscurso que oriente para uma interpretação emblemática, consagrada como dado de um saber histórico em qualquer campo ou como símbolo de identidade. É claro, neste caso, que não podemos atribuir os índices da tabela 10 a tal ou qual característica das discursividades argentina ou brasileira, porque elas agiram fortemente condicionadas por essa diferença.

Feita essa delimitação, pela negativa, do que estamos confrontando na nossa análise, passamos, a seguir, para a argumentação sobre os resultados, que organizaremos em cinco áreas temáticas gradualmente correlacionadas: a certeza, o bem antecipado, o espaço da pessoa, o tempo subjetivo e o espaço coletivo.

2. Claroscuros da certeza. Processos discursivos e materialidade lingüística

Começaremos esta análise da experiência realizada pelo seu ponto mais árduo e, também, mais rico. Propusemo-nos nesta pesquisa analisar as modalizações do continuum certeza / possibilidade sob a hipótese de que elas se apresentam, em geral, mais flexíveis na discursividade brasileira e, na argentina, mais rigidamente diferenciadas. Além de analisar,

nas reformulações de textos, outras variáveis relacionadas a essa modalização, tentamos trabalhar, em alguns dos exercícios, diretamente com unidades que explicitam esse continuum: “assegurar-se”, “ter certeza” e o adjetivo “certo”. Os resultados apareceram, primeiramente, como diferenças categóricas entre as amostras, mas que, por sua vez, demandavam uma análise muito cuidadosa que não valorizasse excessivamente alguns índices nem restasse atenção a fenômenos de menor expressão mas muito significativos. E, sobretudo, foram resultados que exigiram inter-relações e muitas “paráfrases” em ambas as línguas para sua interpretação. Se começamos por aqui é porque eles puseram à prova todos os procedimentos da análise que estamos desenvolvendo, e porque, ao se situarem “na medula” da modalização de certeza / possibilidade, entrelaçaram-se constantemente com o sistemático da língua, requerendo, também que nossos critérios de análise não se confundissem. Esse lugar “medular” faz com que, ainda hoje depois de concluída a análise, relativizemos o que pareceria ser “a demonstração” da nossa hipótese, que vemos muito fortalecida, mas continuamos considerando em termos de “tendência” e “predomínio”. Mas também o fato de termos abordado diretamente os termos nodais do continuum teve a grande vantagem de possibilitar uma “radiografia” de seu funcionamento na materialidade lingüística em contato.

Começamos pelo valor aspectual de que nos utilizamos para a análise das reformulações de “*asegúrese*” (texto 1 em espanhol, Tabela 8) e de “ter certeza” (texto 1 em português, Tabela 1), e que explicamos no Capítulo IV, 4.4.2. Ele foi enxergado por nós, primeiramente, na observação das respostas para o texto em castelhano. Algo “soava” estranho nos “*tenga certeza que sea legal*”, “*esté seguro que sea legal*” que líamos nas respostas dos brasileiros. Esse “soar estranho” é devido a que, como pudemos constatar na consulta com vários falantes nativos de espanhol, não seriam essas as fórmulas que utilizaríamos em uma situação em que pediríamos para alguém se certificar de algo. Consultados, todos eles referiam formas correspondentes ao que aqui chamamos de opção “foco no processo” (“*asegúrese*”, “*confirme*”, “*corrobore*”, “*compruebe*”, “*procure*”, “*mire*”, “*fijese*”, “*vea*”, “*cerciórese*”, “*prevéngase*”). Cabe destacar que o enunciado “original” correspondia à opção “processo” (*asegúrese*). E é notável como os argentinos se atrelaram a esse valor aspectual e os brasileiros tenderam a apagá-lo, mesmo alterando a

estrutura léxica e sintática do original. Como veremos em 2.1.2, as construções produzidas pelos brasileiros nesta amostra também “soam” estranhas no PB, mas objetivamente, e como os índices evidenciam, isso foi que aconteceu. Revendo a Tabela 8:

	Argentinos (37 casos)	Brasileiros (37 casos)
Foco no processo	34 casos – 91,89%	14 casos – 37,84%
Foco no resultado	1 caso - 2,70%	21 casos – 56,76%

Em compensação, nas reformulações de “ter certeza” para o texto 1 em português, as regularidades nos grupos nacionais foram quase opostas. Veja-se a Tabela 1:

	Argentinos	Brasileiros
Foco no processo	12 casos – 31,58%	25 casos – 65,79%
Foco no resultado	31 casos – 81,58%	15 casos – 39,47%

Já dissemos que, em “*asegúrese*”, o valor aspectual do “original” era cursivo, o “foco no processo”. E qual era o de “ter certeza” no texto 1 em português? Vejamos novamente o parágrafo da propaganda da Anatel:

Em todos seus órgãos, ministérios, secretarias e empresas, centenas de técnicos e especialistas no País inteiro já ajustaram e corrigiram sistemas, e fizeram testes e mais testes para ter certeza de que está tudo certo.

Observe-se que aí, quanto à diferenciação entre processo e resultado, “ter certeza” está num ponto intermediário, porque se enuncia como resultado / propósito dos “testes e mais testes” e também como processo para assegurar-se do que segue, “está tudo certo” (de fato, esse “ter certeza” é perfeitamente substituível, no contexto, por “assegurar-se”).

Os argentinos, diante do “ter certeza” explícito, atribuem menos esse valor cursivo processual que a frase original sugere, e que a maioria dos brasileiros interpretaram. Então, os argentinos lhe dão esse valor terminativo que surge da sua literalidade. E os brasileiros usaram muito ali “assegurar-se”, o mesmo termo que, em espanhol, os levou majoritariamente a “*tenha certeza*” e similares. Isto é, cada grupo nacional percorreu o caminho inverso na língua do outro.

Pela sua relação com um dos objetivos deste trabalho, que é observar as modulações da certeza / possibilidade em ambas as discursividades, estes dois índices são extremadamente significativos. Por isso mesmo, antes de atribuir-lhes valor na discursividade, não queremos deixar de explicitar, primeiro, as considerações que fizemos na análise quanto ao funcionamento de restrições sintáticas que pudessem ter incidido sobre eles.

2.1 Avaliações de restrições possíveis

2.1.1 O reflexivo “se”

Alguns dos indicadores que colocamos na opção “processo” envolvem o pronome reflexivo. Poderíamos pensar, então, que a maior proporção de brasileiros que, para o Texto 1 em espanhol, reformularam “*asegúrese*” com alguma das opções de “foco no resultado”, que, como já dissemos, soam “estranhas”, nesse contexto, aos ouvidos de um falante de espanhol, tenham produzido essas formas porque não levam esse pronome. Com efeito, por motivos que explicaremos em 4.2 a partir de trabalhos de González (1994, 1998 e 2000), a presença / ausência de um pronome pessoal na produção de brasileiros em espanhol ou de hispano – falantes em português merece, em primeiro lugar, um cuidadoso exame do plano sintático.

Não cremos que, neste caso, uma tendência sintática relacionada ao uso dos pronomes átonos explique a marcada diferença entre as duas amostras para o valor aspectual que estamos analisando pelas seguintes razões:

1. Não todas as formas utilizadas que põem foco no processo incluem um reflexivo. É o caso de “*verificar*”, “*comprobar*”, “*mirar*”, “*ver*”, todas elas usadas por alguns respondentes da amostra brasileira. Quer dizer, não é o pronome que fornece o valor aspectual.

2. Se tivesse acontecido (não foi assim) que algum respondente utilizasse alguma das formas habitualmente pronominais sem o pronome átono (“*asegure*”, “*certifique*”, etc.), para esta variável, teríamos considerado a resposta no “foco no processo”. É claro que teria

mudado outros aspectos do significado, e o considerariamos na análise, mas não mudaria o valor aspectual.

3. Ao fazer o exercício, o respondente tem, como modelo a reformular, a forma “*asegúrese*”, que, por ser pronominal, pode induzir a utilizar outra do mesmo tipo. Tendo ela como modelo, nem somente no texto, também no campo imediatamente à esquerda na folha de respostas, a seleção de formas como “*esté cierto / seguro*” ou “*tenga seguridad / certeza*”, com o acréscimo de estruturação sintática que elas comportam, não significa economia. Acontecendo esse movimento em uma proporção tão alta da amostra, ele tem que refletir algum tipo de tendência. A própria associação formal mais simples que podemos imaginar, no respondente, entre “*asegúrese que sea legal*” e “*esté seguro que sea legal*” produz, nesse movimento, a mudança de foco. É claro que isso não é um “erro”, e já temos esclarecido no começo que não estamos trabalhando nesse terreno. É, simplesmente, algo que quase não aparece na discursividade do outro, que, no entanto, tem a sua disposição as mesmas formas.

4. Além dessa reestruturação sintática que seu uso impõe, as formas “*tenga*” e “*esté*” são irregulares que também requerem, sobretudo a última, um distanciamento importante (neste caso, morfológico) do PB. Sua produção não é “de baixo custo” em relação à língua materna.

2.1.2 A relação com o subjuntivo e as duas “correções”

“*Tenga certeza / seguridad de que sea legal*” e “*Tenha certeza / esteja certo / esteja seguro de que seja legal / legítimo*”, isto é, a estrutura mais usada por nossos respondentes brasileiros e seu “calco” em PB, põem em consideração o problema de sua gramaticalidade, precisamente pelo “estranhas” que soaram para todos os nativos de ambas as línguas que consultamos, incluindo os professores nativos¹. No entanto, há vários motivos para não

¹ Dentre essas consultas, além das realizadas com nossa orientadora para o PB e em geral para a avaliação dos valores aspectuais e modais, foram particularmente esclarecedoras as que efetuamos com colegas como María Alicia Gancedo Álvarez, Claudia Jacobi e Enrique Melonc (para o espanhol rio-pretense), e com Elis de Almeida Cardoso, Fernando Dantas, Jeni da Silva Turazza e Marilene Scnaris Pombo (para o PB). As muitas “paráfrases harriscanas” desses enunciados com que capturamos, durante horas, a atenção desses colegas, nenhum dos quais sabia exatamente de onde provinha nossa inquietação, foram de grande utilidade para as considerações que aqui desenvolveremos, e mais uma vez agradecemos aqui essa interlocução. Também,

considerá-las agramaticais². O primeiro é que basta acrescentar a elas como antecedente uma temporal de futuro para que o “soar estranho” resulte moderado:

“*Cuando vaya a comprar una computadora, tenga certeza / seguridad de que sea legal*”
“Quando for comprar um computador, tenha certeza / esteja certo / esteja seguro de que (ele) seja legal / legítimo”

Essas temporais que acrescentamos funcionam como pressuposto na propaganda da EXO – Microsoft³.

O segundo motivo para não considerá-las agramaticais é que, como mostra a própria frase original (*Asegúrese que sea legal*), nada impede que um imperativo tenha como objeto uma oração subordinada cujo verbo esteja no subjuntivo. O que aqui produz a dissonância é, como já vimos, o aspecto terminativo fornecido por “tenha” / “tenga” e “esteja” / “esté”.

E resultou interessante encontrar, nas consultas que fizemos, que, diante da “estranheza” que as duas frases produziam, a “correção” que nossos consultados faziam variava segundo qual fosse sua língua materna. Os hispano-falantes rio-pratenses, inclusive os professores, “endireitavam”, como já explicamos no começo do ponto 2, o aspecto do verbo principal, afirmando que isso “*debería decirse*” com formas como “*fijese que sea legal*”, “*cerciórese que sea legal*”, “*compruebe que sea legal*”, “*asegúrese que sea legal*”, etc. Os brasileiros “corrigiam” o modo subjuntivo de “seja”, substituindo-o pelo indicativo “é” e oferecendo possibilidades como “esteja seguro / certo de que (ele) é legal / legítimo”, ou “tenha certeza de que é...”. Com respeito a essa mudança de modo, os hispano-falantes diziam, também, que as formas com indicativo “*esté seguro que es legal*”, “*tenga seguridad que es legal*” significariam algo diferente: que alguém quer convencer

como já dissemos, interrogamos com essas frases inúmeros brasileiros e argentinos alheios à área de ensino e pesquisa de línguas, para atingirmos uma percepção mais ampla.

² Usamos aqui “gramatical” e “agramatical” no sentido de unidades que seriam produzidas ou não por uma falante nativo, como se usa, por exemplo, nos trabalhos reunidos em Bosque e Demonte (1999). Também para sairmos de dúvidas sobre possíveis impedimentos para a estrutura modal e aspectual das frases que aqui estamos considerando, revisamos dois dos trabalhos publicados nessa Gramática, Ridruejo (1999) e Garrido Medina (1999), não encontrando, neles, descrições que por analogia pudessem classificar essas frases como agramaticais ou inaceitáveis. Para o PB consultamos as gramáticas de Moura Neves (1999) e Cunha e Cintra (1986).

³ Ridruejo (1999:3243) propõe que, nos predicados de percepção “cierta”, se os conhecimentos representados se apresentam como eventuais, a oposição modal indicativo / subjuntivo se neutraliza. Os exemplos que fornece incluem, em imperativo, apenas o verbo “*asegurarse*”.

outro de que uma determinada coisa é “legal”, e para tanto, dá fé disso. Essa possibilidade também não foi rejeitada pelos brasileiros, quando especificamente perguntada, mas o que queremos mostrar é que em cada grupo nacional / lingüístico as correções eram feitas sobre uma modulação diferente da expressão: os argentinos repunham um aspecto cursivo, os brasileiros, mantinham o terminativo e restavam o valor prospectivo de “seja”. Não damos essa informação como “corpus”, simplesmente cremos que ajuda a compreender como cada um dos grupos nacionais do corpus que efetivamente analisamos chegou a produzir as formulações que realizou, e a caracterizar as tendências que induziram essa produção.

Devido ao que acabamos de expor e ao exposto em 2.1.1 supra, consideramos os índices das tabelas 1 e 8 como fenômenos orientados pela discursividade e não por restrições sintáticas específicas de uma das duas línguas. E para sua melhor caracterização como tendência, nada melhor do que observar seus extremos na própria amostra.

2.2 Extremos de um *continuum*

Dentre as respostas para “*asegúrese*”, houve 7 casos (20,59%) de brasileiros que, como mencionamos em 4.4.2 do capítulo anterior, modificaram o subjuntivo “*sea*” de “*asegúrese que sea legal*” por formas do indicativo como “*es*”. As formas resultantes, como “*tenga certeza de que es oficial / original*” (caso B003), ou “*tenga certidumbre de que es legal*” (caso B023), resultam, do ponto de vista *da outra* discursividade, um “equivoco”. Com efeito, e como já dissemos, cremos que a primeira interpretação que um falante nativo de espanhol faria delas seria a de um pedido para o interlocutor acreditar na legalidade do produto afirmada pelo locutor (algo como “*no dude de que esto es legal; no desconfie*”) e não, como no texto a reformular, um pedido de que o interlocutor verifique essa legalidade.

Há também um “extremo” na amostra argentina. Como já descrevemos no Capítulo IV, 4.1.2, sete dos respondentes argentinos deram como resposta formas do tipo “saber”, que enfraquecem, se não cancelam, a modalização “certeza / dúvida”⁴.

⁴ Ducrot (1977:280-281) demonstra que “*savoir*” pressupõe verdade, enquanto que “*être sûr*” é “posto” por “*savoir*”.

Cremos que esses dois extremos, vistos precisamente como o mais desenvolvido de uma manifestação que alcançou proporções muito maiores, indicam, cada um deles, uma tendência diferente. Nos respondentes brasileiros, a *representar* (não a acreditar ou perceber, é claro!) a certeza / possibilidade de um modo mais laxo. Nos respondentes argentinos, a *não fazer interagir na representação* os matizes da certeza e seu processo (que também não quer dizer que “não o entendam!”), ao ponto de identificá-la, em um extremo, com um “saber”⁵.

O que foi que levou os respondentes argentinos a selecionarem majoritariamente o “resultado” em “ter certeza”? Cabe, para tentar uma explicação, voltar a nos referir ao item deflagrador. Já dissemos que, no fio do discurso, ele tem os dois valores. Mas como unidade isolada, no seu significado “extradiscursivo” (Lopes, 1978: 73-80), ele tem um valor exclusivamente resultativo. Poderia se argumentar que se atrelar mais ao significado extradiscursivo seja uma característica da produção de sentido em língua estrangeira, porque a insegurança desencoraja o aprendiz a arriscar significações incertas. Se assim fosse, nas reformulações de “*asegúrese*”, os brasileiros deviam ter ido majoritariamente para a opção “processo”, e não foi assim. Cremos, então, que esse isolamento do significado extradiscursivo é, também, uma seleção enunciativa, operada pela discursividade. A coerência no comportamento oposto dos respondentes argentinos na reformulação de cada um dos itens nos parece dada por uma discursividade que procura a maior diferenciação *enunciativa* possível entre o considerado fatural e o considerado não fatural, e por isso, segue, em cada um destes casos, o valor aspectual mais literal do item a ser reformulado, dando como resultado formulações opostas para cada item. Nas respostas dos brasileiros, essa diferenciação aparece como muito mais flexível nas seleções *enunciativas*. Assim, um item como “*asegúrese*”, expressando uma expectativa positiva, pode levar a uma construção que *representa* (não afirma) a certeza como “obtida”. E, por outra parte, “ter certeza”, é matizado, na interpretação, além da sua literalidade.

Enfim, estes índices dão uma primeira base para nossa proposta, de que, na discursividade brasileira, o *continuum* possibilidade – realização, propósito – certeza (aqui,

⁵ Fazemos esses esclarecimentos entre parênteses porque não queremos dar lugar a que se pense que estamos falando de níveis diferentes de “consciência de realidade”. Tanto aqui quanto em outras partes do trabalho em que voltamos sobre o mesmo tema, estamos referindo-nos a modos de representar essa percepção da realidade (que, não esqueçamos, é uma construção social) no discurso.

aspectualizado como processo – resultado) se *representa* mais indiferenciado, e, na discursividade argentina, mais rigidamente marcado. Em 2.4, embaixo, continuaremos desenvolvendo essa proposta com base em outros indicadores e referindo-nos a usos de “certo” e palavras relacionadas. Quanto ao que acabamos de analisar, cremos que devido à relativa sutileza das diferenças semânticas entre os indicadores envolvidos, a pesar dos índices serem muito elevados, eles têm uma significatividade mais moderada da que teriam caso se referissem a indicadores de oposição semântica menos tênue. De qualquer modo, eles têm significação. E cremos que não é casual que esse seja o modo da discursividade se manifestar nos processos enunciativos: quanto mais sutil mais profuso, porque assim é integrada com maior “naturalidade” no entrelaçamento com o sistemático da base lingüística, que é, precisamente, o tido como “natural”. Ao longo deste trabalho analisaremos diferenças muito menos sutis do que esta que aqui nos ocupou, mas também, e devido a isso, menos abundantes na sua manifestação. Mas, na articulação de muitas “sutilezas” como esta é que se abrem, silenciosamente, os caminhos da discursividade na língua. Quando se trata da língua outra, esse silêncio se torna, às vezes, mais audível, mas não por isso mais nítido. Temos, nestas reformulações de “*asegúrese que sea legal*” e de “ter certeza”, pela sutileza e profusão de seus indicadores, a oportunidade de observar, como em laboratório, um recorte desse entrelaçamento das discursividades com as bases lingüísticas “própria” e “alheia”. Por isso, antes de passarmos para a análise de outros índices, nos deteremos, a seguir, em uma descrição, feita a partir deste caso, de como enxergamos esse “tecido”.

2.3 O efeito de sentido no “próprio” e no “alheio”

Com esta inter-relação entre os resultados para as reformulações desses dois textos diferentes, um em cada língua, conseguimos, ainda, fazer com que os dois grupos produzissem sentidos no mesmo “jogo” de itens. Quer dizer, fizemos passar os dois grupos, nas duas línguas, pela mesma “zona”, neste caso, os matizes aspectuais da certeza como processo – resultado, suas escolhas enunciativas. Podemos observar, assim, interações entre língua e discursividade no contato lingüístico, dispondo para isso de uma materialidade registrada com itens cuja disponibilidade em ambas as línguas é clara. O que cada grupo

tendeu a fazer em cada exercício mostra que o outro caminho estava disponível para cada um deles. Atuaram um como avesso / espelho do outro ao seguir, cada um, nas escolhas enunciativas, suas próprias representações diante do que a língua outra lhes falava.

Pela riqueza de matizes que estes índices mostram, tentaremos ilustrar a partir deles o comportamento dos processos enunciativos na materialidade lingüística no contato, como a descrevemos no Capítulo II, 1ª parte, ponto 2.

Pensamos que, melhor do que com um gráfico ou com uma tabela, esses processos enunciativos podem ser representados por meio de uma figuração. Imaginemos, então, um campo sobre cuja superfície podem cair, alternadamente, feixes de luz que iluminam determinados pontos. O campo é a materialidade lingüística e a luz, a seleção operada nos processos de enunciação. Neste caso, o setor do campo é aquele que concentra as múltiplas formas que podem expressar “certeza”, com todos seus matizes modais e aspectuais. Esse foco nessa área do campo está determinado pela unidade dada para reformular. Para a análise, produzimos um ordenamento imaginário do campo em um continuum aspectual de fase⁶ que formalizamos com a variável “foco no processo” / “foco no resultado”.

Se representássemos as “iluminações” produzidas pelas respostas de brasileiros e argentinos nesse campo diante dos dois itens propostos, teríamos o seguinte panorama. Nas reformulações de “*asegúrese*”, as respostas dos argentinos produziram uma forte concentração lumínica na zona de “processo” e outra, muito mais leve, na zona de “resultado”. Nessa última, estaria concentrada a maior proporção de luz das respostas dos brasileiros, que, no entanto, também caíam, numa proporção bem menor, na zona de “processo”. Como mostram os índices, as iluminações teriam limites imprecisos, mas marcariam uma forte tendência. E o ponteiro dessa tendência seria uma zona extrema parcialmente iluminada nas respostas dos brasileiros: uma região de (-) “processo” / (+) “resultado”; isto é, de ausência total de mostraçõ do “processo”. Ela corresponde aos sete casos que já comentamos, que utilizaram o indicativo “*es*”.

Em síntese, as seleções produzidas nos processos enunciativos, ao caírem sobre uma região da materialidade lingüística em que as discursividades entram em conflito, dão como resultado regularidades que, mesmo se superpondo na seleção de determinados itens,

⁶ Almeida (1980: 40) denomina como “aspectos de fase” o inceptivo, o cursivo e o terminativo; por oposição aos “aspectos de extensão” (durativo, pontual e iterativo).

mostram tendências diferentes que, na sua expressão mais desenvolvida, podem chegar ao “equivoco” *para o outro*. A diferença entre ambas as discursividades se manifesta, na materialidade lingüística, não como uma oposição nítida de itens, mas como *uma frequência maior ou menor na “escolha” dos itens disponíveis para determinada função*.

A reversibilidade do processo pode ser comprovada completando o panorama com a observação das reformulações para “ter certeza”. Voltemos, para tanto, a nossa ilustração do campo iluminado. O primeiro que observaríamos, desta vez, é uma maior superposição e convergência de iluminações. Como mostram as cifras da Tabela 1, houve vários respondentes que deram opções para as duas categorias que estabelecemos. Acreditamos que a diferença com o perfil relativamente mais nítido das reformulações de “asegúrese” é devido a que o item, como apontamos acima, sincretiza, no fio do discurso no texto “original”, os valores de “processo” e “resultado”. Mesmo assim, há diferenças perceptíveis. As respostas dos argentinos estão muito mais concentradas na zona de “resultado” e as dos brasileiros, em uma proporção um pouco menor, na de “processo”. Há, também, uma certa iluminação de zonas extremas, desta vez nas reformulações dos argentinos: o “saber”, que se localiza em um dos limites do “campo” imaginado.

Voltemos agora ao problema mais geral do modo como as discursividades operam sobre a base lingüística no contato. Observamos seu comportamento sobre regiões análogas de cada uma das duas invariantes da materialidade. Vemos que cada discursividade segue, diante de cada item, orientações análogas na produção de sentido. Na medida em que essa produção de sentido se desenvolve sobre materialidades lingüísticas diferentes (espanhol e português brasileiro), encontra em cada caso as unidades que cada materialidade lhe oferece. E os resultados mostram duas coisas:

- | Item / OK | 17 casos - 58,62% | 4 casos - 14,78% |
|-----------|-------------------|------------------|
| | 16 casos - 57,14% | 4 casos - 14,78% |
- a diferenciação das materialidades é instável, e essa instabilidade se evidencia fundamentalmente nas regiões em que as discursividades entram em conflito. A discursividade se manifesta mesmo através da materialidade da língua outra, dando lugar a seleções que, do ponto de vista da outra discursividade, seriam de baixa frequência;
 - a língua outra, mais precisamente o já estabilizado nela como “próprio” ou diferente, não é instrumento dócil da discursividade, e assim é que nos extremos de diferenciação se atingem desvios mais reconhecíveis.

2.4 Funcionamentos de “certo” / “cierto” na amostra

Como pudemos observar no Capítulo IV, 4.4.2, houve, na amostra brasileira, 7 casos de uso de “cierto” com o valor de “seguro” (estar certo de alguma coisa, ter segurança disso), valor que não costuma ter em espanhol. No entanto, há usos de “cierto” em espanhol que se aproximam desse: quando formulamos “cierto” como “verdadeiro” (“*Es cierto que no estaba en Buenos Aires, pero no había ido de vacaciones a la playa, sino que estaba entrenándose en el campo.*”).

Quanto às reformulações de “está tudo certo”, que analisamos no Capítulo IV, 4.1.4, começamos por dizer que, nessa frase do texto 1 em português, “certo” é usado com outro dos sentidos que “cierto” não costuma ter em espanhol: “bem”, “correto”. Quem aprende português em um contexto de ensino formal se familiariza rapidamente com esse uso, porque é com frases como “está certo...” ou “o certo é...” que o professor vai qualificando sua produção e a de seus colegas na nova língua. Reproduzimos, a seguir, os resultados que encontramos para esse exercício:

Tabela 2: Equivalências para “certo”

	Argentinos (29 casos)	Brasileiros (28 casos)
Correto / corretamente	11 casos – 37,93%	4 casos – 14,28%
Em ordem	7 casos – 24,13%	3 casos – 10,71%
Sob controle / controlado	1 caso – 3,45%	4 casos – 14,28%
Bem / OK	17 casos – 58,62%	16 casos – 57,14%
Outros	3 casos – 10,34%	4 casos – 14,28%

Já explicamos no Capítulo IV, a partir da análise do Quadro 2 e dos traços semânticos que diferenciam essas palavras, que vemos “em ordem” e “correto” como mais descritivas da adequação do objeto a algo que dele se espera, a uma ordem ou a uma norma. Sua aparição é muito maior na amostra argentina, e a interpretamos como resultado da necessidade de explicitar uma certeza que é resultado de uma verificação do enunciador (o

que não acontece, quanto à perspectiva do enunciador, com “sob controle”⁷). Certeza positiva que em todas as respostas está pressuposta, como o está no texto a ser reformulado, mas que, ao ser atualizada por meio de “correto” e “em ordem”, retoma imaginariamente esse critério e essa verificação que lhe dão sustento.

Um índice interessante para contrapor com este é o resultado que analisamos em 4.7.2 para a possibilidade e a certeza nas reformulações de “*confianza*” no texto 4 em espanhol. Nesse caso, havia uma *expectativa* positiva, não uma certeza nem algo já “verificado”. Como mostra a Tabela 13, que aqui reproduzimos, as tendências predominantes em cada amostra foram as opostas.

Tabela 13

Possibilidade e certeza nas reformulações de “*confianza*”

	Argentinos (21 casos)	Brasileiros (17 casos)
Possibilidade	66,67 % - 14 casos	35,29 % - 6 casos
Certeza	33,33 % - 7 casos	64,70 % - 11 casos

Em síntese, nas respostas dos argentinos para uma unidade como “está tudo certo”, que indica uma certeza já atingida, a atitude predominante é reforçar a expressão do “verificado”. Em compensação, nas suas reformulações para “*confianza*”, termo que, tanto no seu significado extradiscursivo quanto no texto que o inclui, aponta algo ainda não efetivado, a maioria tende a manter-se no terreno da possibilidade. Em ambos os casos, na amostra brasileira predomina a tendência oposta.

A esse tipo de fenômeno é que nos referimos quando propomos que a discursividade argentina tende a uma modalização mais rígida e a discursividade brasileira a uma modalização mais flexível para o *continuum* possibilidade certeza. Por sua vez, em ambas as amostras aparece também, minoritariamente, a outra tendência. Isso nos lembra que,

⁷ Vale esclarecer que, ainda que aqui não o desenvolvamos para não sairmos da linha de argumentação, não consideramos insignificante a diferença entre as duas amostras para a variável “sob controle”. Na medida em que é uma “delicadeza” da certeza a uma ação exterior ao que se mostra, sua maior aparição na amostra brasileira parece reforçar o que aqui propomos.

como *también* pressupomos ao dizermos “predomina”, ambas as atitudes estão disponíveis nos dois espaços lingüístico – culturais.

3. Horizontes da certeza. O “bem antecipado”

*Y es que aquí, sabes,
el trabalenguas traba lenguas,
el asesino te asesina, y es mucho para ti.
Se acabó ese juego que te hacía feliz.*
Charly García (“Canción de Alicia en el País”)

3.1 Um pouco da história desta pesquisa

Nossa percepção da modalização possibilidade – certeza como uma região conflituosa da discursividade no contato entre nossas línguas, e sua escolha como um dos eixos do nosso trabalho, tem a ver não somente com nosso conhecimento empírico desse contato - dado por 4 anos de vivência no Brasil e de ensinar espanhol para brasileiros - mas também com a pesquisa anterior a que fizemos referência no Capítulo II e que publicamos em Fanjul (2000). Faremos a seguir uma breve síntese de alguns aspectos da mesma, que consideramos pertinentes neste ponto da argumentação.

Fizemos, em 1998, sobre uma amostra de 35 casos no Brasil e igual número na Argentina, um exercício de pedido de *equivalências* para três unidades inseridas em um texto jornalístico em espanhol. Os brasileiros eram estudantes universitários avançados do curso de Letras-Espanhol. Os argentinos, estudantes de Letras.

Foi dada aos respondentes-alunos a indicação de fornecer, em espanhol, equivalências para, dentre outras, as palavras “*sueños*” e “*soñábamos*”, que figuravam em um trecho do texto lido. Nele, uma dirigente do CTERA (sindicato docente), dizia: “*Nosotras éramos de la época en que soñábamos con ir a alfabetizar al Africa. También pensábamos en el país, pero eran sueños.*”

Na análise do produzido pelos respondentes foram estabelecidas categorizações e classificações que explicaremos a seguir, e que levaram aos seguintes resultados, para as reformulações de “*sueños*” e “*soñábamos*”:

	Argentinos		Brasileiros	
	Casos	%	casos	%
o utópico	24	68,57	7	20,00
o atingível	8	22,86	25	71,42
“ideal”	8	22,86	3	8,57
“imaginar”	3	8,57	1	2,86
“pensar”	3	8,57	2	5,71
“creer” não definido	0	0	2	5,71

Sueño, em espanhol, e *sono*, em português, são um clássico dos heterossemânticos (às vezes chamados de “falsos amigos” nas pedagogias que pressupõem transparência na linguagem), palavras de forma similar e origem comum, mas que, sistematicamente, apresentam uma referência diferente em cada uma das línguas. Enquanto *sono* designa a sensação de sonolência (“estar com sono” é traduzível como “*tener sueño*”), *sueño* refere-se também à produção onírica. Em compensação, para as pedagogias que desatendem à discursividade, *sueño* e *sonho* são amigos “verdadeiros”⁸. Nem somente ambos se referem à produção onírica, mas também têm possibilidades conotativas similares em ambos os idiomas. Nosso propósito, nessa escolha, foi questionar, com base nos resultados obtidos, tal *amizade* conotativa, por termos percebido que, no espaços discursivos institucionais do Brasil, *sonho* tem uma relação muito mais forte com o esperável. Desejávamos verificar em que medida os brasileiros tendiam a reformular *sueño* como *plan*, *expectativa*, *proyecto*, mesmo que a fala da sindicalista citada conduzisse o sentido para um outro domínio dentro das modalizações do possível: o da utopia, o do não esperável. Com efeito, a *época* à qual a sindicalista se refere são os anos 60 e 70, e a define como “*la época en que soñábamos con ir a alfabetizar al Africa*”. São sonhos que já são alheios, por isso é que ela nem sequer utiliza o tempo verbal mais habitual em espanhol para esse tipo de frase: “somos *de la época*”, mesmo que a época já tenha passado. “Éramos *de la época*” implica um grau de distanciamento tal que o enunciador não se reconhece nesse sonhar. No mesmo sentido orienta-se a eleição da África, que para os referentes culturais de um argentino é o fim do mundo, algo absolutamente estranho.

⁸ Sobre a implantação e permanência, no ensino de espanhol no Brasil, de uma concepção que reduz as diferenças entre as línguas aos “falsos amigos”, veja-se Celada (2000: 40-44)

superior. Obtidas as respostas, estabelecemos duas categorias gerais para agrupar as palavras encontradas:

1. O *utópico*, que incluiu as aparições das palavras *ilusión, fantasía, utopía, quimera, imposible* e os verbos derivados;
2. O *atingível*, que incluiu as aparições das formas *querer, deseo, esperanza, aspirar a, ganas, pretensión, anhelo, proyecto e ambición*.

Ficou fora da categorização o substantivo *ideal/-es*, que, na discursividade argentina, entraria claramente na primeira categoria, enquanto na discursividade brasileira, pelo menos a forma *idealizar* pode significar *planejar* (um arquiteto pode ter “idealizado um edifício”).

A esmagadora maioria dos argentinos seguiu, para as reformulações de “*sueños*” e “*soñábamos*”, a orientação retórica do *utópico*, que é congruente com a que essas palavras evocavam, como já explicamos, no enunciado da sindicalista. Algo diametralmente oposto aconteceu com a amostra de brasileiros.

A sindicalista e quase todos os argentinos, mesmo alguns que contestaram as palavras dela, confluíram em uma mesma representação do que ela “tinha querido dizer”. É especialmente interessante um caso em que um dos respondentes argentinos efetua uma “modalização autonímica” (Authier-Revuz, 1998) sobre esse “querer dizer”: “*sueños son utopías, pero ojo, las utopías todavía están y alimentan nuestras esperanzas*”. O respondente, ao mesmo tempo em que mostra discordar (“*pero ojo... todavía están...*”) com a ideologia que pode orientar a escolha, reconhece esse “querer dizer” no interdiscurso.

Agiu um implícito cultural que possibilitou essa confluência majoritária nos argentinos. Postulamos nessa ocasião que esse implícito respondia a uma necessidade de *delimitar o fatual do não fatual como estratégia pragmática*, necessidade que não se manifestou nos brasileiros, que ficaram do *outro* lado da fronteira do implícito. E atribuímos isso a essa flexibilidade maior que já observávamos, na discursividade brasileira, para a enunciação da “certeza” e a “possibilidade”, mesmo em temas eminentemente públicos, como o político. Vejamos alguns traços discursivos que chamavam nossa atenção quanto a essa flexibilidade.

Um deles era a forma “vai dar certo”, devido à sua particular estrutura semântica e ao seu funcionamento discursivo, que víamos (e vemos ainda) como qualitativamente

superior ao que pode ter na Argentina a forma “*va a salir bien*”, aproximadamente equivalente. “Vai dar certo” é um item saturado de sentidos que percorre todos os lugares da discursividade brasileira. Das posturas ideológicas mais diversas, é utilizado para caracterizar o povo brasileiro no estereótipo de ser *otimista, esperançoso*. É uma fórmula amplamente autorizada em todos os discursos institucionais. Versátil, adapta-se à expressão de desejos de setores que se enfrentam, adquirindo diferentes orientações ideológicas, mas que se remetem, ao “pegá-lo” nas suas palavras, a um interdiscurso que lhe dá permanência. Também seu uso extra-institucional nos surpreendia na convivência. Mais perto da expressão de desejos positivos do que de uma afirmação de certeza, cremos que “vai dar certo” se sustenta na sua conclusividade.

Interessou-nos, no uso dessa expressão, essa estrutura flexível de vontade e verificação que, no uso cotidiano, não faz com que se perca a noção de realidade nem com que não se perceba o quanto o enunciador efetivamente está “afirmando”. É um *jogo*, difícil de entender para o estrangeiro⁹, que envolve uma sincretização do presente e do futuro no tempo subjetivo.

Vemos o mesmo procedimento em outros clichês da discursividade brasileira, também muitas vezes utilizados para a estereotipização. “Passa lá em casa”, com algumas variações como “aparece em casa qualquer dia”, funciona muitas vezes como uma simples expressão de agrado, mesmo tendo forma locutória de convite. Nos âmbitos de ensino de P/LE é muito ouvida essa frase como *clássico* de mal-entendidos entre brasileiros e pessoas de outras nacionalidades, ao ponto de aparecer em um dos livros de P/LE mais usados, o *Fala Brasil* (Patrocínio, 1997), para prevenir “desilusões”. Outro caso é o de rejeição com forma de postergação, como em “hoje não dá, quem sabe outro dia...”.

Serrani (1994), como resultado de uma experimentação que também envolveu brasileiros e argentinos, colocados diante do pedido de formularem uma expressão de recusa em uma micro-cena institucional imaginária, postulou duas formações discursivas básicas que chamou de “abrupção” e de “transição”. A primeira se manifestou mais nos enunciados dos argentinos e a segunda, nos dos brasileiros. Cremos que essa última, como

⁹ E também para aqueles que, sem serem estrangeiros, se posicionam como se o fossem e integram essa expressão e outras em “teorias” estereotipizantes sobre o “modo brasileiro de ser”, “o jeitinho” e coisas do tipo.

explicada por Serrani, se relaciona bastante a um dos aspectos da “flexibilidade” que estamos descrevendo: a tendência a não formular diretamente a negativa. Veja-se:

No grau mais marcado de transição, a enunciação da negativa é produzida por inferência a partir de numerosas transições que decorrem de causas desvinculadas do evento em questão. (pág. 89)

Em síntese, pensamos naquele momento que um caminho para explicar o predomínio de palavras relacionadas com *o atingível* nas reformulações de “*sueños / soñábamos*” no grupo dos brasileiros fosse essa flexibilidade vontade - verificação, presente-futuro subjetivo, que se espalha por muitos aspectos da sua linguagem. As formações discursivas nas quais essa flexibilidade toma corpo autorizam, diferentemente do que observamos quanto aos argentinos, a inclusão do decididamente não fatural (o conteúdo de um sonho) como desejo digno de “dar certo”, mesmo de uma posição de sujeito como aquela em que se localizava a fala da dirigente docente citada.¹⁰

Foi essa reflexão que nos motivou para abordar, na tese, as modalizações de possibilidade / certeza mediante uma experimentação específica, que é a que estamos descrevendo. No item seguinte continuamos abordando-a, através de uma de suas manifestações particulares, que é a que temos chamado “bem antecipado”.

3.2 Certeza, desejo e pessoa

No Capítulo anterior, sub-ponto 4.7 g), damos conta da quantificação do que chamamos “bem antecipado” nas reformulações de “*la confianza en el futuro*”, no Texto 4 em espanhol:

g) A aparição do “bem antecipado” como reformulação de “*la confianza en el futuro*”. Incluímos nesta categoria termos como “*nuestros sueños*”, “*muy bueno*”, “*bueno*”, “*brindar con éxito*”, “*suceso*”, “*coger todos los frutos*”, “*aún mejor*” e outros. Aparecem em 26,31% dos brasileiros e argentinos que explicitaram, desnecessariamente, a melhoria?

¹⁰ Fontana (1993), em seu estudo sobre o discurso do ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, identifica uma “metáfora do sonho”, que remete ao discurso da Organização Nacional. Um procedimento comparável acontece, acreditamos, na *Marcha Peronista*, só que remetendo explicitamente ao herói da Independência, José de San Martín, e como sonho já realizado (“...*esa Argentina grande / con que San Martín soñó / es la realidad efectiva / que debemos a Perón.*”). Ambos usos nos sugerem que a posição enunciativa que, no discurso político argentino, abre as portas à representação de “sonho” como “realizável” é um lugar de poder. No discurso alfonsinista não aparece “realizado”, mas a análise de Fontana mostra que, no processo metafórico e como efeito do seu interdiscurso, o “*sueño*” e o “*soñar*” aparecem como “evidência iniludível”.

em 2,63% dos argentinos. Vemos essas reformulações como diferentes daquelas que se limitam a um termo de expectativa positiva (“fe”, “esperanza”), já que explicitam ou em alguns casos substituem essa expectativa, mostrando-a “efetivada”.

Consideramos essa categoria como um “plus” na reformulação, no sentido que definimos, para “plus”, no capítulo anterior, 4.3.1, último parágrafo. Acreditamos que sua aparição na amostra brasileira está relacionada à sincretização entre vontade e verificação de que falamos no ponto anterior. Vemos essa indiferenciação relativa, por sua vez, como um lugar da flexibilidade no *continuum* certeza / possibilidade a que temos nos referido no ponto 2 deste Capítulo: o lugar onde intervém mais nitidamente o desejo do enunciador.

Desde o início de nossa pesquisa pressupomos que esse tipo de modalização é bastante alheio à discursividade argentina. Tanto nossa percepção empírica na convivência com brasileiros, como também a interlocução com outros conterrâneos que aqui moram, sempre nos mostraram que esse aspecto da “brasileiridade”, denominado, é claro, com termos menos científicos dos que tentamos usar aqui, é um dos pontos de maior desentendimento pragmático entre pessoas de cada um dos dois países. Mas um dos resultados desta fase da pesquisa mostrou um lugar da discursividade argentina em que o “bem antecipado” se manifestou, sem que o esperássemos, com bastante força. A observação do caso permite dar uma precisão maior à categoria e começar a esclarecer sua relação com outro dos processos enunciativos que aqui estudaremos: a delimitação dos espaços pessoais.

Trata-se de um dos resultados para a reformulação de “tenta a sorte”, no Texto 3 em português. Com efeito, 50,00% dos argentinos que mantiveram, nas suas respostas, a perspectiva enunciativa do jogador, acrescentaram nas mesmas o chamado “plus de explicitação da melhoria”. Somente 12,50% dos brasileiros o acrescentaram. Quanto à sua escassa aparição nos brasileiros, podemos explicá-la pela pouca confiança que as loterias oficiais alcançam neste país. Mas, como explicar essa significativa percentagem de argentinos que explicitaram, desnecessariamente, a melhoria?

Creemos que não é casual que um lugar possível para o “bem antecipado” na discursividade argentina seja o discurso sobre o jogo de apostas, de uma perspectiva enunciativa do jogador. No jogo, abandonada ao acaso, a pessoa não exerce controle nenhum. E precisamente a delimitação do espaço enunciativo da pessoa, do alcance de cada ator da cena enunciativa, é, como veremos nos próximos pontos, uma marca forte da

discursividade argentina. Começamos por dizer aqui, e para mostrar a relação com o eixo temático que estamos trabalhando, que existe, nessa discursividade, uma expressão idiomática que se aproxima de "vai dar certo", quanto ao união entre o desejado e o verificado. É a expressão informal "*dársele algo a alguien*". Dizer "*al fin, eso se me dio*", ou "*se te va a dar*" é afirmar ambas as coisas: algo se efetiva e é positivo. No entanto, o *correto, positivo*, que no português está dado pelo próprio adjetivo *certo*, aqui é conferido *pelo pronome pessoal*. Se eliminarmos o pronome, o "positivo" se perde, e resta só a idéia de *acontecer, ser realidade*. Veja-se:

(1) *Se nos dio lo que esperábamos.* (2) *Se dio lo que esperábamos.*

(1) é sempre uma boa notícia, significa que algo que desejávamos tornou-se realidade. Em compensação, (2) pode ser bom ou ruim.

Desse modo, diferentemente de "dar certo", nosso "*dársele*" tem a pessoa como condição necessária e suficiente para a bonança real. A expressão brasileira pode ser complementada com pronomes pessoais ("isso deu certo comigo", por exemplo). Mas essas morfemas são só especificativos, utilizam-se somente quando se escolhe delimitar o alcance do benefício: "deu certo comigo, embora não desse com outros". Dessa maneira, enquanto em uma expressão a pessoa é aleatória para essa "união" da vontade com a verificação, na outra, sua perspectiva explícita é a condição do bem. As possibilidades de uso de ambas as expressões completam sua comparação. Já explicamos as amplas ocasiões de emprego de "dar certo". As de "*dársele algo a alguien*" são bem mais limitadas, e somente é habitual em situações como a de "tentar a sorte", em que o acaso se sobrepõe imaginariamente ao controle dos agentes enunciados. cremos, então, que é a representação de não controle da pessoa a que abriu o caminho para o rompimento da barreira entre o fatural e o não fatural na produção dos argentinos.

Estamos aqui diante de um fenômeno periférico em relação com o espaço enunciativo da pessoa na discursividade argentina; fenômeno que o ilustra somente pela negativa. Chegamos a esse espaço por uma outra via: as modalizações da certeza / possibilidade. No ponto seguinte, o desenvolveremos plenamente. Mas queremos, antes, deter-nos em um outro fenômeno que combina ambas as dimensões.

Na reformulação do mesmo item ("tenta a sorte"), aconteceu, também, em vários respondentes argentinos, uma formulação estranha, de sentido dúbio, que achamos

vinculada com estas problemáticas. Como se pode observar na Tabela 4, em 10 casos de argentinos apareceram as formas “prova” ou “experimenta” como reformulação de “tenta”.

Tivemos, assim, casos como:

A001: “... prova a sua (boa) sorte...”

A004: “prova a sorte / prova o destino”

A009: “prova o seu destino”

A010: “prova a sorte / o destino”

A015: “prova sorte / ver o que possa acontecer”

A016: “...prova sorte no jogo”

A018: “prova sua sorte...”

A020: “tenta provar sorte...”

A036: “provar a sorte / fazer o intento”

Poder-se-ia explicar isso como uma “interferência léxica” do espanhol. Sem dúvida, está construído sobre uma forma que é parte da história dos respondentes na sua língua materna e em muita menor medida dos atuais falantes de PB na própria. Mas isso não é suficiente para falar de uma “interferência da língua”, e neste caso, essa noção, na medida em que implica dois objetos homogeneamente alheios, impede ver aspectos importantes do processo enunciativo que distanciam e aproximam essa forma de outras do PB “não interferidas”. É verdade que, em espanhol, “*probar suerte*” pode significar “tentar sorte” e, em geral, “*probar*”, nessa acepção, tem o sentido de fazer uma tentativa. “*Si no sabes lo que va a ocurrir, prueba...*” / “*Prueba usando las dos manos, será más fácil*” / “*Nunca conducí un coche de esos, pero voy a probar*”, são exemplos dessa acepção. Em compensação, para um brasileiro, “(você) prova (a / a sua) sorte”, será uma expressão um pouco obscura, que pode ser entendida como “testar” mas pode também produzir o sentido de “(você) apresenta provas de sua sorte”, dúbio e esdrúxulo. No entanto, desta análise, não limitamos a explicação desse desencontro à interferência de uma unidade léxica, por duas razões:

1) Como muitos casos de supostos “heterossemânticos entre as duas línguas”, a extensão da diferença entre estes “provar” e “*probar*” não é a de uma barreira nítida que

separe a totalidade das duas línguas. Falantes nativos de português que já consultamos, nos disseram que “provar”, em determinados contextos e com pouca frequência, é usado com o sentido de “tentar” ou “testar”.

2) Por outro lado, como muitos “heterossemânticos”, não são tão “hétero-”. A percepção de que “dar provas” e “tentar” / “testar” sejam mais ou menos diferentes é fundamentalmente um problema de discursividade. Há, de fato, uma relação nocional entre ambas as formas: elas se referem à obtenção de uma certeza ainda não atingida e o que as diferencia é o lugar do sujeito em relação a essa certeza. Em “provar” / “probar” como “dar provas”, ele já a atingiu e pretende que os outros a atinjam. Em “tentar” / “testar” (em espanhol, também “probar”), ainda deve “certificar-se” ele mesmo. A diferença enfim, entre o português brasileiro e o espanhol, a respeito da distribuição desses termos, é que historicamente os processos discursivos no espanhol selecionaram como forma mais freqüente “probar”, para ambos os sentidos, deixando a diferenciação deles por conta de traços que, no uso, marquem a perspectiva do sujeito¹¹.

Acreditamos, em conseqüência, que a abundante “interferência” nas respostas dos argentinos neste caso, apoiada sobre traços semânticos comuns, seja devida, pelo menos em parte, a aspectos de sua discursividade. Mesmo desprovido de “certeza” e imerso na despersonalização do acaso, “provar” / “probar” continua sugerindo um deslocamento para a possibilidade de controle, de reencontro do sujeito consigo mesmo. Há outros indicadores menores, no conjunto de respostas dos argentinos para “tentar sorte”, que podemos relacionar com uma certa “vertigem”. Um deles é a menção do “destino”, inexistente nas respostas dos brasileiros, e que dá uma dimensão de transcendência que parece um pouco hiperbólica para um jogo de apostas. Outro é o relativamente abundante uso do possessivo “seu” / “sua” (ver Tabela 4). Trata-se de um índice significativo, porque não aparece nas respostas dos brasileiros, e porque não responde a restrições sintáticas da língua espanhola, que admite corriqueiramente “probar suerte”. O acréscimo do possessivo, que neste caso não tem valor contrastivo ou individualizador, parece devido, nestas respostas, à

¹¹ Um desses traços é sintático. Em espanhol, ambas as acepções de “probar” são aparentemente transitivas diretas. Mas na acepção equivalente a “tentar”, “probar” raramente admite pronominalização acusativa e, quando tem como objeto uma sub-orção de sujeito coincidente, ela mantém o verbo no infinitivo (“Probaré ir por ese camino”). Isso não acontece com “probar” no sentido de “dar provas”, mesmo quando o sujeito da sub-orção coincide com o da principal (“Probaré que voy por ese camino”).

necessidade de reforçar a explicitação do espaço enunciativo da pessoa¹². Por último, a auto-reformulação de “provar sorte” no caso A015, “ver o que possa acontecer”, nos dá uma interessante pista sobre a posição de expectativa e de aflição do sujeito que “prova”.

4. Os espaços da pessoa

4.1 O “modelo existencial”. Da percepção à procura

Quando você me faz escutar
sua voz acima do meu próprio medo,
é que eu percebo como é perto
do ódio o amor que eu lhe tenho,
eterno drama desse segredo.
Ednardo (“Cheiros e choros”)

Nunca quise ser nadie sino yo misma. No sé si soy una bacana disfrazada de rea, o al revés: nunca me entendí a mí misma. No pienso en la muerte ni le temo. Pero el día que me vaya, quisiera que alguien dijera de mí: “Fue una buena mujer”. Sólo eso.
Tita Merello (em *Gente*, 27/4/98)

A pessoa é a categoria - ponto de partida da enunciação. Quando falamos, como fazemos a partir da Introdução desta tese, de regularidades nas nossas discursividades, e diferenças entre elas, quanto ao tratamento do espaço enunciativo da pessoa, nos referimos não somente às marcas morfossintáticas (pronomes pessoais), a maioria de cujas ocorrências está muito mais relacionada a restrições sintáticas do que a fatores propriamente discursivos, mas também ao conjunto dos fenômenos sintáticos, lexicais, fraseológicos, conversacionais, que contribuem, no enunciado, por presença ou ausência, com a delimitação ou o apagamento das perspectivas dos participantes da cena enunciativa: enunciadores, locutores, enunciatários, alocutários, personagens do enunciado.

Devido a essa heterogeneidade de possíveis indicadores, a percepção dessas regularidades numa discursividade frente à outra, não pode ser, no começo, mais que devida a intuições resultantes do estranhamento. Essas intuições nos levaram, há três anos,

¹² Vale esclarecer que, em espanhol, não teria lugar nesta expressão o uso do frequentíssimo “dativo posesivo”. Alguém poderia dizer “a usted le cambió la suerte / su suerte cambió”, mas dificilmente diria “cuando usted se prueba la suerte”, porque levaria a uma confusão com o transitivo pronominal “probarse” (experimentar roupa).

a tentativas de pesquisa na materialidade discursiva que permitissem delimitar o problema. Nesta tese apresentaremos os avanços produzidos e as evidências conseguidas, mas antecipamos que seria desmedido propor uma comprovação acabada. Trata-se de uma problemática muito produtiva e sobre a qual acreditamos ter avançado bastante, mas também muito ampla e relacionada, mesmo depois de várias experiências e análises, à escuta e à intuição.

Começamos por dizer que consideramos que a discursividade argentina, nos seus “universos discursivos não logicamente estabilizados” (Pêcheux, 1990b:287), e pelo menos em seus setores urbanos médios e baixos, apresenta uma delimitação de espaços pessoais imaginários muito mais explicitada do que a brasileira. Não queremos dizer com isso, é claro, que na fala brasileira as pessoas referencialmente se “confondam”, senão que a convivência na interação verbal, que sempre envolve a preservação desses espaços como parâmetro, se regula num jogo de relativa indiferenciação imaginária na construção da cena. Não vemos, nela, que, como na fala dos argentinos, a expressão da subjetividade se jogue mediante a explicitação, por momentos quase ritual, do alcance imaginário dos participantes da cena. Antes de passar à apresentação e análise das experiências realizadas a esse respeito, faremos um breve percurso por enunciados que, como no depoimento de Tita Merello na epígrafe¹³, podem ajudar na percepção deste traço. Vejam-se estes excertos de alguns textos literários argentinos:

1.

Vida:

El otro día llegaron juntitas tu segunda carta y la segunda de mi hermana. Claro que había una diferencia... y así fue que a tu carta la leí como ochenta veces y la de mi hermana dos veces y chau, si te he visto no me acuerdo. Uno se da cuenta cuando le escriben de compromiso. Pero vida, por lo menos que te escriban, no me vas a creer si te digo que esas cuatro cartas son las únicas que he recibido desde que estoy aca. ¿que le pasa a la gente? ¿tienen miedo de contajarse por correo? Te aseguro que me la van a pagar. Que razón tenía mi viejo, cuando estás en la mala, todos te dan vueltas la cara. ¿Yo te conté alguna vez de mi viejo?

De: *Boquitas pintadas*. Puig (1984: 113-114, mantivemos a ortografia do original)

¹³ Tita Merello foi atriz e cantora de tango.

2.

Qué le vas a hacer, ñato, cuando estás abajo todos te fajan. Todos, che, hasta el más maula. Te sacuden contra las sogas, te encajan la biava. Andá, andá, qué venís con consuelos, vos. Te conozco, mascarita. Cada vez que pienso en eso, salí de ahí, salí. Vos te creés que yo me desespero, lo que pasa es que no doy más aquí tumbado todo el día.

De: "Torito". Cortázar (1980:60)

O trecho 1., do romance de Manuel Puig, corresponde a fragmentos de uma carta de um moço a sua namorada. Nela, a informação inicial do jovem ter recebido uma carta dela no mesmo dia que a carta da irmã dele, está seguida do esclarecimento "*Claro que había una diferencia...*". Vemos o marcador "*claro que*" como um recurso dialógico direcionado a uma possível inquietação, na interlocutora, sobre ser colocada no mesmo "plano" que a irmã do locutor. O conectivo "*pero*", no mesmo lugar, também poderia ter introduzido as diferenças entre as cartas, mas não teria podido "restaurar" a diferença entre ambas as pessoas na cena construída. Na terceira linha temos a expressão idiomática "*si te he visto no me acuerdo*". Ela equivale, aproximadamente, a "*não quero nem saber*". Mas seus sentidos possíveis, como marcador conclusivo, são bem mais amplos. Pode, simplesmente, ter o valor de um "*pronto!*". Mas na forma interna desse clichê é destacada a percepção (*si te he visto*) e o apagamento (*no me acuerdo*) de um suposto enunciatário por um suposto enunciador, que não são os interlocutores, já que a expressão não tem um uso literal. O próprio conclusivo, já estabilizado na língua como unidade léxica, encena, na sua literalidade, a delimitação de espaços pessoais.

Logo a seguir, enuncia-se um outro personagem em relação às cartas: "*la gente*", retomado e ampliado, mais embaixo, como "*todos*". A conclusão do tópico e o passo para o tópico seguinte (o pai do autor da carta), também são dados pela descrição – afirmação do próprio espaço na cena: o autor, abandonado por "*todos*". E para essa afirmação, o locutor se utiliza de um enunciado que ele atribui a seu pai, mas que, sem chegar a ser um ditado, está bastante estabilizado, com algumas variações, na fala dos argentinos: "*cuando estás en la mala, todos te dan vuelta la cara*". Também esta expressão, como a anterior referida, é usada, no fio discursivo deste texto, para representar o espaço pessoal, e, ao mesmo tempo, ela também o encena no já estabilizado na língua: "*darle vuelta la cara a alguien*".

O segundo trecho citado, do conto "Torito", de Julio Cortazar, é uma imitação da oralidade. O narrador – personagem cuja fala se registra é um boxeador derrotado e seu interlocutor é um amigo, registrado ao longo do conto com o vocativo "pibe" ("rapaz") e nesse primeiro trecho como "ñato". O começo (que é também o começo do conto) descreve o lugar imaginário do locutor com uma variação, adequada a um boxeador, da expressão que observamos no final do trecho de Puig: "cuando estás abajo, todos te fajan"¹⁴. A partir da segunda linha, depois de reafirmar a idéia de ser "surrado" por todo mundo e como reação a uma tentativa de consolo por parte de seu interlocutor, o personagem utiliza-se de alguns recursos conversacionais que merecem observação: "Andá, andá", "qué venís con..." e "salí de ahí, salí".

São fórmulas que se utilizam habitualmente para rejeitar alguma afirmação, postura ou atitude do interlocutor. No português brasileiro, "dá licença" ou "me poupe" têm um funcionamento parecido com elas, sobretudo com a primeira e a terceira. As três formas em espanhol incluem verbos de movimento, movimento "solicitado" ao interlocutor. Não se pede com elas, é claro, para a pessoa "ir embora", "não vir" ou "sair de onde está"¹⁵ fisicamente. O que nelas se representa é uma saída imaginária do espaço do "eu" falante (não concordamos, então, você não está no meu espaço). A forma "Allá + pron. pessoal" (*allá vos / allá ellos / etc.*), com um valor um pouco diferente ("não tenho a ver com isso, é problema teu / seu / deles") representa a discordância com o mesmo jogo de espaços¹⁶. É verdade que "dá licença" poderia também ser relacionada ao movimento em um espaço, se pensada como "deixa eu passar / avançar / seguir", mas precisamente nessa cena imaginária, não é o falante o ponto de referência da demarcação de espaço. Existe, ainda, no português brasileiro a expressão "sai fora", que pode funcionar com um sentido similar ao que aqui estamos analisando para "salí". Para estabelecer se também, nela, se opera com os espaços pessoais, teríamos que pesquisar o alcance imaginário do "fora"; se ele recai sobre o tema que não se quer tratar ("sai fora disso", como em "tou fora") ou sobre o espaço do locutor ("não venha pra mim com isso" ou "não me venha com isso").

¹⁴ "fajar": golpear muito, dar uma surra, aporrinhar.

¹⁵ Literalmente, "andá" é a forma do imperativo do verbo "ir" no tratamento informal de "vos". "Venís" e "salí" correspondem, respectivamente, à forma de presente do indicativo do verbo "venir" (vir) e ao imperativo de "salir" (sair), no mesmo tratamento.

¹⁶ "Allá", demonstrativo de lugar equivalente a "ali" ou "lá".

Voltando para o trecho, no mesmo segmento desses pedidos de “saída” temos a expressão “*te conozco, mascarita*”. É uma das muitas formas para dizer para o interlocutor “conheço você muito bem”. Interessa-nos aqui o uso retórico do vocativo “mascarita”¹⁷, que literalmente sugere uma tentativa de ocultamento. No entanto, seu uso efetivo, nem sempre indica que o locutor sinta que existe um propósito de engano. Pode estar carregado de afetividade positiva, ou indicar simplesmente “eu entendo você”. Nele, “mascarita” faz alusão, contraditoriamente, à representação da “autenticidade”.

Temos, depois, no trecho, o uso do verbo pronominal “*creerse*” (“*Vos te creés que yo me desespero...*”). A diferença, em espanhol, entre “*creer*” e “*creerse*” é que o segundo pressupõe que o que se crê é, da perspectiva do locutor, falso. Mais uma vez, como em “*dársele algo a alguien*”, cujo funcionamento analisamos no ponto anterior, é o acréscimo de um lugar para a categoria de pessoa o que introduz um aspecto crucial do significado.

Não negamos que, por si mesmos, cada um deste tipo de fenômenos (unidades léxicas, marcadores conclusivos, modos de mudança de tópico, complementos verbais) podem aparecer, e aparecem, com valor similar, em enunciados brasileiros. Mas é sua ocorrência constante, sua combinação e, como tentaremos demonstrar com as experiências aqui realizadas, sua hierarquia no fio discursivo e na construção da cena enunciativa o que cremos ser uma característica da discursividade argentina. Quem tenha convivido com pessoas desse país deve ter presente o abundante uso, sobretudo na introdução de opiniões e pontos de vista, bem como no desfecho de conversas, de fórmulas como “*por lo menos yo pienso así, pero cada uno piensa a su manera*”, “*si vos mismo realmente...*”, “*te digo, vos, como persona, como la persona que sos...*”, “*dejálo a él, que lo decida él mismo...*”, “*yo te estoy hablando desde mí*”. Acreditamos que os estereótipos sobre o argentino no Brasil, construídos sobre uma representação de *arrogância*, tenham alguma relação, que não nos propomos a pesquisar aqui, com o efeito dessa discursividade, e que não é casual que, nas piadas, o argentino se marque com um “djô” conclusivo e veemente¹⁸.

Já em termos de pesquisa, e saindo do terreno da intuição e da escuta, nossa primeira aproximação a esta possível diferença entre nossas discursividades ocorreu na

¹⁷ No carnaval portenho, hoje quase inexistente, se denominava “mascarita” à pessoa já fantasiada, em geral com máscara cobrindo a região dos olhos.

¹⁸ Casualmente um pronome sujeito, que, como tal, verbalizamos muito menos do que os brasileiros.

mesma amostra efetuada em 1998, da qual comentamos outros aspectos em pontos anteriores. No mesmo texto em que pedimos para os respondentes reformularem as palavras relacionadas com “sonhar”, havia um trecho em que um dirigente sindical dos professores argentinos, referindo-se a Paulo Freire, dizia¹⁹:

“No era alguien con quien tenías un vínculo intelectual, sino un vínculo humano. Nos formó a todos, no sólo en su concepción pedagógica, sino en cuanto a proyecto de vida.”

O item *proyecto de vida*, que demos para a reformulação naquela amostra, aparece no texto com seu sentido mais freqüente na discursividade argentina. Ele tem um valor especular, corresponde a “auto-definição”. “¿Cuál es tu proyecto de vida?” equivale, até certo ponto, a “quem é que você é?” Nele, *proyecto* perde seu valor prospectivo (enxergar o futuro a partir do presente), e fica realçado seu valor ótico presente: *projeção do ser* = papel diante do outro = máscara²⁰. A inserção dessa expressão no discurso do dirigente citado abre as portas para esse sentido. No termo (2), abaixo, do paralelismo sintático configurado, *proyecto de vida* está relacionado com um *vínculo humano*, com uma identidade social no sentido mais estrito:

“No es alguien con quien tenés un vínculo intelectual (1), sino un vínculo humano(2). Nos formó a todos, no sólo en su concepción pedagógica(1), sino en cuanto a proyecto de vida(2).”

Estabelecemos, então, duas categorias para classificar as reformulações dessa frase: *modelo existencial*, para as frases coletadas que corresponderam ao sentido que acabamos de explicar, carente de referência à projeção futura, e *plano futuro*, para aquelas que fizeram referência a algum planejamento, objetivo, alvo ou desejo futuro.

O *modelo existencial*, nas respostas dos argentinos, expressou-se por meio dos seguintes enunciados: “*posición ante la vida*”, “*ideales existenciales*”, “*manera de*

¹⁹ Texto extraído do jornal argentino *Página 12*, de 3 de maio de 1997.

²⁰ Em texto de recente publicação em português, Maingueneau (2000:38) faz referência à “teoria das faces”, de P. Brown e S. Levinson. Aquilo que, segundo Maingueneau, é chamado de “face positiva” do indivíduo,

encarar su existencia", "estilo de vida", "razón para vivir", "manera de ser", "prioridades existenciales", "formación para la vida", "filosofía de vida" (2 vezes), "visión del mundo", "enfoque de la existencia humana", "manera de vivir", "forma de encarar la vida", "filosofía del accionar", "modelo del modo de comportarse en la vida", "la forma de encarar el mundo", "mentira vital", "objetivo trascendental para la manera de ser", "imagen", "manera de pensar", "cómo concebir el mundo".

Os resultados foram:

	Argentinos		Brasileiros	
	Casos	%	Casos	%
Modelo existencial	23	65,71	7	20,00
Plano futuro	12	34,28	24	68,60

Pensamos que o predomínio, nos enunciados dos argentinos, da variante que definimos como "modelo existencial", é devido à relação que esse modelo tem com a necessidade de delimitar o espaço pessoal na sociabilidade. Essa necessidade está presente em todo espaço de comunicação humana, em qualquer coletividade. O que chamou nossa atenção foi a particular expressão desse espaço como uma "projeção" que, apesar de se enunciar como "*proyecto de vida*", não é ao futuro senão em uma dimensão especular: projeto da existência sobre o *eu*.

Feita esta introdução, passamos à análise dos dados da presente amostra que consideramos relevantes para esta problemática.

4.2 A pessoa na enunciação e na sintaxe. Exemplos diferenciadores

Tarde o temprano la vida se me pondrá por delante y saltaré al camino. Como un león.
Haroldo Conti ("Como un león")

No Capítulo IV, 4.3.2, descrevemos o que chamamos "plus" de pessoa nas reformulações de "tudo que for preciso" (ver Quadro 3, reproduzido também na página

"a própria imagem valorizante que tentamos apresentar aos outros", é o que está em jogo, acreditamos, no valor que atribuímos a "*proyecto de vida*".

seguinte). cremos que é um exemplo adequado para expor a diferença de objeto entre a característica que aqui estamos propondo para a discursividade e as restrições sintáticas que determinam, em ambas as línguas, a ocorrência e combinação de morfemas pessoais.

Alguns dos estudos sintáticos sobre o português brasileiro a que nos referimos no Capítulo I, 1.3, apontam como uma de suas características a tendência à realização plena do pronome sujeito e ao não preenchimento da categoria objeto por pronomes átonos. Quem tem estudado sistematicamente, nos últimos anos, contrastes entre o PB e o espanhol a esse respeito é González (1994 e 1998), que propõe, a partir de uma ampla pesquisa, uma diferença fundamental, entre ambas as línguas (1998:247):

Quadro 3

Cada una de ellas presenta una distinta asimetría, en lo que se refiere al empleo de formas pronominales plenas o nulas para la expresión del sujeto y de los complementos del verbo, aunque estas distintas asimetrías se extienden a otras categorías funcionales que sin embargo no es posible contemplar aquí.

De forma sintética, se puede decir, siempre a partir de los varios estudios consultados, que mientras el PB es una lengua de sujeto pronominal predominantemente pleno y que privilegia las categorías vacías o las formas tónicas para la expresión de los complementos, el E es claramente una lengua de sujetos pronominales predominantemente nulos y de complementos clíticos abundantes, a veces duplicando (o quizás duplicados por) una forma tónica. Esa diferencia fundamental –con todos los efectos que de ella se derivan– se irradia, en los dos casos, y afecta a una serie de construcciones correlacionadas en cada una de las lenguas, hecho que parece reforzar la conveniencia de un abordaje paramétrico.

Concordamos plenamente com a autora: trata-se de um problema sintático relacionado a outras construções, e como tal, sua abordagem deve ser com modelos sintáticos, como o paramétrico. Se, pelo fato dele envolver, também, a categoria de “pessoa”, o confundíssemos com o que aqui desenvolvemos, cairíamos em um “reducionismo discursivo” que negue à língua sua “ordem própria”, perigo a que nos referimos no final do Capítulo II. Não concordamos, por exemplo, com trabalhos que atribuem, mais ou menos explicitamente, esses aspectos sintáticos da língua espanhola a supostos traços culturais dos povos hispânicos (Lorenzo, 1980; Soler – Espiauba, 1996) sem diferenciar o estritamente sintático do estilístico, e sem fazer intermediar uma dimensão enunciativa e discursiva entre a sintaxe e essa dimensão cultural. Por outra parte, como já dissemos em 4.1, supra, a análise das manifestações da pessoa na enunciação leva em conta, além dos aspectos morfossintáticos, elementos do plano discursivo.

É pertinente a referência às diferenças sintáticas entre nossas línguas, para enxergarmos, no caso do “plus de pessoa” que estamos analisando, o modo como a

discursividade pode se combinar, no contato lingüístico, com essas restrições, e por que a consideramos de uma ordem diferente.

O 26,31% de respondentes argentinos que produziu esse “plus” não acrescentou na sintaxe da frase um morfema pessoal, senão que quebrou essa sintaxe acrescentando a própria categoria morfêmica de pessoa que, é claro, foi preenchida por algum morfema ou por \emptyset . Entre “tudo que for preciso” e suas reformulações foi agregado *um novo lugar argumental* (sujeito, na maioria dos casos), e em termos de processos enunciativos, que é o que aqui pesquisamos, *um novo espaço de pessoa*:

Quadro 3

Plus de pessoa: Argentinos: 10 casos (26,31%) Brasileiros: 0 casos

Caso A002: “coisas das quais *se* necessitem”

Caso A009: “o que *você* precisar”

Caso A012: “tudo aquilo que *você* pensa que \emptyset necessita / \emptyset precisa para melhorar *sua* vida”

Caso A016: “tudo o que *se* precise, *se* necessite”

Caso A019: “o que *se* requer”

Caso A020: “tudo o que \emptyset necessite / o que \emptyset desejar”

Caso A026: “tudo o que \emptyset necessitar”

Caso A035: “o que \emptyset necessitar” / “o que \emptyset precisar”

Caso A038: “tudo o que *as pessoas* necessitam”

Caso A013: “mais outras coisas para *você*”

Como se pode observar, os procedimentos sintáticos utilizados foram diversos e vários deles respondem a tendências mais próprias da língua espanhola do que do PB: sujeitos nulos, passiva sintética. No entanto, não é a discursividade a que determina essas tendências sintáticas na língua, como não são elas que explicam a transformação enunciativa que aqui aconteceu: elas possibilitam sua peculiar realização.

Observemos, além disso, o efeito dessa transformação sobre a leitura do texto da LOTERJ que foi ponto de partida para as reformulações. Em graus diferentes, elas acrescentam um sujeito da “necessidade”. Naquelas em que foram usadas a passiva

sintética ou o sujeito implícito, é introduzida, de fato, a instância de “alguém” que *considera* necessário ou preciso aquilo que “for preciso”; alguém que “mede” a necessidade. Na apresentação do texto que fizemos no Capítulo IV, 3.1, afirmávamos que era construída nele uma cena enunciativa em que o governo aparecia como distribuidor de riqueza entre dois termos: “você” (possuidor) e “o povo do nosso Estado”. O “considerador” introduzido nestas reformulações, é um lugar de confluência, por indefinição, entre o governo e “você”. A “individualidade” (a “fase positiva”) do “você” é convidado a “considerar”. E no seu papel de “considerador”, “medidor” fica realçado seu vínculo com uma futura “verificação”, o que nos leva, novamente, para o território da “certeza”.

Passando, agora, para os resultados de um outro exercício da amostra, da mesma maneira que em espanhol são perfeitamente possíveis e freqüentes expressões como “*todo lo que sea necesario / preciso*”, em português nada impede, e são freqüentes, advertências como “se cuida” ou “toma cuidado”. No entanto, como mostra a Tabela 7 no Capítulo IV, 4.4.1, nas reformulações de “*Cuidáte de...*”, do Texto 1 em espanhol, foi muito maior a percentagem de brasileiros que forneceram exclusivamente reformulações sem nenhum morfema pessoal, como “*atención para...*”, “*atento a ...*”, “*ojo en...*” e outras. O índice dos que só deram esse tipo de opções chega a 22,86% nos brasileiros e somente 2,63% (1 caso) nos argentinos. O efeito é de “despersonalização” da advertência, o contrário do caso anterior.

Análogo é um dos índices que observamos nas reformulações do Texto 4 em espanhol. No Capítulo IV, 4.7, sub-ítem h), informamos que a utilização da 1ª pessoa do plural na reformulação do texto ocorreu em 44,74% dos argentinos e em 15,79% dos brasileiros. Cabe salientar que o texto não inclui esse locutor em 1ª pessoa. De qualquer modo, para uma adequada avaliação desses índices, deve ser levada em conta uma seleção enunciativa *prévia* que explicamos a seguir.

Creemos que os respondentes de ambos os países, em geral, identificaram um locutor na cena enunciativa do texto: a empresa SOCMA. A partir disso, para parafrasear o texto tinham duas opções principais. A primeira era construir uma cena em que se explicitasse uma posição exterior a respeito do locutor, por meio de introdutores como “*SOCMA quiere*

comunicar que...” (caso A017) ou “*Este fragmento nos dice que...*” (caso B015), ou do uso de um discurso indireto sem introdutor mas com a explicitação de “SOCMA” ou de “*la empresa*” (caso B038) ou da 3ª pessoa plural (B021). A quantidade de respondentes que selecionaram esse modo de enunciação exterior é bastante equilibrada entre ambas as amostras: 15 nos argentinos (39,47%) e 17 nos brasileiros (44,74%). A segunda possibilidade era uma paráfrase apresentada como se fosse produzida a partir da mesma “voz”, uma reformulação claramente “imitativa”, nos termos que explicamos no Capítulo III, ponto 2. Dentro dela era que podia assumir-se ou não uma 1ª pessoa, escolha que, para esses casos, aponta a explicitar o ponto de vista do locutor. Sua não explicitação leva a reformulação para uma “voz geral” mais próxima do ensinamento moral ou da reflexão filosófica. Vejam-se, como exemplo, estes casos:

El empeño del pasado trae la firmeza al presente y traerá la tranquilidad al futuro.
(A002)

Las fuerzas del pasado, la estabilidad del presente y la seguridad en el futuro
(A004)

El trabajo del pasado, la seguridad del presente, la tranquilidad sobre el futuro
(A028)

El pasado se fue, el presente es y el futuro queda. (B001)

Lo que ocurre en el pasado refleja en el presente y en el futuro. (B009)

Casi siempre uno que se haya esforzado en el pasado tiene un presente sólido y se siente confiante con respecto al futuro. (B020)

Sem dúvida, o texto de SOCMA utiliza-se desse “enunciador geral” como recurso propagandístico. Mas ele também contém um locutor explícito que assina o texto. A reprodução de um ou do outro, nas reformulações que se colocaram como “imitativas”, depende de como a discursividade orientou a leitura e a interpretação do texto, quais das suas marcas foi mais sensível. Os resultados deste exercício, quanto ao tipo de voz assumido para um lugar de poder, serão comentados novamente no Capítulo VI.

Enfim, nos três exercícios cujos resultados analisamos neste ponto, os respondentes trabalharam com textos propagandísticos que propunham cenas enunciativas em que, de maneiras diferentes, interagiam personagens mais ou menos diferenciados, em distintos lugares imaginários (o poder político e / ou econômico, o poder de escolha ou de compra, a necessidade econômica) e em diferentes atitudes (distribuição de riqueza, colaboração, solidariedade social, prevenção, auto-afirmação). No aspecto do trabalho dos respondentes que aqui estamos analisando, que é o da explicitação e diferenciação de espaços pessoais imaginários, a constante que observamos como mais distintiva entre argentinos e brasileiros foi a de uma maior tendência, nos primeiros, à delimitação e reprodução desses espaços nas respostas. Distinção que não é, de maneira nenhuma, absoluta, mas que mostra a relevância de atender a esse aspecto da organização discursiva em estudos comparativos ou sobre contato lingüístico - cultural. No ponto seguinte trataremos do mesmo problema através dos resultados para um exercício que proporcionou índices mais significativos e que permitiu abordar mais diretamente um fator ideológico que, acreditamos, está intimamente relacionado a esses traços da discursividade: as representações da individualidade e de seus limites imaginários.

Tabela 10

4.3 Chamar-se ou ser chamado? Duas perspectivas do mascaramento

	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva 1	<i>Yo soy Francisco Real, un hombre del Norte. Yo soy Francisco Real, que le dicen el Corralero. Yo les he consentido a estos infelices que me alzarán la mano, porque lo que estoy buscando es un hombre. Andan por ahí unos bolaceros diciendo que en estos andurriales hay uno que tiene mentas de cuchillero y de malo, y que le dicen el Pegador. Quiero encontrarlo para que me enseñe a mí, que soy naidés, lo que es un hombre de coraje y de vista.</i>	
Perspectiva 2		<i>Jorge Luis Borges, "Hombre de la esquina rosada"</i>

A fala desafiante do "compadrito" de Borges mostra dois procedimentos de denominação, e um valor para cada um deles em um determinado espaço social de interação. Francisco Real começa dizendo ele mesmo seu nome em um movimento enunciativo que parte de si para o exterior: "Yo soy...". A seguir, realiza o movimento oposto: "que le dicen" introduz o modo como o exterior o denomina. A inclusão, no seu enunciado, de seu rival e interlocutor, Rosendo Juárez (*el Pegador*), é efetuada depois com os mesmos movimentos mas na ordem contrária. Começa pela referência dada pelos outros:

“*tiene mentas de cuchillero y de malo*”²¹, “*le dicen el Pegador*”. E deixa aberto (é esse um dos mecanismos de seu desafio) o espaço de denominação de seu rival: “*que me enseñe a mí...*”. A coragem do oponente consistirá em dizer seu próprio “*Yo soy...*”. E para apontar essa “*vez do outro*”, Real volta a sua autodenominação com um recurso de falsa modéstia: “*que soy naidés*”²².

Em um dos pedidos de reformulação da amostra, os respondentes tiveram que “definir” um processo de denominação que se apresentou congelado em um presente de 3ª pessoa: “*tiene nombre y apellido*”. Com efeito, o Texto 3 em espanhol apresentava essa denominação como dada, como resultado efetivo. Ao pedirmos a reformulação, abríamos a possibilidade de se expressarem os dois procedimentos mencionados, mediante as perspectivas que, no Capítulo IV, 4.6.1, chamamos “endocêntrica” e “exocêntrica”. Explicamos ali que a primeira correspondia àquelas reformulações que destacavam a identidade e a segunda, às que assumiam um ponto de vista exterior salientando o ser “muito conhecido”. Os resultados, conforme a Tabela 10, que aqui reproduzimos, foram:

Tabela 10

	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva endocêntrica	19 casos – 51,35%	8 casos – 22,86%
Perspectiva exocêntrica	10 casos – 27,03%	14 casos – 40,00%

No Capítulo IV já explicamos, caso por caso, o porquê de sua inclusão em cada uma das variantes. No mesmo ponto, ao apresentarmos estes índices, advertimos sobre a existência, também, de reformulações que relacionamos à idéia de “*família*”, cuja possível inclusão em alguma destas categorias trataríamos aqui.

Em princípio, cremos que reformular “*tiene nombre y apellido*” como “*tiene familia*”, está mais perto da perspectiva exocêntrica. Na família não se é “por si”, mas pelos outros, mesmo que sejam os outros “próximos”. É um lugar intermediário em direção ao

²¹ A palavra “*mentas*” tem relação, precisamente com ser mencionado, conhecido (*ser mentado*); “*tener mentas*” pode ser entendido como “ter fama”. “*Cuchillero*” se refere ao uso de facão em brigas.

exterior, mas já é o exterior. No mesmo sentido vemos o uso de “*origen*”, que apareceu em 4 casos de brasileiros, dois deles (B011 e B029) não contabilizados na “perspectiva exocêntrica” por apresentarem somente essa idéia, cuja inclusão preferimos não definir *a priori*. Com efeito, dizer que se tem origem é focar o exterior, reconhecer um princípio nesse exterior. A relação entre “origem” e “família” pode ser vista na resposta de B029: “*tiene orígenes, genealogía*”. Se considerássemos, então, dentro da “perspectiva exocêntrica” as menções de “origem” e “família”, e contabilizássemos nessa perspectiva os casos que apresentaram esses indicadores e que não estão incluídos na primeira contagem por não conterem um outro indicador “exocêntrico”, teríamos os seguintes resultados:

	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva endocêntrica	19 casos – 51,35%	8 casos – 22,86%
Perspectiva exocêntrica	13 casos – 35,13%	16 casos – 45,71%

No entanto, preferimos tratar esses termos como um indicador diferente, por duas razões. A primeira é que em algumas reformulações, “família” parece se referir exclusivamente à “união” das duas empresas mencionadas no texto. Por exemplo, no caso B004, lemos: “*se convirtió en una familia / están casadas / están juntas*”. Tendo esse valor, não consideramos pertinente a diferenciação sob as perspectivas “endo” ou “exo”, já que a relação com o exterior a Movicom – Bellsouth não está em jogo nessa cena. A segunda é que, lendo as reformulações, encontramos, em duas das três que correspondem aos argentinos, um tom irônico que não aparece nas dos brasileiros:

A031: “*tiene rancio abolengo*”

A032: “*estirpe / raza / doble garantía*”

De fato, o único caso restante nos argentinos, A034: “*ahora es una familia*”, diga-se de passagem, única aparição da palavra “*familia*” nos respondentes desse país, parece fazer referência à “união”, sentido que acabamos de considerar dúbio em relação à perspectiva que estamos observando.

²² “*naiades*”, variação de “*nadie*” (ninguém), considerada arcaísmo.

A039 Em compensação, o valor de “origem” nas respostas dos brasileiros, e de “familia” quando aparece associada à origem, nos parece um desenvolvimento diferente da perspectiva exocêntrica, mas ainda dentro dessa perspectiva.

A039 De qualquer maneira, os índices mostram um nítido predomínio da perspectiva endocêntrica nos argentinos e uma tendência maior, nos brasileiros, para a perspectiva exocêntrica. Como se pode observar, ainda, há casos que ficaram fora desta classificação. São aqueles em que os respondentes explicaram “nombre y apellido” exclusivamente como resultado de uma união, ou como a garantia ou o “respaldo” que essa união proporciona. Já dissemos que não vemos que nesse tipo de reformulação, que não faz referência à identidade nem ao reconhecimento da mesma pelos outros, entre em jogo a diferença de perspectiva que estamos analisando. Se considerássemos, então, exclusivamente aqueles casos em que a oposição das duas perspectivas teve algum tipo de manifestação, teríamos 28 casos de argentinos (um deles manifestando as duas) e 22 de brasileiros. Os índices, sobre esses totais, seriam os seguintes:

	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva endocêntrica	19 casos – 67,86%	8 casos – 36,36%
Perspectiva exocêntrica	10 casos – 35,71%	14 casos – 63,64%

De qualquer modo, cremos que o predomínio de cada perspectiva em cada grupo nacional não é somente quantitativo. A leitura de algumas das respostas que reproduziremos a seguir, mostra como cada perspectiva se reforça, se auto-explica e volta-se sobre si mesma. Veja-se, por exemplo, nestas frases, a “ressonância”²³ com os exemplos que, em 4.1, demos como formas de percepção intuitiva, estereotípica, da discursividade argentina: – Bellsouth. “Usted” aparece como responsável e beneficiário pela união dos dois nomes – empresa. “Usted acaba de unir dos nombres para formar su nueva

A013: *sólo puede llamarse de una manera / sólo responde a un nombre y apellido*

A018: *identidad / su propia identidad*

A025: *tiene personalidad*

²³ Tomamos “emprestado” este termo de Serrani (1994 e 1997 a), que o utiliza, na análise de paráfrases, para denominar a “vibração semântica” entre unidades.

A039: *tiene identidad, integral, es ésta*

Observe-se a certeza absoluta, quase autoritária, no caso A013 e a insistência em A039 com o pronome demonstrativo. A auto-reformulação em A018, sua teimosia, sugere retoricamente uma interrogação: o que é que intenta diferenciar a palavra “*propia*” nessa reformulação? Haveria uma identidade não própria? Talvez; precisamente aquela que se define a partir dos outros. Assim, a frase encarna a utopia de uma identidade sem alteridade. Em A025, “*personalidad*” nos remete ao “modelo existencial” de que já tratamos. E há outros “reforços”: “*propio / a*” (casos A019 e A024), “*nombre de siempre*” (A029), “*no es anónima*” (A005).

Compare-se com este enunciado da amostra brasileira:

B010: *tiene dos nombres: el nombre personal, o el que todos conocen, y el nombre de la origen.*

A reformulação interna (*nombre personal / el que todos conocen*) mostra uma representação do que é “*personal*” como reflexo nos outros.

Novamente podemos enxergar aqui, num sentido geral, o comportamento da discursividade sobre a base lingüística no contato. Como na analogia que fizemos em 2, supra, com o campo iluminado, temos que aqui os processos enunciativos delimitam, irregularmente, zonas diferenciáveis, com extremos que apontam a tendência de cada discursividade. Alguns desses extremos são os casos que acabamos de mostrar, e outro, muito ilustrativo, é o que podemos observar, em ambas as amostras, nas menções específicas do interlocutor (“*usted*” e pronomes relacionados).

Começemos observando como esse interlocutor está “encenado” no texto de Movicom – Bellsouth. “*Usted*” aparece como responsável e beneficiário pela união dos dois nomes – empresas: “*Usted acaba de unir dos empresas para formar su nueva compañía de telecomunicaciones*”. Também é quem “conhece”. Esse recurso persuasivo de um “*usted*” singular e conhecedor, bastante freqüente na propaganda institucional argentina, é análogo com o você “considerador” que, como vimos em 4.2, supra, vários respondentes argentinos (e nenhum brasileiro) acrescentaram, nas suas reformulações, à cena enunciativa do texto da LOTERJ. Tendo em conta que pedíamos para reformular a

unidade “*tiene nombre y apellido*”, que não faz referência direta ao interlocutor, era esperável que a retomada desse “*usted*” nas reformulações fosse pouco freqüente.

Efetivamente, apareceu somente em 3 casos de argentinos e 2 de brasileiros:

A005: *ya no es anónima y responde por usted.*

A008: *... nos preocupamos por usted. Crecemos para brindarle lo mejor.*

A015: *... historia y trayectoria que usted conoce.*

B006: *ustedes ya la conocen de antes.*

B008: *usted ya la conoce ... ya lo sabe quién es, ahora la conoces mejor.*

Observe-se que em A005 e A008, apesar da menção de “*usted*”, a centralidade do locutor (o nome – empresa) é mantida, já que “*usted*” aparece somente no seu papel de beneficiário.

Podemos observar as mesmas perspectivas endocêntrica e exocêntrica nas reformulações de “*la confianza en el futuro*” no texto 4 em espanhol, das que demos conta no Capítulo IV, 4.7.1, Tabela 12, que aqui reproduzimos:

Tabela 12

Perspectiva pessoal nas reformulações de “*la confianza en el futuro*”

	Argentinos	Brasileiros
Perspectiva não determinada	44,74 % - 17 casos	47,36 % - 18 casos
Perspectiva endocêntrica	42,10 % - 16 casos	26,31 % - 10 casos
Perspectiva exocêntrica	13,16 % - 5 casos	26,31 % - 10 casos

O texto, a propaganda de SOCMA, era muito menos “convidativo” para a perspectiva exocêntrica do que a propaganda de Movicom – Bellsouth. Não havia referência ao interlocutor, e o único indício de uma possível interpretação exocêntrica de “*confianza*” era a frase “*empresas para la gente*”, afastada do centro do texto. Como no

caso anterior, também é pertinente observar aqui, além dos índices, algumas diferenças qualitativas. Das cinco reformulações de argentinos que expressaram a perspectiva exocêntrica, duas acabam “quebrando” essa perspectiva, trazendo as pessoas “confiantes” (os outros) novamente para o domínio do “mesmo”. Com efeito, nos casos A030 e A032, esses “outros” são denominados, respectivamente, como “*adeptos*” a serem “captados” (que *le permita obtener futuramente muchos adeptos*) e como “*sus adherentes*”, em que “*sus*” é referido ao “mesmo” (“*la compañía SOCMA*”, nessa reformulação). Essa “restauração” da perspectiva endocêntrica não acontece em nenhum dos dez casos da amostra brasileira. Pelo contrário, em seis deles são explicitados sujeitos coletivos da “confiança”, que parecem parafrasear o segmento “*empresas para la gente*”, que no texto estava afastado do núcleo que foi dado para reformular:

B008: *la gente*

B012: *las personas*

B013: *todos*

B023: *la gente*

B024: *uno*

B036: *las personas*

Somente em um caso da amostra argentina se registra essa estrutura: A012: *los argentinos*.

Há, ainda, um caso em cada amostra em que o respondente introduziu, como sujeito da confiança, uma segunda pessoa “interpelada” pela propaganda. No caso argentino, a perspectiva endocêntrica também foi reposta:

A011: “...*para el futuro confie en nosotros.*”

B038: “...*para tener la confianza de ustedes.*”

4.4 A centralidade da pessoa e as outras categorias

...Se fue en silencio, sin un reproche;
busqué un espejo y me quise mirar:
había en mi frente tantos inviernos
que también ella tuvo piedad.

Carlos Gardel – Alfredo le Pera (“Volvió una noche”)

É na soma do seu olhar
que eu vou me conhecer inteiro...
Chico Buarque (“Tanto amar”)

Nas reformulações analisadas no ponto anterior, sobre “*nombre y apellido*”, a perspectiva “endocêntrica” nos argentinos foi expressa, nos seus extremos, mediante a ênfase do “próprio”, “indubitável”, “autêntico” (*su propia identidad*), que nos remetem novamente ao primeiro tema: as modalizações da certeza. Acreditamos que existe uma relação entre esses aspectos em que encontramos diferenças entre nossas discursividades, e que em cada uma delas, as duas dimensões (o espaço da pessoa e as modalizações da certeza / possibilidade) se articulam. Praticamente todos os indicadores comentados até agora, trazidos em função de uma dessas problemáticas, têm alguma conexão com a outra: o desvio para o “saber” nas reformulações de “ter certeza” (3.1); a “não controle da pessoa” no “bem antecipado” (3.2) e os indicadores, na amostra argentina, de tentativas de reconstituir esse espaço pessoal ameaçado (usos de “provar sorte” e do possessivo); o “considerador” analisado em 4.2 e seu vínculo com a “verificação”.

Outros resultados da pesquisa que mostram uma relação entre ambas as dimensões são os índices que demos no Capítulo IV, 4.1.1, para as reformulações de “não esquente a cabeça”, do texto 1 em português, frase que pressupõe uma incerteza e se articula, no texto da ANATEL e no exercício dado aos respondentes, com seguranças e inseguranças em relação ao “bug do milênio”. Houve, nessas reformulações, alguns fenômenos que, como dissemos nesse Capítulo, só apareceram na amostra argentina. O primeiro foi a fórmula “não pense”, que se refere a uma atividade mais cognitiva do que emocional e que, como “saber” em relação com “ter certeza”, aponta para uma zona de maior “controle” do sujeito. O segundo, a forma “não se faça problemas”, que também aparece, com menor expressão, nas reformulações de “fique sossegado”, como vimos no Capítulo IV, 4.1.3. Como “provar

²² “No le hagas / se haga problemas” é uma expressão muito frequente em espanhol.

sorte”, pode ser visto como “interferência”²⁴. Mas também, na sua estrutura enunciativa, reproduz a estrutura especular do “modelo existencial”: um sujeito que determina aquilo que é problema para si mesmo.

Também, como um índice bem menor mas que é interessante observar, o contraste “estresse” / “loucura” nos três casos de cada amostra que referimos no Capítulo IV, 4.1.1, mostra a oposição entre as perspectivas que denominamos “endocêntrica” e “exocêntrica”. Vale lembrar que, da mesma maneira que na Argentina é comum se dizer, quando alguém está alterado, de mal-humor ou preocupado de mais (“esquentando a cabeça”), que “*está loco*” ou que “*se puso loco*”, no Brasil, pelo menos em São Paulo, ouvimos muito, nos mesmos casos, “está estressado”. A referência não é ao estresse nem à psicose como quadros clínicos. Mas a escolha da metáfora não é alheia ao contraste que estamos observando: enquanto o estresse é socialmente visto como provocado pelo exterior (excesso de trabalho ou de tensões derivadas da vida urbana), a loucura costuma ser representada como algo muito mais íntimo do sujeito, alguma coisa fincada na sua dimensão interior.

Para sintetizar, e como conclusão provisória do que, até aqui, abordamos sobre as duas dimensões, diremos que um conjunto de regularidades, que se expressou com mais força nos brasileiros, efetua uma interação entre certeza e desejo, harmônica com uma representação da pessoa a partir dos efeitos de sua sociabilidade. Outro, predominante nos argentinos, cria uma centralidade da pessoa e, a partir dela, organiza o possível e o verificado. O primeiro se relaciona com modalizações ambíguas entre a certeza e a vontade como forma de convivência social, e com uma preservação da “face positiva” mediante uma explicitação menor dos espaços pessoais. O segundo, com enunciações que regulam essa mesma convivência e a preservação dessa mesma face mediante a delimitação desses espaços, congruente com uma procura imaginária de diferenciação do fatural e do não fatural.

O percurso realizado até aqui mostra a pertinência de acrescentar, às duas dimensões que estamos considerando, uma terceira: as representações do tempo. Com efeito, formulações como “bem antecipado” ou “modelo existencial”, ou as oposições

²⁴ “*No te hagas / se haga problemas*” é uma expressão muito freqüente em espanhol.

“*proyecto de vida*” / “plano futuro” e “processo” / “resultado”, envolvem o lugar do tempo na subjetividade. Essa problemática tentamos integrar na seção seguinte deste Capítulo.

5. As representações do tempo

5.1 Lembrança e transcendência

As reformulações do texto 4 em espanhol, a propaganda da empresa SOCMA, serão o centro da análise neste ponto. No entanto, como fizemos com as duas problemáticas anteriores, queremos explicar como foi se desenvolvendo nosso interesse pela representação do tempo na fala de brasileiros e argentinos. Não se trata, aqui, da medição do tempo, senão do modo em que se explicitam, no discurso, as relações entre passado, presente e futuro. Nossa chegada a esta problemática foi através das outras duas. Não a abordamos independentemente, mas em relação com as modalizações de possibilidade e certeza, em primeiro lugar, e secundariamente com a explicitação dos espaços pessoais.

Houve, primeiramente, algumas leituras que despertaram nossa curiosidade a respeito. Uma das primeiras foi a de Serrani (1994), por causa de um fenômeno tangencial à análise desenvolvida, nesse artigo que já mencionamos em 3.2, sobre procedimentos de recusa em brasileiros e hispano-americanos. Nas páginas 85-86, a autora reproduz algumas seqüências discursivas realizadas por falantes de espanhol, em que é utilizada a conjunção “*después de*” para introduzir a menção do fato do qual a recusa seria consequência; estrutura que, para ela, produz um sentido punitório. Comentando a baixa freqüência dessa construção nas seqüências produzidas por brasileiros, a autora aponta:

Nas seqüências em português temos somente uma ocorrência de introdução de fundamentação da negativa com essa estrutura com “depois de”. As construções mais freqüentes são causais com “dado que”, “já que” ou explicativas com “pois”. Ressoam explicações, causas, mas não sermões punitivos. (86)

Como afirma a autora, em todos os casos trata-se de fundamentações. E, acrescentamos nós, mesmo que, no seu funcionamento, “*después de*” / “depois de” tenha um valor ilativo, sua capacidade de evidenciar a *seqüência temporal* entre a fundamentação

e a consequência é muito maior da que têm as conjunções causais mencionadas. É verdade que a língua representa a causa como anterior à consequência. Mas sua representação direta na linha temporal (percurso inexorável) faz com que, sem dúvida, apareça como muito menos questionável, o que contribui com esse sentido punitório.

Como leitores do trabalho, mas sobretudo como argentinos imersos na cultura brasileira, esses usos de “*después de*” nos trouxeram “lembranças” de alguma coisa extremadamente familiar. Não somente com sentido punitório, mas, em geral, como modo de fundamentar uma atitude questionável pelo interlocutor, esse recurso causativo, revestido de temporalidade, forma parte de um “tom” argentino que não escutam os brasileiros, do mesmo modo que as fórmulas que apresentamos em 4.1 como protótipos da delimitação de espaços pessoais.

Também vieram à tona alguns estereótipos: o argentino atrelado ao passado, o brasileiro otimista e com fé no futuro. Estereótipos que formam parte daquilo que, de diferentes posições de poder nos campos econômico, social e cultural, nos é dito que nós somos. E é interessante comentar que desses mesmos lugares de poder é freqüente, e comum aos dois países, que existam reclamações sobre nossa “fraca” memória.

Na experiência realizada em 1998, em torno à reportagem sobre Paulo Freire, houve alguns resultados que chamaram nossa atenção novamente sobre as representações do passado, presente e futuro no discurso, já não como estereótipos mas como materialidade analisável. Uma das frases que demos aos respondentes para reformular foi “*Nuestras huellas ya son historia*”²⁵. No texto, era uma frase a que o cronista se reportava, e que aparecia em um cartaz feito por alunos de uma escola em greve.

Observamos, nas reformulações de muitos respondentes argentinos, que se reiterava a idéia de que o feito seria lembrado, permaneceria na memória. Em alguns casos, havia ênfases como “*inmortal*” ou “*para siempre*”. Essa vinculação entre “história” e “transcendência” se manifestou em 42,85% dos argentinos e somente em 5,71% dos brasileiros. Naquela pesquisa, a registramos como “plus de transcendência” (Fanjul, 2000:167). Em compensação, entre os brasileiros apareciam frases que colocavam a história no presente, seguindo uma interpretação de “*muestras huellas ya son historia*”

²⁵ “*Huellas*”, em espanhol, “pegadas”, “marcas”. Foi dada, naquela oportunidade, essa “tradução” para os respondentes brasileiros.

como “*estamos haciendo historia*”. Naquele momento, generalizamos esse sentido como “interação passado – presente”. Encontramos esse tipo de reformulação em 34,28% da amostra brasileira e em 2,86% (1 caso) da amostra argentina.

O interessante é que os dois caminhos não eram, em absoluto, incompatíveis. Nas condições de produção do enunciado, um cartaz em uma greve, “*muestras huellas ya son historia*” podia, de fato, ser lido como “*muestras huellas serán recordadas*” ou como “*con nuestros pasos, estamos haciendo historia*”. Em cada uma das duas amostras foi privilegiada uma leitura diferente, e, diga-se de passagem, foi quase apagada a outra.

Relacionamos o imperativo de “memória eterna” nas reformulações de argentinos com sua escassa menção de “plano futuro” nas reformulações de “*proyecto de vida*”, e hipotetizamos que a “centralidade da pessoa”, é uma centralidade presente, a partir da qual o futuro é visto como transcendência. Quanto aos brasileiros, essa interpretação de “história” como “atividade presente” não nos deu, naquele momento, pistas claras para a reflexão. No entanto, naquilo que já então observávamos quanto à flexibilidade entre possibilidade e certeza, estava implícita uma certa interação entre presente e futuro, o que também mostrava a pertinência de pesquisar a temática do tempo.

O “plus” de transcendência reaparece, na atual amostra, nas reformulações de “tenta a sorte” (ver Capítulo IV, 4.3.1, Tabela 4). Mas o lugar da experimentação em que tentamos uma aproximação direta das representações de “passado”, “presente” e “futuro” foi o Texto 4 em espanhol. Os resultados obtidos, que analisaremos a seguir, permitem um modesto grau de aprofundamento nesta temática, que consideramos o aspecto menos desenvolvido de nossa pesquisa. Mesmo assim, queremos dar conta deles porque houve avanços que oferecem indícios para futuros desenvolvimentos, e porque, como já dissemos, acreditamos que a dimensão temporal deva ser tratada para uma abordagem das outras duas dimensões que estamos considerando, e em relação com elas estes resultados também contribuíram. Por isso, embora ainda resulte mais fugidia do que as outras, dedicaremos à dimensão temporal um espaço de reflexão, a partir do que a materialidade discursiva nos mostra.

5.2 Causalidade e centralidade presente

Reproduzimos, em primeiro lugar e para facilitar a leitura, a Tabela 11, do Capítulo IV, 4.7:

Tabela 11 Reformulações do texto 4 em espanhol

	Argentinos	Brasileiros
a) O passado como causa do presente	42,10% - 16 casos	50,00% - 19 casos
b) O passado como causa, também, do futuro	44,74% - 17 casos	18,42% - 7 casos
c) Superposição presente - futuro	2,63% - 1 caso	21,05% - 8 casos
d) O presente como centro de perspectiva	36,84% - 14 casos	5,26% - 2 casos
e) Expressões intensificadoras de "el esfuerzo del pasado"	42,10% - 16 casos	18,42% - 7 casos
f) Autoridade / poder em "la solidez del presente"	36,84% - 14 casos	5,26% - 2 casos
g) O "bem antecipado"	5,26% - 2 casos	26,31% - 10 casos
h) 1ª pessoa plural	44,74% - 17 casos	15,79% - 6 casos

Começamos por refletir sobre o que foi pedido para os respondentes. Como já dissemos, a propaganda de SOCMA não explicitava relações entre as três instâncias temporais que enumerava. Porém, a relação sugerida é de causa e consequência: porque nos esforçamos no passado, temos um presente sólido, e isso nos dá confiança no futuro. Tivemos o propósito de que os respondentes explicitassem essas relações, e por isso redigimos uma indicação de trabalho diferente: "*haga un párrafo de no más de tres líneas que explique el fragmento circulado*". Mas, para evitar que essa explicação fugisse da diferenciação de tempos e focasse algum outro dos rumos que a leitura do texto podia sugerir (por exemplo, dentre outras, as relações entre "esfuerzo" e "solidez"; ou entre "trabajo" e "confianza"), acrescentamos a indicação "*...manteniendo las menciones a los tres tiempos (pasado, presente, futuro)*". Ser menos precisos teria dado lugar a uma

heterogeneidade temática nas respostas tal que poderia ter impossibilitado a análise. Observe-se que, mesmo tendo dado a primeira indicação, muitos respondentes não produziram uma seqüência explicativa. E dar maior precisão, como poderia ter acontecido com um esquema de resposta para ser “preenchido”, como fizemos numa prova piloto em junho de 2000, teria transformado o exercício num trabalho de equivalência léxica, como o que produzimos nos outros exercícios da amostra, ou numa operação de “conexão” que denunciaria o lugar da explicação faltante.

Pensamos que o procedimento foi eficaz, já que somente em 8 casos da amostra argentina (A004, A005, A009, A016, A019, A023, A028 e A031) e em 6 da amostra brasileira (B003, B018, B021, B025, B037 e B039) não se observa nenhum tipo de vínculo explicativo entre as três instâncias do segmento original. Em todos os outros, a vinculação foi dada, seja por verbos causativos, conectivos de finalidade ou de causa, ilativos, gerúndios, relações de sinonímia ou de correferência, uso de “dois pontos” com valor explicativo, etc.

Esses vínculos variam não somente na sua forma sintática, mas também, e isso é que diferencia as variáveis que estabelecemos, em dois aspectos: a hierarquia enunciativa de seus termos (passado, presente, futuro) na explicação e o semanticamente representado em cada um deles. Ao primeiro correspondem as variáveis que, no Capítulo IV, 4.7, e na Tabela 11 do mesmo ponto, indicamos como (a), (b), (c) e (d). Ao segundo, as variáveis (e), (f) e (g). Por sua vez, dentro do estabelecimento da hierarquia enunciativa dos termos, diferenciamos duas ordens diferentes: o alcance e a perspectiva. À primeira correspondem (a) e (b), à segunda, (c) e (d).

Para ilustrar a diferença entre estes dois últimos critérios, alcance e perspectiva, vejamos alguns exemplos da amostra:

B002: *Por la dedicación en el pasado, consiguieron hincarse en el presente como una buena empresa, para que en el futuro sea reconocida, transmitiendo seguridad.*

A029: *En el pasado predominó el esfuerzo que generó la solidez en el presente y augura confianza en el futuro.*

A007: *Todo lo hecho en el pasado se trasluce en los pilares actuales desde los cuales podemos proyectar el futuro.*

A002: *El empeño del pasado trae la firmeza al presente y traerá la tranquilidad en el futuro.*

B002 e A029 diferenciam-se pelas variáveis (a) e (b). Em B002, os acontecimentos do passado aparecem claramente como causa do presente, e esse presente como possibilitador do futuro. O alcance causativo de cada etapa é a etapa imediatamente posterior. Em A029, são os acontecimentos do passado os que possibilitam tanto o presente quanto o futuro. Por termos definido (a) como “o passado como causa do presente”, vemos (b) como um sub-tipo de (a)²⁶, e, por isso a denominação “o passado como causa, *também*, do futuro”. Esquematizemos assim as duas estruturas causativas:

(a) pasado > *ocasiona* > presente

que ocasiona	futuro
e	

(b) pasado > *ocasiona* > presente e futuro

Por sua parte, A007, reproduz a estrutura de B002: o passado causa o presente e este, o futuro, por isso é um dos casos incluídos na variável (a). No entanto, há nele um nítido centro de perspectiva: *los pilares actuales*. Neles o passado se espelha, e deles o futuro é enxergado. Mesmo sendo um produto do passado, o presente é enunciado aqui como o lugar de onde o enunciador “domina” visualmente a linha temporal. Marcas desse domínio são o presente do indicativo em “*se trasluce*” e o introdutor de relativa adjetiva “*desde los cuales...*”. Analogamente, A002 mostra o mesmo esquema causativo de A029, e por isso o incluímos na variável (b). Mas também, nele, o presente do indicativo “*trae*” coloca o enunciador na perspectiva presente. Enfim, a variável que indicamos como (d), e denominamos “o presente como centro de perspectiva”, não é, em absoluto, incompatível com as outras duas. Sua coexistência, no mesmo enunciado, com (a) ou (b) poderia ser representada assim:

²⁶ Somente em três casos se manifestou (b) sem (a): A008, em que o presente foi apagado, e A012 e A013, em que passado e presente não se diferenciam.

passado > ocasiona > presente > que ocasiona / e > futuro

← E →

No gráfico, “E” e “as setas” indicam a perspectiva do enunciador. Onde localizaríamos o enunciador em casos em que (d) não se manifesta, como os B002 e A029 transcritos em cima? Espalhado alternativamente em mais de um campo, seguindo a ordem temporal representada.

Temos ainda a variável (c), ou “superposição presente – futuro”. É compatível com (a) ou (b), mas seria bastante contraditória com (d); pelo menos não existiu, nesta amostra, nenhum caso em que se manifestassem juntas. Somente indicamos com ela que o limite entre presente e futuro é dissolvido, quer por aparecer este como simultâneo com aquele, quer por trazer para o presente atributos que o texto original colocava no futuro.

A variável (d), com o presente como centro de perspectiva, não faz senão projetar, na cena toda, a perspectiva temporal que subjaz a toda enunciação, o “tempo zero”, ou o “momento da instância enunciativa” (Kerbrat Orecchioni, 1986: 59-63). cremos que, como seleção enunciativa, produz, nestes enunciados, um efeito de sentido com as seguintes características:

- coloca o passado como uma cena isolada e em repetição;
- fortalece a imagem do enunciador;
- dá um fundamento à “confiança” anunciada para o futuro, que aparece como uma “projeção” do presente e do enunciador. Não casualmente, os quatro usos do verbo “proyectar”, na amostra argentina, aconteceram em casos enquadrados nesta variável (A003, A006, A007 e A014).

cremos que esse efeito de sentido permite propor relações com o que, nos pontos anteriores, estabelecemos como predominante na discursividade argentina. Os resultados para essa variável dão uma base material mais sólida para hipotetizar que a centralidade pessoal e a procura pelo “verificado” tenham, como correlato temporal, um

sobredimensionamento do presente como centro de perspectiva ao qual se subordinam o passado e o futuro. Reiteramos, no entanto, que essa relação deve ser, ainda, muito mais pesquisada em estudos posteriores. Um indício importante para esses estudos, dado pela análise desta experimentação, é a forma “*nos proyectamos*” / “*proyectarnos*” ao futuro, que não apareceu na amostra brasileira e se manifestou na amostra argentina em 4 casos, fato que, considerando as múltiplas escolhas lexicais disponíveis, aponta uma regularidade. Diferentemente das reformulações de “*proyecto de vida*”, que comentamos em pontos anteriores, aqui a idéia de projeção não estava explícita, foi provocada pela necessidade de expressar “confiança futura” a partir do presente.

A maior aparição da variável (b), o passado como causa do futuro, na amostra argentina, não é, pensamos, um enfraquecimento da perspectiva presente. Em primeiro lugar porque, como já explicamos, é uma variável de alcance e não de perspectiva. Em segundo lugar, porque em geral essa variável se manifestou como uma visão do passado a partir do presente, procedimento que reforça esse presente como lugar do enunciador.

5.3 “*La confianza en el futuro*” Certeza ou possibilidade?

Diferente avaliação fazemos para a variável (c), de “superposição presente – futuro”. Nos casos em que se apresentou, o futuro não aparece como uma dimensão diferente dominada pelo presente (ou projetada a partir dele), mas como um processo atual. Veja-se cada caso:

B001: *El pasado se fue, el presente es y el futuro queda.* O verbo “*quedar*”, no presente, bem como seu aspecto permansivo, traz imaginariamente o futuro para a atualidade.

B004: *Lo que se logró con mucho trabajo fue una gran seguridad, la cual nos convirtió en sinónimo de confiabilidad.* A confiabilidade, atributo do futuro no texto original, é apresentada aqui como dada, como algo que “já somos”.

B006: *El trabajo posibilita mejorar. Por eso nos esforzamos y conseguimos “cosas” y sabemos que vamos a conseguir mucho más.* Mesmo sugerido pelo tempo verbal (“*vamos a conseguir*”), o futuro está “camuflado” no presente por duas razões: a continuidade do processo de conseguir e o presente no verbo “saber”.

B007: *...mejoró en el futuro con gran esfuerzo y dedicación.* Aqui, o futuro está diretamente levado para o passado.

B008: *Ellos (los de SOCMA) ya se esforzaron mucho para llegar a ser una empresa sólida como es conocida para ahora, venir a ganar la confianza y credibilidad de la gente.* Como em B004, a confiança e a credibilidade são transferidas para o presente, aqui destacado por “*ahora*”, sem menção do futuro.

B010: *...En el futuro, se cree que todo continuará bueno.* O presente em “*se cree*” e a continuidade anunciada configuram, como em B001, um futuro “atual”.

B024: *Todo lo que hizo la empresa la tornó más sólida y uno puede confiar en ella cuando solicite su producto.* Este caso é análogo a B004.

B038: *Socma es una empresa que peleó en el pasado para tener la solidez que tiene hoy y todavía pelea para tener la confianza de ustedes.* O presente em “*todavía pelea*” e a atemporalidade do infinitivo “*tener*” colocam a “confiança” como elemento do presente, embora não apareça como já obtida.

A033: *La empresa Macri se orgulla por haber luchado y ocupar en la actualidad un lugar bueno en el mercado y ser reconocida como confiable y fuerte.* A ausência de qualquer outra marca temporal faz com que o infinitivo “*ser reconocida*” deva interpretar-se na “*actualidad*” mencionada antes.

Creemos que a aparição quase exclusiva deste índice, embora pouco expressivo, na amostra brasileira, pode-se relacionar ao que na variável (g) chamamos “bem antecipado”, já que em ambos os casos as fronteiras entre presente e futuro se flexibilizam. A diferença entre elas é que não há, necessariamente, na variável (c), a enunciação de uma expectativa positiva, e que a “antecipação” na variável (g) não implica, necessariamente, a diluição do futuro no presente. Mas talvez o fenômeno que melhor permita enxergar a flexibilidade presente – futuro na discursividade brasileira, quando relacionada a uma expectativa positiva, não seja o tratamento dado à palavra “futuro”, mas as equivalências fornecidas para “*confianza*” no mesmo contexto. Como já vimos no Capítulo IV, 4.7.2, Tabela 13, e comentamos antes neste mesmo Capítulo, em 64,70% da amostra brasileira, essa unidade foi reformulada com formas que indicam “certeza”.

5.4 O passado cativo e a transcendência presente

*Ya adivino el parpadeo
de las luces que, a lo lejos,
van marcando mi retorno.*

“Volver” (Carlos Gardel – Alfredo Le Pera)

Os resultados quanto à hierarquia enunciativa dos tempos mostram que há, nas respostas dos argentinos, mais interação entre passado e presente. Isso é coerente com o fato de o esforço e a solidez serem reformulados como mais intensos, fato que retomaremos, de outro ponto de vista, no Capítulo VI, 3.2. Um imperativo de transcendência percorre a relação entre esses termos e as atribuições que receberam nas reformulações. Transcendência que vemos como uma lembrança controlada. Nela, o passado se manipula, como em algumas das produções que colocamos na variável (d): A003: “*sosteniendo el esfuerzo del pasado*”, A006: “*el pasado nos sirve*”, A012: “*debe reconocerse el gran trabajo y experiencia acumulado*”, A014: “*el sacrificio de ayer nos fortalece hoy*”, A026: “*somos el producto de nuestro trabajo*”.

Por isso esse “passado que causa o futuro” não anula o presente, mas o reveste de “firmeza”. E de que estão feitos esses “pilares”? De *dureza, lucha, sacrificio*. Destacamos no Capítulo IV que essa palavra, como reformulação do “esforço” do passado somente apareceu na amostra argentina e 3 vezes, frequência que consideramos significativa para um item léxico em uma reformulação que não era circunscrita a unidades léxicas, nem sequer a um tipo de oração. O “sacrifício” nos leva para dois sentidos: algo que foi deixado, uma perda, mas também um ritual e, como tal, passível de transcendência.

Vale considerar que essas reformulações foram motivadas por um texto que não fala de perdas, mas de ganhos, e que contém uma expectativa positiva. Mesmo assim, o enunciador reforça sua posição presente em uma firmeza e em uma autoconfiança. Pela manipulação do passado e pela relação endocêntrica e projetiva com o futuro, cremos que os resultados das reformulações deste texto apoiam a idéia do seguinte lugar temporal para o que definimos como “centralidade da pessoa”: uma perspectiva presente da qual o passado é feito transcender. Uma identidade sem origem externa (lembrar a falta dessa origem nas reformulações de “*nombre y apellido*”), mas com começo em si mesma, *en sus comienzos*. Do seu lugar no presente, o passado é o feixe de luz, regulável mediante o

propósito da lembrança ou do esquecimento, com o qual projeta sua máscara para o outro: o lugar da dúvida, do futuro e do não verificado²⁷.

Nas respostas dos brasileiros, mesmo naquelas que intensificaram o “esforço do passado”, essa intensidade não se expressou como uma atitude do sujeito. Não houve palavras como “*tenacidad*” o “*tesón*”, que apareceram na amostra argentina. Também não apareceu o “*sacrificio*”. Não se observa também a “manipulação” do passado que registramos nos exemplos acima da amostra argentina. A “*solidez*” do presente é um elemento pouco elaborado nas reformulações, repetido literalmente na maioria delas, ou reproduzido com um significado voltado para a vida econômica, sem que se explicita um lugar de autoridade ou de poder, muito menos de opressão. Há ainda, dois casos em que a “*solidez*” do presente aparece como desprovida de qualquer esforço:

B010: *En el pasado, se trabajaba mucho en la empresa para obtener las cosas. En el presente todo está hecho y sólido. En el futuro, se cree que todo continuará bueno.*

B018: *En el pasado las cosas eran más difíciles uno había que trabajar más en presente hay más comodidad y en el futuro la esperanza de coger todos los frutos.*

Sabemos que são “extremos”, já que burlam a perspectiva do enunciador (“*siempre trabajo*”), que foi interpretada e reproduzida de muitos modos pela maioria dos respondentes. Mas são extremos sintomáticos dessa interpretação da “*solidez del presente*” como um simples lugar de acumulação que não precisa ser reforçado, um lugar mais em uma sucessão de fatos que levarão à prosperidade. Prosperidade que, com frequência e como já apontamos, é antecipada ou aparece como inexorável.

²⁷ No trabalho que já referimos sobre o discurso alfonsinista, Fontana (1996: 137-138) identifica um “tom épico” que resulta de uma representação do tempo no discurso similar, quanto à relação *passado – presente*, à que aqui descrevemos:

O congelamento imaginário do tempo histórico, produto da ilusão de continuidade criada pelo funcionamento discursivo de la deixis fundadora, determina uma condensação semântica da dimensão temporal do discurso na representação imaginária do tempo presente. O presente aparece, então, representado como germe da história; passado e futuro convergem nele como presenças latentes, saturando-o de significação temporal; o presente funciona como lugar imaginário onde o tempo pode ser apreendido discursivamente na sua totalidade.

6. *Tanto tenés, tanto valés*

O texto 3 em português faz alusão a uma diferença socioeconômica. Como já dissemos no Capítulo IV, 3.1h, na propaganda da LOTERJ, “o povo do nosso Estado” é colocado em um lugar de não-posse. Esse lugar é construído por meio do procedimento que explicamos a seguir.

Em primeiro lugar, se diz que “mais de 13 milhões de pessoas saem ganhando”, o que remete, mesmo a quem não conheça a quantidade exata de habitantes do Estado do Rio de Janeiro, a uma população inteira ou a uma parte significativa da mesma. Imediatamente, e como explicação desse “ganho” coletivo, informa-se que a renda arrecadada “é revertida para a Vida Obra Social do Governo do Estado”. Não é necessário conhecer as funções exatas desse organismo para que o nome “Obra Social” sugira (também para um argentino²⁸) a tentativa de satisfazer necessidades básicas que alguém não pode cobrir com seus próprios recursos. O nome “Vida”, termo retomado depois como “a vida do povo”, coloca essas necessidades como *vitais*, conformando-se assim a representação desses “13 milhões” como pessoas economicamente carentes. Os dois benefícios mencionados “ambulâncias, casas populares” confirmam a representação. Assim, no sintagma “o povo de nosso Estado”, o “povo” não aparece como designação da população toda (o “*demos*” da democracia) senão com uma outra referência que “o povo” ou “*el pueblo*” atingem freqüentemente nos nossos países, e com certeza não só neles. “O povo” é o conjunto do que não é específico ou especial. É a maioria difusa. Seus limites são imprecisos e sua delimitação do “não povo” depende das formações discursivas em que o sujeito se inscreve. O “não povo” pode ser a elite, os ricos, os inimigos da pátria, mas também pode ser os que sabem, os que têm consciência, os que pensam “como eu e você”. Nesses últimos casos, “o povo” é o “povão”, “*la mersa*”, “*el populacho*”, “*la gilada*”. E, sempre, mesmo quando glorificado, é o lugar da falta, da carência (para usar uma expressão bem brasileira, dos que “não têm condição”).

²⁸ Na Argentina se denomina “*obras sociales*” a entidades que realizam prestações, fundamentalmente relacionadas à saúde, para trabalhadores de determinada categoria a partir de uma porcentagem que é descontada do salário.

Esse é o “povo de nosso Estado” na propaganda da LOTERJ. Nesta cena, não é vil, de maneira nenhuma. Mas há nele alguma coisa de indignidade, porque sua vida precisa ser “melhor e mais digna”. “Você” poderia ser parte do “povo”, mas nesta cena não é, porque “você” é fonte da “renda obtida”. O enunciatório, como observamos no Capítulo IV, está no lugar da posse. E está, junto com o Governo, no espaço da não carência, da “condição”.

O adjetivo “digna” qualifica pela negativa essa carência, e nele se encontram e confundem duas ordens de sentidos: o econômico, dado pelo contexto verbal e pela evidente referência a bens como moradia e ambulâncias, e o moral, dado pela vinculação do próprio termo, nas duas línguas, com a avaliação de atitudes e comportamentos não necessariamente relacionados à posse de bens.

Pedimos uma equivalência para “digna”, e ao fazê-lo, localizamos o respondente no lugar da não carência. Seja que ele assuma a voz do enunciador, ou que se coloque no papel de enunciatório, seu lugar não é o do “povo”. E a limitação da indicação de trabalho à reformulação imitativa de um termo impede que, mesmo que o deseje, desenvolva uma perspectiva crítica. O respondente é colocado diante de uma personagem coletiva da qual está delimitado pelas próprias condições experimentais. A “dignidade” é o que pode colocar a personagem coletiva no lugar imaginário do qual o respondente (mais exatamente, a posição de sujeito que ele assumirá ao falar) já é parte. Trata-se de enxergar, na seleção léxica, como se representa esse encontro com a alteridade socioeconômica.

6. 1 Decência e carência

Para analisar o valor de cada uma das variáveis na reformulação, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a sedimentação histórica, nas unidades léxicas referidas ao bem-estar econômico, esclarecimentos como “*sey pobre para honrado*”, “*acu pobre mas*” (Pêcheux, 1990b) em que a pobreza questiona aspectos do comportamento social e até da inclusão no conjunto social, como em “*tenir une cruz com*” (Pêcheux, 1990b) em que a pobreza é associada a uma condição de exclusão. No Capítulo IV, 4.3.3, explicamos as variáveis estabelecidas para a reformulação de “digna” e detalhamos a assinalação de cada caso. Reproduzimos aqui a Tabela 6, que resumiu os resultados:

Madalena chorava, sua mãe consolava
dizendo assim:
“Pobre não tem valor, pobre é sofredor,
e quem ajuda é o Senhor do Bomfim”
Gilberto Gil – “Madalena”

Tabela 6

	Argentinos 32 casos	Brasileiros 33 casos
M (o moral)	8,5 casos – 26,56%	20 casos – 60,61%
J (o justo)	4,5 casos – 14,06%	7 casos – 21,21%
E (o econômico)	16 casos – 50,00%	4 casos – 12,12%
Não classificado	3 casos – 9,37%	2 casos – 6,06%

Ao reformular o termo com outros que têm um conteúdo moral, como “decente” ou “respeitável”, o respondente não está deixando de lado a relação com a vida econômica, já que esses termos também se usam com esse valor nas nossas sociedades. É na seleção de um termo somente relacionado à posse de bens, como os que incluímos na variável “E”, onde a “condição” econômica aparece crua e desprovida de outro tipo de virtudes. A variável que chamamos “o justo” (“J”) tem algo em comum com as duas. Em princípio, ao apontar a necessidade de uma compensação (“merecedora”, “merecida”, “equitativa”, “justa”) reconhece uma diferença de distribuição, e nesse sentido está próxima da “econômica”. Mas, por conter uma valorização imprecisa de alguma característica positiva (por algum motivo se é “merecedor”, algum princípio faz com que seja “justo” ou “equitativo” obter essa vida melhor), se aproxima também do “moral”.

Para analisar o valor de cada uma das variáveis na reformulação, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a sedimentação histórica, nas nossas línguas, de uma vinculação entre unidades léxicas referidas ao bem-estar econômico e à probidade moral. Esclarecimentos como “*soy pobre pero honrado*”, “sou pobre mas sou decente”, remetem a um “pré-construído” (Pêcheux, 1990b) em que a pobreza questiona aspectos do comportamento social e até da inclusão no conjunto social, como em “*tener una casa como la gente*”. No seu avesso, palavras como “nobre” / “*noble*”, designadoras de um estamento social privilegiado, podem referir-se a qualidades morais positivas bem como, sobretudo no Brasil, a produtos de qualidade destinados ao consumo de pessoas de classe alta, ou aos

bairros habitados por essas classes. Em compensação, “miserável” / “*miserable*”, termo já bastante afastado de seu sentido de “provocar piedade” pode-se usar para indicar ruindade.

No entanto, há limites para essa “sinonímia” econômico – moral, limites relacionados às formações imaginárias nas condições de produção do discurso (Pêcheux, 1997b). A posição relativa dos protagonistas do discurso pode impedir os usos de termos “morais” para designar a carência ou a posse. Vemos, em princípio, que ele aparece mais freqüentemente quando se fala de um terceiro (como nos casos que vamos analisar). Também parece apropriado para falar de si mesmo, mas quando se refere ao interlocutor e para apontar a carência, os usos são bastante mais limitados. Com efeito, precisa-se de uma posição muito desigual para dizer para alguém “você necessita uma vida mais decente / respeitável / honrada”. E, em um caso extremo, “eu / nós darei / daremos a você(s) uma vida mais decente” é um enunciado de um lugar de poder inequívoco.

Com essa e outras restrições dadas pelas condições de produção e pelos espaços de memória em que elas se realizam, reconhecemos essa vinculação econômico - moral como altamente produtiva nas discursividades argentina e brasileira, através das formações ideológicas mais diversas. Ela se apoia em *habitus* de espaços sociais profundamente marcados pela desigualdade e, nas últimas décadas também na Argentina, pela exclusão total dos menos favorecidos. Em conseqüência, o fato de que aqui observemos diferenças quanto ao modo em que essa representação se materializou nas reformulações, não significa, esclarecemos, que desconheçamos sua extensão em ambos os países.

Acreditamos que nestas reformulações que estamos analisando, em que não se fala a um outro senão sobre um terceiro, a seleção de um termo “moral” reforça a inclusão imaginária em um conjunto social (“*como la gente*”, “como qualquer pessoa normal”), enquanto que o uso de um termo “econômico” destaca a diferença. No primeiro caso, se foca a possibilidade de inclusão; no segundo, a falta que intermedia para essa inclusão. Além disso, na construção imaginária desse terceiro, as qualidades morais mostram sua percepção a partir dos outros, do exterior, enquanto que a enunciação da posse de bens fica nos limites do mesmo. Nesse aspecto, a primeira assume uma perspectiva exocêntrica e a segunda uma perspectiva endocêntrica, no sentido definido em 4.3, supra, e no Capítulo IV, 4.6.1.

É nas respostas dos brasileiros, como mostra a Tabela 6, onde os termos de valor moral alcançaram uma proporção mais alta e significativamente maior que a dos termos “econômicos”: uma relação de mais de 60% contra 12%. Retomando a conclusão provisória que fizemos no final de 4.4 sobre as tendências que consideramos predominantes na produção dos brasileiros, podemos dizer que essa alta proporção é coerente com “uma representação da pessoa a partir dos efeitos de sua sociabilidade” e a conseqüente “explicitação menor dos espaços pessoais” na enunciação. Não desconhecemos que se trata, aqui, de uma personagem coletiva, “o povo de nosso Estado” e que, como acabamos de afirmar, a variável “moral” aponta para uma inclusão imaginária no conjunto social. Em conseqüência, intervém também a representação que se tenha da própria sociedade. Como é possível, então, que em uma sociedade que todos reconhecem como fortemente estratificada e com uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo predomine, para se referir às próprias desigualdades, uma perspectiva enunciativa tão integradora? As seguintes considerações de Chauí (2000: 6-8) podem contribuir para uma explicação dessa contradição:

Duas pesquisas recentes de opinião, realizadas em 1995, uma delas pelo Instituto Vox Populi e a outra pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, indagaram se os entrevistados sentiam orgulho de ser brasileiros e quais os motivos para o orgulho. Enquanto quase 60% responderam afirmativamente, somente 4% disseram sentir vergonha do país. Quanto aos motivos de orgulho, foram enumerados, em ordem decrescente: a Natureza, o caráter do povo, as características do país, esportes / música / carnaval. Quanto ao povo brasileiro, de quem os entrevistados se sentem orgulhosos, para 50% deles a imagem apresentava os seguintes traços, também em ordem decrescente: trabalhador / lutador, alegre / divertido, conformado / solidário e sofredor.

Mesmo que não contássemos com pesquisas, cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. [...]

Há, assim, a crença generalizada de que o Brasil: 1) é “um Dom de Deus e da Natureza”; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada “democracia racial”), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio de vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um “país dos contrastes” regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte-, com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo.

A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. [...] Essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o *apartheid* social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna.

Pensamos que exista uma relação entre essa representação e o procedimento enunciativo que levou a maioria dos brasileiros a utilizarem um termo “moral”. Não cremos que ela sozinha possa explicar, em geral, a tendência observada na discursividade brasileira, cujos traços temos tentado definir ao longo deste Capítulo: flexibilidade entre vontade e verificação, interação entre certeza e desejo, perspectiva exocêntrica para os espaços pessoais. Para que os proponhamos como aspectos da discursividade, eles precisam ter sustentação nas inúmeras e moleculares práticas do cotidiano da vida social e nas representações que as acompanham, não somente, portanto, naquelas que estão marcadas pela referência direta a dimensões políticas como a Nação, o Estado e o povo. Será no Capítulo seguinte que trataremos as possibilidades mais gerais de relação entre as regularidades discursivas aqui analisadas e as representações de nossas identidades sociais. Mas neste caso, em que, como dissemos, tratava-se de um enunciado que encenava essas personagens (“o povo”, “o Estado”) a partir de diferenças socioeconômicas, é pertinente começar a observar como essas representações “maiores” se aliam, na memória social, com modos de enunciação não diretamente “causados” por elas, já que por sua natureza discursiva lhes são relativamente independentes, mas sem dúvida muito harmônicos com elas.

Observemos que um dos elementos propostos por Chauí como constitutivos da representação da sociedade brasileira é que “aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo, por isso, discriminação de classe e sim repúdio de vagabundagem”. A retórica de “ser pobre, mas decente” é congruente com esse princípio. Aliás, foi precisamente, dentre os termos de ordem moral, a palavra “decente” que se manifestou com altíssima frequência nas respostas dos brasileiros: apareceu, isolada ou com outras opções, em 13 casos (39,39% do total) e em nenhuma das respostas de argentinos. Nas consultas que realizamos com outros brasileiros sobre o uso desse termo em contextos como o que foi proposto para os respondentes, obtivemos a opinião de que com “uma vida decente” pode se fazer referência a diferentes valores, mas fundamentalmente a ser “trabalhador”, não “vadiar”. E ser “trabalhador” é, segundo as pesquisas de opinião referidas por Chauí, a característica positiva mais mencionada sobre o povo brasileiro. E outras são “conformado” e “sofredor”. Elas podem ilustrar o lugar do

qual nosso enunciador realiza o efeito integrador de “inclusão em um conjunto social” na sua seleção de um termo “moral”. Não é um lugar de menos desigualdade, senão de um modo específico de expressar essa desigualdade. Olhar e falar para o “inferior” com a afetividade de quem faz “parte da família”, destacando aquilo que o integra: sua “escolha” de se conformar com o sofrimento e trabalhar, para não cair na vagabundagem²⁹.

Creemos que essa “fala” não é exclusiva das classes dominantes, mas que se reproduz no corpo social todo em condições de produção discursiva que envolvem posições desiguais. Com palavras diferentes das que aqui se usam, temos percebido também na Argentina essa configuração enunciativa. Mas, desejando que nossa honestidade não ofenda, devemos dizer que é no Brasil onde a encontramos muito mais estendida.

6.2 Não há direito

*Él decide lo que va, dice lo que no será,
decide quién la paga, dice quién vivirá.
Esa y esa tierra y ese mar son propiedad,
son propiedad del Señor Matanza,
Mano Negra (“Señor Matanza”)*

O texto 2 em português também fazia referência, de um modo muito mais sutil, a uma diferença socioeconômica. Ao enunciar um direito para todos (“todo brasileiro...”), a propaganda da BOL se localiza em um espaço de memória em que nem todos têm alguns direitos, pré-construído perfeitamente “ativável” nos dois países.

Tanto a propaganda quanto a experimentação com ela realizada, se desenvolvem em um momento em que o uso do *e-mail* se populariza em ambos os países, estendendo-se a setores que, ainda hoje, não têm garantido um acesso próprio à Internet. Tanto na Argentina quanto no Brasil havia, naquele tempo, propaganda televisiva que mostrava, de diferentes maneiras, pessoas de classes menos favorecidas utilizando serviços de correio eletrônico.

A propaganda se vincula, também, com uma representação de Internet e do correio eletrônico como lugar de entrada na globalização, garantindo assim, ou pelo menos facilitando, a “não exclusão”.

²⁹ Vemos no termo “merecida”, que na nossa classificação está dentro da variável “o justo”, um lugar enunciativo similar.

A004: No Capítulo IV, 4.2.1, explicamos como classificamos as variáveis. Reproduzimos aqui os resultados:

Tabela 2

	Argentinos	Brasileiros
Necessariamente	17 casos 44,74%	11 casos 28,95%
Possivelmente	22 casos 57,89%	20 casos 52,63%
Merecidamente	9 casos 23,68%	13 casos 34,21%

Como podemos observar, a variável “possivelmente” foi a que mais se manifestou nos dois países. Qualquer uma das leituras que conseguimos fazer de “pode ter” nos leva para uma representação do “direito” como condição incerta: “está autorizado a ter”, “tem a possibilidade de ter”. Não duvidamos de que essa representação se apoia na experiência coletiva de ouvir, durante décadas (ou séculos?), diferentes vozes do poder público e da mídia enunciando “direitos” que não têm, como tais, efetividade alguma, por não serem garantidos: direito à moradia, direito à saúde, à educação, ao trabalho, etc.

As diferenças que, entre as amostras, pudemos constatar, são de matiz e exprimem diferentes modos em que a discursividade manifesta essa desconfiança básica que permeia as duas. É verdade que a variável “necessariamente” (“deve ter”, “tem que ter”, etc.), mais acorde com uma visão do “direito” como garantia efetiva, se percebe mais nos respondentes argentinos. Mas, mesmo neles, aparece combinada, em 6 casos (A001, 16, 22, 23, 32, 37, 39) com a variável “possivelmente” (por auto-reformulação), o que evidencia uma diferenciação pouco precisa entre ambas. A nota distintiva que percebemos na amostra argentina não é, então, maior “clareza” quanto ao direito, mas sim *uma modalização mais precisa da desconfiança*. Enquanto nas respostas dos brasileiros predominaram lacônicos “pode ter” – “deve ter”, em 11 (28,94%) das respostas dos argentinos podemos observar combinações e recursos de modalização que expõem a ambivalência percebida para o “direito”:

A001: está autorizado a / deve ter acesso a / deve poder ter acesso a

A004: tem a possibilidade / tem a oportunidade

A012: pode ter / todos têm essa possibilidade

A013: podem exigir...

A015: deveria ter...

A020: pode possuir / pode atingir os mesmos privilégios

A022: ...pode exigir ter

A028: deve ter a possibilidade

A030: deve poder ter

A032: deveria ter / tem a possibilidade / a oportunidade

A034: deve / deveria ter

Os usos do futuro do pretérito (“deveria”), os “pode exigir” e o esclarecimento “todos...” em A012 evidenciam a pressuposição de que não há garantias. As auto-reformulações de “possibilidade” como “oportunidade” restringem esse direito (ou a própria possibilidade) a algo momentâneo. As formas “deve poder / deve ter a possibilidade”, por sua vez, mostram a necessidade de dar ao “direito” um significado mais preciso. Vemos esses modos de expor a desconfiança como uma outra expressão da “procura imaginária do verificado” que temos descrito na discursividade argentina.

E a propósito dessa discursividade, encontramos aqui com um fenômeno que merece ser comentado para uma melhor caracterização do que estamos propondo nesta tese. Vemos, neste caso, maior *modalização da possibilidade* nas respostas dos argentinos e uma modalização mínima nos brasileiros. Isso poderia parecer contraditório com o que temos caracterizado sobre os respectivos modos de enunciar predominantes. Também com o que mostram pesquisas de Serrani (1994 e 1997) com cujas conclusões concordamos plenamente. Não cremos que haja contradição com as pesquisas, mas que o que é constitutivamente contraditório é qualquer condensação de regularidades discursivas, articulando, no seu interior, formas e orientações dialógicas, um de cujos exemplos é este que explicamos a seguir. Parece-nos pertinente a explicação porque, difundindo, como docentes, os trabalhos de Serrani e os nossos, encontramos muitas vezes uma devolução em que aparece, como comentário, uma generalização de que os brasileiros “modalizam mais” e os hispano-falantes são mais “diretos”; isto é, um novo estereótipo simplificador,

revestido de categorias lingüísticas. É paradoxal, porque os trabalhos dessa autora, aos quais nos referimos largamente no Capítulo VI, e, assim esperamos, o nosso, operam precisamente na des-estereotipização.

Lembremos que os *corpora* experimentais em que Serrani observa maior modalização de possibilidade nos brasileiros correspondem a um tipo de enunciação determinado: a recusa. Neles, o enunciador deve transmitir uma negativa que é dada como certa, e ela envolve um julgamento negativo sobre o enunciatário. Neste caso, na reformulação de “tem direito a”, o enunciador desconfia. Os brasileiros e argentinos que reformularam no modo que aqui chamamos “possivelmente” não representam esse direito como algo *certo*; isto é, se afastam, no âmbito da crença, do enunciador original, e a modalização de possibilidade é, aqui, o caminho para evidenciar esse afastamento. Nos casos de recusa que Serrani analisa, enunciador e enunciatário compartilham um pressuposto sobre causas que podem justificar a recusa, bem como a imagem negativa do enunciatário para o enunciador. Neles, a modalização de possibilidade se orienta para a não evidencia das posições. A modalização na recusa e o laconismo no receio são coerentes com uma tendência à não delimitação dos espaços pessoais como preservação da fase positiva. Analogamente, o laconismo na rejeição e a modalização da desconfiança são coerentes com a procura imaginária pelo “verificado” como lugar para a centralidade pessoal, que também funciona como estratégia de preservação.

Por último, em ambas as amostras se manifestou com bastante expressividade a variável “merecidamente”. No Capítulo IV, 4.2.1, afirmamos que essa variável contém um julgamento. Envolve também, em consequência, uma posição de sujeito avaliador diante de um avaliado (“todo brasileiro”). Como julgamento feito de uma posição de poder, vemos nesse “merecer” um procedimento enunciativo semelhante ao que, em 6.1 supra, caracterizamos como “integrador” para a variável “moral” nas reformulações de “digna”. Houve maior freqüência na amostra brasileira, mas, sobretudo, maior densidade nessa amostra: como descrevemos no Capítulo IV, 4.2.1, apareceu isolado em 7 casos, contra 3 da amostra argentina. Relacionamos sua maior presença, como a de “digna” em 6.1, à tendência à perspectiva exocêntrica na representação da pessoa, a partir dos efeitos de sua seleção de unidades léxicas congruentes com uma ou com outra perspectiva.

sociabilidade, transferidas, nestes dois casos, às representações dos posicionamentos no espaço social.

7. Conclusões e derivações

Neste Capítulo, desenvolvemos uma argumentação sobre regularidades discursivas observadas no material colhido, e trabalhamos em duas direções complementares: a determinação de traços predominantes nas discursividades argentina e brasileira, e a caracterização mais geral da materialidade lingüística no contato e do funcionamento dos processos enunciativos nela. Conforme a essas duas direções, e nessa ordem, apresentamos aqui as principais conclusões desta reflexão, para depois introduzir suas aperturas no Capítulo seguinte, já em relação à dimensão socio-cultural do contato.

7.1 Tendências observadas nas discursividades em aspectos específicos pesquisados nas reformulações

Por terem sido largamente explicadas ao longo do Capítulo, fazemos aqui uma apresentação sintética:

1) A explicitação dos espaços pessoais nos processos enunciativos:

Na discursividade dos argentinos, observamos a tendência a uma forte delimitação desses espaços, que relacionamos a uma representação de centralidade da pessoa nas cenas enunciativas. Na discursividade dos brasileiros, observamos uma delimitação relativamente mais fraca, que relacionamos a uma representação da pessoa a partir de sua sociabilidade. As manifestações que observamos dessas diferentes tendências foram:

- acréscimo ou apagamento de espaços pessoais na enunciação.
- perspectivas endocêntrica ou exocêntrica para a identificação de protagonistas da cena enunciativa.
- seleção de unidades léxicas congruentes com uma ou com outra perspectiva.

2) As modalizações de possibilidade – certeza e seus correlatos na representação do tempo: Na discursividade dos argentinos, observamos uma tendência à diferenciação do fatural e o não fatural relacionada à centralidade da pessoa. A partir dela, a possibilidade ou a certeza se enunciam, interpretam e se reproduzem como dimensões afastadas. Na discursividade dos brasileiros, observamos uma tendência a moderar essas oposições. As manifestações observadas foram:

- diferenças regulares para os valores aspectuais de fase na reformulação de unidades que expressam essa modalização, com a suspensão da modalização nos extremos da tendência.
- seleção de unidades léxicas congruentes como uma ou com outra tendência.
- acréscimo de enunciados positivos / negativos sobre modalizações de possibilidade, com predomínio contraditório em cada discursividade e em relação com as tendências observadas quanto à delimitação de espaços pessoais.
- sobremodalização como indicador de desconfiança.

Vemos essas tendências diferentes quanto à modalização possibilidade – certeza como relacionadas à representação do tempo na enunciação, sobre a qual nossa pesquisa está muito menos avançada. O observado até agora, sugere, para pesquisar em próximos desenvolvimentos que:

- A centralidade da pessoa que vemos como tendência da discursividade argentina, e sua representação do fatural / não fatural a partir do alcance imaginário do enunciador, é congruente com o sobredimensionamento do presente como centro de perspectiva³⁰. Ao falarmos de “sobredimensionamento” queremos dizer que, enquanto que em qualquer processo enunciativo o presente da enunciação subjaz como “tempo zero”, nos processos em que observamos esta tendência, ele é explicitado como lugar de onde o enunciador se “projeta” aos outros tempos e os representa no discurso.
- A perspectiva exocêntrica que vemos como predominante na discursividade brasileira, congruente com sua maior flexibilidade no continuum certeza – possibilidade, se manifesta por momentos como um jogo de “antecipações” que faz interagir os espaços enunciativos do presente e do futuro.

³⁰ Temos trabalhado, é claro, com enunciados cujas restrições genéricas não impõe uma estrutura temporal que impeça as interações imaginárias entre “presente”, “passado” e “futuro”.

7.2 Proximidade e distância: movimentos sobre uma zona instável

*La lengua natal castra
la lengua es un órgano de conocimiento
del fracaso de todo poema
castrado por su propia lengua.*

Alejandra Pizarnik ("En esta noche, en este mundo")

Na proposta que fizemos na Introdução, utilizamos a formulação "jogo de tensões entre alteridade e identidade" para nos referirmos à proximidade – distância entre nossas línguas enxergadas em contato e a partir da discursividade. Pode parecer estranha a escolha de "jogo", pode sugerir não "levar a sério" uma preocupação pedagógica³¹. Não teríamos receio em abandonar o termo se encontrássemos outro que dê conta, à vez, de combinações incertas *a priori* e da possibilidade de explicação regular dessas combinações.

"Jogo" expressa a impossibilidade de delimitação de fronteiras, a incerteza, a não segurança sobre a qual das duas línguas pertence um fenômeno concreto e em que medida, à qual nos referimos no Capítulo II a partir dos trabalhos dos sociolinguistas. Mas "jogo", no que ele tem de sistematicidade, expressa também a possibilidade, com que trabalhamos no percurso desta análise, de estabelecer paradigma em cada recorte que o contato propicia. Esses recortes que observamos são feitos a partir de um *encontro de unidades* acompanhado de um *desencontro de traços semântico - enunciativos*.

Há possibilidade de paradigma em cada encontro e desencontro³². Por dar como exemplo um dos casos trabalhados nesta análise em que o efeito de alteridade é evidente, entre "*probar*" como "testar" e "*probar*" como "dar provas", há um caminho reconstruível por traços semânticos, neste caso o papel do agente. As práticas de reformulação permitem

³¹ Como comentarista anônimo não consideramos igualmente relevante, nessa discussão de escolha,

³¹ Mesmo não sendo essa nossa perspectiva, convém levar em conta que não parece muito mais "sério" o apelo, nos comentários sobre os "perigos" da proximidade, a termos como "engano", "armadilha" ou "falsos amigos", que abundam no discurso pedagógico. A idéia de "jogar" parece instalada, nesse discurso, mas como "brincadeira", na medida em que está livrada ao acaso ou à obstinação.

³² Introduzimos aqui "paradigma" inspirados por Charaudeau (1983: 33-34), que vê nas paráfrases interpretativas de um termo em enunciados diferentes, a criação de diferentes "*ensembles paradigmáticos*", cuja comparação permite constatar diferenças e semelhanças semânticas.

detectar os encontros / desencontros, mas são somente o instrumento experimental que aqui utilizamos; em qualquer prática discursiva do contato, eles acontecem.

Há regularidades entre esses paradigmas semânticos analisáveis no encontro / desencontro? Pensamos que existem, mas que são do plano discursivo. O trabalho realizado nos leva a considerar que elas só podem ser encontradas enxergando o contato na discursividade. O vaivém da proximidade – distância, assim visto, tem, para nós, estas características:

1) *Os processos enunciativos, ao operarem sobre cada invariante da base lingüística no contato, produzem seleções (do dito / não dito) orientadas pela discursividade enunciativa. As diferenças de seleção entre ambas as discursividades³³ têm graus de regularidade observáveis na experimentação e na análise.*

2) *Essas regularidades revelam, na invariante alheia, combinações infreqüentes do ponto de vista da discursividade outra, que podem chegar, sempre para a outra discursividade, ao equívoco ou ao sem-sentido como indicador da tendência.* Na presente pesquisa, observamos combinações desse tipo, com diferentes graus de tensão próprio – alheio, em torno a determinadas formulações e suas interpretações, com seleções de tipo aspectual, modal, de perspectiva da pessoa (como agente, afetado, verificador ou em diferentes atitudes afetivas), e ainda no nível das unidades léxicas, na estruturação semio – táxica dessas unidades³⁴.

3) *No contato, as bases lingüísticas do português e do espanhol, como efeito das tendências da discursividade outra, mostram reordenamentos de suas combinações freqüentes ou “próprias”, evidenciando assim o que os processos discursivos historicamente sedimentaram nelas e o que poderiam ter sedimentado. Essa evidência é também a do inacabamento da diferenciação entre as bases e a da necessidade de considerar sua proximidade – distância na remissão ao interdiscurso.*

³³ Como esclareceremos embaixo, não consideramos igualmente relevante, nessas diferenças de seleção, aquilo que aparece como produto evidente de inadequação a restrições sintáticas.

³⁴ Na lexicologia, utiliza-se esse termo (Turazza, 1996:77) para referir-se às potencialidades de funcionamento sintático e de vinculação semântica das unidades léxicas. Em particular quanto ao léxico, é este um bom lugar para questionar a utilidade das colheitas dos chamados “heterossemânticos do português e do espanhol”. Para o uso da maioria deles, o valor que se mostra como “próprio” de uma língua é, na verdade, o mais freqüente no uso dos falantes dessa língua, mas raras vezes acontece que o valor mais freqüente que o

4) Os sistemas lingüísticos politicamente standardizados como “Português Brasileiro” e “Espanhol” (construtos político – lingüísticos) intervêm, nesse jogo, como aparelhos de referência das tensões de identidade / alteridade que nele se produzem, ora evidenciando-as, ora ocultando-as devido ao que neles é percebido como semelhante.

Na medida em que esse efeito da discursividade se concentra nos processos enunciativos, ele está ainda envolvido na materialidade lingüística. Em conseqüência, o fato dele exigir sua remissão ao extralingüístico, não dispensa sua caracterização em termos lingüísticos, ainda mais se o que nos interessa é a fala de um na língua “alheia”.

Assim consideramos a proximidade / distância entre nossas línguas enxergada *no contato e a partir da discursividade*. Fora do contato, a distância é enxergável só naquilo que constitui tipologia, essencialmente a sintaxe em sentido amplo. E ela é explicável em modelos que, por definição, são formais, isto é, tem independência relativa das condições de produção. Vistas dali, a distância é a que resulte da aplicação dos parâmetros desses modelos.

Mas o que acontece quando a distância é observada *no contato*, mas a partir de fatos *sintáticos*, isto é, a partir da(s) gramática(s) que operam na produção / interpretação do aprendiz³⁵? Tarefa árdua e necessária, que precisamente por acontecer no contato desafia e mobiliza as categorizações estabelecidas por descrições não realizadas a partir dele. Cremos que, nessa tarefa, mas sobretudo na que aqui propomos, é indispensável uma delimitação entre aquilo que é efeito da discursividade e o que obedece a restrições sintáticas, mesmo que na observação da materialidade lingüística dos enunciados concretos os fenômenos sejam concomitantes, como vimos nos casos de 4.2, supra. Para integrar essa delimitação nestas conclusões sobre proximidade – distância, voltaremos ao diálogo com González (2000), quem, dos autores que conhecemos, é que tem atingido resultados mais esclarecedores sobre a sintaxe na produção de estudantes brasileiros em E/LE. Nesse trabalho, a autora aborda os interrogantes sobre a proximidade e expõe, em relação às

mesmo item apresenta na outra língua não se registre com menor freqüência na “própria”, e quase sempre esses valores resultam de diferenças de matiz na estruturação semio - táxica.

³⁵ Esta reformulação é nossa.

“distintas assimetrias” que encontra, como citamos em 4.2, entre PB e E, casos em que a produção do não nativo, ao romper essas assimetrias, pode “*llegar a decir lo que nunca se ha querido decir*” (13). Isto é, a produção de sentido resulta tão afetada, do ponto de vista da gramática do nativo, que a formulação diz, transparentemente, uma outra coisa. Tomaremos um dos casos que mostra González (localizado respectivamente na página 11 da cópia que temos) e um caso “extremo” da nossa amostra, para ilustrar a delimitação que propomos:

(1) *Dice que ese profesor es muy nervioso, pero yo no creo.*

B021 *Esté seguro de que es legal* (como reformulação de “*asegúrese que sea legal*”, que aqui chamaremos B021’).

A formulação (1), produzida por um estudante brasileiro de E/LE, é perfeitamente formada em espanhol. Indicaria, para um hispano-falante, que alguém (alguém determinado, cuja referência se supõe dada) afirma alguma coisa sobre um determinado professor. No entanto, na ocasião em que foi formulada, “tentava” dizer algo bem diferente, porque procurava uma interpretação indeterminada para “*decir*”(sujeito nulo). Como explica a autora, para que em (1) fosse possível a interpretação indeterminada em E, seria necessária a presença do clítico “se”. Teríamos, assim:

(1’) *Se dice que ese profesor es muy nervioso, pero yo no (lo) creo.*³⁶

A autora procura as explicações para esse e outros “desencontros” da mesma ordem onde cremos que deve ser procurada em primeiro lugar: nas sintaxes do PB e do E. Não podemos vê-lo, sem que pelo menos intermedie a consideração da sintaxe, como seleção enunciativa orientada pela discursividade. Os motivos poderiam parecer óbvios, mas se nos detemos a explicá-los é devido a que percebemos, no âmbito do ensino das nossas línguas,

³⁵ Parece-nos pertinente esclarecer que, embora não trabalhem aqui com um modelo cognitivista, não negamos a existência de uma dimensão cognitiva no contato com a língua estrangeira, dimensão que consideramos crucial na adequação à sintaxe e aos procedimentos de coesão dessa língua.

³⁶ Esta reformulação é nossa.

uma tendência a minimizar as restrições sintáticas ou a dissolvê-las no discursivo, tendência com a qual não queremos contribuir neste trabalho.

Tanto (1) em relação a (1') como B021 em relação a B021' apresentam uma oposição paradigmática descritível em termos morfossintáticos e com conseqüências semânticas. Entre B021 e B021' há, além disso, uma diferença aspectual à que já nos referimos em 2, supra, dada pela oposição "asegurarse" / "estar seguro". Suspendemos momentaneamente essa oposição para concentrar-nos na diferença morfológica indicativo / subjuntivo que, como já explicamos, conduz essa formulação a um "extremo" de equívoco ilocutório, fazendo-o interpretável como um pedido de confiança na legalidade do produto.

Mas o que começa a mostrar a diferença entre, por um lado (1) e (1'), e por outro B021 e B021', é tentar observar (1') também em oposição paradigmática com um enunciado possível no PB, que reproduza a estrutura sintática de (1): "Diz que esse professor é muito nervoso, mas eu não acredito". E para esse enunciado, a forma que opõe sintaticamente (1') e (1) não tem conseqüências semânticas análogas: diferentemente de (1) em contexto similar, ele recebe interpretação indeterminada. Em compensação, para o enunciado possível "Esteja seguro de que é legal", a oposição com "esté seguro de que sea legal" é reproduzível no PB com conseqüências semânticas análogas. De fato, "esteja seguro de que seja legal" também apresenta, em relação com "é legal", diferenças em torno à modalização do possível e o verificado.

Assim, enquanto que o paradigma B021 / B021' pode ser visto como seleção enunciativa em determinadas condições de produção e explicado, em conseqüência e como aqui fizemos, em relação com outras seleções enunciativas a partir de traços semânticos próximos mas que envolvem outras variáveis morfossintáticas ou variáveis léxicas, no paradigma que opõe (1) e (1') há algo que *não resiste a sintaxe da língua materna*, o PB, sem que suas conseqüências semânticas despenquem. E as regularidades que poderíamos encontrar entre essa oposição (1) / (1') e outras que não resistam esse deslocamento, nos levariam, contrariamente ao paradigma anterior, a variáveis da mesma categoria morfêmica em contextos de imensa heterogeneidade semântica. Exemplo disso é outro enunciado em PB que González expõe e que apresentaria similar oposição em E: "Não usa mais freio". E outros em que, sem a oposição ser idêntica, também se sentiria, em E, a falta do clítico "se"

que organize a estruturação dos actantes no enunciado: “Carpete de madeira não encera”, “A balança está consertando”.

Em virtude desse funcionamento diferente na base lingüística e, sobretudo, na relação com os sistemas politicamente estandardizados, que tentamos metaforizar com “resistir à sintaxe” na projeção para a língua materna, é que vemos paradigmas como os de (1) / (1’) como não orientados pela discursividade (o que não significa que os enunciados que os suportem não o estejam). E propomos que, no tipo de análise que nosso trabalho propicia, é necessária a cuidadosa observação prévia das determinações sintáticas que possam ter intervindo na conformação de algum fenômeno que se pudesse atribuir a fatores discursivos. Cremos ter tomado essas precauções na análise do *corpus*, ainda desprezando alguns casos. Por exemplo, na análise das reformulações de “*Cuidáte de*” (texto 1 em espanhol), como já explicamos no Capítulo IV, 4.4.1, não consideramos os casos B007 e B018 por não terem interpretado a acepção pronominal de “*cuidarse*”:

B007: *las guarde, las conserve bien.*

B018: *manter en buen estado.*

Com efeito, as respostas evidenciam que os estudantes interpretaram “*las PC nuevas...*” como objeto direto de “*cuidar*”. Por isso não podiam ser integradas em uma variável como a que ali trabalhamos, relacionada a uma explicação sobre o espaço enunciativo da pessoa. E qualquer consideração discursiva que pudesse ser feita sobre elas deve começar por distinguir que *noñ houve*, nelas, uma interpretação que aconteceu nas outras respostas. Como González (2000:4), nas *ventanas y portones* que a sintaxe abre a outros lugares de mistério, diríamos: “*PB e E, lenguas dichas cercanas. ¿Y qué?*”.

Observe-se que na explicação precedente mostramos também que os distanciamentos de sentido com que trabalhamos neste estudo, quando não são determinados pela sintaxe, persistem na ordem do “próprio”, como acontece com o paradigma B021 / B021’ ao ser enxergado em português. “Descobertos” pelo contato com o “alheio”, se revelam no “próprio” como contradição. Observando como a discursividade organiza seus traços no alheio, instalam –se novos *equivocos e discordâncias*

paradigmatizáveis como esse e outros que nesta tese tentamos descrever. A análise de *regularidades nesses paradigmas* pode ser não somente um rico campo de trabalho para a pesquisa lingüística no contato espanhol - português, mas também uma contribuição para estudos sociais e antropológicos que se proponham a trabalhar, de outras perspectivas, com nossas heterogeneidades em contato - conflito. Nossa atitude diante dessa nova "interincompreensão" que o contato propicia, e a que queremos transmitir para os pesquisadores e docentes que nela se aventurem, é de acirrada defesa dela, e de aprendizagem, que implica em primeiro lugar reconhecer a discursividade *outra* como um modo de ser (de enunciar-se) *nesta* língua, legítimo e enriquecedor também para os estudos sobre *esta* língua. Ser argentino em português ou brasileiro em espanhol não é somente um direito lingüístico inalienável, é também uma perspectiva, não mais ilusória que "ser na própria", que dirá novas coisas sobre os quatro termos dessa contradição. Assim, os reordenamentos de construtos no vaivém da proximidade - distância podem ser chaves desestabilizadoras contra uma antiga violência simbólica.

Creemos que essa diferença entre "quem fala" no corpus experimental e na crítica, diferença que não devemos perder de vista, é relativizada por dois aspectos:

1) Há uma relação dialética entre esses "como fala" e "como é falado", na medida em que o "ser falado" acontece ao repetir de posições de alto capital simbólico no espaço social. Da noção de *habitus* em Bourdieu, que adotamos no Capítulo II como base para a explicação da construção do "mundo social", as categorias de percepção desse mundo, interiorizadas nos sujeitos empíricos na forma do dispositivo que leva esse nome, são o produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. O *habitus* propicia a reprodução, para todas as ordens da vida social, de "visões de mundo", das quais se produzem as falas que "nos caracterizam". O material motivador com que trabalhamos na nossa experimentação é de textos que, mesmo não se localizando no discurso político, têm

Capítulo VI

As nossas falas e as falas sobre nós

1. Os alcances deste trabalho e o que fica pela frente

Trabalhamos com contrastes entre discursividades, o que leva a pensar em um contraste socio-histórico. Se, para isso, procurássemos na crítica histórica, sociológica, cultural, orientações sobre como nossos povos “são”, quais suas características, correríamos dois riscos. Um deles, desnecessário, de homogeneização, quando aqui do que temos tratado é de predomínios mas também de presença em um do que predomina no outro, e de percursos e deslocamentos semânticos que, à vez que mostram como se produz a diferença, mostram que ela rara vez funciona como oposto. O outro risco, muito mais produtivo para a reflexão, consiste em que, enquanto que a materialidade que temos observado é um segmento, provocado, da fala desses coletivos, os estudos críticos “falam esse coletivo” ou mostram como esse coletivo “é falado” dos diferentes lugares de poder nos campos político, econômico e cultural.

Creemos que essa diferença entre “quem fala” no corpus experimental e na crítica, diferença que não devemos perder de vista, é relativizada por dois aspectos:

1) Há uma relação dialética entre esses “como fala” e “como é falado”, na medida em que o “ser falado” acontece e se repete de posições de alto capital simbólico no espaço social. Da noção de *habitus* em Bourdieu, que adotamos no Capítulo II como base para a explicação da construção do “mundo social”, as categorias de percepção desse mundo, interiorizadas nos sujeitos empíricos na forma do dispositivo que leva esse nome, são o produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. O *habitus* propicia a reprodução, para todas as ordens da vida social, de “visões de mundo”, das quais se produzem as falas que “nos caracterizam”. O material motivador com que trabalhamos na nossa experimentação é de textos que, mesmo não se localizando no discurso político, têm

uma implantação no interesse público, e por conseguinte, favorecem essa reprodução, já que interpelam o respondente como “ser público”.

2) Por outra parte, também aqueles discursos que delimitam um coletivo, seja para explicá-lo, para convencê-lo ou para dominá-lo, fazem-no a partir de uma representação desse coletivo, o que inclui uma representação da sua fala. Quer dizer, a fala do coletivo no é um mero espelho de como ele é falado: ela também permeia as falas que “o falam”.

Feita essa relativização, devemos dizer que, mesmo assim, aqui desenvolveremos apenas embrionariamente uma “filiação” (Orlandi, 1996: 13-14) para as regularidades discursivas que analisamos no nosso corpus. Esse caráter embrionário que terá nossa reflexão neste Capítulo é devido a duas razões:

1) São regularidades encontradas a partir de um trabalho contrastivo. Isso significa uma contribuição, por deslocamento, para os estudos desse contraste, mas requer, ainda, aprofundar a observação dessas regularidades em cada um dos dois espaços lingüístico - culturais.

2) Essas regularidades são do nível dos processos de enunciação e nosso trabalho analítico das mesmas se desenvolveu em uma estreita remissão ao léxico e à sintaxe das línguas, sem chegar a articulá-las em campos ou gêneros discursivos específicos; isto é, nossa remissão ao interdiscurso não tem sido, ainda, orgânica. Nada impede que em trabalhos posteriores desenvolvamos essa tarefa, que acreditamos possa ser organizada em relação a gêneros, a percursos de temas ou figuras, a sub-comunidades específicas; enfim, a universos mais restringidos, o que excede o espaço e o tempo deste trabalho, mesmo que neste Capítulo demos, para tanto, algumas primeiras pistas.

Nossa escolha, que determinou essas duas características do nosso trabalho, foi dada pelo propósito, enunciado na Introdução, de “deslocar a proximidade”, e, em termos de Orlandi (1987:13), poderia ser vista como mais uma “tentativa de anexação da AD por parte da Lingüística”:

A AD tem relações importantes com a Pragmática, a Enunciação e a Argumentação, mas inclui, nessas relações, a consideração necessária do ideológico, ao asseverar que não há discurso sem

sujeito nem sujeito sem ideologia. As tentativas de integração da Análise do Discurso tendem a apagar essa dimensão ideológica e a anexar o discursivo como um apêndice (secundário) ao lingüístico (central).

Não é essa nossa tentativa, e trata-se de um passo necessário e momentâneo. Necessário para um primeiro deslocamento da “distância” entre nossas línguas daquilo que é estritamente lingüístico, mas a partir de traços observáveis em superfícies lingüísticas comparáveis. Momentâneo porque, como já dissemos, aqui mesmo faremos, a seguir, uma primeira contribuição para a “filiação” interdiscursiva dessas regularidades. Apontaremos, neste Capítulo, algumas chaves em diversos textos e tradições textuais que, de diferentes maneiras, disseram sobre a sociabilidade em nossos países e que consideramos relacionáveis ao que nesta tese observamos sobre os modos de enunciar a certeza / possibilidade, os espaços pessoais e o tempo subjetivo.

2. “Viver nos outros” e “centralidade pessoal”: duas estratégias de ocultamento

As tendências enunciativas que propomos como predominantes na discursividade observada no Capítulo anterior sugerem vinculações possíveis com várias conceptualizações sobre a sociabilidade nos nossos países. Em ocasiões em que, durante o desenvolvimento do projeto e da posterior pesquisa, comentávamos com colegas traços do que nela íamos encontrando, o que mais aparecia nas conversações era a referência à “cordialidade” como “característica” do brasileiro. Não cremos que haja características uniformes em nenhum de nossos povos, mas o “homem cordial”, como definido por Buarque da Hollanda, é um lugar adequado para principiar a procura de alguns elos intertextuais que ajudem a localizar âmbitos de pesquisa para as regularidades aqui encontradas.

Começemos por lembrar que, no “homem cordial”, a polidez é um modo de preservação na vida social, uma defesa epidérmica, não uma essência. No clássico ensaio, Buarque da Hollanda (1976:107) adverte:

Qual seria a “defesa epidérmica” do argentino? Em geral, é reconhecido mais como

Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude política consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a

forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.

Essa sociabilidade apoiada numa “ética de fundo emotivo” acompanha, para o autor, uma escassa diferenciação entre os domínios do público e o privado, e é conseqüência de ter sido a família patriarcal a estrutura mais estável da vida econômico-social no país até os começos do século XX.

Em outro momento do ensaio, Buarque parece estender algumas características do “homem cordial” a outros povos do continente:

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias de existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro - *como bom americano* - tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. (pág. 108, grifo nosso).

No entanto, outros povos da América Latina têm sido caracterizados de maneira diferente quanto a suas “defesas epidérmicas” na sociabilidade. O mexicano, por exemplo, de um modo quase oposto ao que Buarque propõe para o brasileiro. Os textos em que Octavio Paz (1984) apresenta o “fechamento” do mexicano como uma atitude de preservação sugerem, a quem conviveu com outros povos da América Latina, muitas analogias:

Viejo o adolescente, criollo o mestizo, general, obrero o licenciado, el mexicano se me aparece como un ser que se encierra y se preserva: máscara el rostro y máscara la sonrisa. Plantado en su arisca soledad, espinoso y cortés a un tiempo, todo le sirve para defenderse, el silencio y la palabra, la cortesía y el desprecio, la ironía y la resignación. [...] Para nosotros, contrariamente a lo que ocurre con otros pueblos, abrirse es una debilidad o una traición. El mexicano puede doblarse, humillarse, “agacharse”, pero no “rajarse”, esto es, permitir que el mundo exterior penetre en su intimidad. [...] El hermetismo es un recurso de nuestro recelo y desconfianza. Muestra que instintivamente consideramos peligroso al medio que nos rodea. Esta reacción se justifica si se piensa en lo que ha sido nuestra historia y en el carácter de la sociedad que hemos creado. La dureza y hostilidad del ambiente -y esa amenaza, escondida e indefinible, que siempre flota en el aire-, nos obligan a cerrarnos al exterior, como esas plantas de la meseta que acumulan sus jugos tras una cáscara espinosa. (pág. 26-27).

Qual seria a “defesa epidérmica” do argentino? Em geral, é reconhecido mais como quem se expõe que como quem se oculta. No entanto, a leitura de alguns autores a respeito mostra algumas figuras estereotípicas que descrevem, até hoje, duas atitudes contraditórias

quanto ao ocultamento / exposição, ora valorizadas, ora rejeitadas. Uma é a que Borges (1992:69) descreve no "orillero": "Esa mezcla de sorna y cortesía, esa humildad exagerada, sobre todo cuando estaba a punto de provocar a alguien a duelo." Cabe explicar que o *orillero* (de *orilla* > beira, limite) representa em Borges a tradição *hispano-criolla* prévia à imigração que, nos começos do século XX, converteria Buenos Aires em cidade cosmopolita. Seu oposto, o *compadrito* do arrabalde, é o recém-chegado querendo imitar os costumes, e a antítese é uma das muitas que, na Argentina, concretizam o conflito entre "tradição" e "novidade". O *compadrito* alardeia, exagera a coragem, não conhece a discrição. Ainda hoje, *compadrito* denomina, na Argentina, a quem se mostra arrogante, como seu derivado *compadrear* (fazer alarde).

A contraposição entre esses dois "estilos" é evidente na descrição de Sarlo (1988:208) que apresentaremos a seguir. A autora se refere à idéia de "*patriada*", construção histórico-literária de alguns intelectuais argentinos da década de 30 como reivindicação de antigos valores *criollos* diante do "novo". O novo não era somente a imigração, também a instauração das práticas políticas que levariam o país à série de "*cuartelazos*" conhecida como "década infame". Não a trazemos aqui para atualizar os termos dessa discussão¹, mas para observar nela a construção de identificações relacionadas à sociabilidade que serão de utilidade para esta explicação:

La patriada es la modalidad más alta de la relación cara a cara entre enemigos. Evita todos los rasgos que la inmigración y las nuevas modalidades políticas implantaron en la Argentina. Liberada de intereses, establece un nexo directo con la poesía, probado en las figuras de Ascasubi, Hernández y Jauretche. La participación en la patriada es un acto de decisión que excluye el cálculo, porque, por definición, excluye la victoria. Y, sobre todo, es un acto individual, donde abunda el enfrentamiento singular y donde el caudillo es sólo el mejor de sus integrantes. Para Borges y para Jauretche la patriada y el duelo criollo fueron las modestas versiones guerreras que la Argentina pudo producir, pero, en todo caso, son mejores que cualquiera de las modernas y corruptas formas del enfrentamiento político y militar.

La patriada es una forma premoderna del enfrentamiento. Exige valor personal, el estilo de dirección de un caudillo del siglo XIX y el tipo de tropa, unida por relaciones de lealtad personal que se agrupa a su alrededor. La patriada, según esta reconstrucción mítica, implica relaciones políticas basadas en la confianza más que en el mérito o en la conveniencia. Exige también una tropa formada por criollos: gente baqueana en la desbandada, buenos jinetes, sobrios en sus necesidades, silenciosos, discretos, valerosos sin fanfarronería, distintos en todo de la masa de mezcla migratoria proclive al bochinche y habituada a exhibir o padecer sus diferencias.

¹ Amplas explicações sobre as polémicas dos intelectuais argentinos daqueles tempos em torno de todos esses problemas podem ser lidas, dentro da Bibliografia que aqui utilizamos, em Altamirano (1997), Shunway (1993), Prieto (1968) e no referido texto de Sarlo.

Há muitos componentes deste trecho que nos interessarão aqui. Observemos, em primeiro lugar, a contraposição final entre os “*criollos*”, “*silenciosos, discretos, valerosos sin fanfarronería*” e os imigrantes habituados a “*exhibir o padecer sus diferencias*”. Ocultamento vs. exposição; como no “*orillero*” e o “*compadrito*”, caracterizado, este último, precisamente pela sua “*fanfarronería*”. E cabe apontarmos aqui que, na Argentina, o termo “*compadrito*”, na mesma época e depois, recebeu também muitas conotações positivas, pelo geral integradas a uma representação de “orgulho”.

Pode se ver no trecho, também, que o “modelo” discreto do homem da *patriada* tem pelo menos uma importante diferença com o “homem cordial”: sua ação é solitária, não é um “viver nos outros”. Assim, tanto ele quanto o *compadrito* e os imigrantes que se “*exhiben*”, pressupõem, mediante mecanismos diferentes, a explicitação enunciativa dos espaços pessoais para sua constituição como estereótipos. E tem outra diferença, mais relevante: o homem da *patriada* não existe nem sequer para aqueles que o enunciam. Com efeito, Borges e Jauretche, como explica Sarlo no mesmo texto, criam esse modelo como reprovação contra o que existe, para dizer que o problema do país é que essa *patriada* não seja possível. Em compensação, Buarque da Hollanda tenta explicar, com o “homem cordial”, as características que ele efetivamente percebe no brasileiro. A utilidade, para nós, de observar esse ato de “admoestação” de Borges e Jauretche, é que ele representa, como outras contraposições efetuadas na história da Argentina, uma censura contra características que seus autores vêem no nosso povo. Em última instância, homem da “*patriada*”, “*orillero*”, “*compadrito*”, são modelos que uma sociedade construiu para explicar-se a si mesma, para discutir consigo mesma.

Não poderíamos “contrapor” esses modelos com o “homem cordial” porque eles não surgiram de tentativas de explicação apoiadas na pesquisa histórica, como é o caso de Buarque da Hollanda. Mas podemos ver que, como modelos, no que elogiam e no que defendem, pressupõem, também na sociedade para a qual falam, uma representação da sociabilidade muito diferente da que leva a Buarque a definir o “homem cordial”. Especificamente, e parafraseando Buarque, nesses modelos o indivíduo não parece “reduzido à parcela social, periférica” nem que essa parcela seja “antes um viver nos outros”. Continuemos observando opiniões de autores argentinos.

A revista *Martín Fierro*, importante órgão de difusão das vanguardas literárias da Argentina nos anos 20, realizou, em 1926, um levantamento de opiniões entre vários escritores, que aparece registrado em Prieto (1968: 81-97). As perguntas eram duas:

*¿Cree Ud. en la existencia de una sensibilidad argentina?
En caso afirmativo, ¿cuáles son sus características?*

Algumas das respostas são ilustrativas do que aqui chamamos “centralidade da pessoa”. Não pela “verdade” ou “falsidade” que pudessem expressar, mas pela forma de enunciar, ou pela orientação polêmica que contêm. Assim respondia, por exemplo, o poeta Oliverio Girondo (89, grifos nossos):

En el fondo de esta cuestión, por lo demás, existe un asunto previo personal, al que uno tiene que responder personalmente:

Yo creo en nuestra idiosincracia, porque creo en eso que llamo mi existencia y no necesito de ningún esfuerzo intelectual para constatar sus manifestaciones, que se evidencian, al menos para mí, hasta en el gesto con que me desabrocho los botines.

Na mesma pesquisa, o escritor Ricardo Güiraldes (82) faz uma resposta em duas colunas, nas quais ordena, à esquerda, as características positivas, sob a denominação de “activo”, e, à direita, as negativas, sob o nome de “pasivo”. As positivas são: *poder de asimilación, hospitalidad, individualismo, desinterés, generosidad, sentido crítico, fe en sí mismo, audacia, orgullo por las propias virtudes, simpatía, culto del coraje, de la viveza y de la amistad*. As negativas são: *Imitación, fonografismo, autodestrucción por abandono, suficiencia personal, prodigalidad, despilfarro, malevolencia, maledicencia, engreimiento, agresividad, vanidad por aspectos exteriores, versatilidad, compadrada, astucia, desconfianza, antagonismo entre los sexos*.

O “individualismo”, “fé em si mesmo” e “orgulho pelas próprias virtudes” aparecem como positivos; a vaidade é negativa quando referida a aspectos exteriores. São censuradas características arrogantes, como a “suficiência” e a “compadrada”, mas no marco de uma concepção que valoriza a exibição do plano individual e que introduz, pela negativa, um outro valor, a “autenticidade”, na rejeição à imitação, aos “aspectos exteriores” e à versatilidade. Esse valor “essencialista” reaparece nos enunciados mais

diversos ao longo de todo o percurso que realizaremos neste Capítulo, até em pesquisas de opinião recentes efetuadas na Argentina.

No mesmo período que Güiraldes, Scalabrini Ortiz (1968) desenvolve algumas reflexões que vale a pena examinar. O texto é escrito como resposta a uma afirmação publicada pelo periódico “*La Gaceta Literaria*”, de Madri, em que se propõe essa cidade como “*meridiano intelectual de Hispano-América*”. Nele, o autor, faz reivindicações de independência idiomática e cultural em que aqui não nos deteremos. Interessa –nos o desenho, nesse enunciado, de uma “*explicação*” que é, também, a construção de um perfil humano:

Nuestra pampa, que asoma a la vuelta de toda bocacalle, es fértil y triste, y nos ha dado un cuerpo viril y un espíritu melancólico. Algo de caldeo hay en nuestra alma, ansiosa de cielo y de sol. Obedecemos a una estructura sedimentaria. Los ríos de oro nos trajeron todos los detritus humanos. Por eso en nosotros toda semilla fructifica. Avanzamos como los deltas: elevando el fondo del mar.

Nuestros glóbulos rojos hablan varios idiomas y responden a tradiciones distintas y antagónicas. Nuestra mayor tristeza proviene de no saber quiénes somos. La propincuidad de los átomos no ha borrado sus añoranzas originales.

Hablamos en castellano, actuamos en inglés, gustamos en francés... pero ¿es que nosotros pensamos?

Luego –sólo la impúdica observación de un marino pudo detenerse en ella- nuestro pueblo, formado por la yuxtaposición de hombres aislados fue durante mucho tiempo un pueblo robusto que vivió sin mujeres. Nuestros aledaños no estaban poblados en Sabinas. La falta de una caricia oportuna embarulló para siempre la urdimbre de nuestros sentimientos.

Na primeira frase, o sintagma “*nuestra pampa*” está seguido por uma relativa explicativa que restabelece o laço da cidade (espaço cultural do autor) com o campo. É nessa pampa que Scalabrini procurará as raízes da alma “*melancólica*”. A imagem que segue, sobre a sedimentação nos rios pode fazer referência ao povoamento do país pelos “*criollos*” ou, talvez, à imigração de europeus nos finais do século XIX e começos do XX, ou a ambas. E a semente que dá frutos, ao “*poder de assimilação*” que já vimos mencionado por Güiraldes; isto é, à capacidade de incorporação de idéias vindas do estrangeiro. Mas é na metáfora dos “*deltas*” onde cremos que se visualiza a representação de centralidade, neste caso, de um personagem coletivo: o ser abre uma fenda na totalidade, marcando nela seu espaço a partir de *seu próprio* nível: *elevando el fondo del mar*.

A descrição posterior, sobre a mistura de origens na população e a conseguinte dificuldade para se saber “*quem se é*” não difere muito da que poderíamos encontrar em qualquer

* Uma boa síntese dessa problemática pode encontrar-se no ensaio “El hombre latinoamericano 300 años después” (Uslar Petri, 1995:169-178).

reflexão sobre a mestiçagem na América Latina². Mas o que chama a atenção é que esse não saber seja apresentado como fonte de *“nuestra mayor tristeza”*.

Depois, a imagem do povo como formado pela *“yuxtaposición de hombres aislados”* e não como “corpo” social e a falta de mulheres como causa de sentimentos tortamente urdidados desenham uma perspectiva oposta aos traços da “cordialidade”. E note-se, também, o acréscimo do “plus” de transcendência em *“para siempre”*.

2.1 Nossos labirintos

“Embarulló / para siempre / la urdimbre”, é uma modulação de tango, mais exatamente de fraseologia *tanguera*. Não casualmente, na linha seguinte Scalabrini (75) escreve:

No existe una ciencia positiva capaz de calcular la inecuable distancia que nos separa de Madrid. Nuestro meridiano –magnético al menos– pasa por la esquina de Esmeralda y Corrientes, si es que pasa por algún lado.

Esmeralda y Corrientes já era a esquina do tango portenho. Sem dúvida, as letras de tango são o lugar mais hiperbólico de implantação da centralidade pessoal a que nos referimos no Capítulo V. Em particular, uma cena enunciativa de estrutura similar à dos *“deltas”*, porém, muito mais nítida, circula, nas suas muitas repetições e reformulações, pela poesia do tango, e, através dela, produz figurações ainda nos argentinos de hoje. Trata-se de um extremo em que o ambiente “olha”, “percebe” ou “segue” o eu poético ou algum dos personagens do enunciado. A extrema naturalidade com que os argentinos ouvimos e parafraseamos esses fragmentos, às vezes sem perceber sua filiação, não é mais que um sintoma do quanto eles estão fincados na nossa discursividade. Um deles é o segmento de *“Volver”*, de Alfredo Le Pera, que utilizamos como epígrafe em 5.4: *“Ya adivino el parpadeo de las luces que, a lo lejos, van marcando mi retorno”*. Outras, no mesmo autor, são:

El farolito de la calle en que nací

² Uma boa síntese dessa problemática pode encontrar-se no ensaio “El hombre latinoamericano 500 años después” (Uslar Petri, 1995:169-178).

fue centinela de mis promesas de amor. (em "Mi Buenos Aires querido")

*En tu eterno sembrar de armonías
tierras lejanas te vieron pasar.
Otras lunas siguieron tu huella:
tu sólo destino es siempre volar. (em "Golondrinas")*

*Bajo el burlón mirar de las estrellas
que con indiferencia hoy me ven volver. (em "Volver")*

Las estrellas celosas nos mirarán pasar. (em "El día que me quieras")

Mas não somente Le Pera, no tango, produziu essas figuras:

*Vieja pared del arrabal, tu sombra fue mi compañera [...]
Madreselvas en flor, que me vieron nacer
y en la vieja pared sorprendieron mi amor. (de "Madreselva", Francisco Canaro e Luis
César Amadori).*

*Caminito que el tiempo ha borrado,
que juntos un día nos viste pasar. (de "Caminito", Juan de Dios Filiberto)*

*Ya nunca alumbraré con las estrellas
nuestra marcha sin querellas
por las noches de Pompeya. (de "Sur", Homero Manzi)*

Essa subordinação do entorno ao "eu" ou ao "nós" é apenas o modo hiperbólico de uma constante representação de "desarraigo" que atravessa muitos outros lugares do tango e reaparece com bastante força no movimento cultural – musical que, quarenta anos depois e até nossos dias, conseguiria implantação e permanência na Argentina: o chamado "rock nacional".

Em algumas de suas letras "fundadoras" pode ser percebida essa centralidade que muitas vezes se expressa como um vínculo solitário com a paisagem:

*Yo vivía en el bosque muy contento,
caminaba y caminaba sin cesar.
Las mañanas y las tardes eran mías
y a la noche me tiraba a descansar. (de "El oso". Moris)*

*Estoy muy solo y triste aquí, en este mundo abandonado.
Tengo la idea ya de irme al lugar que yo más quiera. (de "La balsa"³)*

Tanta ciudad, tanta sed, y tú, un hombre solo. (de "A aquellos hombres tristes", Luis Alberto Spinetta)

La ciudad se nos mea de risa, nena. (de "Eiti Leda", Charly García)

Mas, das características que aqui atribuímos à discursividade argentina, as mais expressadas por esse movimento têm sido a procura pela "autenticidade" e o "verificado", além do presente como centro de perspectiva. Um percurso pelas letras dessas músicas, que aqui não poderia nem se aproximar da exaustividade, ilustraria bastante que, quando nos referimos à "autenticidade" não falamos, em absoluto, de "realismo", mas da procura de algum tipo de "essência", ou, nas palavras de nossos respondentes na pesquisa de 1998, de um "modelo existencial":

*Y olvidé aquello que una vez pensaba
que nunca acabaría, nunca acabaría.
Pero sin embargo terminó.
Todo me demuestra que al final de cuentas,
termino cada día, empiezo cada día
creyendo en mañana fracaso hoy. (de "Presente, el momento en que estás"⁴, Willie Quiroga – Vox Dei)*

*Muchacha, voz de gorrión,
¿a dónde vas? Tu tiempo es hoy. (de "Muchacha ojos de papel", Luis Alberto Spinetta)*

*Pobrecito Fermín;
quiere ser real, y le da más vueltas. (de "Fermín", Luis Alberto Spinetta)*

*Amo estar bien, bien solo lejos del ruido
descubriendo por qué olvidamos y volvemos a amar,*

³ A autoria dessa popularíssima canção até hoje é tema de discussão, sobre se foi feita por Lito Nebbia ou pelo falecido "Tanguito". A vida desse último "grande" do rock, morto no hospício, é mais um dos relatos do herói endocêntrico que, como vemos a seguir, povoam o imaginário argentino desde sua formação como nação.

⁴ Veja-se a reformulação no título dessa canção, em que o "presente" é definido a partir do lugar imaginário da pessoa..

y pensar qué sería de nuestra vida
cuando el fabricante de mentiras deje de hablar. (de "Mientras miro las nuevas ondas",
Charly García).

La realidad baila sola en un entierro
y camina triste por el sueño del más bueno.
La realidad baila sola en la mentira
y en un bolsillo tiene amor y alegría,
un dios de fantasía, la guerra y la poesía. (de "La colina de la vida", León Gieco).

Vas aquí, vas allá,
pero nunca te encontrarás al escaparte. (de "Seminare", David Lebón).

Nuestro amo juega al esclavo
esta tierra es una herida
que se abre todos los días
a pura muerte, a todo gramo.
Violencia es mentir. (de "Nuestro amo juega al esclavo". Indio Solari - Los Redondos)

Quiero dejar este cuerpo que está muerto
de nacionalidad falsa. (de "Venganza de los muertos pobres", Bersuit Vergarabat)

Enfim, poderíamos ocupar páginas inteiras com exemplos, mas apenas queremos mostrar que essas configurações enunciativas não se limitam a um período, senão que, entrelaçando-se com temáticas e preocupações diferentes, modulam lugares chave de nossa discursividade em épocas muito distantes entre si. De algumas destas letras de rock e de tango surge a figura ideal de um ser endocêntrico (o que não quer dizer isolado), não sempre sozinho *no* mundo mas sim *diante do* mundo, revestido de uma "autenticidade" nunca definida, como se sobre ela pesasse um pressuposto, e com uma peculiar relação com o tempo. Algo tem em comum (no ato individual) com o "homem da *patriada*" idealizado por Borges e Jauretche, ainda que, não duvidamos, na imensa maioria destas letras e de outros enunciados seja concebido a partir de ideologias opostas. Isso em comum pode ser rastreado no relato histórico argentino, sobretudo nas suas versões escolares e populares, em torno aos heróis nacionais ou a personagens que se tornaram objeto de culto, independentemente de como tenha sido sua vida "real". No percurso de José de San Martín, o símbolo mais indiscutido da nacionalidade, por dar somente um exemplo, há lugares

chave que remetem a essa configuração. Em primeiro lugar, o mistério sobre seu exílio voluntário na França, onde terminou sua vida. Aprendemos desde pequenos, também, a enxergar San Martín seguido por seu exército, mas na solidão das decisões. Nos relatos e pinturas sobre a façanha da travessia dos Andes costuma aparecer, próximo dele, como testemunha ou como par, o condor – ave solitária. E “ave solitária” era também Martín Fierro, que dizia ter nascido *“como nace el peje en el fondo de la mar”* e que, como outros personagens da literatura argentina, nos quais não nos deteremos aqui, é peça discursiva da perspectiva endocêntrica.

O sociólogo Eduardo Archetti (1998), em um estudo recente sobre o imaginário do futebol argentino, que faz parte da sua tese de doutoramento, relaciona as figuras do *pibe* e do *potrero*⁵ a “narrativas míticas” que enquadram o espaço aberto dos pampas como símbolo de liberdade. O trabalho está direcionado fundamentalmente a pesquisar as representações da masculinidade no país, mas alguns dos depoimentos dos informantes argentinos com que trabalhou, todos eles jovens portenhos da classe média, reproduzem, sobretudo em torno da figura de Diego Maradona, traços desse “personagem endocêntrico” que tentamos explicar. Frases como *“Maradona ha muerto tantas veces y siempre vuelve”*, *“La vida de Maradona es como un juego permanente”*, *“una vez pibe, para siempre pibe”* (pág. 113) mostram essa perspectiva. É interessante a respeito observar este fragmento da reflexão de Archetti sobre a fala de seus entrevistados:

Carlos insistió varias veces en que Beckembauer y Cruyff “tenían una capacidad de liderazgo por encima de sus capacidades técnicas”. Eran el componente central de un motor bien lubricado (“eran como el diferencial”, según Tomás). Maradona, sin embargo, fue definido como un gran solitario y capaz de ganar él solo un partido y un campeonato. (pág. 117)

En la narrativa de Maradona su vívido mundo se entrecruza, sin que él se lo proponga, con el mundo mítico del fútbol y con el imaginario nacional. Mis informantes ven esta conexión de un modo claro: los raros casos individuales remiten a una tradición histórica. Ellos –como Maradona a su manera– participan de la recreación de una ideología poderosa. (pág. 118)

⁵ “Pibe”, como explicamos em nota do Capítulo V, é um termo coloquial que poderíamos traduzir como “rapaz” ou “molçuc”. O “potrero” é o terreno suburbano onde se faz “pladinha” de futebol. Porém, o termo também denominou, no processo de ocupação rural na Argentina, que trouxe a normalização capitalista do campo e a desaparecimento do *gaucho* como estamento social, os terrenos que ficavam livres da produção agrícola.

Um outro caso que queremos trazer à tona, como exemplo quase patético das armadilhas da discursividade, é o de um estranho livro que, nas muitas pesquisas bibliográficas para esta tese, encontramos na biblioteca do prédio de História da Universidade de São Paulo. Chama-se *El desarraigo argentino*, e seu autor é Julio Mafud (1959). É uma das tantas obras dedicadas a admoestar severamente o “egoísmo” e “individualismo” dos argentinos (com muita menos criatividade que Borges, é claro), escrita numa linguagem carregada de moralismo e conservadorismo evidente. O interessante é que o autor se vale, para a crítica do que considera “*el mal argentino por excelencia*” (9), das formas retóricas mais relacionadas ao “*desarraigo*”. Eis alguns dos seus conselhos:

Chapotear en nuestra propia vida. Palparla. Sentirla. Vivirla. Durante muchas décadas la Argentina se ha negado violentamente a realizar ese encuentro consigo misma. (pág. 133)

El futuro proceso institucional debe ser a la inversa: en lugar de ajustar al individuo al mundo institucional es necesario ajustar el mundo institucional al individuo. Esto es esencial. Porque ningún individuo puede vivir en un mundo que no siente ni vivencia, aunque se le imponga. (pág. 138)

Enfim, na centralidade pessoal e na sua “projeção autêntica” é que vemos a “epidermes defensiva” que parece predominar na discursividade argentina. Ela não é patrimônio de uma orientação ideológica determinada, já que permeia enunciados emarcados em períodos históricos, setores sociais e propósitos políticos diferentes. Observemos, para terminar, como suas modulações aparecem também em segmentos de discursos claramente contestatários e transformadores. O escritor e historiador Osvaldo Bayer (2001:16), por exemplo, em artigo recente em que homenageava as *Madres de Plaza de Mayo*, afirmava (grifo nosso):

Actuar. Desde el piquete que corta los caminos de la infamia hasta el piquete de la moral y la conducta que existirá eternamente en los que creen que la única democracia existe cuando todos pueden vivir con dignidad.

E podemos perceber a “centralidade pessoal” também nestas palavras da presidente dessa entidade, Hebe de Bonafini (1988:12), exemplo vivo (e não nos importamos aqui por abandonar claramente a objetividade no nosso discurso) de luta e de coragem:

Hay que organizarse, hay que trabajar, hay que sentir que cada uno de nosotros tiene que ser —como dice una consigna por ahí— su propio soldado, en el buen sentido de la palabra, de lo que quiere, de lo que

proyecta, de lo que ambiciona para su pueblo, que es nada más que lo que ambicionamos para nosotros mismos. (grifos nossos)

2.3 Estereótipos - silêncios que não se escutam

Pede perdão pela duração dessa temporada,
mas não diga nada que me viu chorando
e pros da pesada diz que eu vou levando.
Vê como é que anda aquela vida à toa
e, se puder, me mande uma notícia boa.
Chico Buarque, "Samba de Orly"

Em uma publicação em que comenta os resultados de uma pesquisa qualitativa efetuada entre argentinos de 15 a 30 anos, o sociólogo Eliseo Verón (1997:24), explica que o valor expressado como prioritário pelos entrevistados foi a "autenticidade" e a "sinceridade". Lemos em outra revista (*La primera*, Buenos Aires, 14/10/2000, pp. 80-85) uma reportagem intitulada "*¿Por qué mienten los argentinos?*", com opiniões de psicólogos e sociólogos. A matéria e o discurso dos profissionais apresentam o mesmo pressuposto de autenticidade ("*Si la verdad es sólo una, entonces hay varias clases de mentiras*", 82) e concluem, é claro, em que "*Los autoengaños son los más peligrosos*" (84). Discursividade e representações aparecem para nós precisamente assim, como opacos rastros de determinações que atravessam sua própria recusa.

Em um artigo publicado na *Folha de São Paulo* de 17/3/96, o americano Michael Keep (1996:14), com indissimulada agressividade, reclama da "irresponsabilidade" brasileira. Apresenta, para sua "admoestação", um conjunto de lugares comuns sobre a suposta "esquiva retórica" brasileira para situações embaraçosas, todos eles por meio de expressões como "eu te ligo", "fica para a próxima", "a gente se vê", "deixa comigo", etc., inseridas em um texto com afirmações como "o homem cordial, um tipo de enganador charmoso", ou "Membros de essa espécie híbrida, meio malandra, meio diplomata, podem ser classificados como os morde-e-assopra brasiliensis". Não deixa de apontar que a raiz do problema está no caráter católico do Brasil, tão diferente da "América protestante, onde a salvação está ligada à conduta pessoal".

Ao mostrar uma das fórmulas que caracterizariam "o brasileiro", o incomodado estadunidense faz uma observação que evidencia quanto o estereótipo obstaculiza a percepção de implícitos culturais:

“Pô, você sumiu!?”), uma esquiva mais sutil, não deveria ser confundida com “que saudade!”, que pode ser ou não verdade. “Sumiu!?!?” é uma reação sem graça, que transfere habilmente o peso do sumiço para o outro. (pág. 14)

Do nosso ponto de vista, na medida em que vemos essa e muitas outras fórmulas, em alguns dos seus usos, como efeito e produção de uma delimitação não rígida dos espaços pessoais, não pensaríamos que é uma transferência para o espaço do outro, mas uma indiferenciação imaginária de ambos os espaços direcionada à preservação da sensibilidade. Em termos de Matta (1990: 192), a unidade não é o indivíduo senão a relação. Na seção seguinte trabalharemos com as propostas desse antropólogo em torno do caráter hierárquico da sociedade brasileira, mas queremos aqui, brevemente, focar alguns pequenos territórios das relações entre “iguais”, em que esses traços da discursividade se manifestam de um modo particular no silêncio que preserva as emoções.

Quando na Argentina passou o filme *Central do Brasil*, de Walter Salles, alguns conterrâneos com que conversamos não conseguiam entender por que os irmãos de Josué o integravam tão rapidamente nas atividades e na rotina do lar, sem saber que ele era seu irmão. Nós insistíamos em que eles o sabiam, mas nossos amigos argentinos nos mostravam que isso nunca tinha sido dito. Com efeito, as cenas de reconhecimento no encontro de Josué com seus irmãos de pai não incluem essa declaração explícita, que a própria Dora cuida de não verbalizar. Nessas cenas há diálogos acompanhados por um brilho nos olhos em que é dita, silenciosamente, a relação que está sendo incorporada. É claro que o “estranhamento” dos nossos amigos argentinos diante disso, e o nosso reconhecimento, nos remeteu a inúmeras experiências que aqui vivemos e que não é este o lugar para mencionar. Só queremos deixar algo posto acerca do “viver nos outros”. Ao vê-lo, como fazem muitos autores e faremos nós no próximo ponto, como marca de uma sociedade hierárquica, é bom não perder de vista que, no terreno da afetividade, ele é sempre uma prazerosa distensão.

E o silêncio em ambas as discursividades, como marco de conclusividade de enunciados que põem em jogo a preservação do que está sendo construído, é também, cremos, um campo de pesquisa que pode ajudar a tirar do lugar comum a observação de clichês como “vai dar certo”, “que saudade!” e muitos outros que a moral protestante dificilmente consiga decodificar.

3. Cordialidade, centralidade, e desigualdade social

Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste.
Machado de Assis, "O caso da vara"

3.1 Pessoa, indivíduo e sociedade hierárquica

O antropólogo Roberto da Matta (1990 e 1993) caracteriza a sociedade brasileira como altamente hierarquizada em todos os aspectos de sua mentalidade. No quarto capítulo de *Carnavais, Malandros e Heróis* (1993:146-204), ele desenvolve uma análise sobre a representação de "indivíduo" e de "pessoa" na sociedade brasileira, análise que aplica também em outros capítulos do livro, e que consideramos muito relacionável ao que observamos, neste trabalho, como predominante, nas respostas dos brasileiros, quanto à delimitação de espaços pessoais nas cenas enunciativas. Matta parte da distinção estabelecida na Sociologia entre as noções de "pessoa" e de "indivíduo". Muito sinteticamente diremos que, nessa diferenciação, o "indivíduo" se caracteriza pela pressuposição de igualdade e de um espaço próprio, e a "pessoa", pólo social do indivíduo, pela complementaridade e por estar "presa à totalidade social, à qual se vincula de modo necessário" (184). Na "pessoa" se cristalizam os vínculos sociais. Toda formação social incorpora ambos os pólos em diferentes graus e relações. Em particular, para o Brasil, Matta propõe que "o indivíduo é que é a noção moderna, superimposta a um poderoso sistema de relações pessoais" (188). O indivíduo, no Brasil, seria o objeto do sistema legal, de sua impessoalidade. Mas a sociabilidade fora dos espaços e momentos de intervenção ou de invocação da lei é fundamentalmente uma sociabilidade entre "pessoas"; isto é, entre unidades marcadas pela relação e não pela individuação. Para Matta, no Brasil, a ideologia dominante é a da complementaridade, a do sistema de "pessoas", sendo o indivíduo a queda no anonimato e na solidão social.

O domínio da “pessoa” é primeiramente o da família, que na descrição que Matta faz das “passagens” entre os dois universos tende a ser reposto por diversos mediadores. (197). Assim, o brasileiro de setores médios e altos, para Matta, vive pouco tempo da sua vida como “indivíduo”. O universo da “casa” domina o universo da “rua”, existindo, em consequência, uma “hierarquização do mundo público em termos do mundo privado, do lar e da família” (198). Desse modo, no Brasil, o sistema capitalista tem uma realização peculiar em que “as relações pessoais mostram-se muito mais como fatores estruturais do sistema que como sobrevivências do passado” (203).

Em um trabalho posterior, Matta (1993), ao analisar o senso comum brasileiro sobre a violência com base em uma pesquisa, explica que os informantes referiam com maior frequência imagens de agressão individual, com contato pessoal e direto entre agressor e vítima. A violência era representada, sobretudo, como a ruptura com as necessárias mediações na sociabilidade e o primado do individual por encima da “parcela social” do indivíduo; o qual, nos termos de Buarque da Hollanda, faz pensar em uma ruptura com a “cordialidade”:

No Brasil, a essência do violento parece estar relacionada à ação sem rodeios: ao movimento que, dispensando intermediários, cria um confronto direto entre as pessoas. Tudo indica, portanto, que a violência tem uma relação crítica com a ausência de mediação e com um contexto no qual as pessoas se confrontam como indivíduos, motivadas exclusivamente por seus interesses em condições em que a oportunidade de usar a força física cria uma inusitada igualdade. (183)

Todas estas observações de Matta nos dão algumas chaves para interpretar, na sociabilidade, o que chamamos “perspectiva exocêntrica” na construção das cenas enunciativas que observamos no Capítulo V a partir de 4.3, ainda em aquelas que representam, como em 6.1, nas reformulações de “digna”, as diferenças socioeconômicas. Também Chauí (1996) vê a sociedade brasileira como “marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos” (89). E ambos os autores, sobretudo Chauí, que escreve dezesseis anos depois, destacam as imensas desigualdades do Brasil na distribuição de renda.

No entanto, como o próprio Matta afirma, as características que ele descreve para a sociedade brasileira se manifestam também em outros países da América Latina. Por que, então, a discursividade argentina aparece como tão diferente quanto à delimitação dos

espaços pessoais⁶? Muito do que Matta e Chaui descrevem sobre a sociabilidade brasileira parece perfeitamente aplicável à Argentina, sobretudo quanto à relevância dos vínculos de compadrio e à existência formal das leis. Mas não contamos com estudos estritamente antropológicos sobre a sociabilidade argentina tão abrangentes e desenvolvidos como os de Matta, situados na sociabilidade do cotidiano, que pudessem dar pistas para relacionarmos as configurações enunciativas encontradas com a integração particular de “indivíduo” e “pessoa” nas práticas sociais. Com efeito, a maioria dos trabalhos recentes sobre a vida social na Argentina se articulam em torno da “cultura política”⁷.

⁶ Aqui, na medida em que falamos em termos de enunciação lingüística, já não usamos “pessoa” no sentido da sociologia como diferente a “indivíduo”.

⁷ A pesquisa bibliográfica que desenvolvemos nos mostra que os temas mais trabalhados, depois de 1982, são os problemas de construção da cidadania e da democracia, ou o estudo de determinados processos políticos. Algumas obras de referência a respeito, além das de autores como Sarlo, Shunway, Cheresky, O'Donnell ou Pucciarelli, que citamos no corpo da tese, são os muitos trabalhos dos sociólogos e politólogos Alain Rouquié, Jorge Schvarzer, Oscar Landi, Oscar Steimberg, ou Juan Carlos Portantiero, por mencionar somente os mais conhecidos, e que aqui não temos citado porque rara vez enfocam, como Matta, a intersubjetividade na vida social fora das ações e identificações que constituem essa “cultura política” e são sua referência privilegiada. Há, por outra parte, inúmeros trabalhos acadêmicos que analisam a sociabilidade, em recortes parciais, para o estudo de questões de gênero, violência familiar, delinqüência, processos de auto-organização com finalidades de moradia, segurança, saúde, educação, defesa de direitos humanos e criação ou preservação de fontes de trabalho. Todos eles são importantes guias, cremos, para uma análise da sociabilidade argentina, e alguns deles estão referidos nesta tese (Archetti:1998, Zaldúa:1999, Bayer:2001, Verón:2000, Pérez Chávez e Zaldúa:1999), mas não são trabalhos que tenham visado, como os de Matta, a uma teorização geral dessa sociabilidade. Há em Sarlo (1994) momentos que parecem tender a uma procura nesse sentido, mas a autora se refere, neles, a uma caracterização geral da vida social na pós-modernidade no mundo, não em particular na Argentina. Percorremos, para a elaboração deste Capítulo, coleções de revistas como a venezuelana *Nueva Sociedad*, que publica muitos trabalhos de argentinos, alguns dos quais aqui estão referidos, e muito especialmente a coleção completa da revista *Sociedad*, da *Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires*, que começou a ser publicada em 1992. Nela predominam os trabalhos sobre “cultura política”, transformações socioeconômicas de uma perspectiva macro (o texto de Pucciarelli que depois citaremos é dessa procedência) e sobre mídia. Também há nessa coleção alguns trabalhos do outro tipo já mencionado, que abordam recortes parciais da sociabilidade e que podem, em consequência, estar mais próximos do que aqui pesquisamos. Os dois mais relevantes nos pareceram o de Denis Merklen sobre ocupações de terras na periferia de Buenos Aires, publicado no Nº 11, e o de Eduardo Romano sobre representações de memória e esquecimento em programas de TV com participação do público, publicado no Nº 9. Se não os incluímos na Bibliografia é porque não os temos citado, já que suas vinculações com as regularidades enunciativas que aqui estudamos seria objeto de uma cuidadosa pesquisa específica e em relação também com outros textos, sendo parte das possibilidades para os futuros desenvolvimentos que já propomos. Quanto a publicações do Instituto de Antropologia dessa Universidade, o que encontramos no seu *site* é predominantemente referido a populações indígenas. Enfim, entenda-se que quando afirmamos que não contamos com uma teorização que possa servir como parâmetro comparativo com a que Matta propõe para a sociabilidade no Brasil, não é por indiferença diante da vasta produção existente na Argentina, mas por não termos encontrado, até agora, uma construção teórica análoga em objeto e em alcance.

Menção específica merece, a respeito, o quinto capítulo de O'Donnell (1986: 121-155), devido à sua difusão, no nosso meio, como “comparativo” com Matta. É verdade que o autor parte de afirmações de Matta no mesmo capítulo de *Carnaval, malandros e heróis* que aqui analisamos, mas o faz com um intuito completamente diferente. O'Donnell, nesse artigo, limita seu comentário de Matta ao funcionamento

De qualquer maneira, a relação entre discursividade e sociabilidade não tem por que ser mecânica, e já advertimos que aqui daríamos somente primeiros passos que permitissem abordar essa relação. É pertinente, no entanto, atender a algumas comparações possíveis entre os dois países.

3.2 Pobreza, autoritarismo e privatização do público

A primeira é sobre a desigualdade socioeconômica, que na Argentina não seria tão extrema quanto no Brasil. Mas os dados mostram que essa diferença vai diminuindo ao passar o tempo. Lustig (1995: 113-114) fornece índices até 1986, com que podemos elaborar o seguinte quadro:

	Argentina		Brasil	
	1970	1986	1970	1986
Pobreza	8%	13%	49%	40%
Indigência	1%	4%	25%	18%

E a evolução da pobreza na Argentina continuou em ritmo acelerado, como mostram dados do *Instituto Nacional de Estadística y Censo*, aparecidos em *Página 12* de 20 de outubro de 1999. Pelo menos na *Capital* e no *Gran Buenos Aires*, a percentagem de população sob a linha de pobreza era de 24,3% em maio de 1998, crescendo para 27,0% em maio de 1999.

hierárquico do clichê “Você sabe com quem está falando?”, mas não se propõe uma contraposição geral das duas sociedades quanto à articulação entre as noções de “indivíduo” e “pessoa”, “casa” e “rua”, que Matta propõe. Seu propósito é outro, o mesmo que norteia o livro inteiro: uma comparação entre as modalidades do autoritarismo, da violência política e da intervenção do Estado sobre a sociedade nesses e em outros países da América Latina. A demonstração mais clara de que não se inscreve no mesmo tipo de reflexão é a denominação de “sociedade individualista” para a Argentina (pág. 131), quando, da perspectiva da dialética “indivíduo” / “pessoa”, toda formação social combina de alguma maneira ambas as dimensões (Matta também não define a sociedade brasileira como “personalista”). Em síntese, o trabalho de O'Donnell é uma extraordinária análise sobre a violência política nos nossos países, mas não nos parece especialmente relevante para nosso propósito de interpretar regularidades enunciativas. É, como outros que aqui mencionaremos, uma importante fonte informativa sobre a vida política argentina, por isso sua vinculação interpretativa com este tipo de pesquisa é bastante indireta. E também é, nas suas partes menos “acadêmicas”, uma interessante superfície discursiva para a análise dos estranhamentos e fascinações de um argentino (muito perceptivo) no Brasil.

Quanto à distribuição de renda, segundo índices de Pucciarelli (1998:18), a desigualdade entre ricos e pobres também cresce. Comparando 1972 e 1996 quanto à diferença entre a apropriação de benefícios pelo 10% mais rico e pelo 10% mais pobre, na primeira data a parcela é 12 vezes maior e, em 1996, 22 vezes maior.

Uma outra diferença que parece mais pertinente para procurar explicações que relacionem a sociabilidade com as regularidades enunciativas encontradas é a que surge da pergunta que Matta formula em 1993: 202:

De fato, poderíamos adotar sem problemas e de modo cabal, como um fato consumado, o princípio de igualdade e a noção de indivíduo no sentido mais acabado do racionalismo burguês do século XVIII, numa nação já constituída?

A Argentina não era uma nação já constituída no período colonial, e segundo vários autores (Beyhaut e Beyhaut: 1995, Tur: 1984, Chaunu: 1989, Shunway: 1993, Luna: 1997) a sociedade que, naquele tempo, se formava em torno de Buenos Aires, não tinha uma estrutura predominantemente aristocrática. Tanto Matta quanto Chaui dão muita importância nas suas análises a esse aspecto da sociedade brasileira, ao que denominam de diferentes maneiras, o primeiro como “sociedade tradicional”, a segunda como “cultura senhorial”, relacionando-a ambos à existência secular da escravidão. Mesmo assim, o caudilhismo e as legalidades paralelas determinadas pelo vínculo pessoal já eram comuns na sociedade colonial portenha, como demonstra, além dos autores já mencionados, Belgrano Rawson (1999). Esse mesmo autor nos lembra também que o Rio da Prata foi um território privilegiado do tráfico negroiro.

Por outra parte, o autoritarismo, característica que Chaui e Matta atribuem à sociedade brasileira, é também um traço forte da política argentina, pelo menos até os anos 80, como apontam Shunway (1993), O'Donnell (1986) e Cavarozzi (1986). Para Patiño (1997:6), que analisa as dificuldades da “transição” democrática na Argentina pós-ditadura, o autoritarismo atinge o corpo social todo, não se limitando a sua vida política:

El entramado social completo debe pasar en esos años por un proceso de transformación de una fuerte matriz autoritaria cuyo origen no data de la última dictadura militar sino que se remonta al menos a la primera ruptura del orden constitucional en 1930, y que tiene en los siguientes cincuenta años sucesivas modulaciones y reforzamientos.

Coincidimos com essa noção de “matriz autoritária”, que não limita sua percepção à atividade do Estado, e poderíamos acrescentar que bem antes de 1930 as práticas repressivas e autoritárias foram comuns na Argentina para a “resolução” de conflitos sociais. Por exemplo, o massacre efetuado em 1921 pelo governo de Hipólito Yrigoyen contra os grevistas da Patagônia, que deixou um saldo de mais de 300 peões rurais fuzilados⁸, não se diferencia muito de “façanhas” como Canudos. Sobre o período de golpes militares iniciado em 1930, não há necessidade, a esta altura, de lembrar a crescente ferocidade repressiva que o caracterizou. Os bombardeios contra civis em 16 de junho de 1955, bem como os fuzilamentos de junho de 1956, ambos no marco da assim chamada “*Revolucion Libertadora*”, a “*Noche de los bastones largos*” durante o governo de Onganía, o massacre de Trelew em 22 de agosto de 1972, quando dezessete prisioneiros políticos foram fuzilados pelo Exército, a criação em 1974 da “*Triple A*” pelo governo peronista para assassinar opositores, e o genocídio desenvolvido pela ditadura de 1976-1983 são marcas inconfundíveis de uma história que nada tem a ver com a democracia.

Zaluar (1998: 270) vê na sociedade brasileira “uma formação subjetiva que valoriza o autocontrole”. Ela seria consequência, entre outras coisas, da preservação do “jogo parlamentar” desde o Império. E quanto às projeções atuais da violência política, a autora observa que:

Na história hoje conhecida não há registros de guerras civis, nem de guerras entre católicos e protestantes, cristãos e judeus, muçulmanos e judeus. Os episódios localizados de explosão de ódio social, racial e religioso não deixaram grandes feridas que sangrassem por todo o país. O mesmo não se pode dizer dos séculos de escravidão, marcados pela violência interpessoal profunda. (pág. 270-271)

Essa afirmação de Zaluar nos faz pensar em um dos muitos “contrapontos” que O’Donnell (1986:136) desenvolve sobre a repressão nos nossos países, afirmando que no Brasil a violência do estado é “protopolítica” e não obviamente política, enquanto na Argentina, a repressão é direta e explicitamente política. Dificilmente alguém, na Argentina, afirmaria que a violência política, sobretudo o terrorismo de estado de 1976-1983, não tenha deixado “grandes feridas que sangrassem pelo país todo”, como segundo Zaluar não aconteceu no Brasil, e isso tal vez constitua uma diferença pertinente para

⁸ Sobre esses fatos, bem como da comprovada responsabilidade do governo de Yrigoyen neles, há informação

explorar. Os tipos de estruturação enunciativa que aqui analisamos como predominantes na discursividade argentina são, como vimos em 2, supra, anteriores a essa ditadura. No entanto, a experiência desse terrorismo de estado e do posterior conhecimento coletivo de suas atrocidades deve ter influenciado criticamente em algumas de suas modulações, sobretudo quanto à “autenticidade” e ao modo em que, nos termos de Matta, se articulariam pessoa e indivíduo nessa “centralidade pessoal” que descrevemos ao longo do Capítulo V. Também o imperativo de transcendência a que nos referimos nesse Capítulo pode ter sido reforçado historicamente pelo propósito de não esquecer essas atrocidades. Contraditoriamente, esse imperativo, quando não está na ordem da reflexão consciente mas na do *habitus*, pode fazer “ressoar” enunciados de tradição autoritária, como aconteceu nas reformulações do Texto 4 em espanhol, particularmente nas expressões intensificadoras de “*el esfuerzo del pasado*” e nas atribuições de autoridade e poder para “*la solidez del presente*”. No Brasil, esse problema foi historicamente proposto, como mostram hoje alguns Cheresky (1999:77-78), reflexionando sobre as transformações que fazem perceber uma nova dimensão da cidadania na Argentina, afirma:

Se asistió en las últimas dos décadas a un nuevo proceso de redefinición: debilitamiento de las pertenencias sociales y del encuadramiento partidario. De modo que la constitución de la ciudadanía argentina contemporánea puede ser considerada como el resultado de un proceso de desprendimiento del condicionamiento social que reducía los individuos a sus intereses categoriales y de sus identidades públicas adscritas.

Precisamente devido a essa crescente “desafiliação” é que pensamos que o estudo da “cultura política” do argentino não basta para que encontremos relações produtivas entre a sociabilidade e as tendências enunciativas aqui analisadas. Esses vínculos devem ser procurados nos lugares mais “rasos” e “avulsos” de sua vida social, sobretudo hoje, quando os argentinos mostram ao mundo que rejeitam toda sua filiação política anterior. A palavra de ordem “*¡¡Que se vayan todos; que no quede ni uno solo!!*”, que unificou milhões de argentinos⁹ nos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001, e que continua unificando-os contra a chamada “*classe política*”, é suficientemente clara quanto a essa

amplamente documentada em Baycr: 1972.

⁹ Não exageramos ao escrever “milhões”. Basta consultar os diários portenhos desses dias para conferir que a multidão que saiu espontaneamente às ruas não se limitou às redondezas da *Plaza de Mayo*, onde se desenvolveu a principal batalha, mas que em muitas esquinas de bairros da Capital, da Grande Buenos Aires e de cidades do interior houve concentrações de dezenas de milhares.

rejeição. Esse processo, por ser muito recente, não foi ainda objeto de estudos provindos das ciências sociais. É bom levar em conta que, nele, confluíram formas de organização política, social e até econômica cuja existência é nova na Argentina (os piquetes de corte de estradas, as organizações de desempregados, o estendidíssimo “*mercado del trueque*”) e outras mais antigas (associações de comerciantes, centros de vizinhos) mas que agiram de um modo novo como canal de participação. Não podemos saber ainda de que maneira esse processo de mudanças será “historicizado” na Argentina, mas é previsível que as muitas e novas formas de convivência, participação e enfrentamento que nele se desenvolvem deixem marcas na sociabilidade e em geral, na percepção do mundo social.

Outra questão que convém examinar como possível aspecto a ser relacionado com a discursividade é a da diferenciação do “público” e o “privado” na vida social e política dos nossos países. No Brasil, esse problema foi historicamente proposto, como mostram hoje alguns autores, com bastante exagero. Assim, Gomes (1998: 558), depois de considerar criticamente as posturas que vêem a relação entre o público e o privado como “a marca” da história política brasileira, conclui em que:

O que permanece ao cabo deste longo percurso é o diagnóstico da política brasileira como situada nesta tensão entre o público e o privado. O desafio é compreender as formas dessa interação, assumindo que o país não padece de nenhuma patologia ontológica em relação à democracia como caminho de uma almejada modernidade política.

E Chauí (2000: 90-91), explica que a “indistinção entre o público e o privado” não é uma falha ou um atraso nem uma “tara de sociedade subdesenvolvida” mas que tem origem histórica no fato da coroa portuguesa ter deixado a direção de seus domínios nas mãos de particulares, e que “Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado.”

A Argentina viveu, depois de sua independência, um longo período em que, segundo Sarlo (1993: 181).

“Lo público tendía a resolverse en lo privado (en el poder económico de los terratenientes caudillos o en la gresca entre sus subordinados y subalternos). En este mundo criollo, el coraje tomó el lugar de otras virtudes más “civilizadas”.

3.3.3. A posterior organização nacional moderou esse poder dos caudilhos (Gorosteguy, 1980), mas as práticas de clientelismo e nepotismo continuaram.

Quanto à atual diferenciação do “público” e o “privado” no Brasil, Chaui (2000: 94) propõe que:

A política neoliberal recrudescer a estrutura histórica da sociedade brasileira, centrada no espaço privado e na divisão social sob a forma da carência popular e do privilégio dos dominantes, pois a nova forma de capitalismo favorece três aspectos de reforço dos privilégios: 1) a destinação preferencial e prioritária dos fundos públicos para financiar os investimentos de capital; 2) a privatização como transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com a ajuda substantiva dos fundos públicos; 3) a transformação de direitos sociais (como educação, saúde e habitação) em serviços privados adquiridos no mercado e submetidos à sua lógica.

Todos esses processos de privatização do público são perfeitamente visíveis na Argentina das últimas décadas, mesmo que, como já mostramos antes, não tenham partido de uma desigualdade socioeconômica tão extrema quanto a do Brasil. E o outro modo de considerar a indistinção “público / privado”, isto é, as práticas de corrupção administrativa e clientelismo só se diferenciam do Brasil em que o “bolo” a repartir é quantitativamente menor. Como avanço do privado sobre o público, vale a pena destacar, além da onda de privatizações que absorveu todos os serviços de telecomunicações, produção e distribuição de energia, transporte e correios, a própria origem de boa parte da “dívida externa” argentina, provinda da “estatização” pelo Banco Central, em 1982, da dívida das empresas privadas com bancos estrangeiros. Sem esquecer a recente “fuga” de 21 bilhões de dólares por parte de bancos privados, que está sendo investigada pelo ministério público e que tem significado a “retenção” dos depósitos bancários da população toda.

Enfim, não parece ser uma tradição de convivência com o direito o que explique a maior presença, na discursividade argentina, de traços que pareceriam, *superficialmente*, relacionados a uma sociabilidade mais apoiada no “indivíduo” do que na “pessoa”. Acreditamos que a “*urdimbre*” dessas duas dimensões na sociabilidade argentina é algo ainda por pesquisar, e esperamos que trabalhos como este, sobre a discursividade, possam ser uma contribuição para essa tarefa. Mas tudo parece indicar que Argentina não é, como Matta propõe para os Estados Unidos, um sistema de indivíduos regido pela representação de “igualdade”.

3.3 Globalização, exclusão e ficções

No llores por las heridas, que no paran de sangrar.
Charly García, "No llores por mí, Argentina".

Na morte eu descanso mas o sangue anda solto
manchando os papéis, documentos fiéis
ao descanso do patrão.
Renato Russo, "Que país é este?"

A "globalização" não modera os termos das desigualdades sociais nos nossos países mas, pelo contrário, os exacerba e reconfigura. Em primeiro lugar, porque para nossos países vem significando um aumento dessas desigualdades. Mas também porque vem acompanhada de um processo de homogeneização cultural sem precedentes, que é uma de suas metáforas: a do "shopping universal" (Ianni, 1997), ou como lembra Bruner (1995:302):

La conciencia latinoamericana está empezando a reproducir las manifestaciones de esa cultura moderna, a la manera de un laberinto interior de significados que no cesan de generar múltiples disonancias y ecos de otras cosas. Es una conciencia social conectada comunicativamente, donde bien pueden fusionarse analfabetismo y televisión, el más apartado localismo rural con el flujo de imágenes internacionales, o la historia de las universidades de París y Bolonia enseñada en una distante escuela primaria de la Patagonia.

Las nuevas estratificaciones de esa conciencia son motivadas ahora por el constante consumo de un medio sobrecargado de significación. Los dioses antiguos rigen sólo sobre una parte de esa conciencia y apenas logran imprimirle un orden interno. Están en competencia con los ídolos producidos por la industria cultural y con múltiples y nuevos conocimientos vinculados a la potencialidad de un trabajo mejor, dentro de una geografía urbana que reverbera de signos que se proyectan más allá del horizonte nacional.

Em todas as latitudes são reproduzidos, sincronicamente, os mesmos desejos de consumo em relação a idênticos ícones e grifes, mostrados, além do mais, tanto àqueles que têm acesso a eles como àqueles que não o têm. Desse modo, as desigualdades se transformam em "exclusão", denominação que nossa época dá para a pobreza. Martins (1997) critica o conteúdo fatalista dessa categoria, que disfarça uma "inclusão" no que o capitalismo global tem para oferecer: precariedade, instabilidade e marginalidade. A seguinte reflexão de Sarlo (1994:27) ilustra, não sem alguma ironia, como essa "exclusão" pode ser complementar de "cidadania", e ambas serem termos de identidade / alteridade:

Las identidades, se dice, han estallado. En su lugar no está el vacío sino el mercado. Las ciencias sociales descubren que la ciudadanía también se ejerce en el mercado y que quien no puede realizar allí sus transacciones queda, por así decirlo, fuera del mundo. Fragmentos de subjetividad se obtienen en esa escena planetaria de circulación, de la cual quedan excluidos los muy pobres. El mercado unifica, selecciona y, además, produce la ilusión de la diferencia a través de los sentidos extramercantiles que toman los objetos que se obtienen por el intercambio mercantil.

A homogeneização e suas “exclusões” se manifestam com maior nitidez nos espaços urbanos. Buenos Aires e São Paulo têm em comum, como qualquer outra metrópole, a presença gritante dessas mensagens. Mas também compartilham um caráter tributário com respeito aos centros de iniciativa que as configuram. São Paulo, pelo menos, é considerada por alguns autores como uma das cidades “mundiais” ou “globais” do mundo periférico (Véras, 1999).

A exclusão, como nos lembram Pérez Chávez e Zaldúa (1999:81), toma também as formas de um racismo social:

La peligrosidad social se construye estigmatizando y reproduciendo al sospechoso en estereotipias de rasgos físicos y vestimentas que construyen la sospecha. Los aparatos de represión entrenados se insertan en la trama de significación sobre el diferente sospechoso, siendo visible la violencia del “gatillo fácil”.

Por último, e pensando nesse imperativo de transcendência que vimos como predominante na discursividade argentina, tão relacionado ao presente como eixo de perspectiva e ao que nos referimos no Capítulo V (5.4 e 7.1), surpreendeu-nos bastante a seguinte afirmação de Boris Fausto (2000:2), que já tínhamos ouvido em outros brasileiros como parâmetro comparativo:

O imaginário argentino é diverso. O passado, para o bem ou para o mal, integra o presente, os heróis são cultuados e as controvérsias sobre figuras históricas são bem mais apaixonadas do que no Brasil. [...] Enquanto na Argentina ocorre uma verdadeira disputa em torno de personagens embalsamados ou de seus ossos – o caso fantástico de Perón salta aos olhos –, no Brasil essas coisas não são levadas muito a sério [...] É corriqueira a observação de que o Brasil é um país sem memória, que esquece com facilidade seus vultos históricos. Só Tiradentes e Getúlio Vargas são exceções.

Acontece, no entanto, que também de nós se diz que não temos memória. E “sabemos”, por termos vivido na Argentina durante 33 anos e lecionado nela durante cinco

anos, que o conhecimento mais básico dos relatos históricos, nos nossos compatriotas, não é tão vasto quanto se crê, menos ainda o dos dados cronológicos que os ordenam. Parafraseando Fausto, será para levar “muito a sério essas coisas”? Ou será que nos foram “ditadas” memórias diferentes? Uma que retém os heróis, outra os mártires¹⁰. Uma que coleciona os “vultos” e os “ossos”, outra que os “esquece”.

A respeito, podemos fechar a reflexão deste trabalho com observações de dois analistas respectivamente da “invenção” da Argentina e do “mito fundador” do Brasil. Nicholas Shunway (1993), comentando as apaixonadas discussões de seus convidados no dia em que se despedia de Buenos Aires depois de sua primeira permanência no país como pesquisador, afirmava:

Pero lo que más me impresionó fue su retórica. Mis invitados hablaban lenguas distintas, que se remitían a ficciones orientadoras radicalmente diferentes. El consenso, o siquiera una apreciación del punto de vista ajeno, era imposible.

Desde esa primera visita, he vuelto a Argentina muchas veces y dedicado gran parte de mi vida a estudiar la historia y la literatura argentinas. Aunque no pueden negarse los cambios reales que se han dado en la retórica argentina, sigue asombrándome hasta qué punto la Argentina moderna sigue en diálogo con su pasado, cómo los ecos de debate del siglo pasado siguen resonando en prácticamente toda discusión que tengan los argentinos sobre sí mismos y su país, cómo los fantasmas retóricos de Moreno, Hidalgo, Rivadavia, Sarmiento, Alberdi, Mitre, Andrade y Hernández siguen habitando el país. Estos fantasmas sobreviven quizá porque la Argentina nunca se puso de acuerdo respecto de sus ficciones orientadoras. La Argentina es una casa dividida contra sí misma, y lo ha sido al menos desde que Moreno se enfrentó a Saavedra. Sarmiento codificó la división en sus inflexibles polaridades de Civilización y Barbarie, y en nuestro siglo liberales y nacionalistas, elitistas y populistas (aunque con muchos matices nuevos) continúan el debate, a menudo usando argumentos e imágenes heredados. (pág. 324)

E Chauí (2000:91), a respeito da ideologia que sustenta a percepção da sociedade brasileira, afirma:

Somos uma formação social que desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira.

Argentina, para Shunway, que escreve de uma perspectiva muito menos crítica que Chauí, não conseguiu ter “*ficciones orientadoras*” para seu relato histórico. Chauí reconhece em seu livro a eficácia da classe dominante brasileira para impor as

¹⁰ Aconteceu-nos, repetidas vezes, que lecionando Cultura Hispano-Americana para alunos brasileiros e tentando com eles um “paralelo” entre heróis nacionais, ao usarmos a palavra “*próceres*”, eles propunham

representações que sustentam sua dominação. E podemos ver, comparando os dois trechos uma interessante antítese:

“La Argentina es una casa dividida contra si misma”

“a boa sociedade indivisa”

A primeira é uma “admoestação” que nós, argentinos, recebemos dos primeiros anos da escolaridade, e sob a qual aprendemos a “situar-nos” no país em que nascemos. A segunda é um dos dons que, como aprende na escola a criança brasileira, fazem do Brasil uma terra “abençoada”. Nelas, nas suas diferenças enunciativas e na sua harmonia autoritária, podem estar algumas das chaves para as tendências que observamos nas nossas discursividades. Ambas fundamentam, cada uma no seu país, a necessidade de aceitar, como naturais, infelicidades similares.

4. Um reconhecimento indispensável e grato

Temos feito referência, ao longo desta tese, a trabalhos de Silvana Serrani, pesquisadora e professora da UNICAMP no Instituto de Estudos da Linguagem. Se consideramos necessário aqui um comentário específico é devido à proximidade do nosso objeto de estudo com alguns dos que ela tem abordado. Serrani desenvolve, a partir do marco teórico da Análise do Discurso de linha francesa, uma série de reflexões e pesquisas no campo da Linguística Aplicada. Dentre elas, suas análises de “ressonâncias discursivas” em corpus experimentais de produções escritas de brasileiros e hispano-falantes são uma aproximação pioneira ao estudo de diferenças e semelhanças entre nossas discursividades. Dos trabalhos citados na Bibliografia, dois deles (1994 e 1997b) correspondem à análise de enunciações de recusa em amostras de brasileiros e hispano-falantes e outro (2001), ao estudo da compreensão de leitura de uma carta comercial argentina por brasileiros, e da produção de uma carta análoga, em português, pelos mesmos enunciadores.

traduzi-la como “mártires”, dando como exemplo Tiradentes, e, em alguns poucos casos, Zumbi.

Consideramos esses trabalhos um marco importantíssimo para a reflexão sobre língua e discursividade nos nossos países, tendo contribuído a deflagrar, em ambos, no âmbito de pesquisa e ensino sobre a língua “outra”, um saudável deslocamento que podemos sintetizar como:

- deslocamento de estereótipos sobre supostas “características” de um ou do outro, a uma descrição de regularidades observáveis.

- deslocamento de uma prática pedagógica que concebe a “cultura” na aula de “língua” como um apêndice dissociado, à instauração da possibilidade de leitura de aspectos da identidade / alteridade cultural na materialidade lingüística.

E esse deslocamento foi favorecido nem somente pelo rigor e coerência teórica dos trabalhos, mas também pela inevitável identificação de muitos de nós, que vivenciamos como docentes, pesquisadores e / ou imigrantes, a experiência do estranhamento na imersão nestas culturas, que Serrani conseguiu “pôr em pesquisa”.

Conhecemos o trabalho de Serrani em 1998, durante a escrita de nossa dissertação de mestrado, imediatamente depois da entrada no doutorado e poucos meses depois de nos estabelecermos no Brasil. O primeiro que lemos foi o de 1994. Já trabalhávamos, naquela época, na análise de práticas de reformulação, visando a que “transparenciassem” a identidade cultural e com um marco teórico muito mais incerto do que o atual. Surpreendeu-nos ver que essa pesquisadora, da qual tivemos conhecimento por indicação de Elvira Arnoux, diretora, na Argentina, do Programa de Pós-Graduação em que fizemos mestrado, também se interessava pelas identidades culturais na região e trabalhava com estudos de paráfrases. E a leitura contribuiu “desestabilizando” esquemas prévios.

Com o passar do tempo, os trabalhos dela que chegavam a nosso conhecimento e leitura enfocavam um outro objeto: a reflexão teórica sobre identificações em segundas línguas a partir da análise de depoimentos abertos, em língua materna, de pessoas que estiveram em contato com línguas - culturas estrangeiras (1998a, 1998b). Nossa pesquisa continuou já mais centrada em regularidades enunciativas e em 2000 publicamos primeiros esboços, que já referimos nos capítulos II e V. Só em 2001, com este trabalho já muito

avanzado e depois do exame de qualificação, conhecemos o trabalho publicado nesse mesmo ano, que nos mostrou que Serrani continua trilhando aquele caminho.

Parece-nos adequado pontuar em que aspectos nosso trabalho é diferente (o que não significa discordante) da pesquisa de Serrani. Somente incluiremos essas observações porque a coexistência em um espaço de pesquisa sobre objetos similares, mesmo que delimitados de outra maneira, impõe *eticamente* para quem “chega depois” apontar o que dá pertinência a seu trabalho. E também é iniludível, e grato para nós, o reconhecimento das iluminações que a leitura dos textos dessa pesquisadora nos possibilitou.

Serrani opera, nesses trabalhos, com *corpora* experimentais de amostras de produção de sujeitos de ambos os países que trabalham a partir de uma mesma indicação, o que nós também fazemos. Nos textos de 1994 e 1997, se referem pesquisas em que cada enunciador produz na sua língua, enquanto que na nossa pesquisa os respondentes trabalham na língua materna e na língua estrangeira. Ao trabalhar em micro-cenas experimentais, produzindo enunciações de recusa como desfecho dessas micro-cenas, as formulações que Serrani recolhe têm uma extensão e uma autonomia enunciativa muito maior do que as do nosso *corpus*, de alcance muito mais pontual e relacionadas mais diretamente à interpretação do texto que inclui a unidade a ser reformulada. Os trabalhos de Serrani, por se centrarem em um tipo específico de enunciação (“rituais de recusa / concessão”, como ela os denomina em 1994:89), tendem a conclusões sobre *formações discursivas* predominantes em relação com ele. O nosso não focaliza um tipo de enunciação senão as relações com uma formulação prévia, por isso tende a conclusões mais gerais sobre seleções produzidas nos processos enunciativos e se centra na análise contrastiva de alguns desses processos.

Quanto ao aproveitamento que fizemos da leitura e reflexão sobre os trabalhos de Serrani, já apontamos em outras seções desta tese suas observações sobre a enunciação da negativa por inferência e sobre “*después de*” como introdutor da recusa. Também enunciados que transcreve em 1994:84-86, em que a recusa é fundamentada a partir de valores morais, nos permitiram observações quanto à explicitação dos espaços pessoais nesses julgamentos morais, que nos ajudaram a dar precisão a essa problemática como objeto de abordagem. Com efeito, nos exemplos 3, 4 e 13 de respondentes brasileiros, que constam daquelas páginas indicadas acima, vemos diferentes recursos que *mediatizam a*

individuação do funcionário objeto da recusa na hora de usar as palavras “duras”: “Não podemos dar a *uma pessoa desonesta como ele* uma carta de recomendação. O nome da empresa não pode ser posto em jogo, dando aval a *pessoas de mal caráter...*” (grifo nosso). “...Imagine se isso de alguma forma é divulgado: *‘Funcionário demitido por recebimento de propinas recebe carta de recomendação.’*” (grifo nosso). “...as circunstâncias que *levaram a seu afastamento* foram bastante desagradáveis [...] uma comprovada atitude *como a que ele teve* desabona *qualquer* profissional...” (grifo nosso). Em compensação, nas seqüências 8 a 12, de enunciadores rio-pratenses, reproduzidas nas mesmas páginas desse trabalho de Serrani, a referência ou mostração individual é direta: “*su desempeño*”, “*que sea menos sinvergüenza*”, “*lo cara – dura que es*”, “*ese ladrón*”, “*la macana (cagada) que se mandó*”, “*¿qué se pensó éste?*” (grifos nossos).

Por último, em 2001: 47-48, Serrani atinge maiores precisões na caracterização das formações discursivas que pesquisa, acrescentando, ao descrito em 1994 e 1997, uma dimensão que consideramos relacionada à cena enunciativa:

Se trata de las formaciones discursivas en las cuales predominan sea enunciaciones de abruptión, sea de transiciones, que serán caracterizadas a continuación. En la primera, la representación del sentido se construye por resonancias de enunciados categóricos, directos, cuyos diversos recursos construyen una representación de proximidad entre los protagonistas y el objeto de discurso. En la segunda predominan resonancias en las cuales la configuración del sentido se presenta gradualmente, mediante enunciados con diferentes tipos de modalización que producen una representación de distancia entre los protagonistas y el objeto de discurso. (grifo nosso)

De que modo essa *representação de distância entre protagonistas e objeto* seja relacionável à *delimitação do espaço entre protagonistas* que propomos nesta tese, é algo sobre o qual ainda deveremos refletir. Para essa reflexão e para outras, os trabalhos de Serrani continuarão sendo, sem dúvida, uma fonte de aprendizagem.

5. Encerramento

Bibliografia

Acho que os anos irão se passar,
com aquela certeza que teremos no olho;
novamente a idéia de sairmos do poço,
da garganta do fosso, na voz de um cantador.
Zé Ramalho, "A terceira lâmina"

Nesta tese tentamos oferecer um olhar sobre o atual contato português – espanhol nos nossos países a partir da discursividade. Muito especialmente, dedicamo-nos à observação e descrição de regularidades em torno de alguns processos enunciativos. Neste último Capítulo, tentamos mostrar que a análise dessas regularidades e sua vinculação com outros discursos abre caminhos produtivos para a pesquisa comparada em gêneros diversos de circulação em nossos espaços sociais.

Creemos que no atual estado de conhecimento sobre as discursividades e a sociabilidade, tem prioridade a pesquisa sobre regularidades enunciativas em contextos de interação direta, mas, como esperamos que surja deste trabalho, o discurso político e institucional, a música, a poesia, as narrativas, a propaganda, são também lugares de interesse para a reflexão e a aprendizagem sobre essas regularidades.

Esse é, também, o caminho que nos propomos a encarar, como pesquisadores, a partir do espaço que, para isso, tivemos no Brasil. Como lembramos no Capítulo II, Adolfo Eliazancín afirma que o contato das nossas línguas ao longo da história é ilustrativo para a construção de uma teoria sobre línguas próximas. Creemos que também é convidativo para um trabalho interdisciplinar sobre discursividades construídas em processos históricos com traços comuns. Temos, para isso, um grande privilégio em comparação com outros "periféricos" que a globalização aproxima e afasta com seus *mercosures*, *alcas* e liberdades duradouras. É que, como aqui pudemos entrever, as materialidades lingüísticas próximas em que essas discursividades se realizam não param de mostrar, no contato, as alternativas de sentido que a História nos roubou.

Authier-Revuz, J. (1998). *Palavras incertas. As não coincidência(s) do dizer*. Campinas: Ed. Da UNICAMP.

————— (1996). "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)". Em: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº19. Campinas: IEL-UNICAMP, pp. 25-42.

Bibliografía

Acuña, Edgardo (1997): "Mercosur: ¿ideario político o necesidad económica?". Em: Revista *Todo es historia*, nº364, nov./97. Buenos Aires: Emilio Perina, Editor (pp. 50-64).

Almeida Filho, José Carlos (org.) (1996): *Português para estrangeiros: interface com o Espanhol*. Campinas: Ed.Pontes.

Altamirano, C., e Sarlo, B. (1997): *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ed. Ariel.

Álvarez Martínez, María Ángeles (1997): "El español y el portugués: aspectos léxicos". Em: *Cuadernos Hispanoamericanos*, nº 570. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional (pp. 15-27).

Archetti, Eduardo (1998): "El potrero y el pibe. Territorio y permanencia en el imaginario del fútbol argentino". Em: *Rev. Nueva Sociedad*, nº 154. Caracas, pp. 101-119.

Arnoux, Elvira, e Bein, Roberto (2000): "Distintas políticas lingüísticas. La palabra, vehículo de encuentro." Em: *Le Monde Diplomatique. El Dipló*, nº 17, noviembre de 2000. Buenos Aires (pp. 22-23).

Aubert, F. H. (1997): "Globalização, o idioma castelhano e a tradução no Brasil". Em: *El español en tiempos de globalización. Revista de la APEESP (Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo)*, nº 7. São Paulo (pp. 11-15).

Authier-Revuz, J. (1998): *Palavras incertas. As não coincidências do dizer*. Campinas: Ed. Da UNICAMP.

----- (1990): "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)". Em: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº19. Campinas: IEL-UNICAMP, pp. 25-42.

Azpiroz, Valneide L.: "O ensino de Português – Língua Estrangeira para Hispanófonos Rio-platenses". Comunicação apresentada no *Congresso Internacional "A Língua Portuguesa na Hispanofonia"*. UADE – Universidad Argentina de la Empresa. Buenos Aires: 28/6 a 1/7/2000.

Bajtin, Mijail (1982): "El problema de los géneros discursivos", em *Estética de la creación verbal*. México: Siglo XXI, pp. 248-293.

Bayer, Osvaldo (1972): *Los vengadores de la Patagonia trágica*. Buenos Aires: Ed. Galerna (2 vol.).

----- (2001): "Invencibles maestras". Em: *Página 12*. Buenos Aires, 5/11/2001, pág. 16.

Belgrano Rawson, E. (1999): *Noticias secretas de América*. Buenos Aires: Planeta.

Bertoni, M. L., e Cano, D. (1990): "La educación superior argentina en los últimos veinte años: tendencias y políticas". Em: *Revista Propuesta Educativa*, nº 2. Buenos Aires: FLACSO (pp. 11-23).

Beyhaut, Gustavo e Beyhaut, Hélène (1995): *América Latina. De la independencia a la segunda guerra mundial*. México: Ed. Siglo XXI.

Blanco de Margo, Mercedes (1991): *Lengua e identidad*. Bahía Blanca: Ed. de la Universidad del Sur.

Bonafini, Hebe de (1988): *Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Conferencia pronunciada el 6 de julio de 1988*. Extraída do site www.madresdelaplaza.com.ar.

Borges, Jorge Luis (1980): "Hombre de la esquina rosada". Em: *Nueva antología personal*. Barcelona: Ed. Bruguera (pp. 178-188).

----- (1992): "Conferencia en el Instituto de Cultura Hispánica de Madrid - 1973". Em: *Cuadernos Hispanoamericanos*, números 505-507, julho - setembro de 1992. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional (pp. 68-69).

Bosque, I., e Demonte, V. (org.) (1999): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Ed. Espasa.

Bourdieu, P. (1985): *¿Qué significa hablar?. Economía de los intercambios lingüísticos*. Madrid: Akal, 1985.

----- (1990): *Sociología y cultura*. México: Ed. Grijalbo.

----- (1995): "Estructuras sociales y estructuras mentales". Em: *La Noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps*. París: Ed. Minuit. Foi utilizada a tradução para o espanhol, em mimeo, publicada pela cátedra de "Didáctica General", FFyL - UBA, Buenos Aires.

----- (1999) "O Português do Brasil". Apêndice de Ilari, R. Bourdieu, P., e Passeron, J. C. (1992): *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.

Calada, M. T. (1999): "Um equívoco histórico". Em: Indursky, F., e Ferreira, M. C.: *O*. Brown, G., e Yule, G. (1993): *Análisis del discurso*. Madrid: Ed. Visor.

----- (2000): "Acerca del gesto que fundó una manera de interpretar la lengua". Bruner, J. J. (1995): "Tradicionalismo y modernidad en la cultura latinoamericana". Em: Reyna, J.L. (org.): *América Latina a fines de siglo*. México: FCE.

Buarque da Hollanda, Sérgio (1976): "O sementeiro e o ladrilhador" e "O homem cordial". Em: *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, pp. 61-111.

Buguel, Tália (1999): "O espanhol na cidade de São Paulo: quem ensina qual variante a quem?". Em: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, nº 33 (jan/jun 1999). Campinas: IEL-UNICAMP.

Chaunu, Pierre (1989): *História da América Latina*. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil.

Cavarozzi, Marcelo (1986): "Ciclos políticos na Argentina a partir de 1955". Em: O'Donnell, G.; Schmitter, Ph., e Whitlehead, L.: *Transições do regime autoritário. América Latina*. São Paulo: Ed. Vértice.

Calvet, Louis Jean (1990): "Typologie des politiques linguistiques", en Gruenais, Max-Peter (comp.) *Etats de langue*. Fayard: Fondation Diderot, 1986. Foi consultada a tradução publicada pela cátedra de *Linguística Interdisciplinaria* da *Facultad de Filosofia y Letras* da UBA no seu caderno *Glotopolíticas*, 1990, pp. 16-29.

Castello, A E. (1997): "Entrevista a Moacyr Flores". Em: Revista *Todo es historia*, nº364, nov./97. Buenos Aires: Emilio Perina, Editor (pp. 66-69).

Castilho, Ataliba T. (org.) (1998): *Para a História do Português Brasileiro. Vol. I: Primeiras Idéias*. São Paulo: Ed. Humanitas (FFLCH-USP).

----- (1999): "O Português do Brasil". Apêndice de Ilari, R.: *Linguística Românica*. São Paulo: Ed. Ática, 3ª edição, pág. 237-269.

Celada, M. T. (1999): "Um equívoco histórico". Em: Indursky, F., e Ferreira, M. C.: *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Ed. Sagra – Luzzatto.

----- (2000): "Acerca del gesto que fundó una manera de interpretar la lengua española en Brasil". Em: *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos, suplemento El Hispanismo en Brasil*. São Paulo, pág. 40-58.

Charaudeau, P. (1983): "Du savoir qu'on investit dans le signe". Em: *Langage et discours*. Paris: Ed. Hachette, pp. 15-36.

Chauí, Marilena (2000): *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Chaunu, Pierre (1989): *História da América Latina*. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil.

Cheresky, Isidoro (1999): "¿Hacia una nueva ciudadanía en la Argentina?". Em: Revista *Nueva Sociedad*, nº 159. Caracas, pp. 76-86.

Cunha, C., e Cintra, L. (1986): *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Duarte, M.E.L. (1989): "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil". Em: Tarallo, F. (org.): *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Ed. Pontes, pág. 19-34.

Dubois, Jean; Mathée, Giacomo; Guespin, Louis; Marcellesi, Christine e Jean-Baptiste; Movel, Jean Pierre (1978): *Dicionário de lingüística*, São Paulo: Ed. Cultrix.

Ducrot, Oswald (1977): *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Ed. Cultrix.

Ducrot, Oswald, e Todorov, Tzvetan (1979): *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*, Perspectiva, São Paulo, 1979.

Eliazancín, A (1996): "Contacto entre lenguas genéticamente emparentadas. El caso del español y del portugués." Em: Revista *Signo y Seña*, nº 6, junho de 1996. Buenos Aires: Instituto de Lingüística da UBA (pp. 415-434).

Fanjul, Adrián (1998): *Lo "propio" y lo "ajeno". Reformulación e implícitos culturales en la clase de E/LE para brasileños*. Tesina de Maestría en Ciencias del Lenguaje. Instituto Superior del Profesorado "Joaquín V. González", Secretaría de Educación Superior del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. Inédita.

----- (2000): "O próprio e o alheio: evidência da não transparência da língua", em, Gregolin, M. (org.), *Filigranas do discurso. As vozes da História*, Araraquara, Acadêmica – Ed. da UNESP, pp. 155-174.

- Fasold, R. (1984): *The Sociolinguistics of Society*. Oxford: Ed. Blackwell.
- Fausto, Boris (2000): "Heróis e memória". Em: *Folha de São Paulo. Caderno A-2, Opinião*. 21/8/2000.
- Fischman, Joshua (1979): *Sociología del lenguaje*. Madrid: Ed. Cátedra.
- Fontana, Mónica Z. (1996): "Sonhando a Pátria: os fundamentos das repetidas fundações". Em: Orlandi, Eni (org.): *Discurso fundador. A formação do País e a construção da identidade nacional*. Campinas: Ed. Pontes, pp. 127 – 149.
- Fontanella de Weimberg, B. (1993): *El español de América*. Madrid: Ed. Mapfre.
- Foucault, Michel (1972): *La arqueología del saber*. México: Ed. Siglo XXI.
- Fraerman, Alicia (ed.) (1999): *Iberoamérica. El desafío de gobernar la globalización. Documentos de la IX Conferencia Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno*. Madrid: Ed. Comunica.
- Franzoni, Patricia: "Situación actual del portugués". Em: *Actas de la I Reunión de Políticas Lingüísticas de la Universidad de Buenos Aires: Lengua y educación formal*. Buenos Aires: Instituto de Lingüística da UBA, pp. 93-98.
- Fuchs, Catherine (1982a): *La paraphrase*. Paris: Ed. Presses Universitaires de France.
- (1982b): "La paraphrase entre la langue et le discours". *Langue Française*, nº 53. Paris: Larousse, pp. 22-33.
- (1994): "La reformulation en discours: une pratique langagière". Em: *Paraphrase et énonciation*. Paris: Ed. OPHRYS (3-39).
- Fugier, H. (1987): "Lucrece de main en main. Les relations intra- et interlinguistiques dans trois commentaires de Lucrece". Em: Riegel, M., y Tamba, L. (org.): "La reformulation du

sense dans le discours”, revista *Langue Française*, Nº 73, feb 1987, Larousse, Paris, pp. 91-108.

FUNCEB (Fundación “Centro de Estudos Brasileiros”) (1998): *Um português bem brasileiro*. Buenos Aires: Ed. Funceb.

Galves, C. (1988): “Objeto nulo e predicção: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português do Brasil”. Em: revista *D.E.L.T.A.* nº 4(2), pág. 273-290.

----- (1993): “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro”. Em: Roberts, I., e Kato, M. (org.): *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pág. 387-408.

Garrido Medina, J. (1999): “Los actos de habla. Las oraciones imperativas”. Em: Bosque, I. e Demonte, V. (org.): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Ed. Espasa, vol. 3, pp. 3879-3929.

Gomes, A Castro (1998): “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. Em: Novais e Schwarcz (org.), pp. 489-557.

González, Neide T. M. (1994): “*Cadê o pronome? O gato comeu*”. *Os pronomes pessoais na aquisição / aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos*. Tese de doutoramento. FFLCH - USP. Inédita.

----- (1998): “Pero ¿qué gramática es esta? Los sujetos pronominales y los clíticos en la interlengua de brasileños adultos aprendices de español como lengua extranjera”. Em: *RILCE*, nº 14.2 Universidad de Pamplona, pp. 243-263.

----- (2000): “La expresión de la persona en la producción de español lengua extranjera de estudiantes brasileños: perspectivas de análisis”. Texto apresentado na *Mesa redonda: Materialidad lingüística y procesos significativos en español*, no Iº Congresso Brasileiro de Hispanistas, Rio de Janeiro. Inédito.

Gorostegui, Haydée (1980): "El estado unificado. Organización política". Em: *El país de los argentinos. Primera Historia integral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, pág. 113-122.

Gregolin, Maria do Rosário (1998): "Discurso e Memória: movimentos na bruma da História". Em: Possenti, S., e Chacon, L.: *Análise do Discurso*. Marília: Ed. da UNESP.

----- (2000) (org.): *Filigranas do discurso. As vozes da História*. Araraquara: Acadêmica - Ed. da UNESP.

Hernández del Moral, P. (1997): "El español hoy: entre la realidad y el deseo". Em: *Revista Estudos Acadêmicos Unibero*, nº 6, agosto de 1997. São Paulo: Faculdade Ibero-Americana (pp. 73-80).

Ianni, Octávio (1997): "Metáforas da globalização". Em: Orlandi, E.; Ianni, O, e Lajolo, M.: *Sociedade e Linguagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

Iunes, S.A. (1990): *Via Brasil. Português avançado para estrangeiros*. São Paulo: EPU.

Jodelet, Denise (1989): "Représentations sociales: un domaine en expansion". Em: *Représentations Sociales*, Paris, PUF.

Júdice, Norimar (1994): *O ensino de português para estrangeiros*. Niterói: Edição da UFF (caderno).

----- (2000): "Do texto do aprendiz aos testes de proficiência em P/LE". Comunicação apresentada no IIº Encontro de Professores de P/LE. Centro de Línguas da FFLCH-USP, 15 a 19 de setembro de 2000.

Junta de Castilla y León (org.) (1991): *El español de América* (3 vol.). Burgos: Edición oficial de la Junta de Castilla y León.

- Keep, Michael (1996): "Modos brasileiros de escapar do não". Em: *Folha de São Paulo*, 17 de março de 1996, pág. C 14.
- Kerbrat Orecchioni, C. (1986): *La enunciación. De la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Ed. Hachette.
- Kulikowski, Zulma, e González, Neide T. M. (1999): "Español para brasileños: sobre por dónde determinar la justa medida de una cercanía". Em: *Anuario brasileño de estudios hispánicos*, nº 9. São Paulo, pp. 11-19.
- Krashen, S. (1995): *Principles and practice in second language acquisition*. Maryland: Ed. Phoenix.
- Lima, E. (1991): *Avenida Brasil: Curso básico de português para estrangeiros*. Campinas: Ed. Pontes.
- Lima, E. O F., e Lunes, S.A. (1991): *Falando, lendo, escrevendo. Português: um curso para estrangeiros*. São Paulo: EPU.
- Lopes, E. (1978): *Discurso, texto e significação. Uma teoria do interpretante*. São Paulo: Ed. Cultrix.
- Lorenzo, Emilio (1980): "Sobre el talante y el semblante de la lengua española". Em: *El español y otras lenguas*. Madri: SGEL (pp. 9 – 26).
- Luna, Félix (1997): *Breve historia de los argentinos*. Buenos Aires: Planeta.
- Lustig, Nora (1995): "Crisis de la deuda, crecimiento y desarrollo social en América Latina durante los años ochenta". En: Reyna, J. (org.): *América Latina a fines de siglo*. México: FCE, pp. 61-115.

Mackey, W.F. (1975): "Puissance, attraction et pression des langues en contact: modèles et indices". Em: Savard, J. G. e Vigneault, R.: *Les états multilingues, problèmes et solutions*. Quebec: Les Presses de l' Université de Laval.

----- (1976): "Statut des langues en contact". Em: *Bilinguisme et contact des langues*. Paris: Ed. Klincksieck (pp. 199-220).

Medina Lopez, J. (1997) *Lenguas en contacto*. Madrid: Ed. Arco Libros

Mafud, Julio (1959): *El desarraigo argentino*. Buenos Aires: Ed. Americalee.

Mirzaei, Nina M. "O diálogo de culturas no ensino de PLE". *Comunicação e aprendizagem*

Maingueneau, Dominique (1987): *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hacette.

----- (2000) *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

Structures et transformations des représentations sociales. Lausanne: Ed. Delachaux et

Malmberg, Bertil (1966): *La América Hispanohablante. Unidad y diferenciación del castellano*. Madrid: Ed. Itsmo.

Moscovici, Serge (1978): "A representação social, um conceito perdido", em

Martins, José de Sousa (1997): *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus.

Neves, Maria Helena de Moura (1999): *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da

Matta, Roberto da (1993): *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco

----- (1990): *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. São Paulo: Ed. Companhia das Letras

MCRA (*Ministerio de Cultura y Educación de la República Argentina*) Transcrevemos o nome constante do cabeçalho de cada documento. Todos os documentos foram colhidos na sua versão em castelhano:

(1993) "Mercosur – RME - Acta Nº 1/93"

(1994a) "XI Reunión del Comité Coordinador Regional del Sector Educativo en el Contexto del Mercosur – Buenos Aires, 19 al 21 de abril de 1994. Relatorio".

(1994b) "Acta de la Reunión de Ministros de Educación de los Países Signatarios del Mercado Común del Sur. RME – Acta 06/94".

(1995a) "Acta de la Reunión de Ministros de Educación de los Países Signatarios del Mercado Común del Sur. RME – Acta 07/95".

(1995b) "Acta de la Reunión de Ministros de Educación de los Países Signatarios del Mercado Común del Sur. RME – Acta 08/95".

Medina López, I. (1997): *Lenguas en contacto*. Madrid: Ed. Arco Libros.

Miyaki, Nina M.: "O diálogo de culturas no ensino de P/LE". Comunicação apresentada no IIº EPP/LE, Centro de Línguas da FFLCH-USP, 15 a 19 de setembro de 2000.

Moscovici, S. e Vignaux, G. (1994): "Le concept de Thémata". Em: Guimelli, Ch. (comp.): *Structures et transformations des représentations sociales*. Lausanne: Ed. Delachaux et Niestlé.

Moscovici, Serge (1978): "A representação social, um conceito perdido", em *A representação social da psicanálise*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.

Neves, Maria Helena de Moura (1999): *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP.

Novais, F., e Schwarcz, L. (org.)(1998): *História da vida privada no Brasil. Vol. 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

Nunes, J. M. (1993): "Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro". Em: Roberts, I., e Kato, M. (org.), pág. 207-222.

O' Donnell, Guillermo (1986): *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Ed. Vértice.

Orlandi, Eni (1987): *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. Campinas: Ed. Pontes.

------(org.) (1996): *Discurso fundador. A formação do País e a construção da identidade nacional*. Campinas: Ed. Pontes.

Patiño, Roxana (1997): "Intelectuales en transición. Las revistas culturales argentinas (1981-1987)". Em: *Cuadernos de Recienvenido. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Literaturas Espanhola e Hispano-Americana*. FFLCH-USP, São Paulo, pp. 5-35.

Patrocínio, Elizabeth F. (1997): *Fala Brasil: Português para estrangeiros*. Campinas: Ed. Pontes.

Paz, Octavio (1984): *El laberinto de la soledad*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica.

Pêcheux, M. (1990a): "Le discours: structure ou événement?". Em: *L' inquiétude du discours. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres, pp. 303 - 323.

----- (1990b): "Lecture et mémoire: projet de recherche". Em: *L' inquiétude du discours. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres, pp. 285-293.

----- (1997a): "A Análise do Discurso: três épocas (1983)". Em: Gadet, F., e Hak, T. (comp.): *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, pp. 163-252.

----- (1997b) "Análise automática do discurso (AAD-69)". Em: Gadet, F., e Hak, T. (comp.): *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, pp. 61-161.

Pêcheux, M., e Fuchs, C. (1997): "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)". Em: Gadet, F., e Hak, T. (comp.): *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, pp. 163-252.

----- (1996): "O ensino de Português para estrangeiros em dimensão intercultural: rumo à expansão da adequada imagem do Brasil". Em: Almeida Filho (org.), pp. 99-104.

Pêcheux, M.; Léon, J.; Bonnafus, S., e Marandin, J. M. (1997): "Apresentação da análise automática do discurso (1982)". Em: Gadet, F., e Hak, T. (comp.): *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, pp. 253-282.

Pérez Chávez, Katty e Zaldúa, Graciela (1999): "Contextos violentos, vulnerabilidad y resiliencia". Em: Zaldúa, G. (org.): *Violencia y Psicología*. Buenos Aires: Eudeba, pp. 79-92.

Pontes, E. (1987): *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Ed. Pontes.

Pratt, Mary Louise (1989): "Utopias lingüísticas", en: Culler, Fish et al.: *La lingüística de la escritura*. Madrid: Visor, p.p. 57-74.

Prieto, Adolfo (org.) (1968): *El periódico Martín Fierro*. Buenos Aires: Ed. Galerna.

Pucciarelli, Alfredo (1998): "¿Crisis o decadencia? Hipótesis sobre el significado de algunas transformaciones recientes de la sociedad argentina". Em: Revista *Sociedad*, nº 13, novembro de 1998. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales de la UBA, p.p. 5-36.

Rajagopalan, K. (1998): "O conceito de identidade em Lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?". Em: Signorini, Inês (org.): *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Ed. Mercado de Letras (pág. 21-45).

Ramos, Jânia (1998): "Um plano para a sintaxe diacrônica do português brasileiro". Em: Castilho, Ataliba T. (org.): *Para a História do Português Brasileiro. Vol. I: Primeiras Idéias*. São Paulo: Ed. Humanitas (FFLCH-USP), pág. 79-87.

Reis da Costa, S. R. (1996): "O ensino de Português para estrangeiros em dimensão intercultural: rumo à expansão da adequada imagem do Brasil". Em: Almeida Filho (org.), pp. 99-104.

Revouz, Christine (1998): "A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio". Em: Signorini, Inês (org.): *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Ed. Mercado de Letras (pág. 213-230).

Reyna, José Luis (org.) (1995): *América Latina a fines de siglo*. México: FCE.

Ricardi Scaramucci, Matilde (1996): "O projeto CELPE – BRÁS no âmbito do Mercosul: Contribuição para uma definição de proficiência comunicativa". Em: Almeida Filho (org.) (1996) pp. 77-90.

Ridruejo, E. (1999): "Modo y modalidad. El modo en las subordinadas sustantivas". Em: Bosque e Demonte (org.): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Ed. Espasa, vol. 2, pp. 3209-3251.

Riegel, M., y Tamba, L. (org.): "La reformulation du sense dans le discours", revista *Langue Française*, N° 73, feb 1987, Larousse, París.

Roberts, Celia (1999): "Acquisition des langues ou socialisation dans et par le discours?". Em: Revista *Langages* n° 134. Paris: Ed. Larousse (pp.111-115).

Roberts, I., e Kato, M. (org.) (1993): *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp.

Sarlo, Beatriz (1994): *Escenas de la vida posmoderna. Intelectuales, arte y videocultura en la Argentina*. Buenos Aires: Ed. Ariel.

----- (1995): *Borges, un escritor en las orillas*. Buenos Aires: Ed. Ariel.

----- (1988): *Una modernidad periférica*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión.

Scalabrini Ortiz, Raúl (1968): "La implantación de un meridiano. Anotaciones de un sextante". Em: Prieto, A. (org.): *El periódico Martín Fierro*. Buenos Aires: Ed. Galerna.

Serrani, Silvana (1994): "Análise de ressonâncias discursivas em micro-cenas para estudo da identidade lingüístico-cultural". Em: Rev. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, nº 24, julho - dezembro de 1994. Campinas: IEL-UNICAMP, pp. 79-90.

------(1997a): *A linguagem na pesquisa sociocultural*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

------(1997b): "Diversidade e alteridade na enunciação em segundas línguas". Em: Revista *Letras*, janeiro - junho de 1997, UFSM (RS), pág. 1-19.

------(1998a): "Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA". Em: Signorini, Inês, e Cavalcanti, Maria (orgs.): *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Ed. Mercado de Letras (pp. 143-167).

------(1998b): "Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso". Em: Signorini, Inês (org.): *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Ed. Mercado de Letras (pág. 231-264).

------(2001): "Resonancias discursivas y cortesía en prácticas de lecto-escritura". Em: Revista *D.E.L.T.A.*, Nº 17:1. São Paulo, PUC, pág. 31-58.

Shunway, Nicolas (1993): *La invención de Argentina. Historia de una idea*. Buenos Aires: Ed. Emecé.

Soler - Espiauba, Dolores (1996): "El español: lengua posesiva, subjetiva e ... irresponsable. Algunos aspectos de la función pronominal." Em: Rueda, M.; Prado, E.; Le Men, J., e Grande, F.: *Actuales tendencias en la enseñanza de español como lengua extranjera II. Actas del VI Congreso Internacional de A.S.E.L.E.* León: Ed. da Universidad de León (pp. 399-404).

Souto, L. (2000): "Conhecendo o Brasil". Comunicação apresentada no *Congresso Internacional "A Língua Portuguesa na Hispanofonia"*. UADE - Universidad Argentina de la Empresa. Buenos Aires: 28/6 a 1/7/2000.

------(1986): *Enseñar una cultura extranjera*. Paris: Hachette.

Tarallo, F. (org., 1989): *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Ed. Pontes.

----- (1993): "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d' aquém e d'além mar ao final do século XIX". Em: Roberts, I., e Kato, M. (org.): *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pág. 69-106.

Trew, Tony (1983): *Lenguaje y control*. México: FCE.

Tur, Carlos (1984): "Roca. El régimen en Argentina." Em: Pla, Alberto (org.): *Historia de América en el siglo XX*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, pág. 85-112.

Turazza, Jeni Silva (1996): *Léxico e criatividade*. São Paulo: Ed. Plêiade.

Uslar Petri, Arturo (1995): *La creación del Nuevo Mundo*. Madrid: Ed. Mapfre.

Valenzuela Arce, J. (1993): "Las identidades culturales frente al TLC". *Sociológica*, 21, p. 21-29. Buenos Aires: UBA.

Véras, Maura Pardini B. (1999): "Uma questão brasileira de 500 anos: exclusão social". Em: Rev. *Margem*, nº 10. *500 anos de brasilidades*. São Paulo: Ed. Educ, pp. 87-106.

Verón, Eliseo (1997): "Demasiado adultos para ser jóvenes". Em: *Viva*, nº 1.111, 17/8/1997, pág. 24-28.

Zaluar, Alba (1998): "Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência". Em: Novais e Scharcz (org.): *História da vida privada no Brasil. Vol. 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 245-317.

Zaldúa, Graciela (1999): *Violencia y Psicología*. Buenos Aires: Eudeba.

Zarate, G. (1993) *Représentations de l' étranger et didactique des langues*. Paris: Didier.

----- (1986): *Enseigner une culture étrangère*. Paris: Hachette.